

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



**O CONTRIBUTO DAS POLÍTICAS URBANAS PARA
A SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES.**

OS CASOS DAS CIDADES DE AVEIRO E DE TAVIRA.

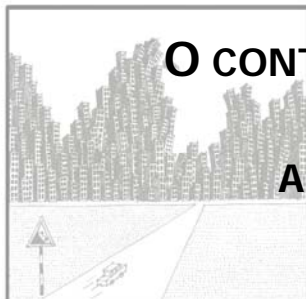
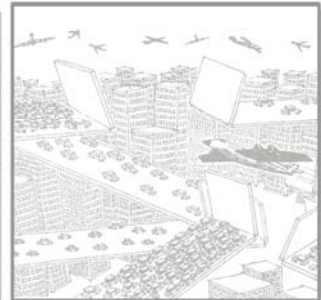
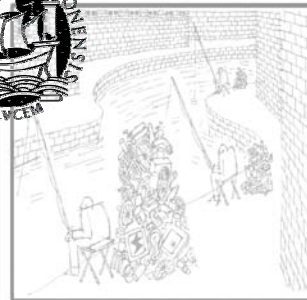
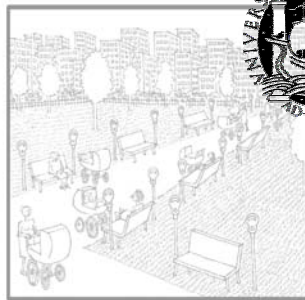
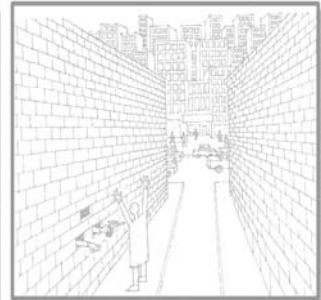
Sandra Cristina Resende Conde

MESTRADO EM GEOGRAFIA
(Urbanização e Ordenamento do Território)

2007

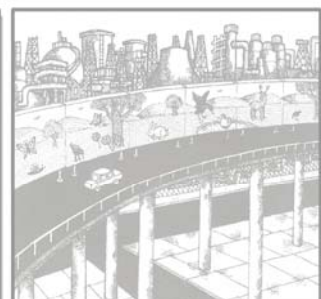


UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
 DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

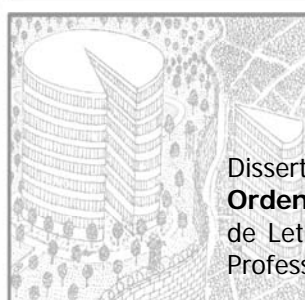


**O CONTRIBUTO DAS POLÍTICAS URBANAS PARA
 A SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES.**

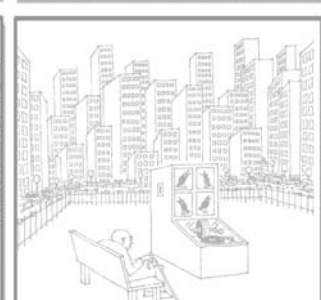
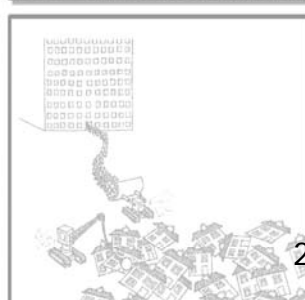
OS CASOS DAS CIDADES DE AVEIRO E DE TAVIRA.



Sandra Cristina Resende Conde



Dissertação de Mestrado na **Área de Urbanização e Ordenamento do Território**, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação da Professora Doutora **Euarda Silva Marques da Costa**.



2007

Woodcock, Kevin (1983) City Rules OK, Ilustrações.

RESUMO

Esta dissertação centra-se em torno das políticas urbanas e do seu contributo para a sustentabilidade e para a qualidade de vida das cidades. O presente estudo estrutura-se em duas partes. Na primeira parte, apresenta-se uma reflexão em torno do conceito de desenvolvimento sustentável e das políticas urbanas europeias e nacionais, que são o reflexo da aplicação do conceito de sustentabilidade às cidades. Assim, o Capítulo I, *Reflexões em torno do conceito de Desenvolvimento Sustentável*, evidencia a importância do conceito de desenvolvimento sustentável e a aplicação dos seus princípios às cidades. O Capítulo II, *Iniciativas urbanas para um desenvolvimento equilibrado e sustentado do território da comunidade europeia*, descreve os principais problemas das cidades e as ameaças para o desenvolvimento sustentável e apresenta as respostas em matéria de políticas e iniciativas sustentáveis que têm sido criadas no sentido de resolver os problemas e proporcionar uma melhor qualidade de vida para os habitantes. Faz ainda referência aos indicadores realçando a sua importância como uma ferramenta indispensável no processo de acompanhamento e avaliação dos processos de sustentabilidade nas cidades. No Capítulo III, *Iniciativas urbanas para um desenvolvimento equilibrado e sustentado do território nacional*, a par da análise da evolução dos níveis de urbanização e sua distribuição geográfica em Portugal, apresentam-se de forma sucinta os vários instrumentos de política urbana delineados no país nas últimas duas décadas, bem como, os indicadores de desenvolvimento sustentável criados para avaliar e medir a progressão das cidades rumo à sustentabilidade urbana.

Na segunda parte, confronta-se o contributo dos instrumentos de política para a sustentabilidade das cidades, analisando-se os casos de estudo das cidades de Aveiro e de Tavira. O Capítulo IV, *Caracterização das cidades em estudo*, apresenta a caracterização das cidades com base no enquadramento geográfico e no retrato territorial dos concelhos de Aveiro e Tavira, em termos de população e condições sociais, de economia e competitividade, das condições ambientais, terminando com uma síntese do diagnóstico estratégico das cidades. O Capítulo V, faz uma análise retrospectiva dos instrumentos de planeamento e dos programas e iniciativas de carácter urbano aplicados nas cidades em estudo e a respectiva avaliação sobre a concretização dos projectos/acções previstos pelos diferentes instrumentos de planeamento. O Capítulo VI, *Qualidade de vida nas cidades – a perspectiva dos habitantes*, apresenta a análise dos inquéritos realizados evidenciando a perspectiva dos habitantes sobre o actual estado da qualidade de vida das cidades em estudo. O Capítulo VII, *Avaliação da sustentabilidade das políticas nas cidades em estudo*, procura relacionar a perspectiva institucional, a percepção da população e os dados que serviram de base ao retrato territorial, de modo a tentar avaliar se as políticas urbanas contribuíram para a sustentabilidade das cidades em estudo e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Neste trabalho conclui-se que a implementação dos instrumentos de planeamento e de programas de carácter urbano oferecem mais garantias à aplicação dos princípios da sustentabilidade urbana, de modo a construir um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e sustentado para as cidades portuguesas. Apesar das mudanças ocorridas em ambas as cidades em estudo nas últimas décadas, mudanças essas promovidas, em especial, pelos instrumentos de planeamento, estas apresentam ainda alguns problemas que condicionam a sua sustentabilidade. No entanto, há a destacar as melhorias que têm ocorrido nas cidades e que, directamente e indirectamente, contribuíram para uma melhoria significativa da qualidade urbana das cidades, e conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida dos seus habitantes.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, sustentabilidade urbana, políticas urbanas, qualidade de vida.

ABSTRACT

This dissertation studies the importance of the urban politics to the sustainability and the quality of cities life. The present study has two parts. The first one presents a reflection about the concept of sustainable development and the national and European urban politics. Chapter I, *Reflections about the sustainable development*, it show the importance of sustainable development and the application of their principles to the cities. Chapter II, *Urban initiatives for a balance and sustainable development of the European territory*, describe the cities problems and the treats for the sustainable development. This chapter also presents some answers of the sustainable policies to resolve the urban problems for a better quality of population life. Indicators are important issues on the process of monitoring and evaluation of the cities sustainability. Chapter III, *Urban initiatives for the development of national territory*, presents the evolution of urbanization in Portugal and the instruments of urban policies in the last two decades and also the sustainable development. Indicators to evaluate and to weigh up the evolution of cities to the direction of urban sustainability. The second part present the policy instruments for sustainable cities in the case studies: Aveiro and Tavira cities. Chapter IV, *Characterization the cities on the study*, it presents the characterization of the cities in study geography, population and social conditions, economy, competitive, environment and a diagnostic of the city strategy. Chapter V, presents the planning instruments, the programmes and urban initiatives to the cities and study also the results of the evaluation about projects of planning instruments. Chapter VI, *Quality of life in cities – population perspective*, presents the analyse of the population requirement results about their quality of life in the cities. Chapter VII, evaluation of the sustainable of the policies in cities study, it shows to find the relationship between the institutional perspective, population perspective and the territory layers, to evaluate if the urban policies are important to the sustainability of the cities in study for a better quality of life the local population.

This study concluded that the implementation of the instruments of planning and programmes for urban character offer more guarantees to the implementation of the principles of urban sustainability. In order to build a model for more balanced and sustainable development for the Portuguese cities. Despite changes in both cities under study on recent decades, these changes promoted, in particular, the instruments of planning. They still have some problems which affect there sustainability. But is to show the improvements that have occurred in cities, directly or indirectly, contributed to a significant improvement in the quality of urban cities, and consequently, a better quality of life for the habitants.

Keywords: sustainable development, urban sustainability, urban policies, quality of life.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero expressar o meu agradecimento à Professora Doutora Eduarda Marques da Costa, pela disponibilidade demonstrada, pela rigorosa e preciosa orientação nesta dissertação, fundamentais para a sua prossecução e conclusão, bem como, o apoio que sempre demonstrou.

A todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Destaco as autarquias de Aveiro e de Tavira que me disponibilizaram documentação e me concederam as suas opiniões em entrevistas, nomeadamente a Dra. Aurora Henriques, do Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território da Câmara Municipal de Aveiro; a Dra. Estrela Amaro, Dr. Carlos Toscano, Dra. Isabel Domingues da Câmara Municipal de Tavira, respectivamente, Directora do Departamento de Urbanismo, chefe da Divisão do Património e Reabilitação Urbana e Técnica Superior de Planeamento.

Aos meus AMIGOS, cuja presença foi um factor motivador, quero agradecer todo o incentivo que me deram e que permitiu concluir esta dissertação. Sem subestimar nenhum deles, não posso deixar de destacar alguns que pela sua preciosa ajuda me ajudaram na concretização deste estudo como a Cláudia Costa, pelas correcções de texto e apoio no tratamento cartográfico; a Cristina Barbosa, pela sua ajuda na elaboração do inquérito e no tratamento estatístico; a Manuela Cerqueira e o Yves Cruz, pelo apoio em algumas das traduções de inglês para português e, por último, à Jacinta Afonso e Marisa Cadilha, todo o interesse e apoio demonstrado.

À minha MÃE, agradeço toda a paciência que tem tido nos últimos meses e o apoio que tem demonstrado em todas as minhas realizações, a ela dedico esta dissertação.

Resumo	ii
Abstract	iii
Agradecimentos	iv
Índice	v
Introdução	1
Parte I – O Desenvolvimento Sustentável: do conceito às políticas urbanas	5
Capítulo I – Nova abordagem ao conceito de Desenvolvimento Sustentável	6
I.1 – Problemas que enquadraram do desenvolvimento até ao Relatório Brundtland.	6
I.2 – Pilares do desenvolvimento sustentável	8
I.3 – Do conceito de sustentabilidade à cidade sustentável	12
I.3.1 – Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade	14
Capítulo II – Iniciativas urbanas para um desenvolvimento equilibrado e sustentado do território da comunidade europeia	18
II.1 – Principais problemas das cidades e ameaças ao desenvolvimento sustentável – breve análise.	18
II.2 – Orientações de política urbana na comunidade europeia	20
II.2.1 – Evolução das políticas urbanas	20
II.2.2 – A inclusão dos pilares da sustentabilidade nas políticas	28
II.3 – Os indicadores de desenvolvimento sustentável como ferramenta para as políticas urbanas locais	30
II.3.1 – A evolução dos indicadores	30
II.3.2 – Os Sistemas de Monitorização e de Avaliação do Desenvolvimento Sustentável das cidades e do território	34
Capítulo III – Iniciativas urbanas para um desenvolvimento equilibrado e sustentado do território nacional	37
III.1 – Evolução dos níveis de urbanização nas últimas décadas – uma síntese	37
III.2 – Iniciativas e orientações de política urbana nacional	43
III.2.1 – A inclusão dos pilares da sustentabilidade nas políticas	62
III.3 – Os Sistemas de Monitorização e de Avaliação do Desenvolvimento Sustentável em Portugal	66
III.3.1 – Os indicadores de desenvolvimento sustentável	66
III.3.2 – O Sistema de Informação Territorial (SNIT)	68
Parte II – As políticas urbanas nas cidades de Aveiro e de Tavira e a Sustentabilidade Urbana	71
Capítulo IV – Caracterização das cidades em estudo	72
IV.1. – Enquadramento Geográfico	72
IV.2. – Retrato Territorial do Concelhos de Aveiro e Tavira	75
IV.2.1 – População e condições sociais	75
IV.2.2 – Economia e competitividade	79
IV.2.3 – Condições ambientais	82
IV.3 – Síntese do diagnóstico estratégico das cidades	84

Capítulo V – Instrumentos de Política para as cidades de Aveiro e de Tavira	87
V.1 – Instrumentos políticos na cidade de Aveiro	87
V.2 – Instrumentos políticos na cidade de Tavira	98
V.3 – A execução das políticas nas cidades em estudo	106
V.3.1 – Nível de execução dos instrumentos implementados na cidade de Aveiro	106
V.3.2 – Nível de execução dos instrumentos implementados na cidade de Tavira	108
Capítulo VI – Qualidade de vida nas cidades – a perspectiva dos habitantes	112
VI.1 – Caracterização dos inquiridos	112
VI.2 – Práticas culturais dos inquiridos	117
VI.3 – Consumo, formas de ocupar o tempo livre e a aquisição de serviços	119
VI.4 – O estado das cidades na perspectiva dos seus habitantes	122
VI. 5 – A perspectiva da Administração Local face aos problemas definidos pelos inquiridos	127
Capítulo VII – Avaliação da sustentabilidade das políticas nas cidades em estudo	131
Reflexões finais	137
Referências Bibliográficas	142
Lista de Figuras	152
Lista de Quadros	153
Acrónimos e Simbologia	155
Anexos	156

INTRODUÇÃO

A cidade sustentável é um fenómeno que se encontra em fase de construção pelo facto de pressupor um conjunto de mudanças, estando dependente da capacidade de reorganizar os espaços, gerir as novas economias, melhorar a qualidade de vida da população e superar as desigualdades socio-económicas (ALVA, 1997). Contudo a concretização da construção de uma cidade sustentável implica tempo para se poder eliminar os erros do passado e construir um modelo de gestão baseado em princípios sustentáveis.

Estando mais de metade da população mundial a viver em cidades e mantendo-se a actual taxa de urbanização, parece necessário que os princípios de desenvolvimento sustentável se apliquem às cidades, pois estas são territórios onde essas transformações terão mais impacto (COSTA, 2000). Um modelo de desenvolvimento assente nos princípios básicos de sustentabilidade, transformou-se assim num modelo de gestão a adoptar nas cidades, pelo facto de atribuir um novo sentido às relações humanas e ambientais e assentar na participação das comunidades locais.

Nos últimos anos, a valorização das cidades tem assumido alguma relevância, quer no contexto europeu quer no nacional. Esta preocupação manifesta-se ao nível de políticas e de iniciativas sustentáveis mais direccionadas para as cidades, de modo a solucionar os problemas urbanos. Em Portugal, tem-se assistido também a uma crescente preocupação por parte das instituições e poderes nacionais e locais na valorização das cidades nas políticas de ordenamento do território e nos instrumentos de gestão municipal, com o intuito de fomentar um crescimento urbano coerente e sustentado e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida nas cidades. É neste contexto que surgiu o interesse por desenvolver esta dissertação.

A temática da sustentabilidade urbana, ao longo das duas últimas décadas, tem vindo assim a assumir alguma relevância no contexto mundial, europeu e nacional, tendo-se realizado algumas conferências como por exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, as Conferências sobre Cidades Sustentáveis, em 1994, 1996, 2000, 2004 e 2007, as Comunicações da Comissão Europeia, onde foram assumidos compromissos pelas instituições.

Este estudo tem por finalidade avaliar o contributo das políticas urbanas para a sustentabilidade das cidades e, simultaneamente, numa retrospectiva evolutiva das políticas, avaliar a eficácia destas para a melhoria do ambiente urbano e da qualidade de vida para os seus habitantes, tendo para tal sido escolhidos dois casos de estudo: as cidades de Aveiro e de Tavira.

Simultaneamente, colocámos três hipóteses de trabalho que irão ajudar a compreender o contributo das políticas urbanas e a possibilidade de estas se constituírem como instrumentos estratégicos na condução das cidades rumo a sustentabilidade urbana.

A primeira procura compreender como evoluíram as políticas urbanas na Europa e em Portugal no sentido de verificar como estas foram incorporando o conceito de desenvolvimento sustentável.

A segunda pretende identificar os indicadores e os sistemas de monitorização essenciais ao acompanhamento e avaliação dos processos de desenvolvimento sustentável.

A terceira procura conhecer os diferentes instrumentos aplicados nas cidades em estudo e avaliar o efeito dos mesmos na melhoria do ambiente urbano e, conseqüentemente, a qualidade de vida nas cidades.

A metodologia que sustenta este estudo parte do geral para o particular, das reflexões em torno do conceito de desenvolvimento ao estudo de caso, passando pela análise intermédia da evolução das políticas urbanas, na Europa e em Portugal, e pelos indicadores indispensável no processo de acompanhamento e avaliação dos processos de sustentabilidade nas cidades. Verifica-se uma mudança na escala de análise correspondente às mudanças nos níveis de análise e de conceptualização, nomeadamente, nos níveis europeu, nacional e local.

Ao longo desta dissertação, são explicadas as opções metodológicas realizadas para cada um dos temas abordados. Sem penalizar a metodologia faseada, sintetizam-se as orientações fundamentais adoptadas:

- Pesquisa bibliográfica referentes às duas últimas décadas, centrada em torno das políticas urbanas e do seu contributo para a sustentabilidade urbana;
- Recolha de informação estatística considerada relevante para a caracterização das cidades estudadas, com base em estatísticas oficiais disponíveis do INE;
- Consulta e análise de instrumentos orientadores das estratégias de desenvolvimento urbano essenciais para esta dissertação, como os documentos resultantes das Conferências Europeias sobre Cidades Sustentáveis, URBAN, Programa Polis, PROSIURB, ENDS, o PNPOT, o Polis XXI, o Plano Estratégico, o Plano Director Municipal, os entre outros;
- Trabalho de campo, com realização de entrevistas a elementos da Administração Local, trabalho fotográfico às áreas que foram alvo de intervenção, assim como inquéritos de rua à população com mais de dezoito anos, a residente nas cidades, bem como a residentes no concelho;
- Análise dos resultados obtidos através do tratamento da informação quantitativa (com base em quadros e gráficos) e qualitativa recolhida, com o intuito de construir quadros explicativos sucintos das realidades estudadas.

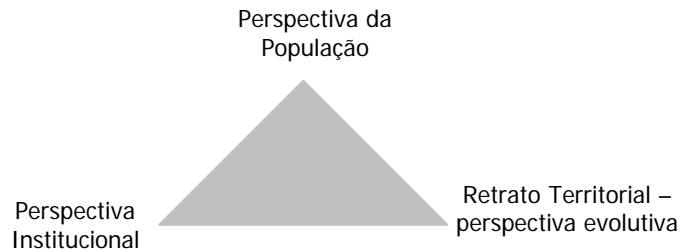
A presente dissertação estrutura-se em duas partes onde se desenvolvem sete capítulos e as reflexões finais. A primeira parte, desenvolve-se em três capítulos, e corresponde ao enquadramento teórico deste estudo, procurando apresentar uma reflexão em torno do conceito de desenvolvimento sustentável e das políticas urbanas europeias e nacionais, que são o resultado da aplicação do

conceito de sustentabilidade às cidades. Assim, o Capítulo I, procura evidenciar a importância do conceito de desenvolvimento sustentável e a aplicação dos seus princípios às cidades. O Capítulo II, incide na apresentação de forma sucinta das políticas e iniciativas sustentáveis que têm sido criadas no sentido de solucionar os problemas e proporcionar uma melhor qualidade de vida para os habitantes. Para além da evolução das políticas urbanas na comunidade, faz referência aos indicadores como uma ferramenta indispensável no processo de acompanhamento e avaliação dos processos de sustentabilidade nas cidades. No Capítulo III, paralelamente apresentam-se, de forma resumida, os vários instrumentos de política urbana delineados no país nas últimas duas décadas, bem como, os indicadores de desenvolvimento sustentável criados para avaliar e medir a progressão das cidades rumo à sustentabilidade urbana.

A segunda parte, corresponde aos estudos de caso, analisando-se o contributo dos instrumentos de política para a sustentabilidade das cidades. O Capítulo IV, corresponde à caracterização das cidades baseada no enquadramento geográfico e no retrato territorial dos concelhos de Aveiro e Tavira – população e condições sociais; economia e competitividade; condições ambientais - finalizando com uma síntese do diagnóstico estratégico das cidades. O Capítulo V, apresenta de forma sucinta os instrumentos de planeamento e outros programas e iniciativas de carácter urbano aplicados em ambas as cidades em estudo, bem como, a respectiva avaliação da concretização dos projectos e acções previstos. A avaliação incidirá sobre os projectos e acções previstos pelos diferentes instrumentos de planeamento e verificar se foram ou não concretizadas pela autarquia. No sentido de identificar as acções concretizadas pelas autarquias foram realizadas três entrevistas aos seus responsáveis. Para complementar o processo de avaliação anterior realizaram-se 100 inquéritos de rua à população residente da cidade, bem como do concelho, que permitiram obter informação sobre os aspectos que mais agradavam aos seus habitantes, os aspectos que mais desagradavam aos seus habitantes, assinalarem as principais mudanças ocorridas nas cidades nos últimos anos, e por fim, inventariarem as necessidades das cidades. Assim, o Capítulo VI, corresponde à análise dos inquéritos realizados aos habitantes de forma a inventariar a sua opinião sobre o actual estado da qualidade de vida das cidades em estudo. O Capítulo VII, confronta a perspectiva institucional, a percepção da população e a base do retrato territorial, numa tentativa de avaliar se as políticas urbanas contribuíram para a sustentabilidade das cidades em estudo. No último capítulo, procurou-se então fazer uma avaliação da sustentabilidade das políticas urbanas, através do confronto da realidade inicial (pontos fortes e fracos) das cidades, com os projectos e acções previstos e realizados nos instrumentos concelhios e com a perspectiva da população sobre as mudanças ocorridas nas cidades.

Deste modo, será avaliado o contributo das políticas para a sustentabilidade das cidades, respondendo assim, aquilo que se pretendia, saber se os instrumentos de planeamento estão a surtir o efeito pretendido, que consiste na melhoria do ambiente urbano e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida para os seus habitantes e para quem visita as cidades. Em suma, será feita uma análise confrontado estes três elementos, com o intuito de avaliar a implementação dos instrumentos para um desenvolvimento urbano mais sustentado, e conseqüentemente, uma melhor qualidade de

vida para as populações locais e visitantes. É de salientar que uma cidade com um bom ambiente urbano, torna-se mais competitiva e atractiva para a instalação e manutenção das próprias actividades económicas. O seguinte esquema traduz a interacção pretendida com o confronto dos três elementos.



A selecção das cidades de Aveiro e de Tavira para o estudo de caso desta dissertação de Mestrado prende-se por duas razões. A primeira está relacionada com a diferente dimensão em termos demográficos e económicos. Aveiro sede de distrito, cidade de média dimensão, possui evidentes potencialidades de desempenhar funções que se destaquem no contexto regional e nacional. Numa posição mais modesta encontra-se Tavira, pelo facto de ser uma cidade de dimensão mais pequena, no entanto com potencialidades de se destacar das restantes cidades algarvias pelo seu esforço e aposta na diferenciação do turismo. A segunda razão está relacionada com a sua localização, uma localizada na Região Centro e a outra no Algarve.

PARTE I

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DO CONCEITO ÀS

POLÍTICAS URBANAS

CAPÍTULO I – REFLEXÕES EM TORNO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

I.1 – Problemas que enquadraram do Desenvolvimento até ao Relatório Brundtland

Durante anos, a teoria vigente era que o crescimento económico conduzia ao desenvolvimento do país (BARAN, 1957), contudo uma sucessão de acontecimentos levaram a uma nova consciência mundial, novos conceitos e novas teorias.

A abordagem do desenvolvimento, enquanto problema, conforme salienta Nali de Souza (1999) surge no séc. XIX, a partir das flutuações económicas e da conseqüente concentração do rendimento e da riqueza em alguns países industrializados, que tornou mais clara as desigualdades entre países ricos e pobres. De facto, o processo de crescimento de alguns países estava a ser acompanhado de uma acentuada exploração dos recursos, de graves atentados ao património natural e de uma degradação generalizada do ambiente. Além disso, após a Segunda Guerra Mundial, acontecimentos como o grande crescimento da indústria e do consumo, os impactos dos testes nucleares e a crescente utilização de combustíveis fósseis começaram a preocupar alguns cientistas e as questões ambientais começaram a assumir uma preocupação crescente no âmbito das políticas de desenvolvimento dos países. Deste modo, com a tomada de consciência de que os recursos naturais estão sujeitos à possibilidade de esgotamento, as teorias económicas que atravessaram os séculos XIX e XX, e que se baseavam fundamentalmente na clássica dicotomia bens económicos (escassos) e bens livres (supostamente ilimitados e sem restrições de utilização), não reconhecendo relevância económica aos denominados efeitos externos ambientais (externalidades), começaram a ser questionadas.

Uma das primeiras acções em defesa do ambiente foi a Conferência Científica das Nações Unidas sobre a Conservação e Utilização de Recursos Naturais (1949) que não impôs compromissos, mas no entanto, alertou para os impactos do crescimento económico nas florestas, animais e nas bacias hidrográficas. Contudo não teve grande impacte.

Nos anos sessenta, a ocorrência de graves desastres ecológicos com impacte mundial levaram a comunidade internacional a reiniciar as discussões sobre os riscos da degradação do meio ambiente (BRÜSEKE, 1995). Na sequência destas discussões que adquiriram alguma relevância, a ONU promoveu em 1972, na cidade de Estocolmo, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (UNEP, 2007). Esta conferência constitui um ponto de viragem na abordagem dos problemas ambientais, pelo facto de concentrar a atenção internacional para os assuntos ambientais, particularmente, os que estão relacionados com a degradação do ambiente e a poluição transfronteiriça, concedendo à política do ambiente uma dimensão global, progredindo-se para o

princípio da co-responsabilização da resolução dos problemas. Neste mesmo ano, Dennis Meadows e os pesquisadores do "Clube de Roma" publicaram *Limites do Crescimento*, onde se concluiu que, a manterem-se os actuais níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e de exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido no máximo em 100 anos, provocando uma repentina diminuição da população mundial e da capacidade industrial (MEADOWS cit. BRÜSEKE, 1995). As reacções surgiram de intelectuais dos países desenvolvidos, para quem a tese de Meadows poderia representar o fim do crescimento da sociedade industrial, e dos países em desenvolvimento, uma vez que, este estudo poderia levar os países desenvolvidos a condicionar com o fundamento ecológico, o desenvolvimento aos países mais pobres.

Em pleno período colonialista, as potências coloniais concentraram as melhores terras das colónias nas mãos de uma minoria. Esta situação forçou a população autóctone a cultivar outros solos, promovendo deste modo, a deflorestação de vastas áreas. Face a estes problemas que começaram a surgir nos países subdesenvolvidos, Maurice Strong (1973) usou pela primeira vez o conceito "ecodesenvolvimento": o desenvolvimento destes países só seria atingido se houvesse satisfação das necessidades básicas, solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida, preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito por outras culturas e programas de educação. Nesta teoria está patente uma crítica à sociedade industrial dos países mais desenvolvidos (SACHS, 1986).

Outro contributo para a discussão sobre a degradação do ambiente veio da *Declaração de Cocoyok* (1974), resultado da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, onde se afirmava que o crescimento demográfico contribuía para a destruição excessiva dos recursos naturais e para o seu depauperamento. Os países industrializados contribuía para agravar esta situação devido aos elevados índices de consumo (BRÜSEKE, 1995).

Em 1975, a ONU cooperou com a Fundação Dag-Hammarskjöld na elaboração do *Relatório Dag-Hammarskjöld*, uma espécie de complemento da *Declaração de Cocoyok*, com a colaboração de políticos e investigadores de 48 países, que confirmava essa situação e consolidava as críticas às grandes potências. Estes dois últimos relatórios exigiam mudanças nas estruturas da propriedade fundiária, situação que foi rejeitada pelos governos dos países industrializados (RIST, 1995).

Perante estas conclusões, em 1987, a Comissão Mundial da ONU para o Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), orientada por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, divulgou o Relatório *Our Common Future*, mais conhecido por *Relatório Brundtland*, no qual se expôs uma nova forma de entender o desenvolvimento. Este "Relatório" veio formalizar a construção conceptual do conceito de "Desenvolvimento Sustentável", definindo-o como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1987). Segundo este relatório, o processo de desenvolvimento das sociedades actuais não deve ser sinónimo de sobreexploração dos recursos naturais, sob pena de comprometer a sobrevivência das gerações futuras por falta de recursos. Ao contrário dos relatórios anteriores, o *Relatório Brundtland* não apresenta críticas à sociedade industrial, mas refere a

importância do crescimento tanto em países industrializados como em países em desenvolvimento, apontando para a superação da pobreza nestes últimos, com o crescimento contínuo dos países desenvolvidos. Como tal, acabou por ser bem aceite por toda a comunidade internacional (LAYRARGUES, 1997).

I.2 – Os pilares do desenvolvimento sustentável

A ideia de desenvolvimento sustentável baseia-se na necessidade de não comprometer o desenvolvimento das gerações futuras em virtude de consumo excessivo. Como tal, surge como uma nova concepção para o desenvolvimento dos territórios, com vista à harmonia entre a humanidade e a natureza, bem como a sustentabilidade económica, fundamental para promover a qualidade de vida nas cidades.

“Desenvolvimento sustentável” é uma expressão que entrou rapidamente para o vocabulário comum devido ao aumento da consciência ambiental que ocorreu depois de 1980 (HAUGHTON e HUNTER, 1994). Apesar de não haver consenso na definição, este conceito já foi adoptado, nomeadamente pelas instituições políticas quer a nível regional quer a nível local.

Com o intuito de alcançar o desenvolvimento do território mais harmonioso, alguns autores apresentam os princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável.

Para HAUGHTON e HUNTER (1994), os três princípios básicos que devem ser implementados no processo de desenvolvimento sustentável são:

- Princípio da equidade entre gerações: perante os impactos das actividades humanas, deverá ser considerada a agilidade das futuras gerações em encontrarem as suas aspirações. Este também é conhecido como o princípio da “futuridade”.
- Princípio da justiça social: este princípio preocupa-se com as gerações actuais onde a miséria é considerada como a primeira causa de degradação. Para um efeito a longo prazo tem de se pensar numa estratégia que tenha um controlo maior na repartição dos recursos, tendo em conta as necessidades básicas e as aspirações comuns. Uma maior participação nas políticas e estratégias ambientais constitui o elemento fundamental deste princípio, que também é conhecido por *intra-generational equity*.
- Princípio da responsabilidade transfronteiriça: a responsabilidade transfronteiriça é um campo bastante amplo, daí requerer-se um controlo mais apertado do ambiente a nível global. Mais especificamente, a poluição transfronteiriça precisa de ser reconhecida e controlada. Quando isto for possível, os impactos da actividade humana não deverão implicar uma descompensação no deslocamento geográfico dos problemas ambientais. As nações ricas não devem explorar em demasia os recursos em outras áreas, para não

perturbar as economias e os ecossistemas regionais. Da mesma maneira, os custos ambientais das actividades urbanas não devem ser transferidos para fora das fronteiras metropolitanas, pois este facto ajuda o crescimento urbano.

HAUGHTON e HUNTER (1994) consideram que estes três elementos precisam de ser considerados em todas as discussões sobre o desenvolvimento sustentável. O debate implica desafios políticos, tanto à escala global como à local. Têm sido importantes as mudanças além fronteiras onde os custos relativos à exploração do ambiente foram associados com o desenvolvimento económico. De facto, o real custo ambiental não está a ser reconhecido, pois ele não está a ser partilhado equitativamente a nível social e geográfico, o que futuramente poderá influenciar tanto as gerações actuais como as futuras. As características que definem o desenvolvimento sustentável dão ênfase essencialmente às inter-gerações no futuro em termos de acesso aos aspectos benéficos do ambiente e requerem que o capital natural seja assente num valor igual ao que temos no presente e ao que entregaremos às gerações futuras. Contudo, este é um conceito muito difícil, mais difícil do que parece porque a sociedade não tem o conhecimento do real valor do ambiente natural.

Segundo DECLERIS (2000), o Desenvolvimento Sustentável tem cinco princípios que devem ser entendidos como finalidades:

- A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc.);
- A solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo a não comprometer a sobrevivência das gerações futuras);
- A participação da população envolvida (consciencialização para a necessidade de preservar o ambiente e que cada indivíduo dê o seu contributo);
- A elaboração de um sistema social de forma a garantir emprego, segurança social e o respeito por outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas);
- A realização de programas educativos.

Ainda relativamente ao *Relatório de Brundtland*, existem várias medidas que devem ser tomadas pelos Estados, de modo a alcançar o desenvolvimento sustentável, nomeadamente (DECLERIS, 2000):

- Limitar o crescimento populacional;
- Garantir a duração dos alimentos a longo prazo;
- Preservar a biodiversidade e os ecossistemas;
- Diminuir o consumo de energia e fomentar o desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis;
- Aumentar a produção industrial nos países pouco industrializados com base na utilização de tecnologias ecologicamente adaptadas;
- Controlar a urbanização selvagem e a integração entre o campo e as cidades de pequena dimensão;

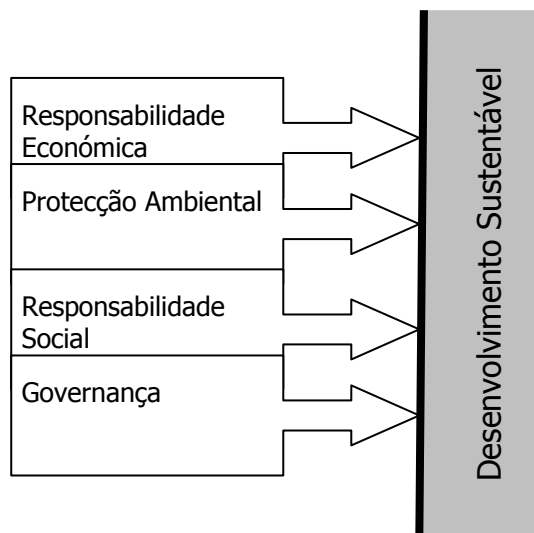
- Satisfazer as necessidades básicas.

A nível internacional, o Relatório propõe que as organizações que promovem o desenvolvimento devem adoptar a estratégia de desenvolvimento sustentável; a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártida, os oceanos, o espaço e as guerras devem ser banidas e a ONU deve implementar um programa de desenvolvimento sustentável (DECLERIS, 2000).

Apesar da perceptibilidade do conceito “Desenvolvimento Sustentável”, a sua aplicação generalizada, muitas vezes sem conhecimento de causa, tem gerado discrepâncias sobre o seu verdadeiro sentido, presumivelmente pelos vastos temas que envolvem a actividade económica, meio ambiente e o bem-estar da sociedade actual e futura. O Desenvolvimento Sustentável reflecte o equilíbrio entre a tecnologia e o ambiente, conciliando o desenvolvimento com a “saúde” do planeta a curto, médio e principalmente a longo prazo (SALVIANO, 2005).

Com o decorrer dos anos, estes princípios evoluíram, acompanhando assim o progresso da sociedade (TORRES & GAMA, 2005). Inicialmente, a preocupação assentava na igualdade entre gerações em termos de recursos naturais e na responsabilidade transfronteiriça, sendo que o aspecto económico, onde assentam todas as actividades económicas desenvolvidas pelo homem, ainda não estava contemplado, como fulcral, em todo o processo de desenvolvimento sustentável (Figura 1).

Figura 1 – Princípios base do desenvolvimento sustentável.



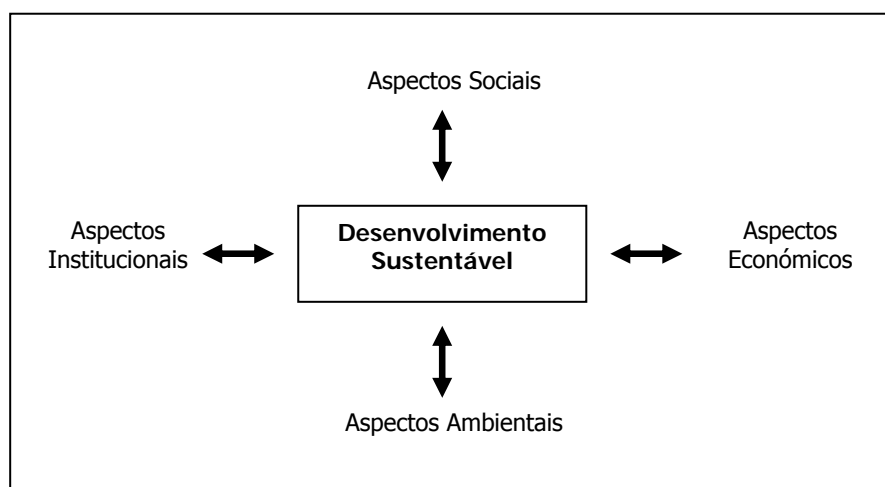
Fonte: Adaptado de TORRES & GAMA, 2005.

Anteriormente foram apresentados, por vários autores, os princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável que traduzem basicamente as finalidades ou medidas que devem ser implementadas para atingir este tipo de desenvolvimento. No entanto, alguns autores referem os

pilares fundamentais onde assenta o desenvolvimento sustentável, sendo assim considerados como a estratégia base deste tipo de desenvolvimento.

Segundo a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS/ONU), para o desenvolvimento sustentável contribuem quatro aspectos: os aspectos económicos, nas suas diferentes escalas (micro, macro); os aspectos institucionais, que compreendem a estrutura e funcionamento das instituições, quer as clássicas, de índole mais ou menos estatal, quer as organizações não governamentais (ONG) e as empresas; os aspectos sociais e os aspectos ambientais (Figura 2).

Figura 2 – Pilares do desenvolvimento sustentável.



Fonte: Adaptado de Gouzee e tal., (1995).

Estes quatro aspectos integrados constituem os pilares fundamentais do processo de desenvolvimento sustentável, sendo que este é entendido como uma transformação socioeconómica progressiva, com mudanças no acesso aos recursos e na distribuição equitativa dos custos e dos benefícios, bem como no assegurar de oportunidades iguais entre e dentro das gerações (DGA, 2000).

Assim sendo, os quatro pilares quer de carácter local, regional, nacional e internacional, formam o suporte base no qual o conceito de desenvolvimento sustentável é apoiado. Além disso, a aplicação do conceito à realidade exige determinadas medidas, tanto por parte do poder político como dos privados, como também requer um consenso internacional (BUARQUE, 1994). Assim sendo, para além das componentes fundamentais do desenvolvimento sustentável, o ambiente, a sociedade e a economia, não podemos excluir o poder político pelos seus vários níveis, pois será este a materializar os modelos de desenvolvimento (FERRÃO, 2004).

Actualmente, o desenvolvimento sustentável transformou-se num modelo de gestão a adoptar, uma vez que atribui um novo rumo às relações humanas e ambientais, assente na participação das comunidades locais, tendendo para um desenvolvimento local baseado nos quatro pilares do desenvolvimento sustentável.

I.3 – Do conceito de sustentabilidade à cidade sustentável

Com grande parte da população mundial a viver em cidades e mantendo-se a actual tendência de urbanização, parece necessário que os princípios de desenvolvimento sustentável se apliquem às cidades, pois estas são por excelência os territórios onde essas mudanças terão um impacto maior (COSTA, 2000). O desenvolvimento sustentável constitui, portanto, um verdadeiro desafio para uma civilização cada vez mais urbana e massificada.

A evolução das cidades e a sua dinâmica gerou uma forte pressão sobre o território, uma vez que se verificou um fenómeno de forte concentração de pessoas e actividades económicas nos centros urbanos. Como consequência, verifica-se uma série de problemas ambientais com os quais as cidades se confrontam e tentam solucionar (SATTERTHWAITE, 1999; SOUZA *e tal.*, 2003).

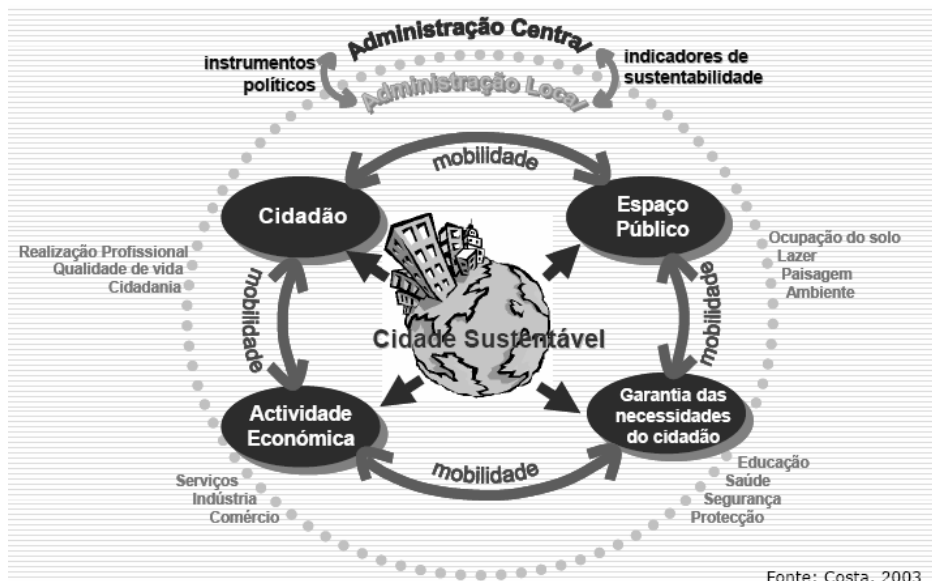
Tendo em consideração as interacções do ambiente natural com as cidades, torna-se necessário assimilar que elas próprias são recursos que necessitam de protecção, ao mesmo tempo que registam um aumento na procura necessária para a sua manutenção e o seu desenvolvimento - daí o termo desenvolvimento urbano sustentável - deslocando-se a ênfase do debate sobre o desenvolvimento sustentável para o ambiente construído (BREMER, 2001).

Compreendendo a cidade como um recurso, devem ser adoptadas medidas de forma a alcançar a sustentabilidade. Perante a situação actual, onde se verifica um elevado consumo de energia e uma grande ocupação do solo de áreas periféricas das cidades, aumentando assim a malha urbana, assim como, a presente exigência pela qualidade de vida por parte da população em geral, torna-se urgente que estes pontos devam ser considerados conjuntamente nas iniciativas locais de sustentabilidade urbana (MOREIRA BRAGA, 2006).

Contudo, é necessário não esquecer a especificidade do facto urbano supõe a negação do facto urbano em si mesmo e a "insustentabilidade", por definição, das cidades (CAMAGNI, 1999). É necessário, portanto, uma definição na qual a preservação do ambiente seja um elemento importante mas não o único, e onde se introduzam de forma integrada os diferentes elementos constituintes do fenómeno urbano a partir de perspectivas realistas.

O desenvolvimento sustentável das cidades, aparece então, como um "modelo" de gestão a adoptar, de modo a assegurar, um desenvolvimento equilibrado e sustentado do território. A gestão de uma cidade sustentável incide em três temas fundamentais - as políticas sociais, a participação da sociedade e o planeamento conjunto entre o poder político e a sociedade - mas tem de ter em conta quatro aspectos: o cidadão, o espaço público, a garantia das necessidades do cidadão e a actividade económica da e na cidade (Figura 3) (COSTA, 2003).

Figura 3 – Modelo de cidade sustentável



Fonte: Costa, 2003

Segundo CAMAGNI (1999), a sustentabilidade do desenvolvimento urbano deve entender-se como um processo evolutivo que se nutre da aprendizagem colectiva, da capacidade de resolução de conflitos e da capacidade de concepção estratégica, onde os diversos sistemas que compõem a cidade são considerados em conjunto. Não se trata, assinala CAMAGNI (1999), de construir a cidade da igualdade, que não é condição necessária nem suficiente para a sustentabilidade, nem a cidade sem conflitos: a cidade deve sim albergar a diversidade, deve defendê-la, integrá-la e reproduzi-la, garantindo a ausência de discriminações, a permeabilidade e a mobilidade vertical da população, a renovação das elites e uma acessibilidade mais ampla às oportunidades.

Uma cidade sustentável não é uma cidade sem conflitos, mas sim uma cidade que sabe geri-los. Além disso, aspira-se a conseguir “uma igualdade ambiental” tanto no sentido inter-geracional como intra-geracional. Não se trata só de incorporar valores ambientais, mas de garantir a acessibilidade e o desfrute destes por todos os cidadãos, presentes e futuros.

Neste sentido, o autor citado, entende a sustentabilidade urbana como um processo de integração sinérgica dos subsistemas que compõem a cidade e que garante à população local um nível não decrescente de qualidade de vida a longo prazo, sem comprometer as possibilidades de desenvolvimento das áreas próximas e que contribua para a redução dos efeitos nocivos do crescimento económico sobre a biosfera.

Por outro lado, EVERS e NIJKAMP (1990) entendem o conceito de sustentabilidade urbana como o potencial de uma cidade para alcançar novos níveis quantitativos e qualitativos, dentro da ordem socio-económica, demográfica e tecnológica, de forma que, a longo prazo, se reforce o sistema e este seja mais competitivo. Estes autores consideram que a principal força motriz da dinâmica urbana é a inovação. Inovação entendida não sob a perspectiva tradicional e restritiva de mudança tecnológica,

mas como motor impulsionador de todo um novo leque de actividades, de estilos de vida e instituições, orientadas para superarem os problemas que cria a vida na cidade.

A resposta à crescente importância ao fenómeno da sustentabilidade urbana, surge com a apresentação da Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade que a seguir se descreve.

I.3.1 – Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade

O actual modo de vida urbano, em particular as nossas estruturas-repartição do trabalho e funções, ocupação dos solos, transportes, produção industrial, agricultura, consumo e actividades recreativas responsabiliza-nos pelos inúmeros problemas ambientais com os quais a humanidade se confronta. Este facto é extremamente importante, uma vez que 80 % da população europeia vive em áreas urbanas (CE, 1994).

As cidades deixaram de ser consideradas apenas espaço construído e tornaram-se num sistema complexo que possibilita a vida a milhões de pessoas. A cidade tem de ser um espaço que proporcione o bem-estar, de modo que a sua dinâmica continue a atrair pessoas e actividades económicas. Neste sentido, a qualidade de vida nos centros urbanos tornou-se um dos principais objectivos das cidades modernas, o que cada vez mais está reflectido nas políticas urbanas, que no entanto, nem sempre atingem suficientemente os seus pressupostos (CE, 1996).

Neste contexto, a UE tem desenvolvido acções a nível europeu com vista a alcançar o desenvolvimento urbano sustentável dos espaços urbanos europeus. Neste contexto, tornou-se inadiável a aplicação dos princípios base do desenvolvimento sustentável nas cidades. Assim, o conceito de cidade sustentável desenvolveu-se na sequência da Carta de Aalborg, um documento redigido durante a Campanha Europeia de Cidades Sustentáveis, iniciada em 1994 (CE, 1994).

Durante a Primeira Conferência sobre as Cidades Sustentáveis, realizada a 27 de Maio de 1994, em Aalborg, foi assinada a "*Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade*"; também conhecida como a Carta de Aalborg que estabelece os princípios de sustentabilidade aplicados às cidades. Com o intuito de alcançar a sustentabilidade urbana as cidades signatárias inventariaram um conjunto de prioridades a seguir, presentes no quadro seguinte (CE, 1994).

Quadro 1 – Princípios da sustentabilidade urbana

- Reconhecer a importância das estratégias locais. Pelo facto de todas as cidades serem diferentes, é primordial que cada uma encontre o seu próprio caminho para alcançar a sustentabilidade. Para que tal aconteça, os princípios da sustentabilidade devem estar presentes em todas as políticas e fazer das especificidades de cada cidade o alicerce das estratégias locais adequadas;
- Assegurar o desenvolvimento urbano sustentável como um processo criativo, local e equilibrado, onde a gestão urbana seja assegurada por todas as partes envolvidas neste processo;
- A negociação aberta atribui a cada cidade uma maior liberdade na selecção do tipo de actividades a designar, com vista, a resolver as dificuldades e os desequilíbrios;
- Economia urbana para a sustentabilidade. É essencial que as cidades assegurem que o capital natural é um factor limitativo para o seu desenvolvimento;
- Equidade social para a sustentabilidade. É elementar que as cidades admitam que as populações mais pobres são as mais afectadas pelos problemas sociais e ambientais. A desigualdade económica está na origem de comportamentos insustentáveis, impedindo o processo evolutivo. As cidades devem combater esta pobreza, criando empregos de acordo com os princípios da sustentabilidade, de forma a diminuir o desemprego e a melhorar o nível de vida;
- Padrões de uso sustentável do solo. As cidades devem desenvolver políticas de ordenamento do território em que esteja patente uma avaliação dos impactes ambientais. Deve-se tirar partido das oportunidades oferecidas pelas grandes aglomerações urbanas, essencialmente, no que diz respeito, aos serviços públicos de transporte e abastecimento de energia. Os programas de renovação urbana e planeamento de novas áreas urbanas, associados com novas modalidades de transporte público e de alternativas que reduzam a mobilidade, contribuem para o equilíbrio entre a cidade e o campo;
- Mobilidade Urbana Sustentável. As cidades devem melhorar a acessibilidade, promover o bem-estar social e os modos de vida urbanos; no entanto, deve incrementar estratégias de diminuição do uso de transporte individual, que controlem o ordenamento do território, o tráfego e a poluição. Deve-se estimular os meios de transporte ecológicos;
- Responsabilidade pelo clima mundial. As cidades compreendem a necessidade de encontrar soluções para os problemas ambientais. Deve-se fomentar a utilização das fontes de energia renováveis;
- Prevenção da Intoxicação dos Ecossistemas. As cidades estão conscientes do perigo das substâncias tóxicas para a saúde pública e ecossistemas e asseguram o seu controlo;
- A auto-gestão no plano local. As cidades estão aptas a assumir a responsabilidade da reorganização das cidades com vista à sustentabilidade urbana, no entanto, é necessário que o poder local tenha recursos financeiros suficientes;
- Os cidadãos como protagonistas da sustentabilidade e o envolvimento da comunidade, ou seja, as cidades comprometem-se a efectuar os Planos Locais da Agenda 21 em colaboração com todos os parceiros da comunidade;
- Meios e Instrumentos da gestão urbana. As cidades comprometem-se a utilizar os instrumentos políticos e técnicos disponíveis para uma abordagem ecossistémica da gestão urbana. Devem tirar proveito dos instrumentos existentes, nomeadamente, os que estão relacionados com a recolha/processamento de dados ambientais, regulamentos, instrumentos económicos e de comunicação, como as directivas, taxas e multas. Em todo este processo, as cidades são chamadas a elaborar e a aplicar estratégias próprias, bem como a partilhar a experiência adquirida.

Fonte: in *Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade*, CE, 1994.

A *Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade* considera que a cidade é a maior unidade com capacidade para gerir os inúmeros desequilíbrios urbanos que afectam o mundo moderno, nomeadamente, os arquitectónicos, os sociais, os económicos, os políticos, os recursos naturais e os ambientais. No entanto, também é a menor unidade, na qual se poderão resolver estes problemas duma forma eficaz, integrada, global e sustentável (CE, 1994).

A *Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade* delibera os princípios de sustentabilidade urbana e a implementação dos princípios da Agenda para o século XXI, definidos na Cimeira do Rio, a nível local – Agenda 21 local. A assinatura deste documento, por parte das cidades europeias, foi um marco fulcral para que estas começassem a caminhar em direcção a um desenvolvimento mais sustentado (VASCONCELOS, 2001).

Esta é um manifesto que compromete os assinantes a assumir uma política urbana em relação ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável num âmbito de responsabilidade e solidariedade com as regiões menos favorecidas, a natureza e o legado para as gerações futuras. Deste modo, pode definir-se como a Constituição que garanta o desenvolvimento sustentável das cidades (VASCONCELOS, 2001). O modo de “vida humana sustentável não pode existir sem comunidades locais também elas sustentáveis. (...) as cidades desempenham um papel essencial no processo evolutivo dos hábitos de vida, da produção, do consumo e das estruturas ambientais” (CE, 1994).

Depois da primeira reunião sobre cidades saudáveis - Aalborg (1994) donde saiu a Carta de Aalborg assinada por 650 entidades de 32 países europeus comprometendo-se a implementar a Agenda 21 ao nível local - realizou-se a reunião de Lisboa (1996) que produziu o Plano de Acção identificando os objectivos operacionais a serem implementados; a reunião de Hannover, onde foi divulgada uma Declaração (2000) que avaliava o progresso das cidades Europeias rumo à sustentabilidade (VASCONCELOS, 2001); a reunião de Aalborg (2004) que originou os Compromissos que as cidades se realizaram em cumprir, e recentemente, a reunião de Sevilha que produziu a *Carta de Leipzig* (2007) que recomenda uma maior integração das políticas de desenvolvimento urbano.

A materialização das iniciativas da Agenda 21 local podem ser diversas, uma vez que estas variam em função da riqueza cultural e das características regionais, assim, como da interpretação de cada povo ou comunidade em relação ao modelo a adoptar (FIRMINO, 2004).

As autoridades locais deverão reforçar o bem-estar da população e promover a igualdade e integração social assegurando-se de que os serviços e equipamentos básicos, o ensino e a formação, a assistência médica, a habitação e o emprego estão disponíveis para todos. O processo para a cidade sustentável assenta na criatividade e mudança, colocando em causa, a actuação tradicional das autoridades e procura novas competências e relações organizativas e institucionais (CE, 1996).

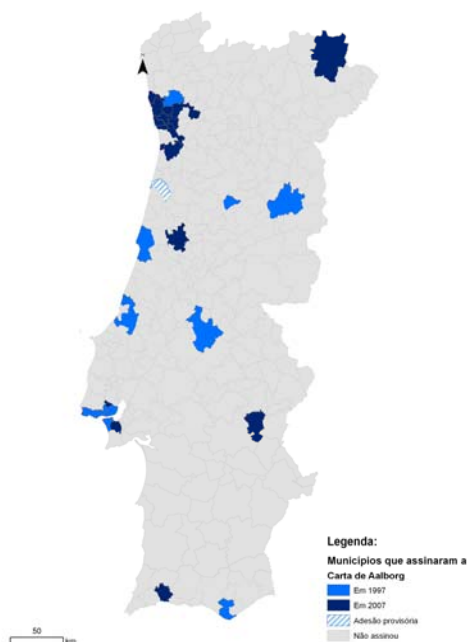
A adesão à Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis tem sido significativa, como é evidente na tabela do Anexo 1, onde está representada a listagem de participantes. Até à data, aproximadamente 2 500 governos locais europeus de 45 países (CE, 2007) assinaram a Carta de Aalborg. É de salientar que destes 45 países, somente a Austrália, Israel, Marrocos e a Turquia não pertencem ao continente europeu. Isto representa o interesse por parte dos países europeus face a temática da sustentabilidade das cidades. Cerca de 127 cidades ou vilas encontram-se ainda em estado provisório. De todos os países que aderiram à Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis, é de salientar a Espanha com um maior número de assinantes, 1022 municípios, seguida da Itália com 821 e do Reino Unido com 104, pelo facto de incluírem desde *municipios* a *districts*. Na listagem de participantes

verificam-se diferentes níveis de organização administrativa do território, uns de carácter mais local, a outros de nível supra-municipal ou sub-regional.

Relativamente ao nosso país (figura 4), segundo Marques da Costa (2000), em 1997 participaram e aderiram 12 municípios do território continental à Carta de Aalborg, cinco dos quais pertenciam à Área Metropolitana de Lisboa, sete eram municípios com cidades médias e o restante, correspondia a uma pequena localidade. Para 2007, a evolução foi positiva mas não tanto como em outros países.

Assim, em 2007 tinham aderido à Carta de Aalborg, 28 municípios do território nacional, sete dos quais pertencem à Área Metropolitana de Lisboa, três pertencem à Área Metropolitana do Porto, treze são municípios de cidades médias e os restantes cinco, correspondem a pequenas localidades e a uma associação de municípios da Área Metropolitana do Porto (LIPOR). É de referir que a adesão do município de Aveiro se encontra provisória (CE, 2007).

Figura 4 – Municípios portugueses que assinaram a Carta de Aalborg



Fonte: Adaptado de Marques da Costa, 2000 e <http://sustainable-cities.eu/The-Campaign-76-2-3-.html>

A procura de modelos de desenvolvimento cada vez mais sustentáveis evidencia a crescente preocupação, por parte dos dirigentes políticos locais, num desenvolvimento mais equilibrado do território. A adesão à Campanha Europeia para as Cidades e Vilas Sustentáveis traduz-se numa constante evolução e produção de conhecimentos, estratégias inovadoras, o que torna indispensável o intercâmbio entre todos aqueles que trabalham nestes contextos, permitindo criar sinergias para a troca de conhecimentos e experiências (VASCONCELOS, 2001).

CAPÍTULO II – INICIATIVAS URBANAS PARA UM DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO E SUSTENTADO DO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE EUROPEIA

II.1 – Principais problemas das cidades e ameaças ao desenvolvimento sustentável – breve análise.

As cidades têm enfrentado desafios que se devem a um ritmo intenso de mutações económicas, sociais, culturais, tecnológicas e político-administrativas interligadas, fazendo surgir novas ameaças e oportunidades que alteram a estruturação do espaço e a gestão do território (GONÇALVES, 1995).

De facto, a própria evolução das cidades e a sua dinâmica gerou uma forte pressão sobre o território, uma vez que se registou um fenómeno de forte concentração de pessoas e actividades económicas nos centros urbanos. Segundo PORTAS e outros (2003), as cidades foram assim alvo de processos de ampliação, fragmentação, esvaziamento, coalescências, reconcentrações resultantes de pressões locais ou globais, de natureza económica e social, referentes às fases de desenvolvimento, que permitem falar de problemas comuns transregionais, transnacionais ou mesmo transcontinentais, como (PINTO, 2001):

- a uniformização crescente do leque dos diversos estilos de vida das populações, com incidência nos padrões de localização e produtos da oferta imobiliária residencial ou das actividades de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, incluindo os culturais;
- a propagação das tecnologias de comunicação, em geral, e da deslocação, em particular, com consequências frequentemente opostas de dispersão e de concentração;
- a pressão crescente destas procuras sobre os recursos menos renováveis;
- os défices de consenso sobre a tolerância da diversidade ou a aceitação dos sacrifícios da sustentabilidade, reflecte-se na governância dos territórios.

Num contexto pós-moderno, J. GONÇALVES (1995) fala de "crise urbana", enquanto fenómeno global, sendo composta por problemas concretos que se conjugam e dão uma imagem negativa da cidade: a *crise da comunicação* (as cidades actuais não favorecem as trocas comunicativas, sufocando as relações sociais e reduzindo ao mínimo o contacto e as trocas); a *crise das relações sociais* (os contactos são difíceis e são agravados pela segregação espacial que torna opaca a estrutura social existente, pois os contactos entre indivíduos de diferentes estatutos são diminutos); a *crise da territorialidade* (o automóvel isola o homem, não lhe permite mais que estabelecer tipos de relações elementares à excepção da competição, da agressividade e dos instintos destrutivos); e a *crise do espaço vital e patologias urbanas* (o problema das grandes densidades: superpovoamento e criminalidade). Além disso, outras mutações têm ocorrido, como a seguir se discrimina.

O estado de insatisfação com a “cidade herdada” pela nova geração (PORTAS et al., 2003) é evidente e já alcançou relevância, adquirindo uma posição imperante nas agendas políticas e nas prioridades de intervenção pública.

Neste âmbito, e sendo o desenvolvimento sustentável um objectivo mundial, a União Europeia, como instituição suprema, desempenha um papel importante na concretização de um desenvolvimento sustentável a nível do espaço comunitário.

Para a União Europeia, o desenvolvimento sustentável é “uma visão positiva a longo prazo de uma sociedade mais próspera e mais justa, que promete um ambiente limpo, mais seguro e mais saudável – uma sociedade que oferece uma melhoria da qualidade da nossa vida (...). A realização prática deste objectivo exige que o crescimento económico apoie o progresso social e respeite o ambiente, que a política social favoreça o desempenho económico e que a política de ambiente seja economicamente eficiente” (CCE, 2001).

Neste sentido, impõe-se à União Europeia que estabeleça estratégias e acções políticas de carácter legislativo e prático que solucionem os problemas com que as cidades europeias se deparam e que ameaçam o seu desenvolvimento sustentável.

Em 2001, a União Europeia realizou a primeira auditoria urbana, na qual se realizou um levantamento das principais tendências não sustentáveis existentes nas cidades europeias e que poderiam ser uma ameaça grave ao bem-estar futuro da sociedade europeia. Estas foram as conclusões retiradas (CCE, 2001):

Quadro 2 - Principais ameaças ao desenvolvimento sustentável

Principais ameaças ao desenvolvimento sustentável:

- As emissões de gases com efeito de estufa provenientes da actividade humana que provocam um *aquecimento mundial* e consequentemente, alterações climáticas;
- As novas *variedades de produtos químicos perigosos*, que são utilizados diariamente, resistentes aos antibióticos de certas doenças e com efeitos a longo prazo, constituem uma ameaça grave à saúde pública; a segurança dos produtos alimentares é preocupante;
- A *pobreza e a exclusão social* possuem efeitos directamente nos indivíduos, nomeadamente ao nível da saúde, suicídio e desemprego duradouro;
- O *envelhecimento da população* pode diminuir a taxa de crescimento económico, bem como a qualidade e sustentabilidade financeira dos registos de pensões e do serviço nacional de saúde;
- A *perda de biodiversidade* na Europa tem-se acelerado de forma acentuada nas últimas décadas. A diminuição dos stocks de pescado, o aumento do volume de resíduos e a perda de solos/diminuição da fertilidade estão a deteriorar a viabilização das terras agrícolas;
- O *congestionamento dos transportes* tem aumentado rapidamente e afecta essencialmente as zonas urbanas, que enfrentam igualmente outros problemas como a degradação do centro das cidades, expansão dos subúrbios e concentração de pobreza grave e exclusão social.

Fonte: Extraído de CCE (2001).

Foram já várias as tentativas para alterar estas situações. Contudo a correcção destas tendências nem sempre teve o sucesso inicialmente desejado e a aplicação de iniciativas de carácter local revelou-se

um procedimento mais eficaz na obtenção de consensos de mudança a nível local. Para resolver estas tendências é necessária “uma acção urgente, uma liderança política empenhada e perspicaz, uma nova abordagem da tomada de decisões políticas, uma ampla participação e responsabilidade internacional (CCE, 2001).

As políticas de desenvolvimento da União Europeia apresentam-se como estratégias para o desenvolvimento equilibrado do território. Estas têm um papel relevante, uma vez que funcionam como impulsionadoras da sustentabilidade urbana (CE, 2000). No conseqüente sub-capítulo serão referidas as iniciativas urbanas no âmbito do espaço comunitário.

II.2 – Orientações de política urbana na comunidade europeia

II.2.1 – Evolução das Políticas Urbanas

A primeira publicação enquadrada na implementação de políticas urbanas, a nível comunitário, é o *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano* (CE, 1990) publicado pela Comissão Europeia em 1990, que constitui uma Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu. Este documento é uma referência essencial, uma vez que fez um primeiro diagnóstico dos problemas ambientais com que as cidades europeias se deparam, denunciando as origens desses problemas e propondo orientações políticas a seguir (PINHO, 1997).

Na sequência desta iniciativa, foi criado pela Comissão Europeia em 1991 um Grupo de Peritos em Ambiente Urbano que implementou o projecto “Cidades Europeias Sustentáveis”, lançado em 1993; do qual resultou o *Relatório Cidades Europeias Sustentáveis* (CE, 1996b). Este relatório incidia na integração dos objectivos de desenvolvimento urbano sustentável nas estratégias de planeamento e gestão. Neste relatório apresentam-se quatro princípios essenciais que devem ser utilizados no estabelecimento de metas e na medição e acompanhamento dos progressos em direcção à sustentabilidade urbana. Os princípios assentam, essencialmente, no aspecto institucional e ambiental, reforçando a capacidade dos poderes locais de assegurarem a sustentabilidade (CE, 1996b). O relatório identifica alguns princípios a serem usados no estabelecimento de objectivos e no acompanhamento dos progressos no sentido da sustentabilidade nas áreas urbanas.

Também no seguimento da publicação do Livro Verde, foi aprovado o Quinto Programa de Acção em Matéria de Ambiente (1992-2000) - *Para um desenvolvimento sustentável*¹ - o qual delineou um novo percurso ao integrar políticas, leis e projectos num programa global cujo objectivo é alcançar o

¹ Elaborado paralelamente à Agenda 21 (documento que estabelece a mudança do actual padrão de desenvolvimento global para o século XXI, na forma de compromissos que expressam o desejo de mudança das nações do actual modelo de civilização para outro em que predomine o equilíbrio ambiental e a justiça social) - acordada da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992.

desenvolvimento sustentável. Este programa propôs uma partilha das responsabilidades através de uma maior implicação dos diferentes agentes económicos e sociais e um maior controlo e acompanhamento em todo este processo. O programa dedica a atenção aos cinco principais sectores económicos passíveis de causar danos ao ambiente e destruir os recursos naturais, nomeadamente a indústria, os transportes, a energia, a agricultura e turismo. Analisa identicamente as questões ambientais mais importantes com que a União Europeia se confronta, como é o caso das alterações climáticas, acidificação e poluição atmosférica, destruição dos recursos e da biodiversidade, recursos hídricos, deterioração do ambiente urbano e das zonas costeiras, resíduos e riscos industriais (CE, 1993a).

O programa pretendia fomentar mudanças nos comportamentos e orientações a nível da Comunidade e dos Estados-membros, a nível económico e do próprio cidadão. A estratégia principal do programa era auferir uma total integração da política do ambiente com outras políticas relevantes, graças à participação activa de todos os agentes sociais na elaboração de instrumentos de controlo e mudança de comportamento e de atitudes.

Em 1994, a Comissão Europeia lança a iniciativa URBAN, com o objectivo de concretizar alguns dos desígnios propostos no Quinto Programa.

O URBAN (1994-2006) destinava-se a apoiar a revitalização económica e social e a requalificação das áreas urbanas, em especial dos centros de cidades e das suas periferias, com problemas de declínio económico e urbano, desemprego, de deterioração da qualidade de vida e acumulação de fenómenos de exclusão social e insegurança. O URBAN foi co-financiado por dois Fundos Estruturais da Comunidade Europeia: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo Europeu Social (FSE) e por outras fontes de financiamento, incluindo as autoridades nacionais, regionais e locais, bem como o sector privado e organizações sociais (IFDR, 2007).

A Iniciativa Comunitária URBAN, que já teve dois períodos de programação a iniciativa URBAN I e a iniciativa URBAN II. A primeira decorreu no período de 1994 a 1999 e financiou programas em 118 áreas urbanas da UE. Estes programas incidiam sobre a reabilitação das infra-estruturas, a criação de emprego, o combate à exclusão social e a melhoria do ambiente. Entre 2000 e 2006, a iniciativa URBAN II representou uma mais valia em termos de estratégias inovadoras para as cidades ao ter como objectivos promover a melhoria da qualidade de vida das populações de centros urbanos ou de subúrbios em crise das grandes cidades, pela formulação e a aplicação de estratégias inovadoras de revitalização socio-económica sustentável e fomentar o desenvolvimento e o intercâmbio de conhecimentos sobre a revitalização e o desenvolvimento urbano sustentável. Esta iniciativa financiou projectos em 70 áreas urbanas da Europa (IFDR, 2007).

O URBAN consistiu assim numa abordagem territorial, que envolvendo as autoridades locais e da comunidade local, integra as dimensões económica e social através de operações que combinam a recuperação de infra-estruturas com actuações nos sectores económicos e do mercado de trabalho,

complementadas por medidas destinadas a combater a exclusão social e a melhorar a qualidade ambiental.

Esta iniciativa destinada maioritariamente a autarquias locais, instituições privadas de solidariedade social, entidades associativas ou representativas dos agentes económicos e sociais regionais e locais - apostava na revitalização socio-económica, como forma de eliminar todos os problemas oriundos das grandes desigualdades, que existem neste domínio, presentes nos centros urbanos; tendo por base o princípio de que a inexistência desses mesmos problemas proporciona uma melhor qualidade de vida às populações dos centros urbanos.

Ainda no âmbito da Campanha das Cidades Sustentáveis, e como consequente da Primeira Conferência sobre Cidades Sustentáveis, foi publicado o documento *Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade*, onde se apresentam os princípios da sustentabilidade urbana, os quais abrangem os quatro pilares do desenvolvimento sustentável, ou seja, os aspectos institucionais, económicos, sociais e ambientais. Contudo é atribuída uma maior importância à parte institucional, ou seja, ao papel das próprias cidades na procura do seu caminho para alcançar a sustentabilidade, passando a possuírem uma maior autonomia em todo este processo (CE, 1994b).

Da Segunda Conferência sobre Cidades Sustentáveis em 1996 resultou o documento *Da Carta à Acção*. A preocupação patente neste documento foi a execução dos princípios estabelecidos na Carta de Aalborg, ou seja, a concretização do processo da Agenda 21 Local. As acções previstas incluem-se mais uma vez no aspecto institucional, dando ênfase ao poder das autoridades locais europeias para a implementação das acções necessárias para alcançar a sustentabilidade urbana (CE, 1996).

Em 1998, a Comissão Europeia apresentou uma comunicação ao Conselho e ao Parlamento intitulada *Desenvolvimento Urbano Sustentável: um Quadro de Acção*. O presente Quadro procurou aumentar a eficácia das políticas da UE, procurando torná-las "sensíveis" às necessidades das zonas urbanas e assegurar um desenvolvimento urbano integrado. Esta comunicação derivou da análise pormenorizada das incidências urbanas das diversas políticas comunitárias; sendo o seu âmbito mais extenso e tendo sido atribuído destaque às questões da economia, do emprego, da igualdade e da inclusão social (CCE, 1999b) .

Em termos gerais, o Quadro de Acção da UE para o desenvolvimento urbano sustentável visa uma melhor coordenação e orientação das intervenções comunitárias dirigidas a resolver os problemas urbanos. Para obter uma melhor aplicação das políticas de desenvolvimento da Comunidade, foram estabelecidos quatro objectivos políticos interdependentes, que compreendem os aspectos institucional, económico, social e ambiental sobre o qual incide o desenvolvimento sustentável:

- *Reforço da prosperidade económica e do emprego nas cidades*: aumentando a vitalidade económica das cidades, especialmente nas regiões menos favorecidas, incentivando a inovação, aumentando a produtividade e explorando novas fontes de emprego, e a promover um sistema urbano europeu equilibrado e policêntrico;

- *Promoção da igualdade, inclusão social e regeneração nas áreas urbanas:* organizando o acesso aos benefícios da maior produtividade e competitividade de uma forma justa, reduzir a exclusão social e melhorar a segurança; a exclusão é um flagelo para as suas vítimas e põe em perigo a integração social, a competitividade e a sustentabilidade das cidades;
- *Protecção e melhoria do ambiente urbano tendo em vista a sustentabilidade local e global:* tornando as cidades mais sustentáveis em termos ambientais e evitar impor os custos do desenvolvimento ao seu ambiente próximo, às áreas rurais circundantes, às regiões, ao próprio planeta ou às gerações futuras;
- *Contribuição para a boa administração urbana e responsabilização local:* incentivando processos de decisão e instituições urbanas inovadoras e flexíveis, que promovam uma maior participação e responsabilização dos cidadãos e uma maior integração das políticas e das acções dos parceiros públicos, privados e associativos, desde o nível europeu ao nível local, e aumentem a sinergia e cooperação entre os processos e recursos institucionais existentes.

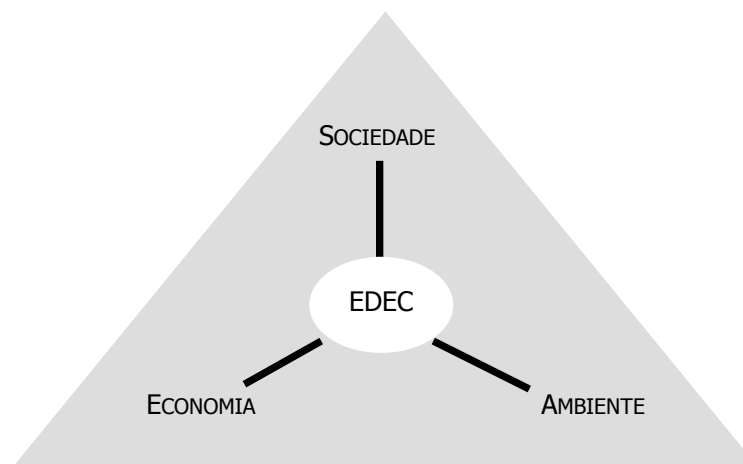
As preocupações com a sustentabilidade aparecem traduzidas não só à escala urbana mas igualmente à escala do ordenamento do território. Assim, em 1999 foi aprovado o *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário* (EDEC), assinado pelos ministros europeus de ordenamento do território; o qual foi descrito como uma 'estratégia indicativa' que reflecte o cuidado a ter em conta na produção de qualquer iniciativa, lembrando o conceito de subsidiariedade e mantendo as identidades nacionais (SHAW *et al.*, 1995); propondo análises e orientações para reforçar a coordenação de políticas nacionais em matéria de ordenamento do território (CCE, 1999a).

Este é referente aos objectivos espaciais comuns e sobre as linhas directrizes para assegurar um desenvolvimento policêntrico, equilibrado e sustentável da União. Esta iniciativa teve origem no aumento constatado de disparidades territoriais de competitividade entre, por um lado, a parte central e as diferentes periferias da União Europeia e, por outro, na maioria dos países, entre as regiões urbanas mais competitivas - todas «regiões capitais» - e o resto do território (CONFERÊNCIA DAS CIDADES DO ARCO ATLÂNTICO, 2002).

Segundo o EDEC, que representa as linhas orientadoras de desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da União Europeia (UE), este só será alcançado se houver harmonia entre as necessidades sociais e económicas da ocupação do solo e a vertente ecológica e cultural dos espaços. Se o modelo de desenvolvimento do espaço comunitário assentar nestas três componentes, a UE progredirá de um espaço meramente económico para um espaço mais ecológico, conduzindo, no futuro, a uma UE que integre as dimensões social, económica e ambiental, sempre salvaguardando a diversidade regional (CCE, 1999a).

Neste sentido, os objectivos do EDEC incorporam os pilares do desenvolvimento sustentável da UE, ou seja, a sociedade, a economia e o ambiente, que contribuirão para um desenvolvimento territorial globalmente equilibrado (figura 5). No entanto, estes objectivos devem ser prosseguidos em conjunto não só pelas instituições europeias mas também pelos vários níveis políticos e administrativos nacionais, regionais e locais (BORREGO, 2007).

Figura 5 – Triângulo de objectivos: para um desenvolvimento do território equilibrado e sustentável



Fonte: Adaptado de CE, 1999.

O EDEC atribui deste modo uma importância primordial às cidades. Um dos motivos da realização do EDEC foi a constatação de que a geografia da Europa permanece bastante polarizada segundo uma configuração que opõe um centro mais desenvolvido e melhor servido a uma periferia que apresenta características inversas (além da forte polarização interna em alguns estados-membros). O EDEC indica assim claramente o objectivo a atingir - um território europeu policêntrico - o qual é aplicado pelos autores do EDEC a três escalas: continental, nacional e local (BAUDELLE *et al.*, 2001). Deste modo o objectivo de uma Europa geograficamente reequilibrada enunciada pelo EDEC parece querer alterar a tendência pesada para a concentração na Europa Central (ALBRECHTS, 2001).

Quando o EDEC aponta os "objectivos políticos e opções para o território europeu", destacando-se um "desenvolvimento territorial mais equilibrado e policêntrico e uma nova relação cidade-campo". Este objectivo geral subdivide-se em vários objectivos mais específicos, destacando-se a necessidade de promover "cidades e regiões dinâmicas, atractivas e competitivas" (CE, 1999). Visa também, um planeamento urbano equilibrado, a igualdade de acesso às infra-estruturas, às comunicações e ao conhecimento, uma gestão eficiente dos recursos naturais e do património. O desenvolvimento sustentável das cidades passa assim, fundamentalmente, pela interligação dos quatro aspectos sobre o qual, este tipo de desenvolvimento assenta.

O EDEC, através de novas orientações para o estabelecimento de uma nova relação cidade-campo, nomeadamente nos territórios mais urbanizados, aposta no aspecto institucional como forma de controlar a tendência expansionista das cidades, evoluindo para o que hoje está associado ao conceito de "cidade compacta". Neste sentido, são atribuídas maiores responsabilidades às autarquias locais e regionais, de modo a reforçar a cooperação entre a cidade e a sua periferia na tentativa de encontrar formas de parceria na conciliação de interesses. O aspecto social da sustentabilidade das cidades associa-se à luta contra a exclusão social e ao impedir o desaparecimento de certas funções urbanas, em especial nas grandes cidades, onde uma parte significativa de população está ameaçada de exclusão urbana.

Posterior ao EDEC, e resultado da Terceira Conferência sobre Cidades Sustentáveis (2000), surge a *Declaração de Hannover*. Os princípios e valores que foram definidos para a acção a nível local deste documento, rumo à sustentabilidade urbana, abrange os aspectos institucional, económico e social. Em termos de objectivos, a nível institucional volta a surgir a responsabilização partilhada como fulcral em todo este processo. Contudo, surge uma inovação pela primeira vez, refere-se a promoção da paz como aspecto indispensável para uma sociedade sustentável. No que diz respeito às orientações enquadradas na componente económica, mais especificamente as actividades económicas, devem ser mais sociais e ecologicamente mais eficientes, de modo a evitar o consumo desnecessário de recursos não renováveis. Neste aspecto, a economia e o ambiente aparecem interligados, ou seja, a preservação dos recursos naturais através de atitudes mais racionais e eficientes por parte de todos os envolventes no sector económico. Na dimensão social, maior justiça e equidade social, reduzir a pobreza e o combate à exclusão social voltam a fazer parte dos princípios de sustentabilidade (CE, 2000b).

Um ano mais tarde, em 2001, a Comissão Europeia apresentou a comunicação *Desenvolvimento Sustentável na Europa para um mundo melhor: Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável*. Nesta comunicação, a necessidade de reorganizar as políticas comunitárias em vigor, de modo a otimizar a sua contribuição para alcançar os objectivos estabelecidos de desenvolvimento sustentável, constituem os objectivos institucionais da Comissão nesta comunicação. É de salientar a preocupação face às ameaças com a saúde pública dos cidadãos da comunidade, até então nunca mencionada em nenhuma iniciativa, assim como a referência à melhoria do sistema de transporte e do ordenamento, aspectos particularmente importantes nas cidades, onde se concentra uma elevada percentagem da população. Em relação aos objectivos ambientais, foi abordada pela primeira vez a limitação das mudanças climáticas e a utilização de energia limpa. A referência ao ambiente nas iniciativas anteriores foi feita de forma muito genérica. A questão da gestão dos recursos naturais voltou a ser referida (CE, 2001).

Outra iniciativa a referir é o Sexto Programa de Acção em Matéria de Ambiente - *Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha*. Este programa foi lançado em 2001 e identifica quatro áreas do ambiente em que é indispensável reforçar a acção, nomeadamente no âmbito das alterações climáticas; da protecção da natureza e biodiversidade; saúde e qualidade de vida e gestão dos recursos naturais e resolver o problema dos resíduos. O Sexto Programa inseriu novos objectivos ambientais, mais específicos na temática, tais como proteger os solos, melhorar a qualidade de vida dos habitantes das cidades, promover o ambiente marinho, promover a reciclagem dos resíduos através do estabelecimento de metas e identificação de mercados e utilizar sustentavelmente os pesticidas, objectivos que cumpridos nas cidades em muito contribuirão para o aumento da sua sustentabilidade (CE, 2001).

Este Sexto Programa apresenta-se como uma estratégia ambiental bastante ambiciosa, salientando a importância da participação dos cidadãos e das empresas, mas de uma forma mais inovadora.

Contudo programa limita-se, nos quatro domínios, à definição de objectivos gerais e não estabelece metas quantificáveis (CE, 2002).

No âmbito da iniciativa URBAN II, referida anteriormente, desenvolveu-se o Programa URBACT - Rede Europeia de Intercâmbio de Experiências - que decorreu entre 2002 e 2006, cujos objectivos consistiam na criação de uma rede de cidades da UE, com vista a troca de experiências e boas práticas de sustentabilidade urbana entre cerca de 200 cidades e parceiros beneficiários dos Programas URBAN I, URBAN II e Projectos Piloto Urbanos. As cidades que beneficiaram do Programa URBAN puderam tirar ensinamentos sobre as experiências levadas a cabo, e difundir amplamente essas competências. A partir de 1 de Maio de 2004, o Programa URBACT também envolveu as cidades dos 10 novos Estados-Membros (CE, 2002).

Posteriormente, surgiu a Quarta Conferência sobre Cidades Sustentáveis em 2004, da qual resultou o documento *Os Compromissos de Aalborg*. O documento apresenta os compromissos que as cidades se responsabilizaram em cumprir. Os objectivos presentes nesses compromissos enquadram-se nos quatro pilares do desenvolvimento sustentável, destacando-se nesta edição o aspecto institucional. As cidades voltam a apostar no papel do poder local como fundamental na condução de todo o processo de desenvolvimento sustentável, nomeadamente na responsabilização partilhada, nas decisões democráticas e participativas, gestão local baseada no planeamento e a promoção do bem-estar aos cidadãos. No aspecto económico ressalta a importância da economia das cidades que deve ser mais dinâmica e sustentável. Voltam a apostar na equidade e justiça social em termos sociais. A preservação do ambiente aparece sob o aspecto de responsabilizar para proteger e apostar na utilização eficiente dos recursos naturais. As preocupações ambientais reforçam a importância da mobilidade sustentável, como forma de reduzir os impactos nefastos da mobilidade para o ambiente (CE, 2004).

Três anos mais tarde, em 2004, a Comissão Europeia apresentou uma nova comunicação ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, intitulada *Para uma estratégia temática sobre Ambiente Urbano* (CCE, 2004). A presente comunicação tentou fortalecer o contributo das políticas ambientais para a sustentabilidade das áreas urbanas. A estratégia sobre o ambiente urbano constituía já uma das sete estratégias temáticas referidas no Sexto Programa de Acção em Matéria de Ambiente. As acções a desenvolver estavam orientadas ao redor da gestão urbana, dos transportes, da construção e do urbanismo. Os objectivos desta estratégia sobre o ambiente urbano dirigem-se sobretudo aos aspectos institucional e no ambiental. No campo institucional, surge a preocupação pelo desenvolvimento de formas de urbanismo sustentável. A Comissão fomenta padrões sustentáveis de aglomeração urbana e incentiva à reutilização de terrenos já construídos, em vez da utilização de zonas verdes, com vista a obter um desenvolvimento urbano sustentável baseado em densidades populacionais mais elevadas (CE, 2004).

Por outro lado reconhece-se a má concepção e os maus métodos de construção dos edifícios poderão ter impactos significativos na saúde dos ocupantes bem como no ambiente. Exige-se então ao poder local um maior controlo e acompanhamento sobre esta questão (CCE, 2004). A questão do urbanismo

que já tinha sido mencionada no EDEC em 1999, volta a surgir devido à preocupação da Comissão com os impactos da expansão urbana nas áreas envolventes rurais. Aparece nos objectivos ambientais a promoção de transportes urbanos sustentáveis, como forma de solucionar todos os problemas ambientais das cidades derivados do aumento do tráfego rodoviário.

Posteriormente, em 2006, a Comissão das Comunidades Europeias, apresentou uma nova comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu intitulada *A política de coesão e as cidades: contribuição das cidades e das aglomerações para o crescimento e o emprego nas regiões*. A presente comunicação dá ênfase a determinados aspectos específicos da dimensão urbana que podem ser relevantes, nomeadamente, a atractividade das cidades, o emprego, a exclusão social, o apoio à inovação e formas de governação eficazes. Esta comunicação não atribui grande destaque para as questões ambientais, e sim às questões relacionadas com a competitividade das cidades. Propõe algumas orientações genéricas não estabelecendo metas a atingir (CCE, 2006).

O documento mais recente, surgiu em público em Março de 2007, decorrente da Quinta Conferência Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis: a *Carta de Leipzig sobre a Sustentabilidade nas Cidades Europeias* (CE, 2007). Neste encontro, os ministros dos Estados-Membros fizeram um balanço sobre a implementação da Carta, os Compromissos de Aalborg e a sustentabilidade local na UE e enfatizaram a importância sistemática e estruturada da troca de experiências e de conhecimentos no campo do desenvolvimento urbano sustentável e o debate nacional na integração dos princípios e estratégias desta carta nas políticas de desenvolvimento nacionais, regionais e locais.

A Carta de Leipzig recomenda a integração das políticas de desenvolvimento urbano; as quais têm em consideração os diferentes interesses nacionais relevantes neste tipo de desenvolvimento. A reconciliação de interesses, facilitada por esta política integradora, constitui a base viável para o consenso entre o estado, as regiões, as cidades, os cidadãos e os actores económicos. Outro aspecto a ter em conta neste processo é a educação, a inovação e a acessibilidade e oferta de transporte urbano coordenados em rede com o transporte da região envolvente à cidade e modernizando a sua infra-estrutura, tornando-a energeticamente mais eficiente (CE, 2007).

Outros objectivos definidos na carta foram criar e assegurar espaços públicos de qualidade, prosseguir com estratégias para melhoria do ambiente construído. A Carta recomenda também uma maior atenção às necessidades dos bairros pobres dentro do contexto da cidade, por serem estas palco de grandes desafios, especialmente em conexão com a mudança nas estruturas económica e social e globalização (CE, 2007). Existem problemas específicos nas cidades, em especial o desemprego elevado e a exclusão social derivados duma frágil estrutura económica, pelo que torna-se fundamental criar e assegurar trabalho e facilitar a criação de novas empresas. As oportunidades no acesso ao mercado de trabalho local têm de ser melhoradas pela oferta/procura orientada de instrução. É fulcral um bom sistema de educação e de instrução na comunidade local em conjugação com políticas proactivas destinadas a crianças e jovens. Para além disso, o desenvolvimento de um sistema de transportes públicos eficiente e a preço acessível dará aos residentes igual oportunidade para ter mobilidade e acessibilidade (CE, 2007).

II.2.2 – A inclusão dos pilares da sustentabilidade nas políticas

Em prol da sustentabilidade do espaço europeu foram várias as políticas e iniciativas aprovadas por parte da União Europeia, tendo cada uma dado ênfase a aspectos díspares.

A análise anterior mostra que as políticas alargaram o seu espectro de actuação, adaptando-se aos problemas que foram surgindo no sentido de se verificar essas mudanças. Analisaram-se várias iniciativas e políticas, nomeadamente os seus objectivos, e procurou-se classificá-los segundo os quatro pilares do desenvolvimento sustentável, no sentido de verificar em que medida as iniciativas/políticas urbanas tinham ou não presente os propósitos da sustentabilidade urbana².

Em forma de síntese, o quadro 3 apresenta o número de objectivos das diferentes iniciativas/políticas comunitárias distribuídos pelos diferentes vectores do desenvolvimento sustentável.

Quadro 3 – Síntese dos objectivos das iniciativas/políticas comunitárias

Ano	Iniciativas / Políticas	Vectores de carácter:			
		Institucional	Económico	Social	Ambiental
1992	5º Programa de Acção em Matéria de Ambiente	●●●●	●		●
1994	1ª Conf. Sobre Cidades Sustentáveis	●●●●●	●	●●●	●●●
1994	URBAN	●●	●●	●	●
1996	<i>Relatório do Projecto Cidades Europeias Sustentáveis</i>	●●●			●
1996	2ª Conf. Sobre Cidades Sustentáveis	●●●●●●●●			
1998	Comunicação da Comissão Europeia: <i>Desenvolvimento Urbano Sustentável - um Quadro de Acção</i>	●	●●●●	●	●
1999	EDEC	●	●	●	
2000	3ª Conf. Sobre Cidades Sustentáveis	●●	●	●	
2001	Comunicação da Comissão Europeia: <i>Desenvolvimento sustentável na Europa para um mundo melhor – estratégia da U.E. em favor do desenvolvimento sustentável.</i>	●●●●			●
2001	6º Programa de Acção em Matéria de Ambiente	●●			●●●●●●
2002	Programa URBACT	●			
2004	4ª Conf. Sobre Cidades Sustentáveis	●●●●●	●	●	●●●
2004	Comunicação da Comissão Europeia: <i>Para uma estratégia temática sobre Ambiente Urbano.</i>	●●●			●
2006	Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias: <i>A política de coesão e as cidades: contribuição das cidades e das aglomerações para o crescimento e o emprego nas regiões.</i>	●●●●	●	●	
2007	5ª Conf. Sobre Cidades Sustentáveis	●●●●	●	●●	

Fonte: Elaboração própria

● – Representa quantitativamente um objectivo.

² Para tal foi construída a tabela presente no Anexo 2, referente às Iniciativas comunitárias - Balanço dos seus objectivos e classificação segundo os vectores da sustentabilidade.

Ao analisarmos os objectivos das diferentes iniciativas/políticas urbanas comunitárias pode-se concluir que em termos numéricos o carácter dos objectivos assenta mais nos vectores institucional e ambiental.

A grande incidência dos objectivos no aspecto institucional revela a atribuição de responsabilidades aos governantes nacionais e locais para que estes pudessem tomar medidas que resolvessem os problemas com os quais as cidades se deparavam. Pretendia-se fomentar a mudança de comportamentos e a partilha de responsabilidades, através de políticas integradas onde se verificasse a participação activa de todos os agentes económicos e sociais intervenientes nestes processo de sustentabilidade urbana.

Os objectivos ambientais revelam uma tentativa de restabelecer o equilíbrio ambiental nas cidades e promover a qualidade de vida urbana, após algumas décadas de um crescimento pouco harmonioso.

Inicialmente, as preocupações centravam-se na partilha de responsabilidades, na diversificação dos instrumentos de política ambiental, o cumprimento da legislação, alteração de padrões de consumo/produção e a cooperação ambiental. Estes objectivos eram muito genéricos e revelam a necessidade de cumprir a legislação em vigor e na diversificação dos instrumentos de carácter ambiental.

Com a Carta de Aalborg estabeleceram-se os princípios de sustentabilidade aplicados às cidades. Estes princípios tiveram em consideração os propósitos da sustentabilidade urbana. Para além dos aspectos institucionais e ambientais, que foram novamente tidos em consideração, também foi dada atenção, à questão da economia urbana e da equidade social. As condições de vida e a qualidade do ambiente estão intimamente relacionadas com as questões económicas, sociais e ambientais. Daí ser importante tentar solucionar a problemática da pobreza humana associada ao desemprego ou a baixos rendimentos.

Posteriormente, surgiram iniciativas com objectivos mais concretos como por exemplo, a reabilitação das infra-estruturas, o intercâmbio de conhecimentos, a exclusão social, a coerência política, a parceria entre diferentes organizações, integração do desenvolvimento ambiental, social e económico para melhorar a qualidade, uso de ferramentas modernas para uma gestão sustentável, implementação do processo de planeamento, prosperidade económica e de programas de sensibilização, entre outros.

Assim, os objectivos iniciais tinham o intuito de resolver os graves problemas com que se deparavam as cidades, nomeadamente os objectivos relacionados com as mudanças climáticas, a mobilidade sustentável, a protecção dos solos, a utilização sustentável de pesticidas, a protecção do ambiente marinho, a habitação e o urbanismo sustentável. À medida que os problemas primários no espaço urbano foram resolvidos, deu-se prioridade a outros que até então não eram relevantes como a problemática da poluição atmosférica e as alterações climáticas. Os objectivos das iniciativas/políticas a partir de daí, voltaram-se mais para a questão do desenvolvimento mais sustentado nos espaços urbanos, com vista a uma maior qualidade de vida para as populações citadinas. Este tipo de

desenvolvimento, conjuntamente com a prosperidade económica e social gera espaços dinâmicos e autónomos, fundamental para que uma cidade sobreviva à evolução da própria sociedade. Surgem outros objectivos com outro tipo de preocupações como a promoção da paz, as ameaças à saúde pública, melhorar o sistema de transportes e do ordenamento do território, aumentar a utilização de energias limpas, entre outros. Aspectos que surgem com a evolução das iniciativas/políticas urbanas, que revelam outras preocupações, que o mau funcionamento destes condicionam o bem-estar das populações locais.

Mais recentemente, os objectivos acabam por assentar mais nos vectores institucional, seguido do económico e social. Foi dada especial atenção à inovação, ao nível de instrução e de formação, ao conhecimento, à economia local, ao transporte urbano sustentável, à participação dos privados nas operações de renovação e requalificação urbana e continuou-se a promover a criação de emprego e a igualdade social.

Devido à evolução das iniciativas/políticas ao longo do período em análise, verificou-se algumas mudanças nos seus objectivos. Durante este período, as diferentes iniciativas não tiveram sempre presente os propósitos da sustentabilidade urbana e consoante a natureza das iniciativas/políticas foi dada maior relevância a uns pilares do que a outros.

II.3 – Os indicadores de desenvolvimento sustentável como ferramenta para as políticas urbanas locais.

II.3.1 – A evolução dos indicadores

No seguimento das políticas que a União Europeia implementou em prol do seu desenvolvimento sustentável, surgiu a necessidade de medir até que ponto este era atingido e em que pontos se deveriam focar mais. Deste modo os indicadores de desenvolvimento sustentável aparecem no seguimento do estabelecimento de metas e na medição e acompanhamento dos progressos do processo de sustentabilidade nas áreas urbanas.

A *Carta das Cidades Europeias Sustentáveis* lançou o desafio dos sistemas de indicadores de sustentabilidade urbana, ao promover a sua utilização “para medir o progresso da sustentabilidade” e focalizando as necessidades não só nos indicadores da sustentabilidade física, mas também desenvolvendo indicadores de sustentabilidade de qualidade de vida no sentido de reconciliar a sustentabilidade física com as necessidades sociais (Ambiente Italia Research Institute, 2003).

A Comissão Europeia através da *Comunicação sobre desenvolvimento sustentável na União Europeia: um quadro de acção* assinalou também a importância de avaliar os planos existentes de suporte às

actividades de sustentabilidade local e a necessidade de explorar métodos de monitorização do progresso da Agenda 21 Local (CE, 1998).

Os indicadores de desenvolvimento sustentável apresentam-se assim como uma ferramenta básica para a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez que servirão para analisar a progressão de um município em direcção aos objectivos pretendidos, ou seja, a sustentabilidade local. A utilização de indicadores, tem vindo a ganhar um peso crescente, nas metodologias utilizadas para resumir a informação de carácter técnico e científico, permitindo transmiti-la de uma forma simples. Assim, a informação é facilmente utilizada por decisores, gestores, políticos, grupos de interesse ou público em geral (DGA, 2000).

De facto, um conjunto de indicadores comuns europeus de sustentabilidade tem o potencial de permitir a recolha a nível local em toda a Europa, de informação comparável relativa aos progressos em matéria de sustentabilidade. Para além disso, os indicadores reflectem as interacções entre os aspectos ambientais, económicos, institucionais e sociais. Trata-se portanto de uma iniciativa importante para futuras práticas de monitorização.

A primeira definição de um conjunto comum de indicadores de sustentabilidade local decorre de uma iniciativa conjunta da Comissão Europeia, da Agência Europeia do Ambiente e do Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano, o qual destina-se a encorajar as comunidades locais europeias a utilizar indicadores comuns para avaliar os progressos executados no domínio da sustentabilidade local em toda a Europa. Esta iniciativa *Para um perfil da sustentabilidade local – Indicadores Comuns Europeus*, foi finalizada em Dezembro de 1999 para poder ser lançada oficialmente e adoptada, de forma voluntária, pelas autoridades locais europeias na Terceira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Hannover, em 2000. Este conjunto de indicadores incide de uma forma superficial nas questões da mobilidade, da gestão sustentável e do ambiente. Este último é aquele em que apresenta um maior número de indicadores, reforçando a ideia da importância do ambiente para a qualidade de vida urbana.

Os indicadores procuram ilustrar os diferentes princípios das cidades sustentáveis: igualdade e inclusão social, governação local, relação local/global, economia local, protecção do ambiente e património cultural/qualidade do ambiente construído (Anexo 3) importantes para a sustentabilidade urbana. Cada indicador abrange vários princípios³ (Quadro 4).

Um indicador dá-nos informação que assenta em quase todos os princípios. Assim sendo, ao avaliarmos o grau de satisfação do cidadão, está patente a sua satisfação ao nível dos vários princípios referidos anteriormente, à excepção da relação local/global.

³ Por exemplo, o indicador número um – Satisfação do cidadão com a comunidade local assenta nos seguintes princípios 1, 2, 4, 5, 6, respectivamente igualdade e inclusão social, governação local/global, economia local, protecção do ambiente e património cultural/qualidade do ambiente construído.

Quadro 4 - Primeira geração de indicadores comuns europeus "Para um perfil da sustentabilidade local"

<i>INDICADORES PRINCIPAIS</i> (OBRIGATÓRIOS)		<i>Princípio n°</i>					
N°	Indicador	1	2	3	4	5	6
1	<u>Satisfação do cidadão com a comunidade local</u> Satisfação geral dos cidadãos com as várias características da autarquia local.	X	X		X	X	X
2	<u>Contribuição local para as alterações climáticas globais</u> Emissões de CO ₂ (a longo prazo, após a identificação de metodologias simplificada, este indicador incidirá nas repercussões ecológicas).	X		X	X	X	
3	<u>Mobilidade local e transporte de passageiros</u> Transporte diário de passageiros: distâncias e modos de transporte.	X		X	X	X	X
4	<u>Existência de zonas verdes públicas e de serviços locais</u> Acesso dos cidadãos a zonas verdes públicas e a serviços básicos.	X		X		X	X
5	<u>Qualidade do ar na localidade</u> Número de dias em que se regista uma boa qualidade do ar.	X		X	X	X	
<i>INDICADORES ADICIONAIS</i> (VOLUNTÁRIOS)		<i>Princípio n°</i>					
N°	Indicador	1	2	3	4	5	6
6	<u>Deslocação das crianças entre a casa e a escola</u> Modo de transporte utilizado pelas crianças nas deslocações entre a casa e a escola.	X		X	X	X	
7	<u>Gestão sustentável da autoridade local e das empresas locais</u> Percentagem das organizações públicas e privadas que adoptam e utilizam procedimentos de gestão ambiental e social.			X	X	X	
8	<u>Poluição sonora</u> Percentagem da população exposta a ruído prejudicial.	X				X	X
9	<u>Utilização sustentável dos solos</u> Desenvolvimento sustentável, recuperação e protecção dos solos e de sítios na autarquia.	X		X		X	X
10	<u>Produtos que promovem a sustentabilidade</u> Percentagem do consumo total de produtos que ostentam rotulagem ecológica, biológicos ou objecto de práticas comerciais leais.	X		X	X	X	

Fonte: Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano (Comissão Europeia, 2000)

Esta primeira geração de Indicadores Comuns Europeus resume-se somente a dez indicadores e apresenta um carácter muito pouco específico na avaliação da sustentabilidade urbana. Os indicadores assentam nos aspectos social, ambiental e institucional, não sendo atribuída nenhuma importância ao aspecto económico, tanto nos indicadores principais como os adicionais. Este aspecto salienta a pouca importância atribuída ao aspecto económico para a sustentabilidade urbana pelo Grupo de Peritos sobre o ambiente Urbano (CE, 2000).

Contudo esta iniciativa foi o início de um processo a longo prazo destinado a melhorar, gradualmente, a monitorização dos progressos em matéria de sustentabilidade, bem como à obtenção de informações objectivas e comparáveis sobre a sustentabilidade local em toda a Europa.

De facto, a questão dos indicadores tornou-se de tal maneira relevante que a tabela actualmente apresentada pelo "Urban Audit" ascende a mais de 250 indicadores.

O "Urban Audit" foi lançado pela Comissão Europeia em 1999, para reunir informação e ceder comparações ao nível das condições de vida em 258 das cidades e de aglomerações urbanas (CE,

2000). O seu objectivo principal foi criar um utensílio de informação dinâmica e actualizada que permitia informar sobre as políticas urbanas ao nível da UE, do país e da cidade e permitir dispor duma avaliação sobre a situação das cidades e ter acesso a uma informação comparável sobre as cidades participantes no Projecto Piloto Urban Audit (1997-2000).

O "Urban Audit" compreende indicadores que cobrem cinco domínios, nomeadamente os aspectos socio-económicos, a cidadania, a educação e formação, o ambiente, e a cultura e lazer (Anexo 4). Classificando os indicadores de acordo com os quatro pilares do desenvolvimento sustentável, os diferentes domínios estão relacionados com os aspectos:

- social - tem em consideração a população, a nacionalidade, o agregado familiar, o mercado de trabalho e desemprego, os rendimentos, o alojamento, a saúde, o crime, os níveis de educação e formação, o envolvimento cívico, cultura e lazer.
- económico - o emprego e a actividade económica.
- ambiental - qualidade do ar e ruído, água, gestão de resíduos, uso do solo, padrão de viagens, utilização de energia e clima e geografia.

Enquanto que os indicadores do "Para um perfil da sustentabilidade local" são muito superficiais, os do "Urban Audit" são mais específicos sobre os vários domínios que caracterizam a realidade urbana, acabando por obterem resultados muito mais concretos sobre a qualidade de vida das cidades em estudo. Contudo, não faz qualquer referência ao aspecto institucional.

Os indicadores da Agência Europeia do Ambiente incidem somente no aspecto ambiental, no entanto abordam vários aspectos que sofrem os efeitos do crescimento urbano e com o próprio desenvolvimento económico.

Quanto aos indicadores de desenvolvimento sustentável do "Eurostat" (Anexo 5), e classificando-os mais uma vez, verificamos que estes incidem nos quatro pilares do desenvolvimento sustentável. Estes foram desenvolvidos com a ajuda de um grupo de peritos nacionais e estão organizados em dez temas, que reflectem as prioridades da Estratégia da União e os compromissos assumidos, nomeadamente, a pobreza e exclusão social, o envelhecimento da sociedade, a saúde pública, a energia e mudanças climáticas, a gestão dos recursos naturais, os transportes, a parceria global, desenvolvimento económico, padrões de produção e de consumo, gestão dos recursos naturais e a boa governância.

Neste sentido, e comparando com os anteriores, os indicadores do "Eurostat" aparecem como os mais dotados para avaliar os progressos do processo de sustentabilidade urbana, impulsionado pelas iniciativas europeias de carácter urbano, uma vez que acabam por responder aos objectivos das Comunicações da Comissão Europeia em 2001 e 2002.

Em suma, os indicadores de desenvolvimento sustentável apresentam-se como uma ferramenta indispensável na análise e na avaliação da progressão de um município face ao objectivo pretendido de sustentabilidade urbana. Sem estes, era impossível fazer o ponto de situação da aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável, tanto a nível local, nacional, como europeu.

II.3.2 – Os Sistemas de Monitorização e de Avaliação do Desenvolvimento Sustentável das cidades e do território

Complementarmente aos indicadores cabe aqui salientar a importância dos sistemas de monitorização e avaliação. Assim, no âmbito do processo de desenvolvimento sustentável, surgiu a necessidade de criar um sistema com a finalidade de acompanhar e avaliar a implementação das políticas públicas de ordenamento do território e urbanismo e os seus impactos sobre o território. Este sistema permitiria assim monitorizar e avaliar o progresso de sustentabilidade dos aglomerados.

A construção de um Sistema de Informação Territorial insere-se dentro da tendência mundial de países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, na implementação de uma Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), que nasce da necessidade de um ordenamento e unificação dos dados Geoespaciais, com o fim de estabelecer uma interacção, conhecimento e acesso fácil e eficiente a quem tem e como tem a informação, para sobre ela actuar, sem duplicação de esforços e recursos. As INDE são, deste modo, conjuntos de meios tecnológicos, políticas e normas regulatórias, estandardizadas, recursos humanos e financeiros, para produzir, processar, armazenar e melhorar a informação, a que se administra e distribui através de redes electrónicas (SNIT GLOBAL, 2007).

Os Sistemas de Informação Territorial (SIT) são uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão e servem de complemento a várias outras aplicações como sistemas de gestão integrados. Para além disso, serve para efeitos de avaliação da implementação das políticas no território.

Das várias vantagens que se podem enumerar, relativas à utilização dos SIT, a valorização da informação sobre o território nacional nas suas várias escalas para a criação ou implementação de legislação nas mais diversas áreas é um dos aspectos de destaque. É indispensável que um Estado conheça bem a realidade do seu território, para apoiar a tomada de decisão e actuar em conformidade com o interesse público (MARÇALO, 2007). De facto, o objectivo dos SIT é a criação de plataformas que permitam a sistematização, produção, edição, utilização e providenciar informação digital georeferenciada.

O Sistema de Informação Territorial foi concebido como um instrumento de coordenação que aponta para um trabalho descentralizado, atribuindo às regiões um papel relevante em relação à geração e manuseamento da informação geográfica que geram as distintas instâncias da administração pública. Este sistema, sendo também, uma ferramenta importante ao serviço da comunidade, engloba todas as instituições da Administração Central que geram o uso da informação territorial pública (MARÇALO, 2007).

Estes sistemas contêm toda a informação relevante sobre o território, sua história e hierarquia, sistematizada em dados alfanuméricos, os quais permitem uma interpretação exacta, explícita e com informação espacial e temporal (GEMA, 2007).

Um exemplo de implementação de um SIT a nível europeu foi a criação de uma Infra-estrutura de Informação Espacial (INSPIRE), para efeitos de avaliação das políticas ambientais comunitárias, complementar os instrumentos comunitários implementados pela União Europeia e de políticas ou actividades que possam exercer um impacto directo ou indirecto no ambiente; adoptada pela Comissão Europeia em Julho de 2004 (ROSAS, 2005). Neste momento o projecto está na fase de transposição, tendo já sido definida a estrutura dos metadados desta directiva, através da Directiva 2007/72/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de Março de 2007 (CE, 2007); terminando a sua implementação em 2013.

O objectivo do INSPIRE consiste em estabelecer um enquadramento legal para a criação gradual de uma infra-estrutura europeia de informação geográfica. Por isso, foram estabelecidos alguns princípios que devem ser tidos em consideração (SNIG, 2007):

Quadro 5 – Princípios do INSPIRE

Princípios do INSPIRE:

- Os dados devem ser recolhidos uma vez e actualizados no nível em que tal possa ser realizado com maior eficácia;
- A informação geográfica proveniente de diferentes fontes deverá poder ser combinada de forma transparente, através de todo o território europeu, e partilhada por diversos utilizadores e aplicações;
- Deve ser possível a partilha de informação recolhida a um determinado nível com todos os outros níveis, detalhada para análises detalhadas e geral para objectivos estratégicos;
- A informação geográfica de suporte à actividade governamental, a todos os níveis, deverá ser abundante e disponível sob condições que não restrinjam o seu uso generalizado;
- A informação geográfica disponível tem que ser facilmente identificável, devendo ser fácil analisar a sua adaptabilidade para um determinado uso bem como as respectivas condições de acesso e utilização;
- A informação geográfica deverá tornar-se cada vez mais perceptível e fácil de interpretar por se encontrar devidamente documentada e por poder ser visualizada no contexto adequado, seleccionado de forma amigável para o utilizador.

Fonte: SNIG (2007)

O INSPIRE subentende que todos os países tenham organismos a nível nacional que a desenvolvam e implementem; com a obrigatoriedade dos Estados-membros de gerirem e disponibilizarem os dados e os serviços de informação geográfica. O Instituto Geográfico Português e o Instituto do Ambiente são os representantes nacionais na Rede INSPIRE, criada em 2007, com o intuito de promover a troca de informação e experiências; com o objectivo de servir de suporte à implementação da directiva INSPIRE.

Outros projectos têm sido implementados através de iniciativas a nível europeu, a várias escalas e entre vários países, como é exemplo a iniciativa SITMUN – Sistema de Informação Territorial Municipal. Este é baseado em tecnologia SIG, aparecendo como solução integradora da gestão municipal referente ao território.

A ideia de SITMUN surge a partir da constatação da dificuldade que significa a implantação de ferramentas SIG a nível municipal e da constatação que nas administrações locais existe uma crescente necessidade tanto de dispor de maneira rápida de informação territorial como de ter a capacidade de administrá-la. Os SIT Municipais dispõem assim aos gestores e técnicos uma ferramenta de informação que pode não só facilitar o trabalho, como pode abrir um leque de novas possibilidades. Este projecto está a desenvolver-se na zona sudoeste da Europa, graças à iniciativa comunitária INTERREG III-B.

O SITMUN propõe o desenvolvimento de um SIT municipal centralizado que, administrado por entidades supramunicipais, permita dotar de funcionalidades SIG as câmaras municipais que, tendo a necessidade, não dispõem de meios próprios para a sua correcta implantação. O objectivo principal de SITMUN consiste, pois, em desenvolver instrumentos de apoio à gestão territorial de municípios mediante a cartografia digital e as ferramentas SIG.

CAPÍTULO III – INICIATIVAS URBANAS PARA UM DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO E SUSTENTADO DO TERRITÓRIO NACIONAL

O presente capítulo, incide sobre as iniciativas urbanas para um desenvolvimento equilibrado do território que têm sido criadas, no sentido de solucionar, os problemas derivados do forte crescimento não planeado das áreas urbanas, de modo a restituir, a qualidade de vida aos seus habitantes. Para compreender a necessidade de aplicação das políticas urbanas no território nacional, de seguida será feita uma análise sucinta da evolução dos níveis de urbanização e sua distribuição geográfica em Portugal Continental, nas últimas quatro décadas em Portugal.

Para além, da evolução das políticas urbanas em Portugal, segue-se os indicadores de desenvolvimento sustentável criados para avaliar e medir a progressão das cidades rumo à sustentabilidade urbana, que se apresentam como uma ferramenta indispensável em todo o processo rumo à sustentabilidade urbana.

III.1 – Evolução dos níveis de urbanização nas últimas décadas – uma síntese.

Nos últimos trinta anos, Portugal passou por profundas transformações económicas, sociais políticas com grandes implicações no processo de desenvolvimento e na questão do ordenamento do território do país, bem como, na consolidação do seu posicionamento no contexto ibérico e europeu (COSTA, 2007).

A urbanização tem-se revelado um dos fenómenos mais perceptíveis no território nacional nas últimas décadas. Simultaneamente ao crescimento e à consolidação das áreas metropolitanas, registou-se um crescimento das pequenas e médias cidades por todo o país, o que contribuiu para a modificação da rede urbana e do sistema urbano nacional (DGOTDU, 2004).

Analisando a informação relativa aos centros urbanos (lugares com mais de 10 000 habitantes), nas últimas quatro décadas, verifica-se um crescimento bastante significativo de lugares entre os 10 000 habitantes e os 30 000 habitantes, o que corresponde em larga medida às aglomerações urbanas de menor dimensão (Quadro 6). O total de lugares com mais de 10 000 habitantes, excluindo as áreas metropolitanas, duplicou, ou seja, aumentou de 28 para 60, demonstrado o importante crescimento das pequenas e médias cidades. Relativamente, ao total de lugares com mais de 10 000 habitantes, incluindo as áreas metropolitanas, este quase que triplicou, uma vez que passou de 50, em 1960, para 128, em 2001, comprovando igualmente a dinâmica de crescimento das aglomerações inseridas

nas áreas metropolitanas (o número de lugares com mais de 10000 habitantes incluídos nas áreas metropolitanas cresceu de 22, em 1960, para 68, em 2001. A população residente nas áreas metropolitanas teve um crescimento de 11,6% desde 1960 até 2001, representado aproximadamente 40% da população portuguesa vive nas duas áreas metropolitanas. A taxa de urbanização relativa a este período teve um crescimento de quase 20%, passando de 32,1% para 51,3%.

Quadro 6 - Número de Centros Urbanos e Percentagem de População Residente em Centros Urbanos (lugares com mais de 10 000 habitantes) - Evolução 1960-2001.

	1960		1970		1981		1991		2001	
	Nº Lug.	Pop.	Nº Lug.	Pop.	Nº Lug.	Pop.	Nº Lug.	Pop.	Nº Lug.	Pop.
Total de concelhos que compõem a:										
AML		17,1		21,4		25,4		25,8		25,9
AMP		9,4		10,8		11,4		11,8		12,2
Total AM's		26,5		32,2		36,8		37,6		38,1
Centros urbanos com mais de 10 000 habitantes fora das AM's										
> 100 000 hab.	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3,1
75 -100 000 hab.	0	0	0	0	0	0	3	2,8	0	0
50 - 75 000 hab.	0	0	1	0,7	2	1,4	0	0	1	0,5
30 - 50 000 hab.	3	1,5	2	1	2	0,8	4	2,8	6	2,1
20 - 30 000 hab.	4	1	6	1,6	8	1,9	9	2,2	12	2,7
10 - 20 000 hab.	18	2,8	20	3	22	3,2	23	3,3	38	4,8
< 10 000 ^a hab.	3	0,3	2	0,2	0	0	0	0	0	0
Total de lugares com + 10 000, excluindo as AM's	28	5,6	31	6,5	34	7,2	39	11	60	13,2
Total de lugares c/ + 10 000 (incluindo as AM's)	50	-	65	-	80	-	99	-	128	-
Continente	-	8292975	-	8074960	-	9336760	-	9371319	-	9869343
País	-	8889392	-	8611110	-	9833014	-	9862540	-	10356117
Tx Urbanização ^b	-	32,1	-	38,7	-	44,1	-	48,6	-	51,3

^a - em 1970 inclui as Capitais de Distrito Vila Real e Leiria, na altura com menos de 10 000 hab.

^a - em 1960 inclui as Capitais de Distrito Leiria, Bragança e Guarda, na altura com menos de 10 000 hab.

^b - Taxa de urbanização calculada apenas com o total dos lugares com + de 10 000 hab.

Fonte: in, *PNPOT* (DGOTDU, 2004).

A tendência do povoamento tem apontado assim para o crescimento populacional de lugares de maior dimensão, isto é, verifica-se uma tendência de concentração da população nas vilas e cidades em detrimento das aldeias de menor dimensão de cariz rural. Da análise do quadro seguinte, pode-se observar que entre 1981 e 2001, a percentagem de residentes em lugares com menos de 2000 habitantes decresceu de 51,4% para 41,9%, enquanto que a população residente em lugares com mais de 1000 habitantes, cresceram de 30,06%, em 1981, para 37,9% em 2001.

Quadro 7 - População residente por classe de dimensão dos lugares, 1981 e 2001 (%)

	1981						2001					
	< 2000	2 a 4999	5 a 9999	> 10000	Isolada	Total	< 2000	2 a 4999	5 a 9999	> 10000	Isolada	Total
Continente	51,4	8,4	4,8	30,6	4,8	100	41,9	9,2	8	37,9	3,1	100
Norte	63,3	5,5	2,9	11	6,3	100	47,6	7,1	6,8	36,3	2,3	100
Centro	75,5	7,3	1,9	11,8	3,6	100	64,4	8,8	3,5	19,8	3,5	100
Lisboa	14,7	10,5	7,7	66,5	0,6	100	14,2	11	10,7	63,3	0,9	100
Alentejo	48,2	18,3	10,5	12,6	10,4	100	40	14,6	18,3	18,6	8,4	100
Algarve	45	6,8	9,1	24,1	15	100	46,2	9,1	3,6	35,5	5,6	100

Fonte: in *PNPOT* (DGOTDU, 2004)

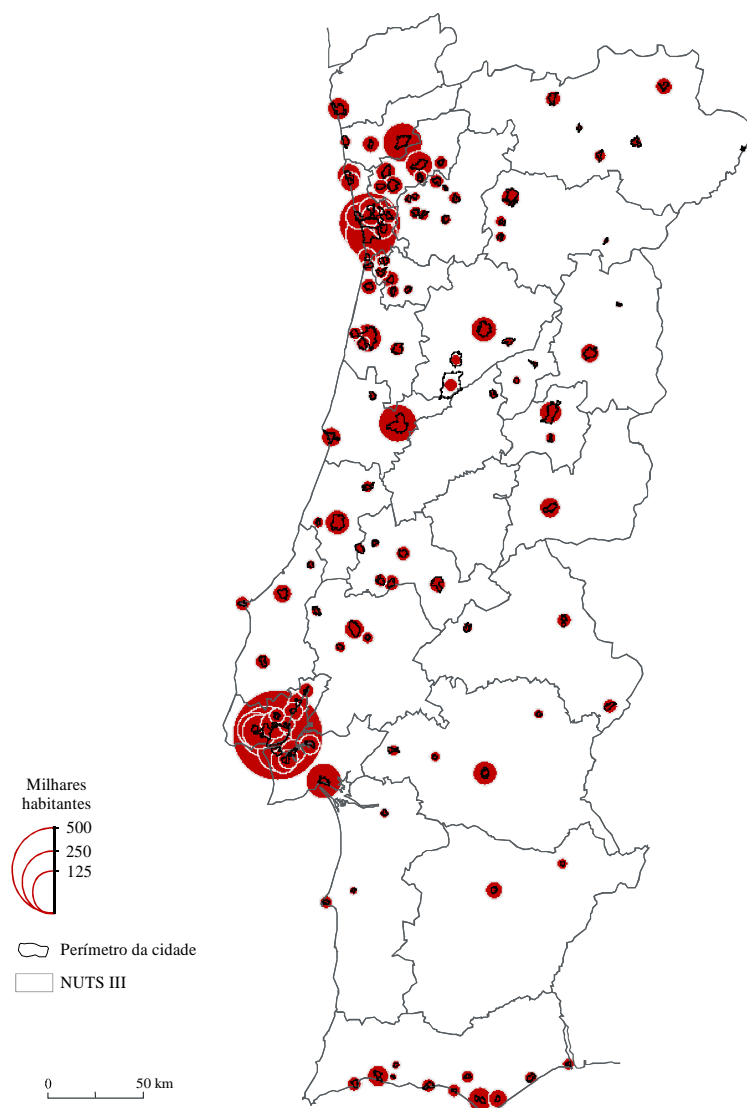
Este crescimento da população residente, também é evidente, nos lugares de dimensão compreendida entre os 5000 e os 1000 habitantes, estando inseridas neste intervalo um número bastante significativo de cidades, mais especificamente as localizadas no Norte e Centro Litoral e Alentejo, evidenciando assim, o reforço da concentração populacional a favor de uma rede de pequenas e médias cidades no país.

Em 2004, e segundo a DGOTDU, Portugal apresentava 134 cidades, das quais 123 estão no Continente, número este que cresceu de forma significativa nos últimos dez anos (Anexo 7). A rede de cidades resultante reflecte o modelo de povoamento e a dinâmica populacional e funcional, evidenciando-se para além das cidades localizadas nas Áreas Metropolitanas, o litoral Norte e Algarvio.

Da análise da figura 6 relativa à população residente nas cidades⁴ de Portugal Continental em 2001, podemos concluir que a existência de um grande (se considerarmos o patamar dos 30000 habitantes), um reduzido número de cidades de dimensão média e duas metrópoles de maior dimensão.

⁴ Nesta análise considera-se a informação disponibilizada pelo Atlas das Cidades, que permite a análise do fenómeno urbano assente na população residente dentro dos limites administrativos das cidades.

Figura 6 - População Residente nas Cidades de Portugal Continental em 2001



Fonte: DGOTDU, 2004.

Tal como tem sido referido por vários autores ao longo das últimas décadas (Gaspar, 1975, 1980, 1984, 1987, 1988, 1990, 1992, 1993b, 1993b, 1996, 1997, 1999, 2000, 2003, 2006; Baptista, 1995; DGOTDU, 1997;2002, 2002b; Domingues, 2006; Ferrão, 1995, 1995b; Ferrão, Brito Henriques e Oliveira das Neves, 1994; Marques da Costa, 2000; Marques da Costa e Marques da Costa, 2003, 2003b; Marques, 2006; MEPAT, 1996; Portas *et al* 2003, entre outros autores), o sistema urbano português é caracterizado por grandes assimetrias entre o litoral e o interior, e também, entre as próprias áreas metropolitanas e o restante país. No território continental, existe uma forte concentração urbana na faixa litoral entre Viana do Castelo e Setúbal, localizando-se aí as maiores aglomerações urbanas, com destaque para as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Em 1987, J. Gaspar refere-se a estes fenómenos como a litoralização e bipolarização do sistema urbano nacional, mas tal como referiu o mesmo autor, estes fenómenos são inevitavelmente resultantes do processo histórico. A evolução do sistema urbano nacional mostra que tanto a litoralização como a bipolarização

são inevitavelmente resultantes do processo histórico. Cinco anos mais tarde, J. Gaspar (1992) prospectivou que durante a década de noventa, atendendo às melhorias significativas nas acessibilidades ao longo do litoral e entre pontos do litoral e interior, que a estrutura do povoamento iria sofrer alterações, aumentando assim as interdependências territoriais (GASPAR, 2000). Na realidade, esta situação confirmou-se pelo facto de as cidades localizadas fora das áreas metropolitanas terem ganho importância no contexto regional onde estão inseridas, gerando assim eixos urbanos de nível sub-regional (MARQUES da COSTA, 2007).

Em 2001, aplicando a Tipologia de Áreas Urbanas⁵ (INE-DGOTDU, 1998; INE-DGOTDU, 1999) cerca de 78% da população residente no Continente, concentrava-se em áreas com características predominantemente urbanas (APU's), o que representou um acréscimo de cerca de 10% relativamente a 1991 (67,4%) (DGOTDU, 2004).

Analisando a figura 7 relativa às Tipologias de Áreas Urbanas em 2001, os valores referentes à tipologia de áreas urbanas, apresentam um forte contraste regional, como se pode verificar pelas situações do Minho-Lima e Pinhal Interior (elevado peso das áreas mediantemente urbanas), que contrastam com Lisboa, Porto, Baixo Vouga e o Algarve, que apresentam densidades populacionais mais elevadas e uma rede dispersa de pequenas e médias aglomerações, traduzidas por elevadas concentrações de áreas predominantemente urbanas.

⁵ O INE e a DGOTDU (1999) distinguem três tipos de áreas:

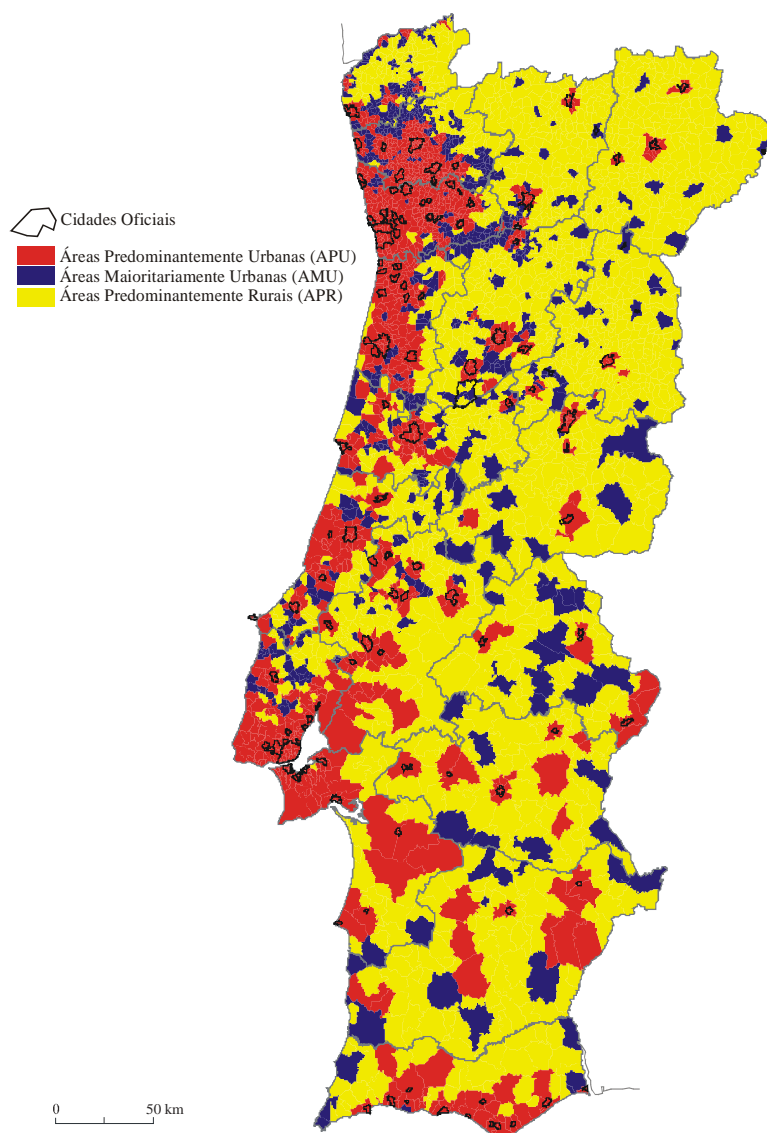
- Áreas Predominantemente Urbanas (APU) - integram as Áreas Predominantemente Urbanas as seguintes situações: freguesias urbanas (*); freguesias semi-urbanas (**) contíguas às freguesias urbanas (*), incluídas na área urbana, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento; freguesias semi-urbanas (**) constituindo por si só áreas predominantemente urbanas segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento; freguesias sedes de Concelho com população residente superior a 5.000 habitantes;
- Áreas Mediantemente Urbanas (AMU) - integram as Áreas Mediantemente Urbanas as seguintes situações: freguesias semi-urbanas (**) não incluídas na área predominantemente urbana; freguesias sedes de Concelho não incluídas na área predominantemente urbana;
- Áreas Predominantemente Rurais (APR): os restantes casos.

(*) Freguesias urbanas - freguesias que possuam densidade populacional superior a 500 hab./Km² ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 5000 habitantes.

(**) Freguesias semi-urbanas - freguesias não urbanas que possuam densidade populacional superior a 100 hab./Km² e inferior ou igual a 500 hab./Km², ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes.

A publicação do INE apresenta esta informação para 1981 e 1991. O diagnóstico efectuado no âmbito do PNPOT, aplica a classificação à informação disponibilizada pelo DGP 2001.

Figura 7 – Tipologias de Áreas Urbanas, 2001.



Fonte: Informação INE, actualização a 2001, elaborado por SIG-PNPOT, in DGOTDU, 2004.

O excessivo crescimento da população nas áreas urbanas, sobretudo nas grandes aglomerações, e por vezes, mal planeado, não permitiu ajustar permanentemente as infra-estruturas às necessidades da população. Deste desajustamento resultaram graves problemas urbanísticos, sociais e ambientais que afectaram as condições de vida urbana, causando assim problemas de sustentabilidade e diminuindo a qualidade de vida.

A crescente preocupação com a qualidade de vida urbana começou a assumir uma maior importância, a partir da década de 90, uma vez que a excessiva concentração provocou um conjunto problemas urbanos que se tornou num entrave ao bem-estar dos habitantes das cidades portuguesas. O planeamento desempenha um papel importante tanto ao nível da resolução e prevenção desses mesmos problemas como na humanização dos espaços.

Félix Ribeiro apresenta uma síntese muito incisiva sobre os principais problemas das cidades portuguesas (Quadro 8). As questões ambientais e urbanísticas cruzam-se de forma inevitável. A maior parte dos problemas das cidades portuguesas derivam do processo de crescimento urbano.

Quadro 8 – Principais problemas das cidades portuguesas

OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DAS CIDADES PORTUGUESAS APRESENTADOS POR FELIX RIBEIRO (1999):

- Esvaziamentos da função residencial dos centros históricos, em alguns casos atravessam processos de terciarização, de desertificação, de abandono e degradação;
- Processo acelerado de degradação de património edificado, em extensas áreas do "casco" urbano, nas periferias mais antigas e nos bairros sociais, estando associado à ausência de incentivos para a reabilitação;
- Intensificação das extensões suburbanas, efectuadas de modo caótico, desprovidas ou com insuficiência de infra-estruturas técnicas e sociais e com fracas condições de habitabilidade urbana;
- Fragmentação etária do espaço das Grande Lisboa e do Grande Porto, os "centros" destas grandes áreas urbanas a envelhecerem acentuadamente, e as novas gerações a deslocarem-se para "coroas suburbanas" cada vez mais distantes;
- Crescente congestionamento do trânsito rodoviário, associado, ao crescimento dos movimentos pendulares habitação-emprego;
- Degradação acelerada da paisagem urbana, sobressaindo-se a carência de espaços verdes e de espaços públicos, enfraquecidos pela dinâmica de construção compacta, ou depreciados pela crescente utilização do transporte privado.

Fonte: MAOT, 1999.

Este quadro de problemas das cidades portuguesas tornou-se urgente a sua correcção. As iniciativas urbanas que incluem políticas e orientações surgem, assim, como processos ambiciosos para inverter essas tendências, baseadas em acções de carácter político, cujo objectivo será o desenvolvimento equilibrado do território, e conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida nas nossas cidades. No seguinte sub-capítulo serão referidas as iniciativas urbanas de âmbito nacional.

III.2 – Iniciativas e Orientações de Política Urbana Nacional

A temática da qualidade de vida nas cidades tem vindo a ganhar uma maior importância nas últimas duas décadas em Portugal. Esta crescente preocupação com as condições de vida urbana originou várias iniciativas de carácter urbano, com o intuito de resolver os graves problemas urbanísticos, sociais e ambientais.

Para além dos instrumentos legais de ordenamento do território como o Plano Director Municipal (PDM), o Plano de Pormenor (PP) e o Plano de Urbanização (PU), têm sido criadas outras iniciativas e programas que se destinam directa ou indirectamente às cidades, promovendo a sua valorização, com vista a recuperação e a revitalização dos centros das cidades. Com o objectivo de atingir a

sustentabilidade das cidades portuguesas foram surgindo várias iniciativas nacionais para além das europeias. Estas podem-se agrupar por quatro temas, a habitação, o ordenamento, o ambiente e a educação (MAOT, 1999).

Face a deterioração do edificado nas cidades, em especial nos centros históricos, aspecto importantíssimo na questão da sustentabilidade urbana, surgiram várias iniciativas, afim de recuperar o edificado, de modo a manter a centralidade desses espaços.

Com vista à recuperação e revitalização das cidades foram criados programas mais específicos de intervenção. Em 1988, o Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD) regulamentado actualmente pelo Despacho nº 42/2003 (2ª. Série) tinha como propósito promover em parceria com as autarquias locais, operações de reabilitação ou renovação de áreas urbanas degradadas, através de auxílios técnico - financeiros. O programa apresentava duas vertentes distintas: uma, apoiava a criação de gabinetes técnicos locais (GTL's), formados por equipas pluridisciplinares, dependentes das câmaras municipais que asseguravam a elaboração de estudos, projectos e acções que preparavam as operações de reabilitação e conservação abrangidas pelo programa. A outra, promoveu operações materiais de reabilitação ou renovação de áreas urbanas degradadas que se designou por PRAUD-OBRAS, traduzida numa comparticipação dos custos da operação, suportados pela autarquia (DGOTDU, 2007).

Os destinatários deste programa foram as autarquias locais e os promotores das acções. A administração central apoiava financeiramente, no caso dos Gabinetes Técnicos Locais, 75% das despesas das câmaras municipais com as remunerações dos elementos que integravam o GTL, ao longo de um ano e prorrogável por igual período. No caso do PRAUD-Obras a comparticipação do Estado tinha o limite de 25% do custo das operações materiais de reabilitação suportado pela autarquia (DGOTDU, 2007).

Para fazer face ao problema da degradação de edifícios com rendas baixas, foram criados os incentivos RECRIA, REHABITA que apoiavam financeiramente o restauro e a conservação de edifícios degradados com ocupação residencial, nas áreas antigas das cidades.

O RECRIA - Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Degradados - foi criado em 1988 e visava financiar a execução das obras de conservação e beneficiação que permitiam a recuperação de fogos e imóveis em estado de degradação, mediante a concessão de incentivos pelo Estado e pelos municípios. Destinava-se aos senhorios e proprietários de fogos cuja renda tinha sido objecto de correcção extraordinária, assim como os inquilinos e os municípios que se substituíssem aos senhorios na realização das obras (INH, 2007).

O REHABITA - Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas - foi uma extensão do Programa RECRIA e visava apoiar financeiramente as câmaras municipais na recuperação de zonas urbanas antigas (INH, 2007).

A questão da renovação urbana implicava o realojamento da população que vivia em edifícios e bairros degradados. Este problema agravava-se nas grandes aglomerações urbanas, em especial nas

áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Foi então criado, em 1993, um Plano Especial de Realojamento (Programa PER) para as áreas metropolitanas. Este programa promoveu a erradicação de bairros de habitação precária, garantindo apoios aos municípios para o realojamento das famílias em habitações de custos controlados. Para acelerar este processo, foi criado o PER-FAMÍLIAS que apoiava as famílias na compra de casa própria ou na realização de obras de reabilitação numa habitação noutra local. O realojamento dos moradores de bairros degradados foi também uma forma de combater a delinquência, uma vez que estava intimamente associado com problemas de cariz económica. Promoveu assim, a diminuição de situações de risco para os jovens, proporcionando-lhes melhores condições de vida (INH, 2007).

Em 1996, e no seguimento do PRAUD foi criado o incentivo RECRIPH - Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal - que tinha como objectivo apoiar financeiramente a execução de obras de conservação e beneficiação que permitissem a recuperação de imóveis antigos, constituídos em regime de propriedade horizontal (INH, 2007).

Posteriormente, em 2001, o SOLARH consistiu num programa de apoio financeiro especial, destinado a financiar sob a forma de empréstimo, sem juros, a conceder pelo Instituto Nacional de Habitação, a realização de obras de conservação ordinária ou extraordinária e de beneficiação nos seguintes casos (INH, 2007):

- em habitação própria permanente de indivíduos ou agregados familiares que reunissem as condições previstas no Decreto-Lei nº 39/2001 de 9 de Fevereiro;
- em habitações devolutas de que fossem proprietários os municípios, as instituições particulares de solidariedade social, as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa que prosseguem fins assistenciais, e as cooperativas de habitação e construção;
- em habitações devolutas de que fossem proprietárias pessoas singulares.

O SOLARH visava facultar aos proprietários abrangidos os meios financeiros necessários à reposição das condições mínimas de habitabilidade e salubridade das habitações, como pretendia favorecer o aumento da oferta de habitações para arrendamento com valores moderados de renda compatíveis com os rendimentos de estratos sociais mais baixos (INH, 2007).

Posteriormente, em 2004, foi criado o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA) e tinha como propósito a resolução global das situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional. O PROHABITA foi concretizado através de Acordos de Colaboração entre o Instituto Nacional de Habitação e os Municípios e as Regiões Autónomas (INH, 2007).

Os programas PER e PROHABITA eram destinados a intervenções de realojamento. Já o PRAUD nas suas três vertentes RECRIFA, REHABITA, RECRIPH e o SOLARH foram programas de apoio financeiro cujo objectivo era a reabilitação urbana. Estas iniciativas promoveram a sustentabilidade dessas áreas ao intervirem na sua recuperação e na sua revitalização social e económica.

No âmbito do ordenamento, surgiram também várias iniciativas com vista a resolução e a prevenção dos problemas urbanísticos que afectavam as condições de vidas das populações citadinas, e por sua vez colocavam em causa a sustentabilidade das cidades.

Assim e não sendo verdadeiramente uma iniciativa urbana, há que salientar o contributo do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) tanto do primeiro como do segundo. O Primeiro PDR (1989-1993) e o correspondente I Quadro Comunitário de Apoio (QCA) permitiram a realização de infra-estruturas, sobretudo no campo do saneamento básico e das acessibilidades que contribuíram de alguma forma para a melhoria das condições de vida das populações. Já o Segundo PDR atribuiu especial destaque na inserção da qualidade de vida em todas as intervenções no domínio do ambiente. Estes planos não sendo iniciativas incidiram nas cidades e diagnosticaram os problemas com os quais as cidades se deparavam. Entre o período de 1989 a 1999, o país atravessou uma fase de intensa actividade de planeamento associadas à preparação do Plano de Desenvolvimento Regional, bem como a aprovação do I Quadro Comunitário de Apoio. Para a questão ambiental foi devidamente considerada e foram disponibilizados recursos financeiros mais significativos para este tema do que no passado (RCM, nº 26/2000).

Estas iniciativas podem ser referidas como iniciativas não directamente vocacionadas mas que interferem nas cidades, uma vez que proporcionaram uma melhor qualidade aos cidadãos, conservam o património cultural e contribuíram para melhorar as condições físicas e acabam por valorizar as próprias cidades.

A primeira iniciativa, a nível nacional, foi o Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM's (PROSIURB) em 1994 e vigorou até 1999 e tinha como objectivo principal a promoção do desenvolvimento dos centros urbanos localizados fora das Áreas Metropolitanas, de modo a que esses centros possam desempenhar um papel estratégico na estruturação do território nacional. De acordo com o Despacho nº 6/94 do MPAT, o PROSIURB compreendia seis objectivos gerais (AVELINO, 1998):

- Reestruturar e modernizar o sistema urbano, no quadro de uma estratégia planeada de ordenamento do território;
- Promover a revitalização económica dos centros urbanos, modernizando as suas estruturas e potenciando a sua eficácia funcional;
- Reforçar a inserção nacional e internacional das áreas urbanas e promover a consolidação de equipamentos sociais e económicos de carácter estratégico;
- Promover a requalificação e melhoria do ambiente urbano e reforçar a coesão económica e social das cidades;
- Melhorar a eficácia das intervenções sobre o território e promover a cooperação entre diversos níveis institucionais;
- Salvaguardar o património construído.

Os objectivos do PROSIURB assentavam, exclusivamente, nos quatro aspectos em que assenta o desenvolvimento sustentável.

O PROSIURB foi constituído por dois subprogramas. O subprograma 1 - Valorização das Cidades Médias, destinava-se aos centros urbanos que fossem efectivamente alternativos às áreas metropolitanas, com potencialidade de estruturar os espaços sub-regionais, funcionando como incentivadores do desenvolvimento da suas áreas envolventes. O subprograma 2 – Valorização dos Centros Urbanos da Rede Complementar, abrangia as cidades e vilas sedes de concelho não integradas no subprograma 1, podia também abranger aglomerados que não tinham sede de concelho mas que possuíssem um dinamismo demográfico e económico relevante.

O PROSIURB foi responsável pela introdução do “Plano Estratégico”. O Despacho 7/94 definiu três objectivos de carácter substantivo para os Planos estratégicos (AVELINO, 1998):

- Melhorar a qualidade de vida do meio urbano, com base o desenvolvimento sustentável;
- Promover a coesão intra-regional do centro urbano, quer com a área envolvente quer com os restantes centros da região;
- Reforçar a integração supra-regional, através de organizações territoriais competitivas.

Neste programa foram abrangidas cerca de quarenta cidades, cujo peso populacional era relevante (entre os 10 000 e os 100 000 habitantes) e onde a prestação de serviços intermédios entre as grandes áreas metropolitanas e o mundo rural é fundamental. Entre as cidades abrangidas pelo PROSIURB podíamos destacar as cidades médias de Braga e Coimbra e outros centros de menor dimensão mas que tinham grande atractividade na área envolvente. Eram os casos de Viana do Castelo, Barcelos, Fafe, Guimarães, S. João da Madeira, Aveiro, Figueira da Foz, Leiria, Marinha Grande, Entroncamento, Tomar, Abrantes e cidades do interior como Bragança, Chaves, Vila Real, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Évora, Portalegre, entre outras.

O PROSIURB visava o desenvolvimento de centros urbanos que desempenhavam um papel estratégico na organização do território nacional, dotando-os de equipamentos e infra-estruturas de apoio ao seu dinamismo económico e social (FERREIRA, 2005). Este programa impulsionou as intervenções de renovação das cidades de modo, a fortalecer a competitividade do sistema urbano.

Quatro anos mais tarde, em 1998, foi aprovada a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei nº 48/98 de 11 Agosto), que estabelecia as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo. Esta Lei definiu e integrou as acções promovidas pela Administração, visando a valorização do território nacional, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável (DR, 1998).

Os objectivos desta Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo foram (DR, 1998):

1. O ordenamento do território e o urbanismo procediam a objectivos específicos⁶, consoante a natureza da realidade territorial subjacente, entre outros específicos, a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, respeitando os valores culturais, ambientais e paisagísticos.
2. A programação, a criação e a manutenção de serviços públicos, de equipamentos colectivos e de espaços verdes nos diversos espaços devia procurar atenuar as assimetrias existentes, tendo em consideração as necessidades das específicas das populações, as acessibilidades e a adequação da capacidade de utilização.
3. O ordenamento do território e o urbanismo deviam salvaguardar os valores naturais essenciais, garantindo que:

Esta Lei tinha como finalidades promover no território nacional: o reforço da coesão; a valorização das especificidades do território; o aproveitamento racional dos recursos naturais; a defesa e valorização do património cultural e natural; a qualidade de vida, assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento das actividades económicas, sociais e culturais; racionalização, reabilitação e modernização dos centros urbanos; salvaguardar e valorizar as potencialidades do espaço rural e acautelar a protecção civil da população.

A política de ordenamento do território e de urbanismo assentou nos quatro grandes pilares do desenvolvimento sustentável, dando ênfase a aspectos como sustentabilidade e solidariedade, economia, coordenação, subsidiariedade, equidade, participação, responsabilização, contratualização e segurança jurídica.

Uma outra iniciativa, o Projecto URBAN – NET que decorre em quatro anos, desde Agosto de 2006 a Julho de 2010 e que aborda questões relacionadas com a sustentabilidade urbana na Europa. O objectivo geral deste programa consiste em aumentar a cooperação e a coordenação entre os Estados-membros, através da criação de redes e da colaboração em actividades de investigação conjunta. Portugal é um dos países que integra esta rede, sendo a DGOTDU a sua mobilizadora. Este projecto é financiado pela Comissão Europeia no âmbito do Sexto Programa-Quadro através da adesão de dezasseis parceiros de treze países (EUKN, 2008).

⁶ Outros objectivos específicos do ordenamento do território e urbanismo:

- o equilíbrio das funções de habitação, trabalho, cultura e lazer;
- a criação de oportunidades diversificadas de emprego de modo a fixar as populações, em especial nas áreas menos desenvolvidas;
- a preservação e defesa dos solos com aptidão natural ou aproveitados para actividades agrícolas, pecuárias ou florestais;
- a adequação dos níveis de densificação urbana, impedindo a degradação da qualidade de vida e o desequilíbrio da organização económica e social;
- a rentabilização das infra-estruturas, evitando desnecessárias extensões das redes e dos perímetros urbanos e racionalizando o aproveitamento das áreas intersticiais;
- uma política de habitação que resolva as carências existentes;
- a reabilitação e a revitalização dos centros históricos e dos elementos de património cultural classificados;
- a recuperação ou reconversão de áreas degradadas;
- a reconversão de áreas urbanas de génese ilegal.

Mais recentemente, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) foi aprovado pela Lei nº 58/2007 a 4 de Setembro de 2007, com a rectificação introduzida pela declaração nº 80-A, de 7 de Setembro. Segundo a DGOTDU (2007), o PNPOT foi um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabeleceu as opções mais relevantes para a organização do território nacional e constituiu um instrumento de cooperação com os demais instrumentos de gestão territorial nacionais e comunitários. O PNPOT constituiu um dos instrumentos-chave para a implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), colocando em evidência o contributo das políticas de ordenamento do território para o país. Assim sendo, o PNPOT visava concretizar a estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão do país. Os objectivos ou linhas de orientação do PNPOT assentavam nos quatro aspectos dos pilares do desenvolvimento sustentável, salientando nesse sentido, o desenvolvimento policêntrico, o reforço da competitividade, assegurar a equidade territorial, expandir as redes e infra-estruturas, o reforço da qualidade e da eficiência da gestão territorial e a conservação e valorização da biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural.

Também, em 2007, as Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano e previstas no Eixo IX – Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional, do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT) têm como objectivos a dinamização de soluções inovadoras para os problemas urbanos, centradas, na eficiência e reutilização das infra-estruturas e equipamentos existentes, na exploração das oportunidades que as novas tecnologias oferecem, na capacitação das comunidades locais e no desenvolvimento de novas formas de parceria público-privadas (Observatório do QCAIII, 2007).

As intervenções previstas destinam-se, fundamentalmente, a apoiar projectos-piloto, para aplicação nas cidades portuguesas, que visem desenvolver soluções que ainda não tenham sido aplicadas ou tendo sido com resultados positivos, nomeadamente nas seguintes áreas (Observatório do QCAIII, 2007):

- a) prestação de serviços de proximidade;
- b) acessibilidades e mobilidade urbana;
- c) segurança, prevenção de riscos e combate à criminalidade;
- d) gestão do espaço público e do edificado;
- e) construção sustentável;
- f) ambiente urbano;
- g) criatividade e empreendedorismo na valorização dos recursos territoriais;
- h) governação urbana com incremento da participação dos cidadãos e dos actores.

No campo do ambiente, surgiram várias iniciativas que directamente ou indirectamente promoveram a melhoria do ambiente urbano.

Em 1995, o Plano Nacional da Política de Ambiente (PNPA) veio confirmar a necessidade de uma política em matéria de ambiente urbano. Este Plano tinha um capítulo dedicado à "Qualidade

Ambiental das Zonas Urbanas” em que se instituiu quatro áreas de actuação, nomeadamente a “Promoção da qualidade ambiental das zonas urbanas”, “Informação e educação ambiental no espaço urbano e mobilização dos cidadãos”, “Valorização ambiental dos equipamentos escolares” e “Monitorização da qualidade do ambiente urbano e apoio à realização de infra-estruturas ambientais”. O PNPA constituiu um instrumento essencial para promover a integração do ambiente e desenvolvimento nas várias políticas sectoriais e contribuir, de forma contínua, para o desenvolvimento sustentável da sociedade portuguesa. Com base, neste pretexto, entendia que a atenção que os vários sectores de actividade económica deviam dedicar ao ambiente tinha de ser considerada, essencialmente como uma garantia da qualidade e da sustentabilidade desses sectores (MAOT, 2000).

Em 2000, cabe destacar o Programa Polis - Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades - surgiu no seguimento de vários estudos, “comunitários e nacionais, reflexivos e/ou programáticos, sobre a qualidade de vida urbana, o ambiente nas cidades e a importância do sistema urbano nas dinâmicas territoriais, económicas e sociais” (SIMÕES, 2002) e na sequência do PROSIURB. O Programa Polis constituiu assim uma referência importante nas acções de requalificação e valorização ambiental no espaço urbano, apoiado pelo Terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), visando a consolidação do sistema urbano nacional e, conseqüentemente, contribuir para a afirmação de Portugal na UE (MAOT, 2000).

Os objectivos do Programa Polis assentavam nos quatro pilares, institucional, económico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. Em termos institucionais, o programa apostava no desenvolvimento de acções parcerias público-privadas, que impulsionassem a multifuncionalidade dos centros urbanos e a valorização ambiental. Relativamente aos objectivos ambientais, estes focalizavam a melhoria da qualidade de vida, aumentando a presença de elementos ambientais estruturantes. Neste sentido, o objectivo primordial do Programa Polis consistia em melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade das cidades que tinha um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional (MAOT, 2000).

As intervenções do Programa Polis subdividiam-se em quatro componentes e cinco linhas de intervenção (Quadro 9). De acordo com este quadro, o investimento total a realizar no âmbito do Programa foi da ordem dos 79,8 milhões de euros. O investimento deste programa distribuiu-se da seguinte forma: 62,4 milhões para a Componente 1, operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental; 10,4 milhões para a Componente 4, medidas complementares para melhorar as condições urbanísticas e ambientais das cidades; 5 milhões para a Componente 3, valorização urbanística e ambiental em áreas de realojamento e 2 milhões para a componente 2, intervenções em cidades com áreas classificadas como Património Mundial. Em suma, mais de $\frac{3}{4}$ do investimento do Programa Polis foi absorvido na Componente 1, o que não causando admiração, pelo facto de tratar-se de uma Componente essencial e a sua natureza multifacetada implicava um conjunto de obras com o intuito da requalificação urbana dos espaços públicos, de modo a promover uma melhor qualidade

de vida aos residentes e melhorar as suas condições de atractividade para aí fixar população (MAOT, 2000).

Quadro 9 – Indicativo das necessidades de investimento do Programa Polis

COMPONENTES	LINHAS DE INTERVENÇÃO	INVESTIMENTO A REALIZAR (MILHÕES DE EUROS)
<u>Componente 1</u> Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental	Linha 1 Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar	62,4
	Linha 2 Outras intervenções a identificar	
<u>Componente 2</u> Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial		2
<u>Componente 3</u> Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento		5
<u>Componente 4</u> Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades	Linha 1 Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano	10,4
	Linha 2 Apoio à instalação de sistemas de informação e gestão ambiental	
	Linha 3 Apoio à valorização na envolvente de estabelecimentos de ensino	
	Linha 4 Apoio a acções de educação ambiental no espaço urbano	
	Linha 5 Apoio a outras acções com impacte positivo na qualidade da vida urbana	
<i>Investimento Total</i>		79,8

Fonte: MAOT, 2000

A Componente 1 pretendia realizar intervenções de requalificação com uma forte vertente ambiental e estendeu-se a 28 cidades do país, das quais na primeira fase contemplou 18 cidades: Albufeira, Aveiro, Beja, Bragança, Cacém, Castelo Branco, Coimbra, Almada (Costa da Caparica), Covilhã, Guarda, Leiria, Matosinhos, Porto, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Real e Viseu. Numa segunda fase, as cidades: Chaves, Gondomar, Marinha Grande, Portalegre, Setúbal, Sines, Tomar, Torres Vedras, Valongo (Ermesinde) e Vila Franca de Xira. A Componente 2 permitiu realizar intervenções em cidades com áreas classificadas pela UNESCO como Património Mundial incluindo-se, Angra do Heroísmo, Évora, Sintra, Porto e Guimarães. Na Componente 3, incluiu-se as intervenções que valorizassem urbanística e ambientalmente áreas de realojamento que resultaram do Programa de Erradicação das Barracas, localizadas na AML e na AMP. No que concerne à Componente

4, o programa apoiou acções propostas pelos municípios de medidas complementares para melhorar as condições urbanísticas e ambientais das cidades do Barreiro, Elvas, Funchal, Lagos, Moita e Santarém (MAOT, 2000).

As principais fontes de financiamento do Programa Polis (Quadro 10) procederam de fundos comunitários, com cerca de 45,9 milhões de euros, através das diversas Intervenções Operacionais, nomeadamente, da Medida "Melhoria do Ambiente Urbano" da Intervenção Operacional Ambiente e das Acções Integradas de Qualificação das Cidades e de Requalificação Metropolitana das Intervenções Operacionais Regionais. Para além dos Fundos Comunitários, constituíram fontes de financiamento para as intervenções do Programa, o financiamento autárquico e da Administração Central e ainda o financiamento empresarial público ou privado, também conhecido como auto-financiamento.

Quadro 10 – Indicativo das fontes de financiamento do Programa Polis

Fontes de financiamento	Milhões de euros
Fundos Comunitários	45,9
Autarquias	13
Administração	13
Auto-financiamento	7,9
Total	79,8

Fonte: MAOT, 2000

Os Fundos Comunitários tiveram uma comparticipação global de 58%, provenientes do FEDER e do FSE. As Autarquias e a Administração Central suportaram com 13 milhões de euros cada uma, o que correspondeu na globalidade a 28% do financiamento do Programa Polis. O auto-financiamento contribuiu com 7,9 milhões, sendo um valor pouco significativo pelo facto das acções previstas incidirem principalmente nos espaços públicos menos apropriados para este tipo de financiamento. O FEDER disponibilizava 14,96 milhões de euros num total de 19,95 milhões na Medida 2.1 da I.O. Ambiente para investimentos no âmbito do Programa Polis (Quadro 11).

Quadro 11 – Indicativo das disponibilidades financeiras (FEDER) na Medida 2.1 da I.O. Ambiente, para investimentos no âmbito do Programa Polis (milhões de euros)

IO AMBIENTE MEDIDA 2.1	FEDER	* COMPARTICIPAÇÃO NACIONAL	INVESTIMENTO TOTAL
Nacional	10,82	3,59	14,42
Desconcentrado	4,14	1,39	5,53
Total	14,96	4,98	19,95

* Comparticipação Nacional inclui investimento da administração central, autárquico ou outro; o montante dependerá da taxa de comparticipação.

Fonte: MAOT, 2000

No Eixo Prioritário 2 das I.O. Regionais (Quadro 12), o FEDER disponibilizava 23,55 milhões de euros e a comparticipação nacional situava-se nos 28,05 milhões num investimento total de 31,46 milhões. As regiões que mais beneficiaram foram Lisboa e Vale do Tejo com 8,08 milhões de euros, seguida do Norte com 6,73 milhões e o Centro com 5,29 milhões. A disponibilidade do FEDER para o Alentejo e para o Algarve situou-se abaixo dos 2 milhões de euros. Já o FSE (Quadro 13) disponibilizou 2,3 milhões de euros no Eixo Prioritário 2 das I.O. Regionais para intervenções no âmbito do Programa Polis num total de 3,05 milhões. As regiões mais beneficiadas continuaram a ser Lisboa e Vale do Tejo, seguida do Norte e o Centro.

Quadro 12 - Indicativo das disponibilidades financeiras (FEDER) no Eixo Prioritário 2 das I.O. Regionais, para investimentos no âmbito do Programa Polis (milhões de euros)

IO REGIONAIS	FEDER	*COMPARTICIPAÇÃO NACIONAL	INVESTIMENTO TOTAL
Norte	6,73	2,45	8,98
Centro	5,29	1,76	7,08
LVT	8,08	2,7	10,77
Alentejo	1,76	0,59	2,34
Algarve	1,69	0,55	2,29
Total	23,55	8,05	31,46

* Comparticipação Nacional inclui investimento da administração central, autárquico ou outro; o montante dependerá da taxa de comparticipação

Fonte: MAOT, 2000

Quadro 13 - Indicativo das disponibilidades financeiras (FSE) no Eixo Prioritário 2 das I.O. Regionais, para investimentos no âmbito do Programa Polis (milhões de euros)

IO REGIONAIS	FSE	*COMPARTICIPAÇÃO NACIONAL	INVESTIMENTO TOTAL
Norte	0,65	0,2	0,85
Centro	0,5	0,15	0,7
LVT	0,8	0,25	1,05
Alentejo	0,15	0,05	0,25
Algarve	0,15	0,05	0,2
Total	2,3	0,7	3,05

* Comparticipação Nacional inclui investimento da administração central, autárquico ou outro; o montante dependerá da taxa de comparticipação

Fonte: MAOT, 2000

Os níveis de participação das autarquias, do governo e dos fundos comunitários variaram para as diferentes componentes (Quadro 14). A comparticipação dos Fundos Comunitários foi superior nas Componentes 1, 2 e 3, variando entre os 50% e os 75%, e na Componente 4, variou entre os 0 e os 50%. As autarquias contribuíram entre 0 a 25% nas três primeiras componentes. Na componente quatro, as contribuições das autarquias (25% a 50%) e do governo (0 a 50%) aumentaram e os

Fundos Comunitários diminuíram substancialmente, pelo facto do programa apoiar acções propostas pelos municípios com vista a melhoria das condições urbanísticas.

Quadro 14 - Indicativo dos níveis de comparticipação para as componentes do Programa Polis

COMPONENTES	LINHAS DE INTERVENÇÃO	NÍVEIS DE COMPARTICIPAÇÃO
<u>Componente 1</u> Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental	Linha 1 Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar	Autarquias: 10 – 20 % Governo: 0 – 15 %
	Linha 2 Outras intervenções a identificar	Fundos Comunitários: 60 – 75 %
<u>Componente 2</u> Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial		Autarquias: 20 – 25 % Governo: 15 – 20 % Fundos Comunitários: 50 – 75 %
<u>Componente 3</u> Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento		Autarquias: 0 – 25 % Governo: 0 – 25 % Fundos Comunitários: 50 – 75 %
<u>Componente 4</u> Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades	Linha 1 Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano	Autarquias: 25 – 50 % Governo: 0 – 50 % Fundos Comunitários: 0 – 50 %
	Linha 2 Apoio à instalação de sistemas de informação e gestão ambiental	
	Linha 3 Apoio à valorização na envolvente de estabelecimentos de ensino	
	Linha 4 Apoio a acções de educação ambiental no espaço urbano	
	Linha 5 Apoio a outras acções com impacte positivo na qualidade da vida urbana	

Fonte: MAOT, 2000

O Programa Polis destacou-se dos demais programas pelo seu carácter interventivo nas cidades, pelo facto de ter tido um maior impacto junto dos cidadãos. Todas as intervenções realizadas no âmbito deste programa serviram para demonstrar que a reabilitação e a requalificação das áreas degradadas era possível. Todas estas intervenções contribuíram para a revitalização dessas áreas, e consequentemente, deram um contributo para a sustentabilidade das próprias cidades.

Ainda no domínio do ambiente é de referir, o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), relativo ao período 2000-2006, funcionava como documento estratégico de base para o desenvolvimento económico, social e territorial do país, vindo reforçar o papel das cidades no processo de desenvolvimento em Portugal.

Um dos eixos de intervenção preconizados no PNDES foi o da “protecção e valorização ambiental do território”, em que o ambiente exerceu um papel relevante. Este Plano promoveu a melhoria do ambiente urbano, pressupondo-se, intervenções integradas nos vários sectores, nomeadamente, urbanismo, transportes, energia, habitação, acção social, saúde e telecomunicações, e, exigia participações públicas e privadas. Compreendia acções prioritárias dirigidas ao controlo do ambiente acústico e da qualidade do ar, à promoção da biodiversidade nos espaços urbanos e nas periferias através da execução de corredores ecológicos, à melhoria da qualidade ambiental e social dos espaços urbanos e periferias, e à sensibilização e educação ambiental. Este plano atribuiu grande importância ao papel da Administração Central ao assumir o papel de demonstração, de apoio e de mobilização de parcerias com as autarquias e agentes locais (MAOT, 2000).

O Terceiro Plano de Desenvolvimento Regional, referente ao período 2000-2006, plasmado no III Quadro Comunitário de Apoio, criou condições para a realização de um programa mais ambicioso em matéria de requalificação urbana e valorização ambiental de cidades, pelo facto de estarem reunidos pela primeira vez num mesmo ministério as competências em matéria de ordenamento do território e de ambiente. As orientações estratégicas deste PDR, em matéria de ordenamento do território e de ambiente, consistia na criação de novas centralidades urbanas no interior das áreas metropolitanas, na reedificação e requalificação urbanas, bem como a valorização ambiental dos espaços urbanos, na valorização de factores geradores de novas identidades e no reforço e consolidação de um sistema urbano nacional mais equilibrado, baseado na rede das cidades médias, assegurando uma certa qualidade de vida. A par destas orientações estratégicas, a questão urbana foi abordada em diversas instâncias do PDR, particularmente na Intervenção Operacional do Ambiente, em que a “Melhoria do ambiente urbano” constituiu um dos eixos da valorização do território, nas Intervenções Operacionais Regionais do Continente, em especial nas Acções Integradas de Base Territorial, em que a “Qualificação e Competitividade das Cidades Médias”, incluía na maioria dos PO’s regionais a dotação financeira destinada à execução dos Programas Polis, constituindo-se assim como orientações estratégicas da temática da requalificação urbana. Este terceiro PDR criou então as condições para a elaboração de um programa bastante ambicioso em termos de requalificação urbana e valorização ambiental nas cidades (MAOT, 2000).

Posteriormente, em 2007, foi aprovado pelo despacho normativo SEOTC 23021, o lançamento da Política de Cidades POLIS XXI, orientada por três programas específicos: regeneração urbana, competitividade e diferenciação de cidades ou redes de cidades, e integração regional, cujo financiamento está previsto nos Programas Operacionais Regionais 2007-2013. O Programa do XVII Governo assumiu o compromisso de relançamento de uma “política de cidades forte e coerente”, associada a medidas inovadoras de financiamento e a modelos adequados de gestão e de governação territorial (MAOTDR, 2007).

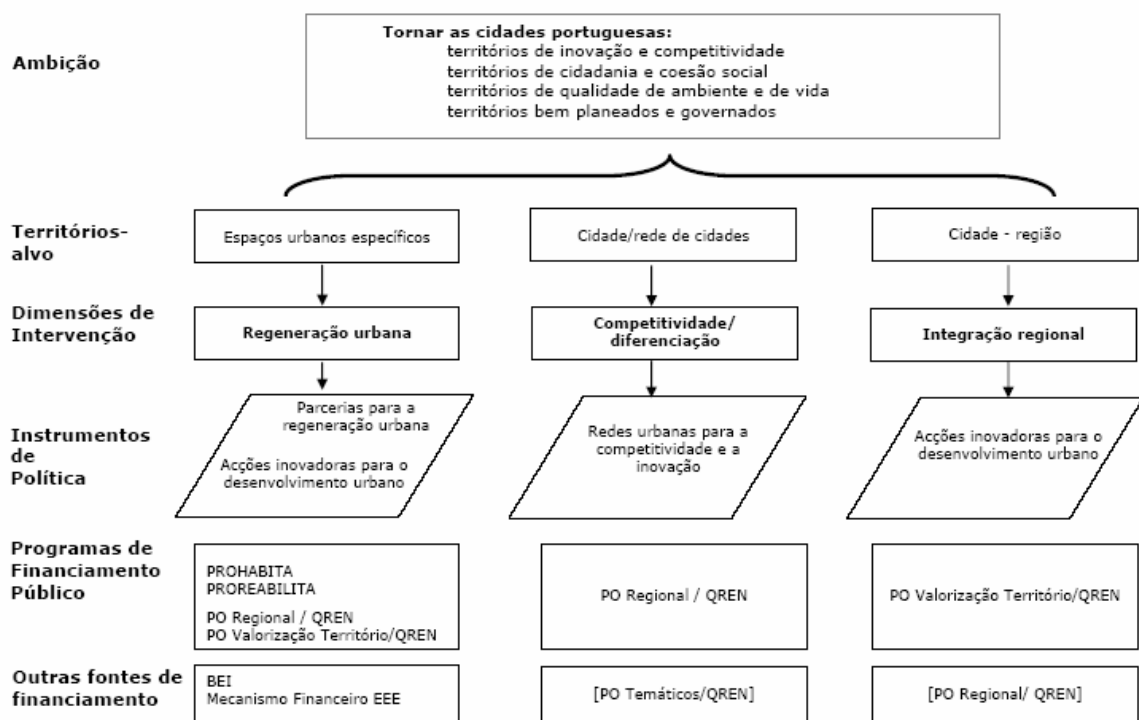
Esta política de cidades adicionou à dimensão intra-urbana uma visão mais ampla, concebendo o desenvolvimento das cidades num contexto de redes urbanas nacionais e internacionais; colocou as intervenções físicas mais integradas na transformação das cidades em espaços de coesão social, de

competitividade económica e de qualidade ambiental; estimulou novas formas de “governança” baseadas numa maior participação dos cidadãos, um maior empenho dos diversos actores urbanos e em mecanismos flexíveis de cooperação entre cidades e entre estas e os seus espaços envolventes (MAOTDR, 2007).

A Política de Cidades POLIS XXI responde a este triplo repto, abrindo um ciclo de intervenção urbana que, beneficia da experiência acumulada através de programas de âmbito tanto comunitário (URBAN) como nacional (POLIS), permitindo assim intervir a diferentes escalas de intervenção: do sistema urbano à escala intra-urbana.

Assim, tal como o Programa Polis, a Política de Cidades POLIS XXI baseia-se em instrumentos de política e fontes de financiamento complementares, garantindo a concretização da ambição e dos objectivos por ela prosseguidos no quadro dos domínios de intervenção definidos. A figura 8 esquematiza os aspectos essenciais relativos à formulação e à execução desta política.

Figura 8 - Configuração geral da Política de Cidades POLIS XXI



PROREABILITA⁷

Fonte: MAOTDR, 2007

A Política de Cidades POLIS XXI consiste numa política de criação de oportunidades através da afirmação das cidades como espaços de produção de riqueza, de exercício da cidadania e de inserção internacional competitiva do País, estabelecendo como ambição os seguintes aspectos: as cidades como territórios de inovação e competitividade; as cidades como territórios de cidadania e coesão

⁷ PROREABILITA – novo programa que o governo vai lançar - que define os instrumentos de apoio aos proprietários que pretendam conservar e reabilitar o seu património. Dará prioridade ao apoio à reabilitação de edifícios abrangidos pelo regime transitório de actualização faseada de rendas, que pertençam a proprietários de fracos recursos económicos.

social; as cidades como territórios de qualidade de ambiente e de vida; e por último, as cidades como territórios bem planeados e governados.

A ambição da Política de Cidades POLIS XXI concretiza-se através dos seguintes objectivos (MAOTDR, 2007):

- qualificar e integrar os distintos espaços de cada cidade, visando um funcionamento urbano inclusivo, coerente, sustentável e mais participado pelos cidadãos;
- fortalecer e diferenciar o capital humano, institucional, cultural e económico de cada cidade, no sentido de diversificar as oportunidades individuais e colectivas, reforçando assim, o papel regional, nacional e internacional das aglomerações urbanas;
- qualificar e intensificar a integração da cidade na região envolvente, de modo a promover relações de complementaridade mais sustentáveis entre os espaços urbanos e rurais e a potenciar o desenvolvimento de cada cidade-região;
- inovar nas soluções para a qualificação urbana, promovendo as que se orientem por princípios de sustentabilidade ambiental, de eficiência e reutilização de infra-estruturas e dos equipamentos existentes em detrimento da construção nova, de exploração das oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias e de capacitação das comunidades e desenvolvimento de novas formas de parceria público-privado;

O prosseguimento destes objectivos concretiza-se em três dimensões de intervenção, traduzindo as diferentes escalas de análise da cidade (MAOTDR, 2007):

- Regeneração: envolve a articulação de diferentes componentes como habitação, reabilitação e revitalização urbanas, coesão social, ambiente, mobilidade, entre outras, no contexto de operações integradas de regeneração urbana;
- Competitividade / Diferenciação: abrange o apoio a estratégias de afirmação internacional, a criação de equipamentos urbanos e infra-estruturas diferenciadores na inserção em redes nacionais e internacionais, a cooperação entre cidades portuguesas para a valorização partilhada de recursos, potencialidades e conhecimentos e a cooperação com cidades internacionais;
- Integração regional: incide sobre as interacções cidade-região e no reforço da cidade como motor de desenvolvimento das áreas sob sua influência directa. Compreende as iniciativas que visem estruturar aglomerações, ampliação da dimensão urbana através da cooperação de proximidade, promover complementaridades e economias de aglomeração e racionalizar e qualificar os equipamentos e serviços que a cidade disponibiliza.

Este instrumento de política visa ultrapassar as fragilidades das nossas cidades através de estratégias de cooperação inter-urbana, de constituição de redes urbanas com dimensão e massa crítica, suficientes para desenvolver novas funções e atrair actividades inovadoras e, assim reforçarem os factores de competitividade no âmbito nacional e internacional.

Esta iniciativa visa apoiar um número restrito de Acções Preparatórias, consideradas como processos demonstrativos das potencialidade e do valor acrescentado da cooperação inter-urbana para reforçar a competitividade das cidades e de identificar projectos palpáveis que dêem conteúdo a essa cooperação.

A sua concepção e lançamento resultaram da articulação entre quatro ministérios⁸ (MCTES, MC, MEI e MOPTC). A selecção das Acções Preparatórias resultou de um procedimento concursal lançado pela DGOTDU em Setembro de 2007. A Comissão de Selecção integrou representantes da MAOTDR e demais ministérios envolvidos, da Associação Nacional de Municípios Portugueses e do Coordenador do Plano Tecnológico, tendo já seleccionado cinco candidaturas às Acções Preparatórias, presentes no quadro seguinte.

Através da Política POLIS XXI, o governo pretende dar um novo impulso às cidades aproveitando os fundos estruturais da União Europeia, que vigora até 2013. Este programa destaca-se do anterior pelo facto da sua área de intervenção não se localizar só nos centros históricos, na sua regeneração e revitalização e ter-se deslocando para outros espaços na cidade e no espaço envolvente da própria cidade. Duas das ambições deste programa é contribuir para que os territórios sejam bem planeados e governados e que tenham uma qualidade de ambiente e de vida. Alguns dos conceitos relacionados são inovação, competitividade, cidadania, coesão social, qualidade ambiental e de vida.

Esta Política é constituída por três programas destinados a três territórios-alvo das cidades. Assim o programa "Urbanos específicos" destina-se a intervenções no âmbito da regeneração urbana, o "Cidade/rede de cidades" dirige-se a intervenções baseadas na competitividade/diferenciação, e por último, o "Cidade-região" destina-se a intervenções no âmbito da integração regional. Para além das intervenções de regeneração urbana, apostou-se na competitividade da cidade e das redes de cidades e na integração da cidade não região envolvente.

8

MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

MC – Ministério da Cultura

MEI - Ministério da Economia e da Inovação

MOPTC - Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações

MAOTDR – Ministério do Ambiente, de Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Quadro 15 – Candidaturas às Acções Preparatórias

Acções Preparatórias	Cidades/Objectivos	Linhas estratégicas
Um quadrilátero urbano para a competitividade, a inovação e a internacionalização	<u>Cidades:</u> Braga, Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalicão. De acordo com o PNPOT, este projecto de cooperação em rede visa explorar o potencial de quatro pólos urbanos de grande proximidade para estruturar o que vir a ser uma das grandes concentrações urbanas e de conhecimento do País, associando uma estratégia inovadora às dinâmicas de um sistema de inovação de base territorial.	Reforço da conectividade interurbana; qualificação das infra-estruturas para o conhecimento e a sociedade virtual; desenvolvimento de soluções de cooperação intersectorial e qualificação institucional no meio empresarial; qualificação do potencial humano e mobilização da criatividade das pessoas, no desenvolvimento de projectos inovadores que integrem competitividade, inovação nos processos de regeneração urbana; reforço da coesão social.
Douro Alliance – Eixo Urbano do Douro	<u>Cidades:</u> Vila Real, Régua e Lamego. O reforço/estruturação deste eixo urbano têm sido proposto por outros instrumentos de gestão do território e nas diversas estratégias de desenvolvimento regional.	Cooperação para estruturar a realidade urbana polinucleada com dimensão e massa crítica para surgir novas dinâmicas de desenvolvimento da região; propõe-se desenvolver um conjunto de medidas centradas na construção e afirmação da identidade do eixo urbano; promoção do desenvolvimento sustentável; reforço da atractividade; promoção da criatividade e da competitividade.
ECOS – Energia e Construção Sustentável	<u>Cidades:</u> Moura, Beja, Óbidos, Peniche, Torres Vedras, Silves e Serpa. Rede de natureza centrada na articulação dos temas das energias renováveis, eficiência energética, urbanismo e construção sustentável. Reúne um grupo de centros urbanos com experiência nas energias alternativas - Moura, Peniche, Torres Vedras e Óbidos e com experiência em projectos no domínio da construção sustentável – Beja, Serpa e Silves.	Dinamizar processos de desenvolvimento urbano onde sejam estratégicas actividades ligadas à inovação nos domínios das tecnologias energéticas e das tecnologias de construção e da sua incorporação na reabilitação do edificado.
Corredor Azul – Rede urbana para a competitividade e a inovação	<u>Cidades:</u> Évora, Arraiolos, Borba, Elvas, Estremoz, Montemor-o-Novo, Santiago do Cacém, Sines, Vendas Novas e Vila Viçosa. Concretiza orientações contidas no modelo territorial do PNPOT e propõe-se explorar as oportunidades que decorram das novas tecnologias, das potencialidades logísticas, dos recursos turísticos e dos valores patrimoniais e culturais.	Apostar em iniciativas comuns que valorizem a rede de plataformas logísticas e multimodais, explorando oportunidades geradas pelas grandes infra-estruturas de comunicações que estruturam transversalmente o Alentejo e asseguram a conectividade ibérica e internacional do País, na expansão e gestão das áreas de acolhimento de actividades económicas, no desenvolvimento turístico, na valorização do património natural e cultural e no fomento da inovação e de novas oportunidades empresariais.
Algarve Central – Uma parceria territorial	<u>Cidades:</u> Faro, Loulé, Olhão, S. Brás de Alportel e Tavira. Proposta estruturante do modelo territorial do PROT Algarve e visa estrutura uma aglomeração urbana polinucleada com a dimensão de cidade de cidade média em termos europeus.	Promover o desenvolvimento das infra-estruturas de acolhimento empresarial para o fomento da inovação e do empreendedorismo e para reforço das iniciativas empresariais; gestão integrada de equipamentos, actividades e serviços; qualificação e desenvolvimento de novas valências nos serviços públicos, em particular municipais; mobilidade urbana e as acessibilidades; regeneração urbana e reabilitação das zonas históricas.

Fonte: Adaptado de MAOTDR, 2007

Para além da habitação, do ordenamento e do ambiente, há que ter em consideração que a sustentabilidade está intimamente relacionada com o nível de educação e de formação da população, e com o sistema de valores vigente na sociedade.

A 20 de Agosto de 2007, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007 aprovou a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (ENDS) e o respectivo Plano de Implementação (PIENDS). Trata-se de um instrumento de orientação estratégica, para o horizonte de 2015, constituiu um dos compromissos internacionais assumidos por Portugal no âmbito da Agenda 21, que visava “nortear o processo de desenvolvimento do País, numa perspectiva de sustentabilidade, em articulação coerente com os demais instrumentos, planos e programas de acção em vigor ou em preparação, incluindo os que se referem à aplicação dos fundos comunitários no período de programação até 2013, e fazendo apelo à iniciativa dos cidadãos e dos diversos agentes económicos e sociais” (RCM n.º 109/2007, de 20 de Agosto).

O principal desígnio da ENDS foi o de *Retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social* (RCM n.º 109/2007, de 20 de Agosto).

Para o cumprimento deste desígnio foram apresentados sete objectivos de acção:

1. Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento";
2. Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética;
3. Melhor ambiente e valorização do património natural;
4. Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social;
5. Melhor conectividade internacional do País e valorização equilibrada do território;
6. Um papel activo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional;
7. Uma administração pública mais eficiente e modernizada.

Por sua vez, cada um destes objectivos tinha associado um conjunto de prioridades estratégicas (áreas de concentração de actuações), vectores estratégicos (rumos prioritários de actuação) e metas (identificam, em termos quantitativos, os principais resultados que se espera atingir, em consequência da concretização dos vectores estratégicos).

Os objectivos da ENDS assentam nos quatro grandes pilares do desenvolvimento sustentável, isto é, no aspecto institucional, económico, social e ambiental. Em termos institucionais, os objectivos passaram pela promoção do ordenamento do território, a responsabilização em matéria de desenvolvimento sustentável e a avaliação e análise do processo com recurso a indicadores. A ENDS apresentava-se assim, como uma estratégia bastante ambiciosa no aspecto institucional, uma vez abrangia áreas importantes em termos de desenvolvimento sustentável, até então nunca referidas.

Relativamente aos aspectos económicos e sociais, estes apontavam para a alteração dos padrões de produção e consumo e na necessidade de modernização das actividades económicas como forma de promover a competitividade e a atractividade do país e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável, promover o emprego e a instrução/qualificação da população portuguesa. Em termos ambientais, a ENDS apostava na utilização eficiente dos recursos naturais, na valorização do

património natural, e na integração do ambiente nas políticas sectoriais. A ENDS estabelecia também orientações genéricas, no entanto estendia-se por várias áreas importantes para a estratégia nacional de desenvolvimento sustentável.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável foi acompanhada do respectivo Plano de Implementação (PIENDS) que apresentava, para cada um dos sete objectivos estratégicos as principais medidas públicas a concretizar. O PIENDS foi preparado com objectivos, metas e prazos concretos, meios de implementação e indicadores de medição de progresso da ENDS. Os objectivos do Plano de Implementação baseavam-se, fundamentalmente, no aspecto institucional, e também, nos aspectos social e ambiental.

Para a implementação da ENDS no período até 2015 será fundamental a articulação entre os diferentes instrumentos-chave⁹, nomeadamente o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) relativo ao período 2007/13, o Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (Programa Nacional de Reformas) e os Planos e Estratégias Sectoriais.

Para além destes instrumentos, são de salientar também outras Estratégias e Programas fundamentais para a concretização da ENDS como a Estratégia Nacional para o Mar e o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Rural, pelo seu carácter transversal, e programas mais sectoriais como a Estratégia Nacional para a Energia ou a Estratégia Nacional para as Florestas.

A Figura 9 pretende ilustrar a relação entre a ENDS, o QREN, o PNACE, PNAC, PNPOT e os Planos e Estratégias Sectoriais.

9

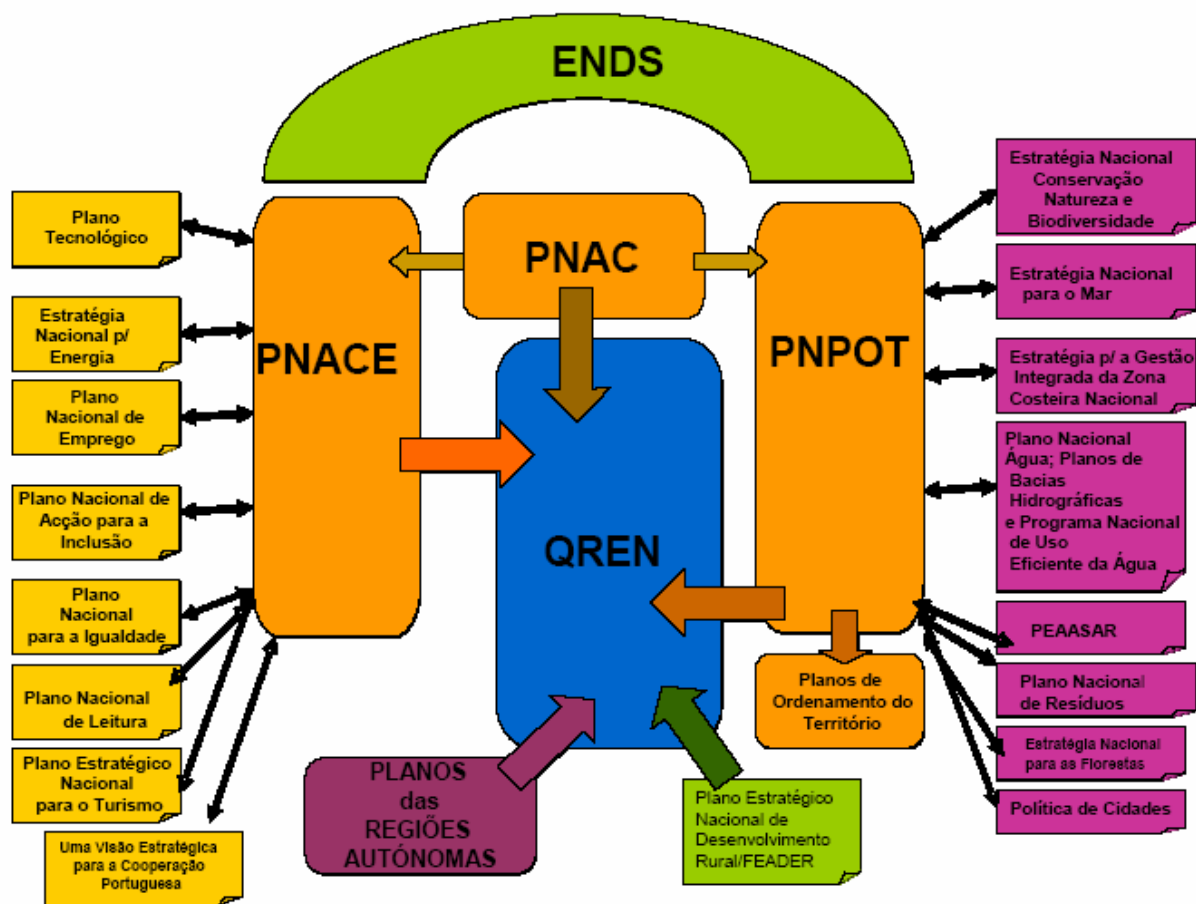
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007/13) e os Programas Operacionais associados, que enquadrarão a utilização dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão da UE, em conjugação com o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEDER) e os fundos públicos e privados nacionais constituem os principais instrumentos de financiamento de actuações de carácter estratégico, com um planeamento plurianual.

PNACE – Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego define um conjunto de actuações que permitem implementar as orientações da Estratégia de Lisboa pelo período de 2005/08, mas poderá ter continuação no período seguinte. Há a destacar as reformas que complementem os investimentos do QREN e que permitam extrair deles o máximo de benefícios, incluindo as que viabilizem a sustentabilidade das Finanças Públicas.

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território define as grandes orientações para a organização do território e a protecção do Ambiente, sendo complementar do PNACE.

PNAC – Programa Nacional para as Alterações Climáticas que integra as diferentes políticas e medidas sectoriais de combate às alterações climáticas, e visa o cumprimento das metas de emissão de gases com efeito de estufa assumidas no âmbito do Protocolo de Quioto.

Figura 9 - A implementação da ENDS – Principais instrumentos



Fonte: Extraído de ENDS 2015 (RCM nº 109/2007)

Os Planos e Estratégias Sectoriais existentes ou que possam surgir para a implementação da ENDS poderão dar origem a investimentos e medidas de referência e a futuras acções complementares de reorganização da intervenção do Estado.

III.2.1 – A inclusão dos pilares da sustentabilidade nas políticas

À semelhança do capítulo anterior, procurou-se classificar os objectivos das várias iniciativas/orientações de políticas das cidades e sistema urbano de forma a poder verificar em que medida é que estas incorporam as várias orientações conducentes ao desenvolvimento sustentável.

A análise do Quadro 16 seguinte mostra os objectivos das iniciativas urbanas nacionais distribuídos pelos quatro vectores do desenvolvimento sustentável, incidindo mais nos vectores institucional e ambiental.

Quadro 16 – Iniciativas nacionais: Balanço dos seus objectivos e classificação segundo os vectores da sustentabilidade

Ano	Iniciativas	Vectores de carácter:			
		Institucional	Económico	Social	Ambiental
1994	PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e apoio à Execução dos PDM)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reestruturar / modernizar o sistema urbano através de estratégias concertadas de ordenamento do território; ▪ Melhorar a eficácia das intervenções sobre a organização do território; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar a inserção nacional e internacional das áreas urbanas; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a consolidação da rede de equipamentos sociais e económicos de carácter estratégico; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a requalificação das cidades, melhorando o ambiente urbano, reforçando a coesão económica e social nas cidades; ▪ Salvaguardar o património construído;
1998	Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o equilíbrio das funções de habitação, trabalho, cultura e lazer; ▪ Promover a adequação dos níveis de densificação urbana, contendo a degradação da qualidade de vida, bem como o desequilíbrio da organização económica e social; ▪ Promover a rentabilização e a revitalização dos centros históricos e dos elementos de património cultural classificados; ▪ Promover a recuperação ou reconversão de áreas degradadas; ▪ Promover a reconversão de áreas urbanas de génese ilegal; ▪ Promover a programação, a criação e a manutenção de serviços públicos, de equipamentos colectivos e de espaços verdes nos diversos espaços, atenuando assim, as assimetrias existentes, tendo em consideração as necessidades das específicas das populações, as acessibilidades e a adequação da capacidade de utilização; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a criação de oportunidades diversificadas de emprego de modo a fixar as populações, em especial nas áreas menos desenvolvidas; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, respeitando os valores culturais, ambientais e paisagísticos; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a preservação e defesa dos solos com aptidão natural ou aproveitados para actividades agrícolas, pecuárias ou florestais, restringindo-se a sua afectação a outras utilizações; ▪ Garantir a integração das edificações, isoladas ou em conjunto na paisagem envolvente; ▪ Garantir a conservação dos recursos hídricos, das zonas ribeirinhas, da orla costeira, das florestas e de outros locais com interesse particular, constituem objecto de protecção compatível com a fruição normal das suas populações; ▪ Garantir a valorização e protecção das paisagens humanas caracterizadas pela diversidade, pela harmonia e pelos sistemas sócio-culturais que suportam; ▪ Garantir a os solos são utilizados de forma a impedir a sua contaminação ou erosão;
2000	Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (Polis)		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver acções de requalificação e revitalização de centros urbanos, que impulsionem a multifuncionalidade desses centros e que fortaleçam o seu papel na região em que se inserem; 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental; ▪ Patrocinar outras acções de requalificação que melhorem a qualidade do ambiente urbano e valorizem a presença de elementos ambientais estruturantes (frentes de rio ou de costa); ▪ Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, fomentar áreas pedonais e regularizar o trânsito automóvel em centros urbanos;
2007	Estratégia Nacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover uma política de 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a alteração dos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar os níveis de 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilizar mais

	de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	<p>ordenamento do território sustentável;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver a sensibilização, a informação, a participação, o acesso à justiça e a responsabilização para o desenvolvimento sustentável; ▪ Avaliar e analisar o progresso do desenvolvimento sustentável com base na monitorização sistemática recorrendo a indicadores; ▪ Responsabilidade do país num contexto alargado; 	<p>padrões de produção e consumo;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer parcerias estratégicas visando a modernização das actividades económicas, sociais e das organizações; 	<p>atendimento ao público;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o emprego, a educação e a formação, investigação, a cooperação tecnológica e a qualificação profissional, com vista a qualificação e competitividade da população portuguesa; 	<p>eficientemente os recursos naturais;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteger e valorizar o património natural e paisagístico e a biodiversidade; ▪ Promover a qualidade do ambiente numa perspectiva transversal e integrada; ▪ Promover a integração do ambiente nas políticas sectoriais;
2007	Plano de Implementação da ENDS (PIENDS)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território; ▪ Papel activo de Portugal na construção europeia e na cooperação; ▪ Uma administração pública mais eficiente e modernizada; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preparar Portugal para a "sociedade do conhecimento"; ▪ Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor ambiente e gestão sustentável do património natural;
2007	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais; ▪ Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social; ▪ Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conservar/ valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos;
2007	Política de Cidades POLIS XXI	<ul style="list-style-type: none"> ▪ qualificar e integrar os distintos espaços de cada cidade, visando um urbano inclusivo, coerente, sustentável e mais participado pelos cidadãos; ▪ qualificar e intensificar a integração da cidade na região envolvente, de modo a promover relações de complementaridade mais sustentáveis entre os espaços urbanos e rurais e a potenciar o desenvolvimento de cada cidade-região; ▪ inovar nas soluções para a qualificação urbana, promovendo as que se orientem por princípios de sustentabilidade ambiental, de eficiência e reutilização de infra-estruturas e dos equipamentos existentes; 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ fortalecer e diferenciar o capital humano, institucional, cultural e económico de cada cidade, no sentido de diversificar as oportunidades individuais e colectivas; 	

Das várias iniciativas/orientações de política, as que são mais directamente dirigidas para as cidades são o PROSUIRB, o Programa Polis e a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de

Urbanismo, sendo de destacar que esta última aplica-se a todo o território nacional, no entanto, apresenta alguns objectivos destinados às cidades. O PROSIURB (1994) incidiu mais na reestruturação do sistema urbano, na organização do território, na consolidação da rede de equipamentos e na promoção da requalificação das cidades. Era evidente a preocupação com a melhoria do ambiente urbano. Em 1998, Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo evidenciou uma maior preocupação com o ambiente urbano nas cidades, apostando no planeamento do crescimento urbano, nos níveis de densificação, na rentabilização dos centros históricos, na recuperação de áreas degradadas e na reconversão de áreas urbanas de génese urbana. Para além destas, é de referir o uso do solo, a integração da paisagem construída com a paisagem natural e a conservação dos recursos naturais. Contudo, apesar das várias iniciativas anteriores, o Programa Polis (2000) foi o único programa que levou avante a concretização de acções com vista a melhoria do ambiente urbano, ao desenvolver intervenções de requalificação/revitalização de centros urbanos, criação de zonas verdes, áreas pedonais e regularização do trânsito automóvel de uma forma integrada.

Em 2007, com a ENDS atribuiu-se uma maior responsabilização em todo este processo de desenvolvimento sustentável, verificando-se uma mudança nos objectivos, apelando para a responsabilização, estando implícito a necessidade para uma mudança de mentalidade e de comportamentos. Apareceu pela primeira vez a responsabilização do país; a avaliação do processo de desenvolvimento sustentável; modernização das actividades económicas e sociais; emprego, formação, investigação e qualificação profissional; utilização eficiente dos recursos naturais; valorizar o património e integrar o ambiente nas políticas sectoriais. O PIEDS (2007) veio reforçar a valorização equilibrada do território e a administração pública eficiente; veio também, expor a importância da sociedade do conhecimento e de uma forma de crescimento sustentado.

Também em 2007, a Política de Cidades POLIS XXI veio contribuir para a melhoria do ambiente urbano, adicionando à dimensão intra-urbana uma visão mais ampla, concebendo o desenvolvimento das cidades portuguesas num contexto de rede urbana, tanto no espaço nacional como internacional, aspectos importante para a competitividade e integração das mesmas. Esta Política revela uma certa maturidade em relação ao Programa Polis, pelo facto de beneficiar da experiência acumulada de programas como o Polis e o URBAN.

Por último, o PNPOT (2007) veio promover o desenvolvimento mais policêntrico dos territórios; a eficiência na gestão territorial; a competitividade e equidade territorial e a conservação da biodiversidade.

A análise da tabela anterior, permite ainda verificar que na década de 90, os objectivos incidiam em questões de eficácia das intervenções sobre o território e na consolidação da rede de equipamentos sociais e económicos. O confronto com o capítulo anterior, centrado na análise das várias políticas e iniciativas desenvolvidas à escala europeia e na verificação da sua articulação com os quatro pilares que fundamentam o desenvolvimento sustentável, mostra que os objectivos das iniciativas urbanas

nacionais aprovados e publicados mais recentemente assemelham-se mais com os objectivos das iniciativas europeias apresentados na década de 90. A alteração dos padrões de produção e consumo, o uso eficiente dos recursos naturais, a integração do ambiente nas políticas sectoriais, a administração pública mais sustentada são alguns exemplos de objectivos comuns entre iniciativas europeias e nacionais.

Após um período de intervenções para dotar o país com infra-estruturas básicas, a partir de 2005, os objectivos das iniciativas nacionais dirigiram-se para outro tipo de questões, principalmente as relacionadas com o conhecimento e a inovação, a competitividade, a equidade e coesão social, a gestão sustentável e o desenvolvimento policêntrico dos territórios, objectivos comuns às iniciativas comunitárias. No entanto, há a salientar que as iniciativas mais recentes da UE evidenciam já outros aspectos relacionados com a construção sustentável, urbanismo sustentável, transportes sustentáveis, a saúde e o bem-estar dos cidadãos e que nesses domínios, os políticos nacionais ainda estão longe de conseguirem incorporar de forma clara essas orientações e objectivos emanados da U.E. verificamos assim, a necessidade de os instrumentos de ordenamento e desenvolvimento territorial vigentes ou a implementar virem a incorporar as orientações mais recentes de forma a melhor se concentrarem com as políticas europeias.

III.3 – Os Sistemas de Monitorização e de Avaliação do Desenvolvimento Sustentável em Portugal

III.3.1 – Os indicadores de desenvolvimento sustentável

No processo de aplicação de modelos de desenvolvimento cada vez mais sustentáveis, torna-se essencial a avaliação, medição da progressão de um município rumo à sustentabilidade local. A avaliação incide na utilização de indicadores que irão resumir e simplificar a informação de carácter mais técnico.

Os indicadores de desenvolvimento sustentável são, presentemente, não apenas necessários, mas indispensáveis para fundamentar as tomadas de decisão aos mais diversos níveis e nas mais diversas áreas. Surgem por todo o mundo iniciativas e projectos com vista à definição de indicadores de desenvolvimento sustentável para um variado leque de finalidades de gestão, ao nível do desenvolvimento local, regional e nacional.

O documento *Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável* apresentado pela Direcção Geral do Ambiente em 2000 abrange 132 indicadores, dos quais 72 ambientais, 29 económicos, 22 sociais e 9 institucionais. Este documento é o resultado de um processo que permitiu

a selecção de um conjunto de indicadores base mais aperfeiçoado, mais simplificado e melhorou os circuitos de troca de informação, a obtenção e tratamento de dados, bem como a identificação de um menor número de indicadores. Os indicadores propostos pelo presente documento, constituem uma proposta, de um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável para aplicação em Portugal.

Relativamente ao conteúdo, amplitude e natureza do sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável proposto, consideram-se fundamentalmente quatro categorias: indicadores ambientais, indicadores económicos, indicadores sociais e indicadores institucionais.

O conteúdo desta publicação resulta de uma selecção feita sobre a proposta preliminar de um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Portugal, elaborada em 1998, na Direcção Geral do Ambiente (DGA). Em anexo, encontram-se os indicadores seleccionados para cada um dos aspectos condicionantes do desenvolvimento sustentável: indicadores ambientais (Anexo 8), económicos (Anexo 9), institucionais (Anexo 10) e sociais (Anexo 11).

Os Indicadores da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável não são indicadores urbanos, no entanto não devem ser excluídos porque também são aplicados no espaço urbano. A implementação da ENDS 2015 está sujeita a um processo de acompanhamento, monitorização e avaliação e para tal, foram criados 125 indicadores (Anexo 18). Estes indicadores abrangem somente três pilares do desenvolvimento sustentável, ou seja abordam simplesmente os aspectos económicos, sociais e ambientais não fazendo qualquer referência ao aspecto institucional. Os indicadores abrangem vários domínios como a educação, a actividade económica e tecnologia, conservação da natureza e clima, coesão social, coesão territorial, Europa e cooperação internacional, e por último, modernização da Administração Pública.

Os indicadores de desenvolvimento sustentável elaborados pela Direcção Geral do Ambiente apresentam semelhanças e diferenças em relação aos indicadores da U.E elaborados pelo Urban Audit e pelo Eurostat. Em relação aos diferentes domínios dos indicadores, estes coincidem, no entanto os indicadores diferem, uma vez que os portugueses incidem em aspectos mais superficiais e os da U.E. são os que aprofundam mais. Por exemplo, em relação ao tema da água, os indicadores do Urban Audit analisam o consumo de água por habitante, a percentagem de habitantes ligados à rede de fornecimento de água potável e à rede de saneamento básico. Já os indicadores portugueses dão prioridade às disponibilidades, ao consumo geral, à qualidade, aos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais que nem sequer são referidos nos da U.E. porque já é uma situação adquirida. A especificidade dos indicadores da U.E. revela o grau de desenvolvimento dos países da Europa Central, verificando-se assim um forte contraste em relação aos elaborados em Portugal que estão mais direccionados para a nossa realidade.

Os sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável existentes são na sua maioria baseados na avaliação dos aspectos ambientais, ignorando os aspectos económicos, sociais e institucionais. A Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas propõe que os sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável sejam baseados na avaliação desses quatro aspectos.

Os indicadores de desenvolvimento sustentável têm vindo a ser matéria de vários estudos de grupos de trabalho tanto nacionais como internacionais, institucionais e não institucionais, não podendo ser analisados num contexto meramente nacional, por envolverem impactes além fronteiras.

III.3.2 – O Sistema de Informação Territorial (SNIT)

Outro instrumento importante a realçar no desenvolvimento de um sistema de acompanhamento e de avaliação de políticas do território é o SNIT. O Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT) é um sistema de informação oficial de âmbito nacional, previsto na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo, que se destina a apoiar as práticas de gestão territorial e a avaliação permanente do sistema de gestão territorial (DGOTDU, 2007). Este é um sistema de informação partilhado em rede, conforme com os princípios da Directiva INSPIRE, e terá como parceiros as principais entidades públicas com responsabilidade no ordenamento do território ou que produzem informação oficial relevante sobre o território.

Os principais destinatários do SNIT serão o público em geral, entidades públicas e privadas que elaboram estudos sobre o território, entidades públicas com responsabilidades de gestão territorial, estudantes, investigadores, docentes, decisores, etc. e entidades públicas e privadas que desenvolvem actividades com uma dimensão territorial significativa.

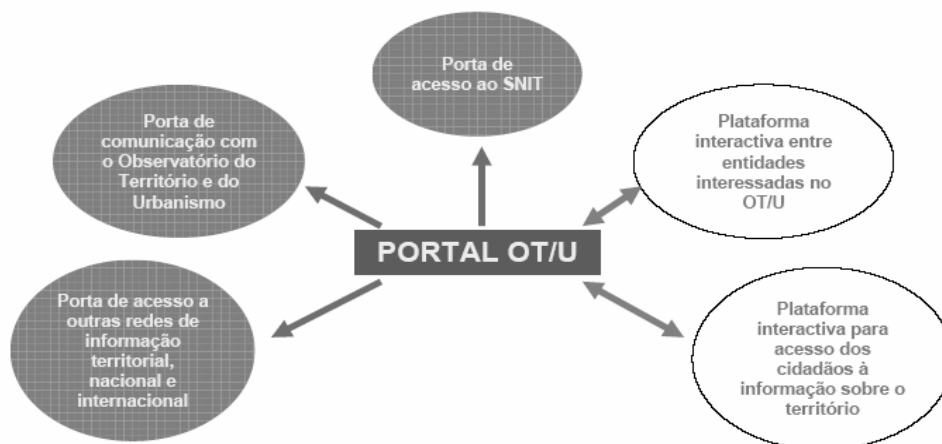
Em Portugal, o SNIT está a ser desenvolvido e mantido pela DGOTDU, conjuntamente com um conjunto seleccionado de entidades-parceiras. Este sistema de informação, previsto na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo desde 1998, prevê “a criação de um sistema nacional de dados sobre o território, articulado aos níveis regional e local” (LBOTU, nº 48/98, artº29/2), fundamental para todo este processo de avaliação e acompanhamento da aplicação dos instrumentos de gestão. Por sua vez o Decreto-Lei nº 380/99, intitulado “sistema nacional de informação territorial”, prevê o desenvolvimento de um sistema nacional de dados sobre o território, integrando os elementos de análise relevantes ao nacional, regional e local” (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), artº 147º). O desenvolvimento do SNIT integra-se nas medidas de racionalização e simplificação administrativa previstas no Programa SIMPLEX e no QREN 2007-2013.

Segundo a DGOTDU (2007), o SNIT constituirá um elemento fundamental para que possamos ter uma prática de gestão territorial mais fundamentada e mais eficiente. Para além da recolha de informação de base, o SNIT permitirá, através do Portal do Ordenamento do Território e do Urbanismo, o acesso a informação sobre os procedimentos de gestão territorial e a consulta dos Instrumentos de Gestão do Território em vigor. Esta facilidade de acesso, por parte do público, a informação sobre o território e aos procedimentos de gestão territorial, dotará o processo de uma

maior transparência e participação, uma melhor reflexão e compatibilização dos interesses e, portanto, uma melhor governância.

Para além do SNIT, o Portal também irá dar acesso ao Observatório do Território e do Urbanismo e aos sites, nacionais e internacionais, que disponibilizam informação nestes domínios.

Figura 10 - O portal de ordenamento do território e urbanismo.



Fonte: RODRIGUES & PIMENTA, 2007.

Estes dois mecanismos de aquisição e disponibilização de informação, juntamente com o PNPOT constituirão, a prazo, a super-estrutura nacional do sistema de gestão territorial e deste modo servirão uma dupla finalidade: de coordenação e coesão interna e de cooperação externa com os demais Estados Membros interessados na organização do território da UE (CAMPOS, 2007).

O SNIT irá servir, fundamentalmente, para disponibilizar informação, cruzar e partilhar informação, acompanhar e avaliar políticas públicas, arquivar informação territorial e manter séries temporais de informação territorial.

Figura 11 - Para que servirá o SNIT



Fonte: RODRIGUES e PIMENTA, 2007.

Com a implementação, e principalmente a utilização do SNIT, pretende-se facilitar o acompanhamento e a avaliação regular das políticas públicas de OT/U e das políticas sectoriais com impacte na organização do território; melhorar o acesso à informação sobre ordenamento do território e urbanismo e sobre as práticas de gestão territorial nos âmbitos nacional, regional, local e internacional; permitir o acesso, a partilha e o cruzamento de informação com outras entidades, nacionais e internacionais, interessadas no OT/U; apoiar o funcionamento da DGOTDU, dinamizando o seu relacionamento com o exterior (outras entidades e público em geral); e concretizar os objectivos do Governo Electrónico, criando condições para o exercício mais efectivo dos direitos de cidadania (RODRIGUES e PIMENTA, 2007).

PARTE II

AS POLÍTICAS URBANAS NAS CIDADES DE AVEIRO E DE TAVIRA E A SUSTENTABILIDADE URBANA

CAPÍTULO IV – CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES EM ESTUDO

IV.1. – Enquadramento Geográfico

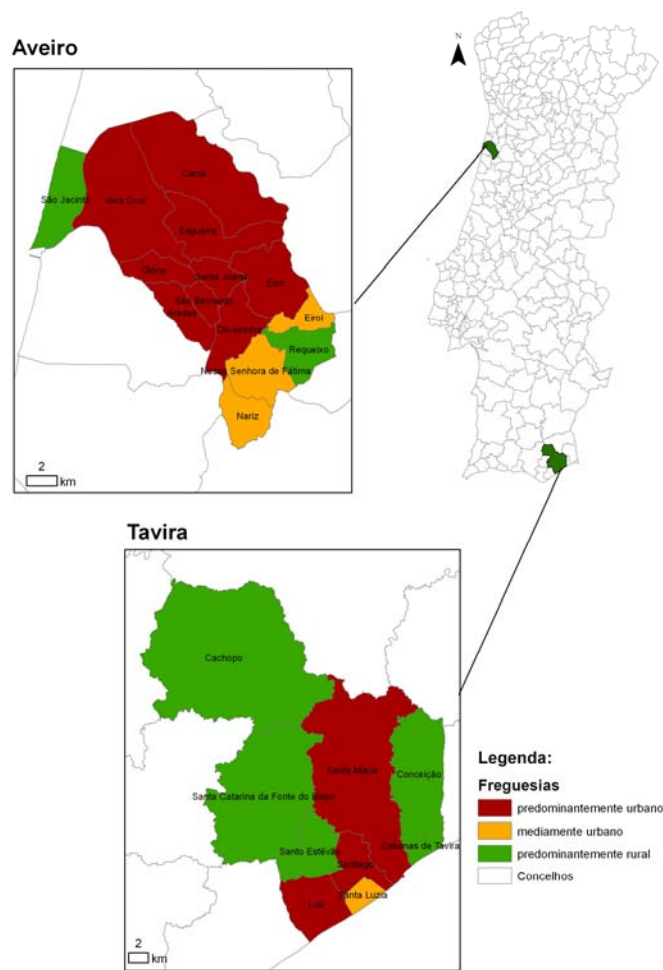
Aveiro é uma cidade de média dimensão localizada na Região Centro, que se encontra a cerca de 70 km a Sul do Porto e a 265 km a Norte de Lisboa. A sua localização geográfica concede-lhe uma certa importância regional. A cidade de Aveiro é rodeada pela laguna ou “Ria” de Aveiro como é vulgarmente conhecida, que é o ex-libris da cidade. Este é um elemento natural que a individualiza e a caracteriza e estende-se pelo interior, paralelamente ao mar, numa distância de 47 km e com uma largura máxima de 11km, no sentido Este-Oeste, desde Ovar até Mira.

Já a cidade de Tavira, cidade de dimensão mais pequena que Aveiro, localiza-se no sul do país, na Região do Algarve no designado sotavento algarvio, ficando a aproximadamente 30 km de Faro e de Espanha. O seu posicionamento geográfico concede-lhe uma importância regional com dinâmicas particulares no plano económico, social e cultural, permitindo entender que o concelho é constituído por territórios com especificidades distintas. Tavira é uma cidade com especificidades únicas, não só pela sua estrutura urbana e o seu centro histórico, mas pela sua relação de proximidade com o rio Gilão.

A figura 12 representa o enquadramento geográfico das cidades em estudo no território nacional. O concelho de Aveiro é constituído por 14 freguesias, das quais 9 são áreas predominantemente urbanas, 3 são áreas mediantemente urbanas e 2 são áreas predominantemente rurais. Segundo o critério do INE e da DGOTDU, a cidade de Aveiro integra a totalidade das freguesias da Glória, Santa Joana, Aradas, São Bernardo e os seus limites estendem-se pelas freguesias de Esgueira, Oliveirinha, Eixo e N.ª. Sr.ª Fátima (Figura 13). No geral, a cidade representa aproximadamente 28% da área do concelho.

O concelho de Tavira é constituído por nove freguesias, das quais quatro são áreas predominantemente urbanas, uma é uma área mediantemente urbana e quatro são áreas predominantemente rurais. A cidade de Tavira integra somente duas freguesias, Santiago e Santa Maria nas quais se encontra parte significativa da população do concelho, no entanto os seus limites não integram a totalidade das freguesias, ocupando aproximadamente 2% da área do concelho (Figura 14).

Figura 12- Enquadramento das cidades no território nacional



Fonte: Adaptado do INE e DGOTDU, 1999

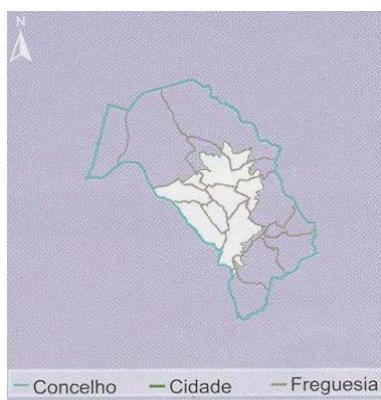


Figura 13 – Limites da cidade de Aveiro no Concelho
 Fonte: INE, Atlas das Cidades de Portugal, 2002



Figura 14 – Limites da cidade de Tavira no Concelho
 Fonte: INE, Atlas das Cidades de Portugal, 2002

Aveiro, para além de cidade é também sede de concelho e de distrito, sendo capital de uma região industrial muito próspera. Pelo seu posicionamento mantém relações privilegiadas com a região do Porto e com a cidade de Coimbra. Para essas relações e para o grande desenvolvimento que se

verificou nos últimos tempos, Aveiro beneficiou do facto de passar na cidade a principal linha-férrea do país, além de, possuir três vias rápidas que passam junto da cidade ou que nela terminam, A1, a A25 e a A17 (Figura 15).

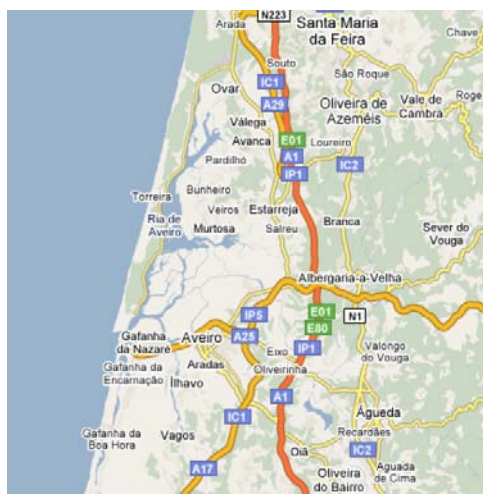


Figura 15 – Rede viária em Aveiro
Fonte: <http://maps.google.com/>

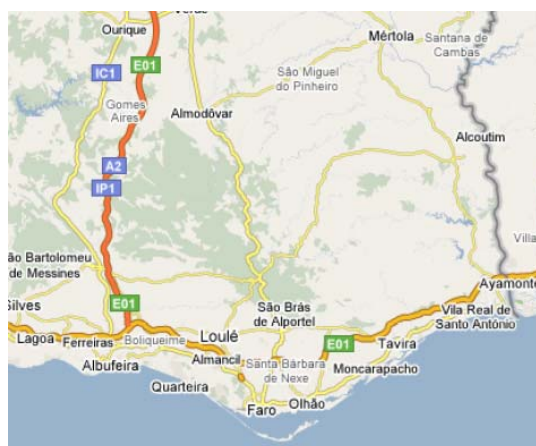


Figura 16 – Rede viária em Tavira
Fonte: <http://maps.google.com/>

Tavira é a sede e a única cidade do concelho. A distância entre os centros urbanos é relativamente curta (ex. de Tavira a Vila Real de Santo António são cerca de 23 km, a Olhão cerca de 20 km e a Faro 31 km) o que facilita a conectividade principalmente sendo as actividades desenvolvidas muito ligadas à actividade turística e à vida marítima. A antiga cidade militar, judicial e comercial não deixa de ser, nos dias de hoje, um importante centro político-administrativo por ser sede de concelho, contudo a sua influência comercial é sobretudo de nível local e desempenha um importante papel na actividade turística do sotavento algarvio. Partindo das margens do Rio Gilão e da relação com o oceano que se processou o desenvolvimento da cidade de Tavira. A expansão da cidade tem-se orientado para este e oeste, dado que a sua extensão se encontra limitada a sul pelo Parque Natural da Ria Formosa e a norte pela Estrada Nacional 125 (Figura 16).

A morfologia da cidade de Aveiro é cheia de contrastes, onde os antigos e característicos bairros da beira-ria coabitam com a modernidade de outras zonas urbanas, de construções marcantes, produzindo um ambiente de tradição e contemporaneidade.

Em Tavira, outra cidade vai nascendo em redor do núcleo antigo, sendo segundo Orlando Ribeiro (1991) *a mais sugestiva (das mais importantes vilas e cidades algarvias) é Tavira, poupada pelo terramoto de 1755 (...), as reixas das janelas, os telhados de beiral revirado que recordam o perfil de pagodes chineses, o apinhado das casas, as ruas claras e silenciosas, os pátios do interior das habitações, as cúpulas de igrejas, criam-lhe um ambiente quase oriental, mais evocativo talvez do que em nenhuma outra cidade portuguesa, que só a importância do seu antigo porto permite explicar.*

Ambas as cidades em estudo apresentam características que as diferenciam, Aveiro pela sua ligação como mar e a ria e Tavira com a riqueza do seu património cultural.

IV.2 – Retrato Territorial do Concelhos de Aveiro e Tavira

IV.2.1 – População e condições sociais

De acordo com o quadro seguinte, em 2001 a população residente na cidade de Aveiro atingia os 55 291 habitantes e 10 607 habitantes na cidade de Tavira. Ao analisarmos a população residente da cidade relativamente à do concelho, concluímos que 75% da população residente no concelho de Aveiro vive na cidade, no entanto em Tavira a situação inverte-se, ou seja, aproximadamente 60% da população residente vive fora da cidade. Situação semelhante em relação ao número de famílias e de alojamentos. É de salientar que durante o ano lectivo escolar a população residente aumenta na cidade de Aveiro devido aos estudantes universitários e em Tavira, a população residente atinge o dobro devido ao turismo, na época de Verão.

Tendo presente a variação da Taxa de Crescimento da População entre o período de 1991 a 2001, assiste-se a um ligeiro aumento populacional de 4,2% na cidade de Aveiro, e mais significativo no concelho (10,37%). Este crescimento populacional é reforçando pela informação anteriormente apresentada, que nove das catorze freguesias de Aveiro estão classificadas como APU. Na cidade de Tavira o aumento foi mais significativo, de 17,8% na cidade de Tavira e pouco significativo no concelho (0,56%).

Quadro 17 – As cidades nos concelhos em 2001

	Aveiro		Tavira	
	Cidade	Concelho	Cidade	Concelho
Área (km ²)	56,08	199,88	10,71	608,61
População Residente (Nº)	55 291	73 335	10 607	24 997
Famílias (Nº)	20 207	26 069	3 843	9 390
Alojamentos (Nº)	25 731	32 817	6 078	16 742
Tx Cresc. População 1991-2001 (%)	4,22	10,37	17,83	0,56
Densidade populacional (Hab/Km ²)	985,9	366,9	990,4	41,1
Densidade alojamentos (Aloj/Km ²)	458,8	164,2	567,5	27,5

Fonte: INE, Atlas das Cidades de Portugal, 2002

Apesar da dimensão demográfica ser muito distinta, a densidade populacional nas cidades em estudo é muito semelhante situando-se nos 985,9 hab./km² em Aveiro e 990,4 9 hab./km² em Tavira, sendo ligeiramente superior nesta. Relativamente aos concelhos, a densidade populacional em Aveiro é muito superior ao de Tavira, atingindo 366,9 hab./km² contra 41,1 9 hab./km² em Tavira. Consequentemente, seguindo os valores elevados de densidade populacional nas cidades temos também valores elevados de densidades ao nível dos alojamentos.

De acordo com o quadro 18, ambas as cidades em estudo apresentam reduzidas taxas de natalidade. No concelho de Aveiro, em 2005, a taxa bruta de natalidade era de 10,6‰ e a taxa bruta de

mortalidade de 8,3‰, sendo o índice de natalidade superior ao da mortalidade, o que provoca um crescimento natural positivo. No entanto, no concelho de Tavira, a situação encontra-se invertida, o que provoca uma taxa de crescimento natural negativo, no entanto graças ao saldo migratório, oriundo especialmente de países de leste, a taxa de crescimento efectivo é positiva. Relativamente ao índice de envelhecimento, Tavira apresenta um valor muito superior (193,6) ao de Aveiro (94,2) e ao da média nacional (110,1).

Quadro 18 – Indicadores Demográficos em 2005

	Portugal	Aveiro	Tavira
Taxa Bruta de Natalidade (permilagem)	10,4	10,6	9,8
Taxa Bruta de Mortalidade (permilagem)	10,2	8,3	12,6
Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2000/04) (‰)	4,72	4,87	...
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,02	0,25	-0,28
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,38	0,04	0,57
Índice de Envelhecimento (Nº)	110,1	94,2	193,6
Índice de Dependência de Idosos (Nº)	25,4	22,2	36,0
Índice de Longevidade (Nº)	43,9	42,2	47,5

Fonte: INE- *Anuário Estatístico da Região Centro*, 2005; INE- *Anuário Estatístico do Algarve*, 2005;

Analisando a distribuição da população das cidades em estudo pelos grupos etários (quadro 19), constatamos que o grupo etário dos 25 aos 64 anos é o mais significativo, correspondendo aproximadamente a 65% em Tavira e a 56% em Aveiro do total da população. Segue-se o grupo dos 65 e mais anos com 15% em Aveiro e com 23% em Tavira. Relativamente aos jovens, as percentagens são superiores em Aveiro, com 16% para o grupo dos 0 aos 14 anos e com 12% para o grupo dos 15 aos 24 anos, no entanto em Tavira as percentagens são inferiores, 12% corresponde ao grupo dos 0 aos 14 anos, e 11% ao grupo dos 15 aos 24 anos. Esta tendência do aumento dos indivíduos com de 65 e mais anos também se verifica no restante território nacional.

Quadro 19 - População residente por município, segundo os grandes grupos etários e sexo em 31/12/2005

	Total		0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e mais anos		75 e mais anos	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Portugal	10 569 592	5 115 742	1 644 231	843 637	1 293 031	658 853	5 822 230	2 856 279	1 810 100	756 973	793 761	302 312
Aveiro	73 657	35 429	11 901	5 915	8 925	4 545	41 617	20 131	11 214	4 838	4 729	1 853
Tavira	25 248	12 753	3 039	1 565	2 755	1 430	13 571	7 056	5 883	2 702	2 794	1 237

Fonte: INE- *Anuário Estatístico da Região Centro*, 2005; INE- *Anuário Estatístico do Algarve*, 2005;

Estando o número de indivíduos a aumentar nas camadas de idades mais avançadas, os municípios têm de estar preparados ao nível de equipamentos de saúde e técnicos para poderem responder a essa necessidade. O quadro 20 apresenta alguns indicadores de saúde por município e conclui-se que

em relação a enfermeiros e médicos por mil habitantes, Aveiro apresentava em 2004, valores acima da média nacional, ao contrário de Tavira, que apresentava valores inferiores.

Quadro 20 – Indicadores de saúde por município, 2004

Unidade: No.

	Portugal	Aveiro	Tavira
Enfermeiros por 1000 habitantes	4,3	6,7	1,6
Médicos por 1000 habitantes	3,3	4,3	1,6
Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes	0,3	0,3	0,4
Centros de saúde (Nº)	376	1	1

Fonte: INE- *Anuário Estatístico da Região Centro*, 2005; INE- *Anuário Estatístico do Algarve*, 2005;

Segundo o quadro 21, Aveiro apresenta uma maior oferta cultural ao nível do cinema, possuindo 3 recintos, dos espectáculos ao vivo possui 2 recintos com 351 sessões e 2 museus e 4 galerias de arte e outros espaços relacionados. Ao nível de espectadores, os valores são mais elevados em Aveiro comparativamente com os valores de Tavira. Em relação a Tavira, é evidente a menor diversidade de oferta ao nível de equipamentos culturais anteriormente referidos, no entanto a cidade possui um universo de residentes inferior à cidade de Aveiro, logo possui uma oferta de acordo com a população residente.

Quadro 21 – Cinema, Espectáculos ao vivo, Museus e galerias de arte por município, 2004

	Cinema			Espectáculos ao vivo				Museus e galerias de arte			
	Recintos utilizados	Ecrãs N.º	Espectadores	Recintos culturais Número	Lotação	Sessões	Espectadores	Museus Número	Visitantes	Galerias de arte e outros espaços Número	Exposições realizadas
Portugal	246	594	18 799 063	344	331 019	23 371	6 973 920	258	8 979 972	732	6 130
Aveiro	3	15	530 381	2	...	351	177 984	2	...	4	15
Tavira	1	1	...	49	34 588	-	-	1	...

Fonte: INE- *Anuário Estatístico da Região Centro*, 2005; INE- *Anuário Estatístico do Algarve*, 2005;

Da análise do quadro 22, referente às despesas das câmaras municipais em actividades culturais e desportivas, conclui-se que o município de Tavira apresenta uma despesa corrente de mais de 4 milhares de euros e o município de Aveiro 1,8 milhares de euros. Estes valores demonstram que o município de Tavira para responder à actividade turística no Verão, faz uma grande aposta quer nas actividades culturais quer nas actividades desportivas, ao contrário do município de Aveiro, que é mais contido neste tipo de despesas. Os valores apresentados em Tavira são mais elevados para o património e museus seguindo o desporto, e por fim, as publicações e literatura, no entanto Aveiro não apresenta despesas no património e tem um valor muito baixo em publicações e literatura. Por sua vez aposta na música, artes cénicas, actividades socio-culturais e desporto.

Quadro 22 - Despesas das câmaras municipais em actividades culturais e de desporto por município, 2004*Unidade: milhares de euros*

	Despesas		Despesas correntes									
	correntes	Total	Património		Publicações e literatura		Música	Artes cénicas	Actividades socioculturais	Recintos culturais	Jogos e desportos	
			Total	Museus	Total	Bibliotecas					Total	Recintos
Portugal	795 736	404 221	31 603	18 064	59 407	44 979	32 057	11 520	57 453	7 569	133 008	23 829
Aveiro	1 801	1 801	-	-	2	0	832	80	20	-	118	-
Tavira	4 197	1 884	1 326	6	96	92	-	-	31	-	425	391

Fonte: INE - *Anuário Estatístico da Região Centro*, 2005; INE - *Anuário Estatístico do Algarve*, 2005;

No quadro 23, denota-se que em 2004 os valores de ocupação, bilhetes e espectadores em relação ao cinema são muito semelhantes aos da média nacional. Já em relação aos espectáculos ao vivo o município de Aveiro apresenta valores acima da média nacional e os do município de Tavira são inferiores. O município de Tavira apresenta valores mais elevados ao nível das despesas municipais em actividades culturais, representando estas 14,7% do total de despesas. Com valores bastante inferiores, encontra-se o município de Aveiro com apenas 3,8% de despesas em cultura no total de despesas.

Quadro 23 – Indicadores de cultura por município, 2004

	Cinema		Espectáculos ao vivo		Museus	Despesas das câmaras municipais em actividades culturais				
	Taxa de ocupação	Valor médio dos bilhetes vendidos	Espectadores por habitante	Espectadores por habitante	Valor médio dos bilhetes vendidos	Visitantes por museu	Despesas de capital em actividades culturais por habitante	Despesas correntes em actividades culturais por habitante	Despesa total em actividades culturais por habitante	Despesa em cultura no total de despesas
	%	€	N.º		€	N.º		€		%
Portugal	13,6	4,1	1,8	0,7	11,2	34 806	37,3	38,5	75,8	11,6
Aveiro	12,9	4,2	7,2	2,4	11,6	...	-	24,5	24,5	3,8
Tavira	1,4	8,6	-	75,2	92,4	167,6	14,7

Fonte: INE - *Anuário Estatístico da Região Centro*, 2005; INE - *Anuário Estatístico do Algarve*, 2005;

De acordo com o quadro 24, o município de Aveiro apresenta valores absolutos mais elevados comparativamente com Tavira, em relação ao número de licenças concedidas para construção de novos edifícios, de edifícios para habitação e para reconstruções no edificado. No entanto se fizermos a ponderação, concluímos que a diferença entre as duas cidades é não muito significativa, pelo facto de Aveiro em 2001 tinha 55 291 habitantes e Tavira tinha 10 607 habitantes. Assim sendo, conclui-se que os valores ao nível de licenças e conclusões de edificado eram superiores em Aveiro, no entanto numa cidade de dimensão superior à de Tavira, estes valores são baixos, comprovando assim que Tavira possui um maior dinamismo da construção de edificado.

Quadro 24 – Edifícios licenciados pelas câmaras municipais e edifícios concluídos por município em 2005

	Portugal	Ponderação*	Aveiro	Ponderação*	Tavira	Ponderação*
Licenças Concedidas para Construção de Edifícios	37 962	37,962	311	0,311	248	0,248
Licenças Concedidas para Construção de Edifícios para	31 857	31,857	282	0,282	247	0,247
Licenças Concedidas para Ampliações, Alterações e	9 478	9,478	87	0,087	19	0,019
Obras Concluídas - Total de	38 690	38,690	386	0,386	231	0,231
Obras Concluídas - Edifícios	33 133	33,133	341	0,341	228	0,228
Obras Concluídas para Ampliações, Alterações e	6 713	6,713	60	0,06	14	0,014

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Centro, 2005; INE - Anuário Estatístico do Algarve, 2005;

* - Ponderação por 1000.

IV.2.2 – Economia e competitividade

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (quadro 25), em 2002, a maior parte da população que trabalha por conta de outrem em Portugal possui somente a escolarização básica (70%). Esta situação também se verifica nas duas cidades em estudo, aproximadamente 63 % no município de Aveiro e 68% no município de Tavira. Os trabalhadores por conta de outrem que possuem habilitações de nível superior representam somente 13% em Aveiro e 6% em Tavira.

Quadro 25 – Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o nível de habilitações, 2002

Unidade: N.º

	Nível de habilitações							
	Total	Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	1º ciclo do ensino básico	2º ciclo do ensino básico	3º ciclo do ensino básico	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura
Portugal	2 023 610	37 958	536 465	440 043	401 568	383 625	50 214	154 221
%	100	1,9	26,5	21,7	19,8	19,	2,5	7,6
Aveiro	19 545	276	4 296	4 122	4 053	4 185	714	1 773
%	100	21,4	22	21,1	20,7	21,4	3,7	9,1
Tavira	3 530	76	1 022	694	717	744	91	124
%	100	2,2	29	19,7	20,3	21,1	2,6	3,5

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Centro, 2005; INE - Anuário Estatístico do Algarve, 2005;

Da análise do quadro 26, relativo à população desempregada, é de referir que ambos os municípios em estudo possuem aproximadamente 5% de taxa de desemprego, sendo de salientar que um número significativo de população desempregada pertence ao sexo feminino. Em Aveiro, a população mais atingida pela situação de desemprego tem idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos, seguida do grupo com 55 e mais anos. Em Tavira, o desemprego atinge também, fundamentalmente, a população entre os 30 e os 49 anos.

Quadro 26 - Beneficiários de subsídios de desemprego, segundo o sexo e idade, por município, 2005

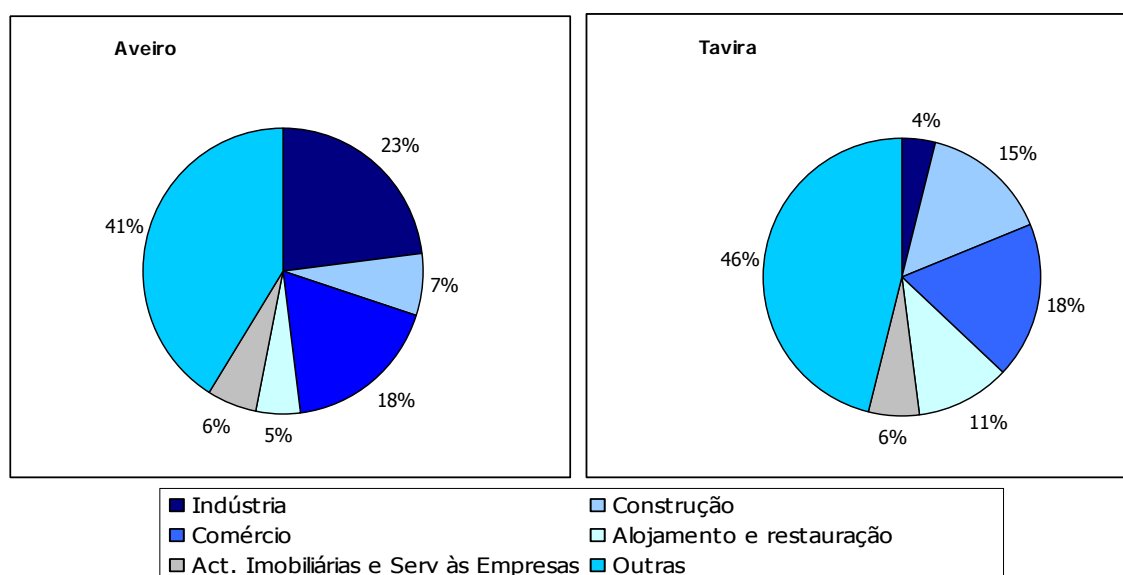
Unidade: N.º

	Total	Sexo				Idade					
		Homens		Mulheres		Menos de 24 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-54 anos	55 e mais anos
		Total	Novos beneficiários	Total	Novos beneficiários						
Portugal	506 445	225 131	94 513	281 266	117 618	48 001	71 887	125 248	100 454	51 992	108 863
Aveiro	3 115	1 394	583	1 721	702	341	521	796	566	309	582
Tavira	1 029	372	196	657	278	79	166	251	227	86	220

Fonte: INE - *Anuário Estatístico da Região Centro, 2005*; INE - *Anuário Estatístico do Algarve, 2005*;

Ambas as cidades em estudo apresentam um conjunto de actividades relacionadas com o mar e com a ria, designadamente, a salicultura e a pesca. Estas actividades foram determinantes para o seu desenvolvimento. Apesar da sua importância no passado, actualmente estas actividades são pouco relevantes para a economia e emprego dos municípios.

De acordo com os gráficos seguintes, que representam a distribuição da população residente empregada, conclui-se que a maioria da população está empregada em outras actividades (41%), seguido da indústria (23%), do comércio (18%) e da construção (7%). Em Tavira, a população está empregada maioritariamente em outras actividades (46%), seguido do comércio (18%) e da construção (15%). É de salientar que a indústria ainda tem um peso bastante significativo na economia do município de Aveiro e da região envolvente, ao contrário daquilo que se passa em Tavira, que somente 4% da população está empregada na indústria. O sector da construção civil tem um peso mais significativo em Tavira e deve-se fundamentalmente à forte especulação imobiliária associada à actividade turística.

Figura 17 - População residente empregada por CAE em 2001

Fonte: INE - Atlas das Cidades de Portugal, 2002

Ao analisarmos os indicadores referentes à estrutura empresarial (quadro 27), Tavira possui mais estabelecimentos empresariais com menos de 10 trabalhadores (38,9%) do que Aveiro (20,9%). O

município de Aveiro concentra mais estabelecimentos com mais de 250 trabalhadores (32,5%), percentagem bastante superior àquela verificada no país (23,5%). O rendimento mensal dos trabalhos é superior em Aveiro com 907,12€, valor superior ao da média nacional (849,56€) e de Tavira, que atinge os 704,51€. Ao nível dos vencimentos, verifica-se uma disparidade entre os sexos, sendo mais elevada no município de Aveiro (17,8%) e abaixo da média nacional em Tavira (9,7%).

Quadro 27 – Indicadores do mercado de trabalho por município, 2003

	Portugal	Aveiro	Tavira
Taxa de TCO em estabelecimentos com <10 trabalhadores (%)	25,3	20,9	38,9
Taxa de TCO em estabelecimentos com >250 trabalhadores (%)	23,5	32,5	14,1
Ganho médio mensal (€)	849,56	907,12	704,51
Disparidade no ganho médio mensal por sexo (%)	12,9	17,8	9,7

Fonte: INE - *Anuário Estatístico da Região Centro*, 2005; INE - *Anuário Estatístico do Algarve*, 2005;

De acordo com o quadro 28, Aveiro apresenta valores superiores em todos os indicadores das empresas por município, à excepção da taxa de constituição de sociedades que é inferior à média nacional e que o município de Tavira apresenta uma percentagem superior (7,8%). À excepção deste último, o município de Tavira apresenta valores sempre inferiores ao da média nacional nos restantes indicadores das empresas. Este evidencia o fraco dinamismo empresarial do município de Tavira, que por sua vez é bastante satisfatório em Aveiro.

Quadro 28 – Indicadores das empresas por município, 2004 e 2005

	Portugal	Aveiro	Tavira
Proporção de emprego em sociedades anónimas	31	36	12
Proporção de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras	6,9	9,4	1,7
Proporção de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento	40	35	33
Proporção de emprego total em actividades TIC (tecnologias de informação e comunicação)	3,3	4,1	0,7
Proporção de emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia	17	38	3
Taxa de constituição de sociedades em 2005	5,5	5,2	7,8
Densidade de estabelecimentos (N.º/Km ²) em 2004	4,9	20	1,5
Pessoal ao serviço por estabelecimento (N.º) em 2004	6,4	7,4	4,6

Fonte: INE - *Anuário Estatístico da Região Centro*, 2005; INE - *Anuário Estatístico do Algarve*, 2005;

Em termos de consumo de energia, o quadro 29 evidencia que o município de Aveiro consome mais energia no total, no uso doméstico e industrial e no consumo de combustível automóvel por habitante, valor que ultrapassa o consumo médio nacional. Já o município de Tavira apresenta um consumo maior de energia na actividade agrícola e no consumo doméstico de energia eléctrica por habitante, o que se relaciona também com a actividade turística.

Quadro 29 – Indicadores de consumo de energia por município, 2004

	Consumo de energia eléctrica por consumidor				Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante	Consumo de combustível automóvel por habitante tep/hab.
	Total	Doméstico	Agricultura	Indústria		
	milhares de kWh					
Portugal	7,5	2,4	5,7	118,4	1,18	-
Aveiro	15,2	2,7	1,8	314,4	1,30	1,60
Tavira	3,9	2,0	4,9	17,0	1,42	0,60

Fonte: INE- *Anuário Estatístico da Região Centro*, 2005; INE- *Anuário Estatístico do Algarve*, 2005;

De acordo com o quadro 30, Tavira possui um total de 16 estabelecimentos hoteleiros, dos quais 3 são hotéis, 6 são pensões e 7 estão nos outros. Aveiro, por sua vez possui 14, dos quais 8 são hotéis e 6 são pensões. Tendo quase o mesmo número de estabelecimentos, Tavira destaca-se pois tem três vezes mais capacidade de alojamento. Este aspecto está relacionado com a actividade turística que é mais intensa em Tavira do que em Aveiro, daí que o total da estada média nos estabelecimentos hoteleiros é de 4,4 noites em Tavira contra 1,8 noites em Aveiro.

Quadro 30 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento e estada média nos estabelecimentos em 31.7.2005 por município, 2005

	Estabelecimentos				Capacidade de alojamento		Estada média no estabelecimento	
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Total	Outros estabelecimentos
					Unidade: N.º		Unidade: N.º de noites	
Portugal	2 012	607	878	527	263 814	126 445	3,1	4,9
Aveiro	14	8	6	-	1 095	873	1,8	-
Tavira	16	3	6	7	4 453	1 132	4,4	5,7

Fonte: INE- *Anuário Estatístico da Região Centro*, 2005; INE- *Anuário Estatístico do Algarve*, 2005;

IV.2.3 – Condições ambientais

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (quadro 31), em 2004 os indicadores de ambiente no concelho de Aveiro ultrapassavam a média nacional, ao nível dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais, de estações de tratamento de águas residuais, consumo de água residencial e dos serviços e taxa de tratamento de águas residuais. Já o município de Tavira ao nível dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais apresenta valores inferiores à média nacional. Relativamente à quantidade de resíduos sólidos urbanos e à taxa de recolha selectiva de resíduos urbanos não existem dados para os municípios de Aveiro e Tavira.

Quadro 31 – Indicadores de ambiente por município, 2004

	Unidade: %		
	Portugal	Aveiro	Tavira
População servida por sistemas de abastecimento de água	92,4	98	88
População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	74,6	88	72
População servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR)	61,7	88	70
Consumo de água residencial e dos serviços por habitante (m ³)	46,9 m ³	50,7 m ³	51,2 m ³
Taxa de tratamento de águas residuais	85,6	100	100
Resíduos sólidos urbanos (kg)	435 kg	-	-
Taxa de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos	4,9	-	-

Fonte: INE - *Anuário Estatístico da Região Centro, 2005*; INE - *Anuário Estatístico do Algarve, 2005*;

Relativamente aos Planos Municipais do Ordenamento do Território (PMOT) (quadro 32), o uso do solo urbano identificado corresponde a 2 915,2 ha em Aveiro e 893,6 ha em Tavira, o dos equipamentos e parques urbanos 841 ha e 17,9 ha, o industrial 716,7 ha e 7,7 ha respectivamente. O uso do solo previsto para turismo não está previsto no PMOT de Aveiro, no entanto o PMOT de Tavira identifica 79,1 ha. Aveiro e Tavira possuem um PEOT - Áreas protegidas e um PEOT - Orla costeira. Quanto à REN, Aveiro possui 17 468,9 ha e Tavira 48 806,6 ha.

Comparando os dois municípios, Aveiro possui mais hectares ao nível de uso do solo identificado como urbano, equipamentos e parques urbanos e industrial, no entanto, Tavira possui mais do dobro de superfície destinada à REN.

Quadro 32 – Ordenamento do Território por município, 2005

	Unidade: ha e N°		
	Continente	Aveiro	Tavira
Usos do Solo identificados nos PMOT - Urbano	473 630,8	2 915,2	893,6
Usos do Solo identificados nos PMOT - Equipamentos e parques urbanos	37 458,2	841,0	17,9
Usos do Solo identificados nos PMOT - Industrial	74 319,1	716,7	7,7
Usos do Solo identificados nos PMOT - Turismo	17 778,6	-	79,1
Planos Regionais do Ordenamento do Território aprovados (N°)	7	-	1
Planos Especiais de Ordenamento do Território aprovados – Áreas protegidas (N°)	11	1	1
Planos Especiais de Ordenamento do Território aprovados – Orla costeira (N°)	9	1	1
Reserva Ecológica Nacional (REN)	-	17 468,9	48 806,6

Fonte: INE - *Anuário Estatístico da Região Centro, 2005*; INE - *Anuário Estatístico do Algarve, 2005*;

IV.3 – Síntese do diagnóstico estratégico das cidades

Partindo da caracterização das cidades em estudo, ao nível do enquadramento geográfico e do retrato territorial do concelho segue-se o diagnóstico, essencial para a elaboração dos objectivos estratégicos e das acções a desenvolver nas cidades. Assim sendo, as seguintes SWOT referem-se ao período anterior à implementação dos instrumentos de política, e apresentam os pontos fracos, pontos fortes, ameaças e oportunidades mais significativas, sintetizando a análise de cenário de ambas as cidades.

O quadro seguinte apresenta a matriz SWOT para a cidade de Aveiro. A presente SWOT refere-se ao período em que foram elaborados o PDM e o PE, ou seja, no contexto de meados e finais da década de noventa.

Quadro 33 - Matriz SWOT de Aveiro

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<ul style="list-style-type: none"> • Degradação do espaço urbano existente, em especial no centro histórico; • Crescimento anárquico da cidade; • “Vazio” urbano no centro da cidade; • Carência na oferta de habitação social; • Carência nas infra-estruturas básicas (escolares - melhoria da cobertura do Ensino Preparatório e Secundário, aproveitamento das antigas instalações das Tele-Escolas para o reforço de Escolas Primárias, de Jardins-de-Infância e de outros equipamentos; rede viária – acessibilidade intra e interregional; água e saneamento básico – construção de sistemas de captação de água, redes de drenagem de águas residuais e construção das ETAR’s de S. Jacinto e de Cacia); • Falta de equipamentos culturais (proposta instalação do Museu da Ria na antiga lota, Museu Municipal, construção da biblioteca, instalação de várias salas de espectáculo e divulgação cultural na área do Côjo e operacionalização do Centro Cultural); • Carência nas infra-estruturas de saúde – melhoria das instalações existentes, construção da sede do Centro de Saúde de Aveiro e de novas unidades de saúde; • Falta de equipamentos desportivos (Novo Estádio do Beiramar, instalações do Aero clube de Aveiro, apoio a associações desportivas existentes, construção de polidesportivos, obras de beneficiação nos campos de jogo existentes e construção de novas instalações); • Inexistência de infra-estruturas para a realização de eventos empresariais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração de equipamentos concede-lhe um protagonismo especial como pólo de serviços e centro de decisão político-administrativa; • Existência da Universidade de Aveiro jovem com dinamismo e com cooperação com o tecido empresarial; • Região de grande diversidade paisagística natural e ambiental e apetência para o lazer, desporto e turismo; • Cidade com dimensão para oferecer um elevado nível de serviço à colectividade; • Dispõe de tecnologia e “know-how” avançados nas áreas das telecomunicações e informática, constituindo um importante factor de competitividade; • Qualificação da população local; • Capacidade de adaptação às novas circunstâncias; • Cidade inserida numa região de base económica diversificada; • Dinamismo demográfico; • Localização geográfica; • Inserida numa região com um forte dinamismo industrial;
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de concretização de projectos de desenvolvimento da cidade; • Endividamento da Câmara Municipal de Aveiro; • Fase de reconfiguração urbana que se encontra longe de estar concluída; • Recessão económica do país; 	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias entre a Universidade de Aveiro e as empresas; • Explorar o turismo relacionado com a ria e as salinas; • Fortalecimento da posição de Aveiro no contexto Nacional e Ibérico;

Fonte: PDM de Aveiro (1995); Plano Estratégico de Aveiro (1997).

Os pontos fracos da cidade de Aveiro incidiam na carência de infra-estruturas nos vários domínios, como escolar, rede viária, água e saneamento básico, falta de equipamentos desportivos, saúde, culturais e para a realização de eventos empresariais. Um outro aspecto a salientar era a forte

carência de habitação na cidade. A cidade, na década de noventa, começava a expandir-se para os arredores, no entanto, havia um vazio urbano no núcleo central da cidade. Outro aspecto menos bom era, e continua a ser, a degradação do edificado urbano, em especial do centro histórico.

Como pontos fortes, a cidade de Aveiro possui como mais valias a Universidade de Aveiro, a concentração de equipamentos, a diversidade paisagística, o “know-how” avançados nas áreas das telecomunicações e informática, a qualificação da população local, inserida numa região com dinamismo industrial, dinamismo demográfico e, por último, mas não menos importante, uma localização geográfica privilegiada.

Como oportunidades, a cidade beneficia da Universidade e do facto desta ser jovem e estabelecer parcerias como o mundo empresarial. Para além disso, privilegia da sua posição geográfica no contexto nacional e pelas acessibilidades a Espanha, também no contexto Ibérico.

O desenvolvimento da cidade pode ser ameaçado pela conjuntura económica do país, pelo endividamento da Câmara Municipal, e consequente, a dificuldade em concretizar projectos fundamentais para a cidade.

Relativamente à cidade de Tavira, o quadro 34 apresenta a matriz SWOT para esta cidade. A presente SWOT refere-se ao período em que foram elaborados o PDM e o PE, ou seja, no contexto de finais da década de noventa e início da seguinte. A cidade de Tavira como pontos fracos apresenta, à semelhança da cidade de Aveiro, uma carência muito forte ao nível das infra-estruturas – escolares, cuidados de saúde, rede de energia eléctrica, rede viária, rede de abastecimento e saneamento básico, empresariais, culturais e desportivas; falta de estabelecimento de ensino superior; destino turístico pouco distinto; mão-de-obra pouco qualificada; crescimento urbano anárquico; e por último, forte pressão sobre os ecossistema devido à especulação imobiliária derivada da actividade turística.

Como pontos fortes, Tavira apresenta uma localização central no Sotavento algarvio, recursos naturais para o desenvolvimento da actividade turística e a requalificação do centro histórico.

As ameaças ao desenvolvimento da cidade podem estar relacionadas com a conjuntura económica do país, pela dificuldades na concretização de projectos estruturantes para a cidade pelo facto de as entidades responsáveis não colaborarem e, por último, o envelhecimento demográfico que pode reduzir o dinamismo da própria cidade.

Como oportunidades, é de referir a dinâmica da população e dos agentes locais; o centro histórico requalificado como espaço de identidade histórica e cultural de Tavira, havendo a possibilidade de ser qualificado como património Mundial pela UNESCO; realização de eventos desportivos e culturais de carácter nacional e internacional; e por fim, a afirmação da imagem da cidade.

Os pontos fracos das cidades correspondem a situação real da cidade, através dos quais, o município deve agir com os mecanismos e instrumentos necessários para resolver estes mesmos problemas. Relativamente às ameaças, constituem o ambiente externo onde o município está inserido, ou seja, no contexto local, regional e nacional e, que está fora do controle do próprio município. Apesar de não

o poder controlar, o município deve estar consistir da sua existência, para assim, poder aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças sempre que for possível, utilizando o planeamento como estratégias para enfrentá-las e, de alguma forma, minimizar os seus efeitos. Neste sentido, os instrumentos de planeamento tornam-se elementares em todo o processo de desenvolvimento de uma cidade.

Quadro 34 - Matriz SWOT de Tavira

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<ul style="list-style-type: none"> • Fraco dinamismo demográfico; • Não existir um estabelecimento de ensino mais qualificante no Concelho, o que dificulta a absorção de mão-de-obra local pelas actividades turísticas emergentes; • Concelho de Tavira não é um destino turístico distinto no contexto regional e nacional, não tendo desenvolvido uma oferta de serviços turísticos mais completa nem a inerente capacidade hoteleira; • Ausência de estruturas de apoio ao desenvolvimento económico e serviços avançados de apoio a empresas; • Inexistência de infra-estruturas para a realização de eventos de promoção empresarial; • Reduzida dimensão dos agentes económicos que actuam nestes sectores; • Mão-de-obra com insuficiência de qualificações face à maior complexidade e exigência da actividade terciária vai requerendo; • Insuficiência de infra-estruturas básicas – rede de energia eléctrica, rede de abastecimento e saneamento básico; • Crescimento urbano anárquico; • Rede viária com traçados pouco lineares e maturidade elevada; • Rede escolar com necessidade de intervenções ao nível de conservação e manutenção; • Existem carências latentes ao nível dos cuidados de saúde operatórios e de cuidados continuados; • Pressão urbanística sobre os ecossistemas; • Falta de equipamentos culturais e desportivos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Localização central no Sotavento algarvio; • Aproveitamento dos recursos endógenos como o sol e praia para o desenvolvimento da actividade turística; • Requalificação do Centro Histórico de Tavira;
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de concretização de projectos de desenvolvimento da cidade; • Recessão económica do país; • Envelhecimento demográfico; 	<ul style="list-style-type: none"> • A envolvente externa e a própria dinâmica das pessoas e agentes empresariais locais poderão reforçar novas dimensões para o desenvolvimento e atractividade; • Centro histórico totalmente recuperado e potenciado ao nível de serviços e circuitos tornando-o espaço de identidade histórica e cultural de Tavira e sendo qualificado como Património Mundial pela UNESCO; • Maior dinâmica e eficácia de serviços que a coloque como um centro de fluxos de ideias, iniciativas, decisões e recursos para os necessários desenvolvimentos de carácter supra-municipal; • Tavira associada a eventos regulares de grande envergadura – desportivos e culturais de carácter nacional e internacional; • Desafio de afirmação da sua imagem, da sua capacidade futura de dinamização socio-económica e desenvolvimento territorial;

Fonte: PDM de Tavira (1997); Plano Estratégico de Tavira (2003b).

No capítulo seguinte serão apresentados os instrumentos de política e outras iniciativas de carácter urbano como vista a sustentabilidade das cidades em estudo.

CAPÍTULO V – INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PARA AS CIDADES DE AVEIRO E DE TAVIRA

V.1 – Instrumentos de planeamento na cidade de Aveiro

O sistema municipal de gestão territorial existente em Aveiro é constituído por vários instrumentos de planeamento, nomeadamente o Plano Director Municipal (PDM) de Aveiro (1995), o Plano Estratégico da Cidade de Aveiro (1997), o Plano Parcial de Urbanização do Programa Polis de Aveiro (2001) e alguns planos de concretização de propostas de organização espacial de áreas específicas como o Plano de Pormenor do Centro (2002) e o Plano de Pormenor da Baixa de Santo António (2004). Ao nível de iniciativas urbanas sustentáveis foi implementado também o Projecto BUGA (1999).

O PDM (CMA; 1995), sendo um documento de gestão urbanística, traduz-se também num processo dinâmico de intervenção que contém iniciativas e acções desenvolvidas durante a sua elaboração; principalmente nas áreas do Planeamento e Ordenamento do Território; Rede Viária; Infra-estruturas – Rede de Águas e Saneamento; Urbanização e Habitação; Desporto, Cultura e Lazer; Ensino; Apoio à Actividade Económica; Património e Turismo e, por último, Saúde, Assistência e Administração.

No Âmbito Geral, a localização de Aveiro e a concentração de equipamentos concedia-lhe um protagonismo especial como pólo de serviços mas também como centro de decisão político-administrativa; pelo que os objectivos do Plano viabilizavam o progressivo papel de centro regional de Aveiro, considerando-se relevante o papel que o Município adquiriria na participação e dinamização da Associação de Municípios da Ria (AMRia). Por outro lado, era fulcral a qualificação ambiental e o desenvolvimento socio-económico que se pretende da Ria de Aveiro, tornando-se necessário o arranque do Plano de Ordenamento do Salgado de Aveiro. Para o bom funcionamento do PDM, seria necessário assegurar a criação de uma estrutura de apoio à gestão deste Plano de modo a assegurar a necessária flexibilidade e operacionalidade.

Quanto ao Planeamento e Ordenamento do Território pretendia-se desenvolver acções de requalificação do espaço urbano existente e de criação de novas áreas de expansão. Este aspecto foi bastante importante pelo facto de a qualidade do espaço urbano ser um elemento importante para a fixação de quadros intermédios e superiores e também para o desenvolvimento do sector terciário. Tornou-se assim fundamental melhorar o nível de prestações de serviços da cidade e em especial das zonas periurbanas.

No que respeita à Rede Viária concelhia previa-se a melhoria, beneficiação e construção de novos traçados e ligações, tanto da competência do município como da J.A.E.. Estavam incluídas a Auto-Estrada, a A25, a A17 e a variante às EENN 235/335. Para completar a rede foi essencial a criação de uma nova ligação Este-Oeste, que ligaria o Nó Central da EN 109 ao Nó da A17 e posteriormente à

antiga EN 230. Esta via facilitaria o acesso à cidade e interior, servindo em simultâneo grandes equipamentos e concentrações industriais. Propôs-se também a construção de pequenos troços de arruamentos que assegurariam o complemento da rede existente e a sua ligação à rede viária principal. Considerava-se importante o desenvolvimento de um programa de apoio cujas intervenções incidissem no melhoramento de vias, a construção de passeios nas zonas de ligação das principais áreas urbanizadas ou saídas de fábricas, nas paragens de transportes públicos bem como a construção de equipamentos simples de apoio aos transportes, melhoria e reforço da sinalização de segurança, protecções específicas à circulação de peões, entre outras.

Quanto à Rede de Água e Saneamento as propostas sobre a construção de sistemas de captação de água e de redes de drenagem de águas residuais domésticas e industriais, tiveram em conta as propostas de ordenamento. Foi de salientar a necessidade de construir a curto prazo as redes de saneamento das zonas periféricas da cidade e de S. Jacinto. Seria necessário construir duas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), em S. Jacinto e Cacia e concluir a ETAR da cidade. Foi necessário resolver também as carências ao nível de abastecimento de água na zona periférica da cidade. Propôs-se a criação de uma rede de abastecimento de água abrangendo a Costa do Valado, Mamodeiro, Nariz, Requeixo, etc., havendo a possibilidade de estender a rede, durante o período de vigência do PDM, visando a cobertura total do concelho.

Relativamente à Urbanização e Habitação foram de destacar as carências detectadas quer em termos quantitativos quer qualitativamente, prevendo-se neste PDM a promoção habitacional no concelho. Propôs-se soluções como a formação de cooperativas de habitação económica, conseguir novos agentes para contratos de desenvolvimento a custos controlados, introduzir o subsídio de aluguer, entre outros. A Câmara previa executar loteamentos de iniciativa municipal para venda de lotes para auto-construção em Eirol, Mamodeiro, Chão Velho, Azurva, etc.. O interesse na recuperação do parque habitacional existente era grande, pelo que deveria ser equacionada a candidatura do Município ao apoio do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), com vista a operações de reabilitação ou recuperação de áreas urbanas degradadas. A Câmara apoiava os munícipes na utilização de financiamentos tais como o RECRIA ou o PRID para a realização de obras nos edifícios do Centro Histórico que poderia também ser estendido ao restante território municipal.

Na área do desporto previa-se algumas intervenções de grande dimensão que responderiam às carências existentes, salientando o novo Estádio do Beira-mar e as instalações do Aeroclube de Aveiro que seriam servidas pelo Eixo Estruturante. Preconizava-se também o apoio, a associações desportivas existentes, na melhoria das infraestruturas através da construção de polidesportivos, obras de beneficiação nos campos de jogo existentes e construção de novas instalações. Quanto à cultura e lazer, salientava-se a proposta de instalação do Museu da Ria na antiga lota, do Museu Municipal, a construção da Biblioteca Municipal e a adaptação da residência do Dr. Alberto Souto a Centro Cultural. Na área do Cômico estava prevista a instalação de várias salas de espectáculo e divulgação cultural.

No que respeita ao ensino, a actual proposta da Carta Escolar municipal previa a melhoria de cobertura do Ensino Preparatório e Secundário, promovendo deste modo a criação de condições para a melhoria da taxa de escolaridade no Ensino Secundário, que ainda era reduzida. Privilegiar-se-ia também o Ensino Directo e as instalações das Tele-Escolas seriam utilizadas para outros fins, nomeadamente para o reforço de Escolas Primárias, de Jardins-de-infância e de outros Equipamentos.

O apoio à actividade económica previa-se na melhoria da acessibilidade à cidade e ao Porto de Aveiro, que influenciaria o desenvolvimento industrial do concelho. As novas infraestruturas iriam alterar a localização da indústria, criando assim condições para os pólos industriais existentes e para a localização de novas zonas industriais. Preconizava-se a conclusão da Zona Industrial de Taboeira e a criação de pequenas zonas industriais disseminadas pelo concelho. Este apoio processava-se também a partir de outros equipamentos que permitissem o ensino especializado, a divulgação da produção local e a investigação. Na antiga Fábrica Jerónimo Pereira Campos estava a ser construído um Centro de Formação Profissional e de Congressos. Em Mamodeiro previa-se a instalação do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico que se localizará junto a um Parque Tecnológico, de iniciativa conjunta da A.I.D.A., Universidade de Aveiro e Câmara Municipal. Havia a proposta de transferir o Parque de Feiras para as imediações do Eixo Estruturante onde fruirá de boas condições de acessibilidade e locativas. O Centro Coordenador de Transportes já estava em execução, junto à estação de caminhos-de-ferro. O Terminal EMA localizar-se-á na Junqueira/Cacia e em área contígua implantar-se-ia o Mercado Abastecedor. A construção do aeródromo contribuiria também para o desenvolvimento das actividades económicas.

No que se refere ao turismo era importante equacionar o nível de saturação ou capacidade de carga turística, nomeadamente da Ria de Aveiro, área envolvente e cordão litoral de modo que a região não perca a qualidade nos requisitos turísticos. A dinamização da Ria passaria pela criação de percursos turísticos por barco, pela criação de condições que permitissem visitas às áreas onde se produz sal bem como o aproveitamento dos aspectos lúdicos da piscicultura e visitas guiadas a algumas ilhas. A zona de S. Jacinto constituía um foco de atracção turística, em virtude da Reserva Natural e da estrutura urbana característica. A Pateira de Fermentelos possuía um plano de ordenamento que entre outras actividades, engloba o turismo. Pelo facto da Pateira fazer parte de três concelhos - Aveiro, Águeda e Oliveira do Bairro – seria desejável que existisse um consenso nos interesses para que todos os concelhos saíssem beneficiados. A confluência dos Rios Vouga e Águeda situava-se numa área de potencialidades naturais e para a qual se propôs a construção de um parque de campismo. As infra-estruturas previstas para o concelho viriam potenciar novas formas de turismo como o ligado a congressos, fortalecendo Aveiro como centro polarizador de uma vasta região. A promoção de festividades locais e feiras ao longo do ano, que atendia por um lado às potencialidades locais, ao artesanato e gastronomia e por outro a tecnologia de ponta ligada a serviços e indústria, poderia diminuir a sazonalidade do sector turístico. A formação profissional da população local e da região seria importante para a melhoria da qualidade dos serviços a prestar no sector do turismo. Não seria de excluir outras formas de turismo.

No que respeita à administração pública deu-se particular atenção à melhoria das instalações das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal.

No domínio dos cuidados de saúde, previa-se o apoio à melhoria das instalações das Unidades de Saúde existentes, apontava-se para a construção da sede do Centro de Saúde de Aveiro e de novas unidades de saúde.

Outro instrumento concelhio é o Plano Estratégico da Cidade de Aveiro (PE) (CMA, 1997), e segundo este o desenvolvimento da cidade de Aveiro assentava em três vectores: nova dimensão de cidade assentava na coesão urbana e social; centro aglutinador da vida económica e de negócios da Região, e por último, um projecto urbano inovador aproveitando as condições geográficas, climáticas, paisagísticas e ambientais, e da presença da Ria. Estes três vectores permitiam formular um projecto único para a cidade: *Aveiro – uma cidade com crescente qualidade de vida, socialmente integrada, que se afirme como centro de intermediação entre a Região e o exterior, e como pólo de dinamização económica, social, cultural e desportiva.*

Figura 18 – Projecto de desenvolvimento da cidade de Aveiro



O Plano propôs seis Linhas Estratégicas, sete Projectos Estruturantes, oito Chaves Institucionais e Organizativas, e cento e três Projectos/acções, para alcançar o objectivo geral.

As seis linhas estratégicas do PE de Aveiro visam aproveitar as potencialidades que a cidade dispõe em variados domínios e tentar eliminar ou reduzir as debilidades, para alcançar um conjunto de objectivos que procuram a melhoria da qualidade urbana da cidade e da qualidade de vida dos seus habitantes e reforçar a sua atractividade e competitividade na rede urbana nacional. As linhas estratégicas um, dois e três aspiram uma cidade que possua capacidade de apoio à vida económica da região, fortalecendo a estrutura de serviços, equipamentos e infra-estruturas; qualidade urbana e coesão socio-urbanística, tendo em consideração a dimensão, dispersão e diversidade de formas de ocupação, e por último, consolidação e dinamização de uma vida cultural, lúdica e desportiva que proporcione melhores condições à população residente e torne a Cidade e Região mais atractivas. Já as linhas estratégicas quatro e cinco visam uma coesão territorial da Cidade, salientando a diferenciação e a valorização da posição de Aveiro no espaço nacional, ao nível da presença da Ria que constitui um factor de diferenciação e de potencial de atractividade e competitividade regional e da dinâmica social e económica da região polarizada de Aveiro. Por fim, a linha estratégica seis visa o

aproveitamento da dinâmica e iniciativas dos agentes locais, com o objectivo de reforçar o protagonismo a nível local, regional e nacional (Quadro 35).

Quadro 35 - Linhas estratégicas do Plano Estratégico da Cidade de Aveiro

	Linhas estratégicas	Objectivos
PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DE AVEIRO	Linha Estratégica 1 Aveiro – Cidade de serviços qualificados	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento da base económica apoiado na atracção de serviços qualificados às empresas, à colectividade e aos consumidores; - reforço da coesão e articulação empresarial e da promoção externa da capacidade produtiva da Região; - aprofundamento do conhecimento e monitorização da realidade económica e social da região polarizada por Aveiro.
	Linha Estratégica 2 Aveiro – Cidade atractiva e solidária	<ul style="list-style-type: none"> - consolidar a personalidade histórica e valorizar as singularidades de Aveiro como Cidade Ria; - reestruturar e revalorizar o Centro da Cidade adequando-o às exigências funcionais, sociais e culturais da nova dimensão de Aveiro, e ao reforço da sua centralidade regional; - fortalecer e requalificar os espaços urbanos periféricos na perspectiva da integração da “Cidade Alargada” e dos eu reequilíbrio socio-urbanístico.
	Linha Estratégica 3 Aveiro – Cidade cultural e desportiva	<ul style="list-style-type: none"> - criar condições ao desenvolvimento, à prática e à promoção de diversas formas de expressão cultural, tradicionais e emergentes que contribuam para a diversificação e consolidação da cultura ajustada às necessidades do desenvolvimento social; - melhorar a estruturas desportivas através da sua diversificação e actualização de equipamentos que respondam à procura desportiva dos aveienses e que favoreçam o aproveitamento das condições da Ria e que permita afirmar a centralidade desportiva da cidade no contexto nacional.
	Linha Estratégica 4 Ria – Espaço de identificação e diferenciação territorial de Aveiro	<ul style="list-style-type: none"> - contribuir para uma intervenção institucional coordenada no sentido de promover a valorização cultural e científica da Ria e da Orla Costeira, e a sua utilização social e económica compatível com o equilíbrio.
	Linha Estratégica 5 Aveiro – Rótula regional	<ul style="list-style-type: none"> - reforçar as ligações de Aveiro à região polarizada; - potenciar Aveiro na articulação da Região Centro com a Área Metropolitana do Porto; - promover Aveiro no eixo Centro-Ibérico; - valorizar a posição de Aveiro no processo de regionalização administrativa.
	Linha Estratégica 6 Aveiro – Um projecto colectivo para o século XXI	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento da participação social e da articulação e cooperação institucional, condição da coesão interna e da afirmação externa da Cidade e da Região; - preparar Aveiro para o séc. XXI.

Fonte: Adaptado de *Plano Estratégico da Cidade de Aveiro*, 1997

Das Linhas Estratégicas e do conjunto de Projectos e Acções que as integravam propôs-se sete Projectos Estruturantes que pela forte articulação com os diversos objectivos do Plano, pela capacidade de induzirem novas dinâmicas urbanas e de criarem condições para a implementação de diversos projectos, e também, por reduzirem os factores de risco que a cidade enfrenta, foram propostos como prioritários, nomeadamente, Centro de negócios, Urbanização da zona centro, “Bolsa de terrenos” para empresas, Parque urbano ribeirinho, Eixo estruturante/Eixo transversal, Pavilhão Multi-usos, e por último, a Placa logística.

Enquanto que os três primeiros são projectos que visavam o reforço de Aveiro como cidade de serviços e de negócios e contribuíssem para a criação de uma nova centralidade urbana nos espaços vazios junto ao Canal do Côjo; os dois seguintes representavam apostas numa nova dimensão da estruturação da cidade e se apresentavam como projectos com capacidade para dinamizarem novas vertentes do desenvolvimento urbano, uma voltada para a ligação da cidade com a Ria e a outra voltada para uma nova estruturação das freguesias periféricas, contribuindo assim, para uma maior coesão urbanística e social do conjunto de cidade. O “Pavilhão Multi-usos” apresentava-se como um equipamento estruturante para a cidade, na medida que a cidade não dispõe de estruturas adequadas para a realização de actividades e eventos diversificados e de projecção supra-local, nas áreas cultural, desportiva, recreativa e de reuniões e exposições; o qual poderia contribuir para criar uma nova centralidade urbana. Por último, a “Placa Logística” constituía uma aposta da cidade na sua posição geoestratégica inter-regional que poderia ser potenciada pelo desenvolvimento e articulação de diversas infra-estruturas regionais de transporte com capacidade de alargar a sua prestação de serviços à Região de Aveiro, à Área Metropolitana do Porto, ao Eixo Centro Ibérico e à Região Centro.

As oito Chaves institucionais e organizadas propostas pelo PE de Aveiro consistiam num Gabinete de cidade e conselho do PE, numa Agência local para a modernização da base económica de Aveiro, num Gabinete de Coordenação e promoção cultural e desportiva, numa reorganização dos serviços municipais, num Fórum Ria, numa Mesa permanente Luso-Espanhola, num Plano de Marketing e por fim, num Observatório-Aveiro 2001.

Os cento e três Projectos/Acções correspondiam à materialização dos objectivos e sub-objectivos pertencentes às Linhas Estratégicas. O quadro seguinte apresenta Projectos/Ações do Plano Estratégico da Cidade de Aveiro.

Quadro 36 – Projectos/Ações do Plano Estratégico da Cidade de Aveiro

LINHAS ESTRATÉGICAS	PROJECTOS / ACÇÕES
<p>1.</p> <p>Aveiro – Cidade de serviços qualificados</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsa de terrenos para empresas; 1* - Estrutura de telecomunicações avançadas; - Desenvolvimento e diversificação de actividades turísticas; - Criação e promoção de uma imagem de marca do comércio de Aveiro; - Animação urbana do Centro; 1 - Promoção do Comércio no IP5 "Aveiro-saldos ibéricos"; - Articulação da UA e de outras instituições com o núcleo de Santa Maria da Feira do Pólo de Ciência e Tecnologia do Porto; - Adequação de formação às dinâmicas do mercado de emprego da região; - Adequação das actividades de I & DT às necessidades do tecido empresarial da Região; - Sensibilização/formação do tecido empresarial para as questões ambientais; - "Clube do empresário"; $\frac{1}{2}$ - Centro de negócios de Aveiro; 1* - Frente de negócios de Aveiro no Europarque; - Parque de Feiras e Exposições de Aveiro; 1 - Definição do perfil de serviços avançados às empresas; 1 - Estudo e monitorização das dinâmicas do mercado de emprego; - Identificação de novos projectos dinamizadores da actividade económica; - Constituição de uma base de dados económicos;
<p>2.</p> <p>Aveiro – Cidade atractiva e solidária</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Frente ribeirinha Aveiro - Ílhavo; 1 - Parque urbano ribeirinho; 1* - Recuperação e valorização dos canais e requalificação das zonas urbanas ribeirinhas da cidade; 1 - Recuperação do edifício da capitania; 1 - Criação do espelho d'água; $\frac{1}{2}$ - Porta da cidade no canal das pirâmides/IP5; - Carta do património; - Estruturas de gestão do património urbanístico e arquitectónico; - Guia do património; - Urbanização do centro; 1* - Tratamento dos espaços públicos envolventes do Canal do Côjo; 1 - Circulação, estacionamento e pedonalização do centro da cidade; 1 - Requalificação da Av. Dr. Lourenço Peixinho; - Remodelação da Ponte Praça; 1 - Requalificação dos espaços públicos da zona central; 1 - Reutilização do Mercado Manuel Firmino; - Eixo Estruturante (do nó da EN-109 ao nó do futuro IC-1); 1* - Eixo Transversal (eixo viário que ligue as freguesias de Aradas, S. Bernardo e Sta. Joana); 1* - Articulação da rede viária e da malha ao longo da EN-109; 1 - Parque urbano de Vilar; - Pavilhão Multi-usos; 1* - Equipamentos e qualificação urbanística dos centros das freguesias; - Programas de habitat social; - Redes de saneamento básico; - Programa de equipamentos colectivos; 1 - Equipamentos e serviços adaptados à população jovem e universitária; 1 - Estudo de morfologias urbanas e de tipologias de habitação adaptadas à zona nascente da cidade; - Definição da estrutura verde da cidade;
<p>3.</p> <p>Aveiro – Cidade cultural e desportiva</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Definir uma estratégia cultural para Aveiro; 1 - Levantamento de instalações e espaços disponibilizáveis para actividades culturais; 1 - Disponibilização de instalações para apoio ao funcionamento dos agentes culturais; - Operacionalização do Centro Cultural; 1 - Dinamização do Teatro Aveirense; - Programa de equipamentos socio-culturais para a cidade e concelho; 1 - Estrutura museológica polinucleada; - Percursos temáticos; - Valorização e promoção de Museu de Aveiro; - Plano/Programa de equipamentos desportivos; 1 - Instalações do complexo desportivo da Universidade; - Renovação do Estádio Mário Duarte; - Renovação do complexo municipal de piscinas; 1 - Plano de Pormenor do Parque Desportivo da Azurva/Taboeira; 1 - Construção do Estádio de Futebol e Atletismo; - Construção do Centro de Estágio; - Construção do Centro Hípico de Aveiro; - Equipamentos desportivos do Parque Urbano Ribeirinho; 1 - Estruturas para treino, pequena competição e recreio náuticos no Lago do Paraíso; $\frac{1}{2}$

	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização e adequação para a prática de desportos náuticos da zona da lota (Porta da Ria); 1 - Adequação da área do Rio Novo do Príncipe à prática de remo e canoagem a nível de alta competição; - Porto de recreio;
<p>4.</p> <p>Ria – Espaço de identificação e diferenciação territorial de Aveiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fórum Ria; 1 - Gestão estratégica da ria; 1 - Integração da ria no programa Natura 2000; - Arqueologia da Ria; - Organização das acessibilidades na ria; - Melhoria dos acessos a S. Jacinto; - Promoção da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto; - Criação de roteiros da Ria e do Baixo Vouga; - Aproveitamento e valorização do Lago do Paraíso; 1 - Criação da Porta da Ria (Canal das Pirâmides – Lota); 1
<p>5.</p> <p>Aveiro – Rótula Regional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ligações Aveiro – Ílhavo alternativas à EN-109; 1 - Ligação Aveiro-Ílhavo na frente ribeirinha; $\frac{1}{2}$ - Melhoria dos transportes colectivos, Aveiro-Ílhavo; - Construção do IC-1; 1 - Reutilização da Linha do Vale do Vouga, Aveiro-Águeda; - Definição do perfil da estrutura logística a desenvolver em Aveiro; 1* - Estudo das articulações de Aveiro com a Área Metropolitana do Porto, a sul do Douro; - Identificação de complementaridades entre Aveiro e Europarque; - Aeroporto para Aveiro; - Melhoria do Traçado e anulação de pontos críticos no IP5; - Promoção do Porto de Aveiro como porta Atlântica do eixo Centro-Ibérico; - Promoção dos produtos turísticos da cidade e da região no eixo Centro-Ibérico; - Programação de eventos específicos para o mercado do eixo Centro-Ibérico; - Dinamização da mesa permanente Luso-Espanhola; 1* - Matriz de serviços a descentralizar e de potencialidades e vocações de Aveiro;
<p>6.</p> <p>Aveiro – Um projecto colectivo para o século XXI</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Gabinete de cidade e conselho do Plano Estratégico; 1* - Agência de desenvolvimento local (para a modernização da base económica de Aveiro); 1* - Gabinete para a coordenação e promoção de eventos e realizações culturais e desportivas; 1* - Reorganização dos serviços da Câmara Municipal; - Constituição e gestão de Base de dados (SIG); - Sistema de informação do cidadão (Infotecnologias); - Plano de marketing da Cidade; 1* - Integração e reforço da posição de Aveiro em redes de cidades; - Observatório "Aveiro 2001"; 1*

1* - Correspondem a Projectos/Acções integrados em Projectos Estruturantes.

1 - Correspondem a Projectos/Acções de primeira prioridade.

Fonte: Adaptado de *Plano Estratégico da Cidade de Aveiro*, 1997

De todos os Projectos/Acções alguns deles foram mais prioritários do que outros. As prioridades referiam Projectos/Acções cuja realização tinha sido já decidida, ou simplesmente, cuja urgência era reconhecida ao longo do processo de realização do PE.

Outro instrumento é o Plano de Urbanização para o Programa Polis de Aveiro (Aveiro Polis, 2001) tinha como principal objectivo definir a política geral de intervenção, que incidiria nas infra-estruturas, sistema de espaço público, equipamentos urbanos, programas edificáveis e outras acções relevantes. O Plano de Urbanização (PU) aprofundava o Plano Estratégico e constituiu a matriz de todo o Programa Polis, cujos objectivos estratégicos centravam-se na requalificação das frentes de água da cidade, com as suas peculiares marinhas e canais, um importante património ambiental e paisagístico a preservar e desenvolver. O Programa Polis também viabilizou algumas intervenções pontuais em edifícios que constituíam âncoras para investimentos de terceiros ou que potenciem actividades de animação cultural. O PU do Programa Polis de Aveiro visava representar e justificar a várias intervenções programadas no PDM, evidenciando a continuidade e articulação entre estes dois programas e demais instrumentos de regulação da transformação urbana da cidade, com incidência directa e indirecta na área de intervenção do Programa Polis.

Foram cinco as áreas de intervenção do Programa Polis, nomeadamente a reconversão da antiga lota do Porto de Aveiro; entrada da cidade e ligação ao IP5; a zona envolvente do Canal de São Roque, Canal dos Botirões e Mercado do Peixe; a zona delimitada pelo Canal Central, Canal das Pirâmides, IP5 e TIRTIF, e por fim, a requalificação das áreas envolventes aos Canais do Côjo e Fonte Nova, reabilitação do Mercado Manuel Firmino e Parque da Cidade (Anexo 13).

O quadro seguinte representava as Intervenções do Programa Polis na cidade de Aveiro. Da sua análise concluiu-se que o Polis dava primazia à criação de espaços públicos, como a criação de espaços verdes, passeios, espaços e pontes pedonais, ciclovias, estacionamento, entre outros e à requalificação dos existentes. Apostava também na beneficiação das margens dos canais, na reformulação de algumas ligações viárias, na requalificação do Mercado do Peixe e do Mercado Manuel Firmino, entre outras.

Quadro 37 – Intervenções do Programa Polis na cidade de Aveiro

GRANDES INTERVENÇÕES DO PROGRAMA POLIS	
<p>Reconversão da zona da antiga lota do Porto de Aveiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consolidação dos limites da Plataforma; - Passeio da ria e jardins temáticos; - Espaços pedonais e arruamentos internos; - Requalificação do Esteiro da Reduzia; - Parque de estacionamento público; - Área habitacional; - Área de comércio e serviços; - Instalação hoteleiras; - Edifício de equipamentos. 	<p>Zona da entrada da cidade e ligação ao IP5:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Praça da Água e reformulação das ligações viárias; - Ponte pedonal entre o Rossio e a margem poente; - Regeneração e reconstrução do edificado.
<p>Requalificação das áreas envolventes aos Canais do Côjo e Fonte Nova, reabilitação do Mercado Manuel Firmino e Parque da Cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reabilitação e recuperação do Mercado Manuel Firmino; - Requalificação da margem norte do Canal do Côjo, entre o Mercado Manuel Firmino e o edifício da Capitania; - Requalificação dos espaços públicos envolventes ao Canal e ao Lago da Fonte Nova; - Parque central da cidade; - Passagem inferior à linha de caminho-de-ferro. 	<p>Zona delimitada pelo Canal Central, Canal das Pirâmides, IP5 e TIRTIF:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Arruamentos de ligação e estruturação da Plataforma da Europa, Praça dos Pequenitos e Praça Multiusos; - Percursos pedonais de articulação entre a Europa dos Pequenitos/Praça Multiusos e área de estacionamento; - Espaços públicos da Praça Multiusos; - Parque de estacionamento público; - Estaleiros de construção naval; - Clubes náuticos; - Ciclovia de ligação da Europa dos Pequenitos ao centro da cidade; - Consolidação e qualificação dos percursos internos da REN; - Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental.
<p>Zona envolvente do Canal de São Roque, Canal dos Botirões e Mercado do Peixe:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tratamento paisagístico e beneficiação das margens do Canal de São Roque; - Requalificação da área envolvente ao Mercado e nas margens do Canal dos Botirões; - Reabilitação e recuperação do Mercado do Peixe. 	

Fonte: Plano Parcial de Urbanização do Programa Polis de Aveiro, 2001

Denotava-se a inovação urbana, investindo sobretudo na infra-estruturação geral e espaço público, na redistribuição do tráfego rodoviário, na criação de passeios e esplanadas, onde existiam barreiras criadas pelos nós viários. Segundo a Aveiro Polis (2001) a intervenção do Programa Polis pretendia

qualificar 15 hectares de áreas verdes e criar 4 quilómetros de ciclovia, requalificar 4 quilómetros de ria e mais de 11 quilómetros de margens de canais.

A intervenção do Programa Polis não iria resolver todos os problemas urbanos que existiam na cidade e que condicionavam a qualidade de vida dos habitantes locais, no entanto, foi um contributo importante uma vez que poderia estimular novas práticas urbanas e a dotação do espaço público com equipamentos importantes para a sensação de bem-estar dos cidadãos. É de realçar que o Programa Polis em Aveiro continua ainda em execução.

Outro instrumento é o Plano de Pormenor (PP) do Centro (CMA, 2002) correspondia a uma área do plano considerada como “património de oportunidades” de construção de uma nova cidade e de reforço das suas funções centrais, enquanto centro prestador de serviços, implicando simultaneamente uma reestruturação de toda a área urbana. Os objectivos específicos deste plano consistiam em promover a articulação com a estrutura urbana existente; valorizar o espaço público e qualificar a sua relação com o espaço privado; desenvolver um conjunto de equipamentos de interesse geral para a cidade e região; preservar os valores patrimoniais e arqueológicos, e por fim, viabilizar financeiramente a intervenção urbana. Este PP estava em articulação com os outros instrumentos de planeamento, pelo facto do PDM, aprovado em 1995, e o PE, aprovado em 1997, definiriam em relação à área de intervenção, um conjunto de preocupações/recomendações que acompanharam o desenvolvimento deste plano.

Outro instrumento do concelho é o Plano de Pormenor da Baixa de Santo António (CMA, 2004) abrangia a área a edificar, correspondente à margem poente da Rua Homem Christo Filho. A intervenção mais significativa seria a grande Praça, a construir por trás do Governo Civil. Esta Praça deveria construir simultaneamente o remate da Praça Marquês de Pombal e fazer a ligação para o espaço lúdico do jardim. As construções novas previstas seriam várias, nomeadamente estacionamento, comércio, habitação, serviços e equipamentos. A área verde existente seria mantida na generalidade. A ligação entre a Praça por trás do Governo Civil e o Jardim deveria possibilitar o acesso fácil a idosos e pessoas com mobilidade reduzida.

O Projecto BUGA (Bicicleta de Utilização Gratuita de Aveiro), à semelhança do Projecto de Amesterdão, pretendia estimular a utilização da bicicleta como meio de transporte para as actividades diárias para além dos passeios de lazer (o que mais alicia os utilizadores). Segundo a MoveAveiro, o Projecto BUGA teve início em 1999, tendo entrado em funcionamento efectivo em 1 de Abril de 2000, após um período experimental de 5 meses. A BUGA possuía um desenho exclusivo, e o projecto inicial contou com 200 bicicletas e 33 parques estrategicamente distribuídos pela cidade; englobou mobiliário urbano próprio (sinalética e parques), logística (manutenção, recolha e vigilância das bicicletas) e a criação de pistas cicláveis dedicadas (Figuras 19, 20 e 21).



Figura 19 – Loja da Buga
Fonte: Autora



Figura 20 - Pistas cicláveis
Fonte: Autora



Figura 21 – Bicicleta Buga
Fonte: Autora

A Região de Turismo da Rota da Luz em parceria com a MOVEAVEIRO dinamiza circuitos turísticos de bicicleta, os chamados "Percursores BUGA" (Figura 22).

Figura 22 - Percursos turísticos BUGA definidos pelo posto de Turismo da Rota da Luz-Aveiro.



Fonte: <http://www.rotadaluz.pt/>

Percurso 1:

AV. Dr. Lourenço Peixinho
Fórum Aveiro
Praça Humberto Delgado
Praça da República
Museu de Aveiro
Catedral de S. Domingos
Centro de Congressos
Praça do Mercado
AV. Dr. Lourenço Peixinho
Estação CP

Percurso 2:

Rossio
"Zona Polis"
Canal de s. Roque
Bairro da Beira – Mar
Largo da Praça do Peixe
Praça Humberto Delgado

Percurso 3:

Baixa de Santo António
Universidade de Aveiro
Rua da Pega
Fábrica da ciência Viva

A rede da MoveBuga contemplava os principais pólos geradores de tráfego (Estação da CP, as Praças Centrais, a Universidade, Escolas e Liceus), as zonas de serviços (Av. Dr. Lourenço Peixinho, Estações de Correio, Câmara, Loja do Cidadão) e as zonas de cultura e lazer (Centro Cultural e de Congressos, Biblioteca, Parques e Jardins, Zona Polis, Zona Histórica).

A quantidade de Bugas e de parques existentes, bem como o horário de funcionamento do sistema, permitem a sua utilização sem recorrer ao transporte motorizado individual, reduzindo o tráfego rodoviário e a poluição atmosférica e sonora. Após um ano de funcionamento do Projecto BUGA cerca de 50 000 pessoas já tinham utilizado as bicicletas, tendo atingido uma notável projecção na cidade. Segundo, os responsáveis pela loja BUGA, são os meses de Verão que registam uma maior procura, sendo os aveirenses os que mais a utilizam. No Inverno, a procura decresce, tendo representatividade a utilização por parte dos estudantes da Universidade de Aveiro.

O Projecto BUGA insere-se dentro dos padrões estabelecidos para um tipo de mobilidade sustentável. Assim, o Projecto BUGA consiste numa estratégia do município de Aveiro para a diminuição do uso de transporte individual, do tráfego e da poluição. A BUGA, sendo um meio de transporte ecológico e um equipamento colectivo ao serviço do público, traz muitas vantagens para os seus utilizadores e para a própria cidade.

Esta iniciativa é inédita no nosso país, tendo partido da Câmara Municipal de Aveiro e integrou-se numa campanha global destinada a promover a cidade como “amiga” dos seus habitantes e visitantes. A ideia foi inspirada no que já é praticado noutros lugares, como Amesterdão, no entanto sofreu adaptações para se adequar às estruturas da cidade.

V.2 – Instrumentos de planeamento na cidade de Tavira

O sistema municipal de gestão territorial existente em Tavira é constituído essencialmente por vários instrumentos de planeamento, gestão e ordenamento territorial, no entanto neste trabalho vão ser destacados somente aqueles que têm estratégias de desenvolvimento do município, nomeadamente o Plano Director Municipal de Tavira (1997) e o Plano de Desenvolvimento Estratégico (2003) e, mais especificamente, o Plano de Pormenor de Pêro Gil (2006), bem como, planos ou iniciativas que estejam de acordo com a temática da sustentabilidade urbana, como são os casos do Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira (1989) e o Projecto Mobilidade Sustentável (2007).

O Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira (CMT, 1989), que se encontra actualmente em revisão, vinha no seguimento da necessidade de valorizar e defender a paisagem urbana pelo seu património arquitectónico e cultural. Este Plano assentava na proposta de intervenção ao nível de edificado, do uso do solo e da estrutura urbana. A intervenção no edificado de propriedade

municipal consistiria na reabilitação de edifícios de valor arquitectónico, por vezes devolutos para a instalação de equipamentos necessários à cidade e à sua população residente. A classificação de um conjunto de elementos construídos e imóveis com valores local, regional e nacional, localizados no centro histórico da cidade, foram assim protegidos ao abrigo das disposições legais. Em todo este processo de reestruturação, recuperação e renovação do edificado, com valor e arranjo do espaço urbano, previa-se a demolição de edifícios sem qualidade arquitectónica que estivessem agregados às muralhas ou impedindo vistas panorâmicas sobre o rio. Em relação aos usos do solo, pretendia-se a reutilização dos edifícios por novas funções, impedindo a terciarização ou a instalação de superfícies comerciais impeditivas da manutenção da qualidade de vida, ou seja, impedindo usos de solos indesejáveis. As propostas de reabilitação dos espaços livres e públicos assentavam no tratamento adequado dos elementos construídos. A intervenção urbana assentava assim em várias estratégias de actuação e reabilitação, simultaneamente, sob a pena de se perder o significado da recuperação do Centro Histórico de Tavira.

A Planta da cidade, com a indicação das áreas de protecção de 1999, (Anexo 14) revela as várias áreas de protecção correspondente aos imóveis de interesse público, imóveis em vias de classificação, imóveis de interesse municipal e aos monumentos nacionais. O Centro Histórico de Tavira e os imóveis de interesse são geridos pelo Divisão de Património e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Tavira.

Outro instrumento do concelho é o Plano Director Municipal (PDM) de Tavira (CMT, 1994) previa cinco propostas de intervenção: a promoção do emprego e da formação profissional, o desenvolvimento da área Serrana, protecção efectiva do sistema lagunar da Ria Formosa, Plano Geral de Aproveitamento e Valorização da Zona Fluvial Marítima do Rio Gilão, construção de infra-estruturas e o inventário dos valores patrimoniais.

Em relação à promoção do emprego e formação profissional, esta proposta tornava-se indispensável num processo de desenvolvimento sustentado, pelo facto de contribuir para a diversificação dos sectores de actividade e para a manutenção de um ritmo regular de actividades ao longo de todo o ano.

Quanto ao desenvolvimento da área serrana passava, fundamentalmente, pela fixação dos jovens através de acções de formação e acompanhamento da sua inserção na vida activa.

No que concerne à protecção do sistema lagunar da Ria Formosa, a sua conservação era importantíssima para o desenvolvimento do concelho. Esta faixa marítima, tão rica em potencialidades era uma área muito sensível devido à sua atractividade sobre a população local por constituir uma fonte de rendimentos para uma percentagem significativa da população.

Em relação ao Plano Geral de Aproveitamento e Valorização da Zona Fluvial Marítima do Rio Gilão era uma prioridade a considerar no ordenamento da interface fluvio-urbano-marítima da foz do rio Gilão. Este Plano promovia o arranjo urbanístico de toda a área das Quatro-Águas e do espaço que se situa na margem esquerda do rio (arraial Ferreira Neto) que se encontrava degradada. Esta intervenção

justificaria a elaboração de um Plano de Pormenor que reunisse o consenso da autarquia, do Parque Natural, da Direcção-Geral de Portos e de todas as outras instâncias que gerem os sectores do turismo, saúde pública, desporto, entre outros.

Quanto à construção de infra-estruturas, o município possuía algumas carências a este nível. Assim, nos últimos anos, a autarquia candidatou-se a financiamentos, no âmbito do FEDER, destinados à abertura de caminhos e estradas municipais, alguns deles de penetração na serra, e a obras de saneamento básico. Numa tentativa de diminuir a dependência dos lençóis freáticos, estavam em curso operações destinadas à utilização de água da albufeira de Beliche para abastecimento do município.

Em relação ao inventário dos valores patrimoniais, a equipa deste PDM optou por analisar o património cultural, construído e arqueológico, visando sensibilizar a autarquia para o valor do património do espaço rural e pré-industrial do concelho; motivar iniciativas no sentido da salvaguarda desse património; facultar elementos de reflexão para futuras intervenções de qualidade de carácter público ou privado.

Um outro instrumento vigente em Tavira foi o RECRIA, no âmbito da reabilitação urbana do Centro Histórico de Tavira foram implementadas iniciativas enquadradas RECRIA, o qual estabelecia um conjunto de benefícios para quem se propusesse executar obras de conservação e/ou beneficiação em imóveis arrendados, podendo proprietários, município e inquilinos usufruir deles (INH, 2007). O benefício mais relevante era a comparticipação financeira, garantida pelo Estado e pela autarquia; tendo a generalidade dos processos de reabilitação excedido 50% do valor da obra. Os proprietários que recorressem ao RECRIA tinham o benefício de aumentar o valor da renda aos inquilinos, podendo dizer-se que a importância dispendida com a execução das obras era parcialmente amortizada por esta via (CMT, 2007). Foram realizados três Protocolos de adesão ao RECRIA entre o IGAPHE¹⁰ e o município de Tavira referentes aos anos de 1998 (Protocolo nº 19/98, DR de 26-5, II Série), 2000 (Protocolo nº 19/2000, DR de 27/06, II Série) e 2001 (Protocolo nº 3/2001, DR de 12/03, II Série) (INH, 2007).

Também como incentivos reabilitação urbana do Centro Histórico, é de salientar o fornecimento de cal para obras de conservação e apoio técnico, quer no que se refere a elaboração de projectos de reabilitação de imóveis, quer relativamente a intervenções conservatórias pontuais.

Para além dos instrumentos anteriores, conta-se ainda o Plano Estratégico de Tavira (CMT, 2003). Este apresentava a estratégia de desenvolvimento estratégico e surgiu de uma forma organizada para induzir as mudanças estruturantes para a cidade e concelho, cujos efeitos contribuísem para referenciar Tavira como um espaço dinâmico, ambicioso e atractivo quer para os seus residentes, como para os seus visitantes. Segundo o PE (CMT, 2003), o concelho e a Cidade de Tavira aspiravam um posicionamento a longo prazo mais marcante do que o conseguido na última década, mantendo e

¹⁰ IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado.

ou mesmo reforçando, os traços singulares e distintivos da sua identidade socio-cultural, da sua riqueza natural e da sua preservação urbanística. O quadro 38 apresenta as aspirações da autarquia para a Cidade de Tavira.

Quadro 38 – Aspirações para a Cidade de Tavira (2003)

Aspirações para a Cidade de Tavira

- Posicionar-se como uma cidade média mais desenvolvida, reflexo de modernidade e de eficácia nas suas estruturas e serviços, especializada numa oferta de serviços qualificados, em especial ao nível de animação cultural e artística;
 - Recuperação do centro histórico e potenciá-lo ao nível dos serviços e circuitos, tornando-o um espaço marcante da identidade histórica e cultural de Tavira e qualificá-lo como Património Mundial pela UNESCO;
 - Dinamismo e eficácia dos serviços que a coloque como um centro de fluxos de ideias, iniciativas, decisões e recursos necessários para um desenvolvimento supra-municipal;
 - A presença de Tavira associada a eventos regulares de grande envergadura, como eventos desportivos e eventos culturais de âmbito nacional e internacional.
-

Fonte: in, *Plano Estratégico de Tavira*, CMT, 2003.

Este conjunto de aspirações é pouco exaustivo pois o contexto externo e a própria dinâmica das pessoas e agentes empresariais locais podem contribuir para introduzir novas dimensões para o desenvolvimento e atractividade do município. Para a materialização destas aspirações, os esforços deverão estar alinhados em torno de uma perspectiva estratégica.

A estratégia global do Plano de Desenvolvimento Estratégico de Tavira assentava em quatro Vectores Estratégicos e em dezasseis objectivos de primeiro nível (Quadro 39).

A estratégia do município passava, fundamentalmente, pelo desenvolvimento e consolidação da estrutura económica, mais voltada para o turismo e o lazer; passava também, pela dinamização da demografia e cidadania, ao criar uma rede de equipamentos colectivos que proporcionassem a melhoria da qualidade de vida da população, nomeadamente a qualificação profissional e iniciativas artísticas, culturais e desportivas; pela valorização do território e qualidade urbanística ao desenvolver um conjunto de acessibilidades e estruturas intermodais e de apostar na recuperação urbanística e no controle da expansão urbanística; e pela projecção de Tavira num contexto nacional como internacional, ao dinamizar projectos estruturantes, modernizar serviços municipalizados e atrair outros de âmbito supra-municipal.

Quadro 39 – Vectores Estratégicos e objectivos do PET

<i>VECTORES ESTRATÉGICOS</i>	<i>OBJECTIVOS DE PRIMEIRO NÍVEL</i>
<p>VECTOR I Afirmar a competitividade do Concelho na vertente do seu desenvolvimento económico e empresarial.</p>	1 – Desenvolver e consolidar a especialização nas vertentes de turismo desportivo, patrimonial e ambiental; 2 – Revitalizar a fileira das actividades e produtos tradicionais, modernizando e reorganizando as estruturas empresariais; 3 – Adaptar e desenvolver novas áreas de valorização das potencialidades dos solos e clima locais; 4 – Criar um conjunto de estruturas de apoio ao desenvolvimento económico e serviços avançados às empresas; 5 – Criar estruturas e mecanismos de apoio ao empreendedorismo e melhoria das capacidades de gestão;
<p>VECTOR II Afirmar o Concelho como espaço de vivência de qualidade e identidade multi-cultural e de participação activa dos cidadãos na vida pública, promovendo assim a dinamização demográfica.</p>	1 – Desenvolver uma rede de equipamentos colectivos que proporcionem a melhoria significativa da qualidade de vida; 2 – Desenvolver um conjunto de estruturas para qualificação e valorização profissional contínuas da sua população; 3 – Criar equipamentos e mecanismos de promoção da iniciativa artística, cultural e desportiva do Concelho;
<p>VECTOR III Valorizar o território e a qualidade urbanística</p>	1 – Desenvolver uma rede concelhia de núcleos habitacionais e de desenvolvimento económico, no Barrocal e na Serra; 2 – Desenvolver o conjunto de acessibilidades e estruturas intermodais entre os principais núcleos; 3 – Promover a recuperação urbanística e salvaguardar uma expansão urbanística ordenada e dentro de exigentes critérios; 4 – Tornar Tavira na cidade mais atractiva do Algarve e Património Mundial; 5 – Valorizar o património e os recursos naturais e a biodiversidade existentes no Concelho;
<p>VECTOR IV Projectar Tavira nacional e internacionalmente</p>	1 – Dinamizar um conjunto de projectos estruturantes para o Sotavento e Região do Algarve; 2 – Modernizar os serviços municipalizados e atrair serviços de âmbito supra-municipal; 3 – Criar uma nova imagem “corporativa” para o Concelho e para a Cidade de Tavira;

Fonte: in, *Plano de Desenvolvimento Estratégico de Tavira, 2003*

O quadro seguinte apresenta um conjunto de acções a desenvolver em prol do desenvolvimento do município que são consideradas estruturantes no Plano Estratégico.

Quadro 40 – Acções previstas para o município de Tavira

Acções a desenvolver no município de Tavira

- Instalação de um Hospital no Concelho;
- Construção da Barragem do Alportel;
- Implementação de estabelecimento(s) de Ensino Superior;
- Conclusão do processo de restauração do Palácio da Galeria;
- Construção do Porto de Recreio;
- Remodelação do Cine Teatro/Auditório Municipal;
- Construção do Porto de Pesca de Tavira;
- Instalação de um Hotel no Quartel da Atalaia;
- Construção e desenvolvimento de Parques Empresariais no Concelho;
- Desenvolvimento de dois campos de golfe na Cumeada;
- Aumento da oferta hoteleira no concelho, através do desenvolvimento de diversos hotéis (Cumeada, Benamor, Balsense, Tavipesca);
- Construção de um complexo desportivo integrado em Tavira, através da modernização do Estádio Municipal.

Fonte: Plano Estratégico de Tavira, 2003

Este conjunto de acções ia ao encontro dos vectores estratégicos, onde as questões económica, territorial e demográfica foram contempladas. A sua concretização dotaria a cidade de uma boa rede de equipamentos que favorecerá a qualidade de vida da população local e promoverá a dinamização da estrutura económica.

Outro instrumento concelhio é o Plano de Pormenor de Pêro Gil (CMT, 2006) constitui uma proposta para uma área de intervenção, consolidando-se num tecido coeso e hierarquizado. Os princípios deste Plano conduzem à concepção de um fragmento urbano de elevada qualidade urbanística e ambiental. Na planta deste Plano de Pormenor (Anexo 15) pode-se visualizar e identificar um conjunto de espaços de apropriação pública, nomeadamente a clínica privada, os equipamentos de utilização colectiva e as unidades hoteleiras. A proposta permite a construção de diferentes tipologias edificatórias (edifícios colectivos e moradias unifamiliares) que permite atrair população social, cultural e economicamente heterogénea.

É de referir outro instrumento concelhio, o Plano de Pormenor de Expansão Norte de 1995 que nunca entrou em vigor e do Plano de Pormenor do Parque de Empresarial de Tavira em 1999 que acabou por avançar como Projecto pelo facto do processo burocrático ser mais fácil, passando a chamar-se Parque de Exposições de Tavira. De acordo com a planta deste parque, haverá um pavilhão para exposições e feiras, um anfiteatro para espectáculos e espaço para a instalação de empresas (Anexo 16). A sua existência acaba por dar resposta às carências da cidade em termos de empresariais.

A iniciativa sustentável Projecto "Mobilidade Sustentável" foi implementada pela Câmara Municipal e pelo Instituto do Ambiente com a colaboração da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Este projecto é o reflexo do 6º Compromisso de Aalborg, assinado pelos Municípios através da ANMP e visava a elaboração de Planos de Gestão de Mobilidade Sustentável, integrando a vertente da mobilidade ambiental e tecnológica (ANMP, 2007). Este projecto vai de encontro com os anseios das populações.

Este Projecto de “Mobilidade Sustentável”, ao nível dos transportes, tem como objectivos principais incentivar a deslocação a pé, alargar o circuito dos T.U.T às novas urbanizações (Figura 23), aumentar a qualidade nos transportes, promover um sistema de transportes mais eficiente para deficientes e dinamizar o alargamento da utilização dos Transportes Públicos - acesso às praias e centro da cidade.

Figura 23 - Percurso dos Transportes Públicos em Tavira



Fonte: Projecto Mobilidade Sustentável da Cidade de Tavira - CMT, 2007

O quadro seguinte apresenta os objectivos do projecto “Mobilidade Sustentável” a nível de trânsito.

Quadro 41 – Objectivos do Projecto “Mobilidade Sustentável”

Objectivos do Projecto “Mobilidade Sustentável”

- adopção de medidas de engenharia de trânsito para redução dos constrangimentos de fluidez;
- promover soluções para as zonas de conflito rodoviário;
- elaborar estudos de melhoria das condições de segurança na transposição rodoviária e pedestre da ferrovia;
- aumentar a segurança no trânsito misto (partilhado) que envolve principalmente pessoas com mobilidade reduzida;
- criar/requalificar parques de estacionamento periféricos à cidade;
- reorganizar locais de cargas e descargas e utilizar horários pré-definidos;
- implementar, sempre que possível, ciclo-vias e ciclo-faixas no sistema viário;
- disciplinar a circulação de bicicletas, veículos de tracção animal (solípedes turísticos), e comboios turísticos;
- elaborar e implementar um novo plano de sinalização informativa e direccional para a cidade;
- actualizar o cadastro de sinalização rodoviária e a hierarquização das vias;
- investir em vias pedestres (travessias, passeios, circuitos de marcha);
- promover a Educação para o Trânsito (escola fixa de trânsito, escolas de condução, escola segura P.S.P.);
- promover uma cultura de avaliação continuada dos resultados efectivos.

Fonte: CMT, 2007

Um dos objectivos deste projecto será a criação e requalificação de parques de estacionamento periféricos à cidade (Figura 24). Estão em execução cerca de 238 lugares e em projecto 575. Anteriormente, existiam somente 38 lugares e um parque provisório.

Figura 24 – Parques de estacionamento na cidade de Tavira



Fonte: Projecto Mobilidade Sustentável da Cidade de Tavira - CMT, 2007b.

A área de intervenção corresponde aproximadamente a 1/3 do Centro Histórico (Figura 21). A fase um e dois da intervenção estavam concluídas, no entanto, actualmente existem novas ideias e novos projectos para estas áreas. Para a fase três o projecto encontra-se ainda em elaboração.

Figura 25 – Área de intervenção no Centro Histórico ao nível da mobilidade

ÁREA DE INTERVENÇÃO

Centro Histórico

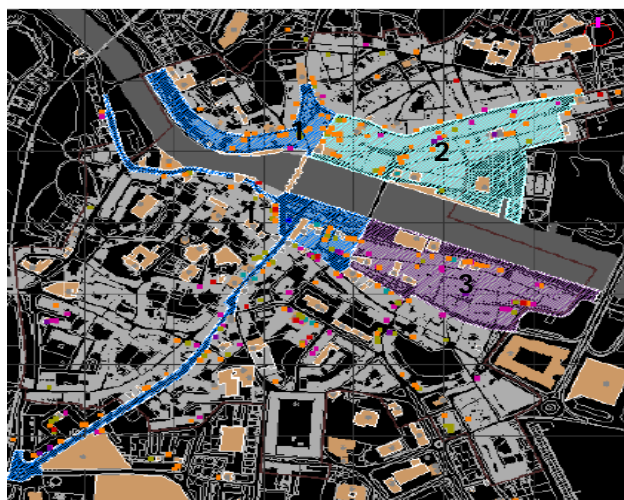
Área Total – 67 ha

Área Total de Intervenção – 15 ha

1 – Fase 1

2 – Fase 2

3 – Fase 3



Fonte: Projecto Mobilidade Sustentável da Cidade de Tavira - CMT, 2007

Outra iniciativa sustentável é a Agenda 21 Local, sendo a Universidade do Algarve a empresa consultora que está a desenvolver o estudo. Neste momento está a ser efectuado um inquérito à população e será na sequência dos resultados desta consulta pública que serão estabelecidas estratégias e prioridades e posteriormente se vai definir um plano de implementação da Agenda 21 Local.

V.3 – A execução das políticas nas cidades em estudo

V.3.1 – Nível de execução dos instrumentos implementados na cidade de Aveiro

No seguimento da análise dos instrumentos de planeamento existentes nas cidades de Aveiro e Tavira, cabe agora avaliá-los. As políticas surgem com o intuito de estabelecer estratégias e acções de carácter legislativo que resolvam os problemas com que as cidades se deparam e que ameçam a sua sustentabilidade. Procuremos então fazer uma avaliação da sustentabilidade das políticas e da sua aplicação.

Tal como apontado anteriormente, segundo o Plano Estratégico de Aveiro (CMA, 1997), o desenvolvimento da cidade assenta em três aspectos, nomeadamente numa nova dimensão de cidade assente na coesão urbana e social; na progressão da vida económica da Região, e por fim, num projecto urbano inovador que aproveite as condições geográficas, climáticas, paisagísticas e ambientais, e da presença da Ria. Neste sentido, o município aposta em dotar a cidade, tanto em termos de regulamentos como em termos de equipamentos com vista a alcançar esses mesmos propósitos para a cidade.

Através dos diferentes instrumentos e iniciativas implementados, o município tenta solucionar as fragilidades que existem na cidade. Contudo convém fazer uma avaliação daquilo que foi proposto nos vários planos e do que foi concretizado ou do que não, avaliação esta, que se procura sintetizar no quadro seguinte.

Quadro 42 – Quadro síntese de todas as acções previstas pelos diversos planos na cidade de Aveiro e a sua concretização

Acções Concretizadas	Acções Não Concretizadas
Plano Estratégico e PDM da Cidade de Aveiro	
<ul style="list-style-type: none"> - acções de requalificação do espaço urbano existente; - criação de novas áreas de expansão; - melhoria, beneficiação e construção de novos traçados; - construção de passeios, melhoria da sinalização, protecções para a circulação de peões; - construção de sistemas de captação de água e de redes de drenagem de águas residuais domésticas e industriais; - conclusão da construção de Estações de Tratamento de Águas Residuais; - promoção habitacional; - Novo Estádio do Beira-Mar; - melhoria das infraestruturas das diversas associações desportivas; - adaptação da residência do Dr. Alberto Souto a Arquivo Distrital; - na área do Côjo prevista a instalação de várias salas de espectáculo e divulgação cultural – Fórum de Aveiro; - melhoria de cobertura do Ensino Preparatório e Secundário; - requalificação da antiga Fábrica Jerónimo Pereira de Campos para a instalação de um Centro de formação Profissional e de Congressos; - transferência do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro para as imediações do Eixo Estruturante; - construção do Centro Coordenador de Transportes junto à estação da CP (necessário fazer obras); - instalação do Terminal TIF – em construção; - dinamização da Ria através da criação de percursos turísticos por barco, visitas às salinas e aproveitamento lúdico da piscicultura; - melhoria das condições das instalações das Unidades de Saúde existentes; - construção da A17; - Parque de Feiras e Exposições de Aveiro; - Parque urbano ribeirinho; - Urbanização do centro - PP do Centro (em execução); - Dinamização da mesa permanente Luso-Espanhola (A25); - Gabinete de Cidade e Conselho do Plano Estratégico; - Gabinete para a coordenação e promoção de eventos e realizações culturais e desportivas – Câmara Municipal de Aveiro; 	<ul style="list-style-type: none"> - eixo rodoviário Aveiro-Águeda (ligação do nó central da EN 109 ao nó da A17); - instalações do Aero clube de Aveiro; - instalação do Museu da Ria na antiga lota, Museu Municipal; - construção da Biblioteca Municipal; - instalação em Mamodeiro do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico; - instalação do Mercado Abastecedor em Cacia; - Bolsa de terrenos para empresas; - Centro de Negócios de Aveiro; - eixo transversal (eixo viário que ligue as freguesias de Aradas, S. Bernardo e Sta. Joana); - Pavilhão Multi-usos; - definição do perfil da estrutura logística a desenvolver em Aveiro; - Agência de Desenvolvimento Local (para a modernização da base económica de Aveiro);
PU do Programa Polis	
<p>Zona da entrada da cidade e ligação ao IP5:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ponte pedonal entre o Rossio e a margem poente; - Regeneração e reconstrução do edificado. <p>Requalificação das áreas envolventes aos Canais do Côjo e Fonte Nova, reabilitação do Mercado Manuel Firmino e Parque da Cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reabilitação e recuperação do Mercado Manuel Firmino; - Requalificação da margem norte do Canal do Côjo, entre o Mercado Manuel Firmino e o edifício da Capitania; - Requalificação dos espaços públicos envolventes ao Canal e ao Lago da Fonte Nova; - Passagem inferior à linha de caminho-de-ferro; <p>Zona envolvente do Canal de São Roque, Canal dos Botirões e Mercado do Peixe:</p>	<p>Reconversão da zona da antiga lota do Porto de Aveiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consolidação dos limites da Plataforma; - Passeio da ria e jardins temáticos; - Espaços pedonais e arruamentos internos; - Requalificação do Esteiro da Reduzia; - Parque de estacionamento público; - Área habitacional; - Área de comércio e serviços; - Instalação hoteleiras; - Edifício de equipamentos. <p>Zona da entrada da cidade e ligação ao IP5:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Praça da Água e reformulação das ligações viárias; <p>Parque central da cidade;</p> <p>Zona delimitada pelo Canal Central, Canal das Pirâmides, IP5 e TIRTIF:</p>

<ul style="list-style-type: none"> - Tratamento paisagístico e beneficiação das margens do Canal de São Roque; - Requalificação da área envolvente ao Mercado do Peixe e nas margens do Canal dos Botirões; - Reabilitação e recuperação do Mercado do Peixe. 	<ul style="list-style-type: none"> - Arruamentos de ligação e estruturação da Plataforma da Europa, Praça dos Pequenitos e Praça Multiusos; - Percursos pedonais de articulação entre a Europa dos Pequenitos/Praça Multiusos e área de estacionamento; - Espaços públicos da Praça Multiusos; - Parque de estacionamento público; - Estaleiros de construção naval; - Clubes náuticos; - Ciclovia de ligação da Europa dos Pequenitos ao centro da cidade; - Consolidação e qualificação dos percursos internos da REN; - Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental.
PP do Centro – em execução	
<ul style="list-style-type: none"> - reestruturação urbana da área central; - centro de prestações de serviços; 	
PP da Baixa de Santo António	
<ul style="list-style-type: none"> - construção de uma Praça; - estacionamento, comércio, habitação, serviços e equipamentos; 	

Aproximadamente 50% das acções previstas foram realizadas e dotaram a cidade de Aveiro e o município de infraestruturas básicas e equipamentos colectivos importantíssimos para o desenvolvimento da cidade e da região envolvente. A criação destas infraestruturas promoveu a dinamização económica, social, cultural e desportiva, da Cidade como da própria Região, contribuindo assim para a afirmação da Cidade de Aveiro, tanto no contexto nacional como ibérico (Anexo 32). As acções não concretizadas foram motivadas por razões económicas do município.

A implementação do Programa Polis ainda não terminou; contudo neste momento encontra-se parado por falta de fundos, pelo que não foram concretizadas todas as acções previstas no PU. No entanto, o Programa já concretizou algumas intervenções importantes para a cidade, nomeadamente de reabilitação e requalificação das áreas envolventes aos Canais do Côjo e Fonte Nova, reabilitação do Mercado Manuel Firmino e Parque da Cidade e da zona envolvente do Canal de São Roque, Canal dos Botirões e Mercado do Peixe. A intervenção do Programa Polis não irá resolver todos os problemas urbanos que existem na cidade, no entanto conseguiu já resolver alguns importantes, ao nível da reabilitação e a requalificação e criação de espaços públicos, requalificação das margens dos canais da Ria que contribuíram para proporcionar uma melhor qualidade de vida aos habitantes locais.

Quanto ao Projecto BUGA, um equipamento colectivo saudável e ecológico ao serviço do público, tem tido um grande sucesso junto da população local mas principalmente, dos turistas que visitam a cidade e aproveitam a bicicleta como meio de deslocação para conhecerem a cidade. Este Projecto, que se traduz numa iniciativa sustentável pelo facto de promover um tipo de mobilidade ecológica, é sem dúvida a iniciativa que mais projectou a cidade no contexto nacional e internacional.

Os instrumentos de ordenamento do território e as próprias iniciativas urbanas vão ao encontro das necessidades dos habitantes locais, no entanto, não é possível realizá-las todas de uma só vez; sendo um processo longo e contínuo. Apesar da abundância de PP existentes na cidade e zonas envolventes

nem sempre foram elaborados tendo em consideração a globalidade da área urbana, o que reflecte insuficiências em termos de relação entre eles.

V.3.2 – Nível de execução dos instrumentos implementados na cidade de Tavira

Os problemas essenciais de Tavira centram-se, para além dos aspectos económicos, noutros aspectos como a falta de infraestruturas que os instrumentos de planeamento e ordenamento do território a nível local tentam solucionar. No quadro 43 encontra-se sintetizada a avaliação do ponto de situação relativamente aos planos implementados na cidade; nomeadamente ao nível das acções concretizadas e não concretizadas.

Quadro 43 – Quadro síntese de todas as acções previstas na cidade de Tavira e a sua concretização

ACÇÕES PREVISTAS E CONCRETIZADAS	ACÇÕES PREVISTAS E NÃO CONCRETIZADAS
<ul style="list-style-type: none"> - construção do Parque de Exposições de Tavira (conclusão prevista para breve); - aumento da oferta de alojamento, equipamentos e serviços hoteleiros e turísticos - construção de quatro hotéis (Porta Nova, Vila Galé, Pousadas do Convento da Graça, Arraial Ferreira Neto); - melhorias nos arruamentos dentro da cidade e nos eixos estruturantes fora do perímetro urbano; - promoção do emprego e da formação profissional - Pólo de Tavira do IEFP; - conclusão do processo de restauração do Palácio da Galeria; - recuperação do centro histórico e qualificá-lo como Património Mundial pela UNESCO - Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira, rege as iniciativas de recuperação do centro histórico; 	<ul style="list-style-type: none"> - construção do Parque Industrial em Santa Margarida (ainda não avançou); - infraestruturas para a utilização de água da albufeira de Beliche; - construção da Barragem do Alportel - âmbito supra-municipal; - instalação de um Hospital no Concelho; - construção do Porto de Recreio; - remodelação do Cine Teatro/Auditório Municipal - previsto avançar em 2008; - construção do Porto de Pesca de Tavira; - instalação de um Hotel ou a implementação de estabelecimento(s) de Ensino Superior no Quartel da Atalaia - não irá avançar pelo facto do Quartel ter voltado a ser ocupado por forças militares; - desenvolvimento de dois campos de golfe na Cumeada; - construção de um complexo desportivo integrado em Tavira, através da modernização do Estádio Municipal. - Aumento da oferta hoteleira no concelho, através do desenvolvimento de diversos hotéis (Cumeada, Benamor, Balsense, Tavipesca) - projectos particulares que ainda não avançaram e existem problemas de legislação em Benamor e Tavipesca;

O Parque de Exposições, cuja conclusão estará para breve, dotará a cidade de espaço para a instalação de indústrias, e também, de espaço para a realização de exposições, feiras e eventos culturais. Além disso, esta infra-estrutura dotará a cidade de um espaço para a realização de eventos de carácter cultural.

Se no âmbito de projectos que promoverão o desenvolvimento económico, há também a salientar que está previsto a construção de um Parque Industrial em Santa Margarida; ao nível da falta de alojamento turístico na cidade de Tavira foram construídos quatros hotéis e está prevista a requalificação do Convento das Bernardas para Apartamentos turísticos. Existem outros projectos no âmbito da hotelaria que ainda avançaram, nomeadamente em Benamor e Tavipesca, onde existem

problemas de legislação que impedem a construção. Todos estes projectos poderão criar alguma estabilidade económica à cidade pelo facto de gerar mais emprego.

Com vista à formação da população local, o Instituto de Emprego e Formação Profissional construiu um Pólo em Tavira, que contribuirá para a qualificação profissional e consequentemente contribuir para o seu desenvolvimento e para a consolidação da estrutura económica local.

Em relação às infra-estruturas o município também fez melhorias ao nível dos arruamentos dentro da cidade e nos eixos estruturantes fora do perímetro urbano e ao nível do abastecimento de água e saneamento básico. Em termos desportivos prevê-se a modernização do Estádio Municipal, que permitirá reduzir a carência da cidade a este nível.

Ao nível da preservação do Centro Histórico de Tavira, a Câmara tem desenvolvido ao longo dos últimos anos na área do património algumas acções, nomeadamente a criação do Gabinete Técnico Local do Centro Histórico de Tavira - através do Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), actual Divisão de Património e Reabilitação Urbana (DPRU), que integra o Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Tavira; cuja função é gerir e planear o Centro Histórico, em articulação com os outros serviços municipais e entidades exteriores ao município. No período de 1998 a 2004, a experiência do RECRUA no concelho de Tavira concentradas no perímetro do Centro Histórico e na área crítica de recuperação e reconversão urbanística, registou um conjunto de intervenções num total de 56 fogos habitacionais e 25 de outro uso (CMT, 2007).

Com vista a recuperação e renovação do Centro Histórico de Tavira, e numa tentativa de salvaguardar o património cultural construído e arqueológico foram realizadas algumas obras, presentes no quadro seguinte. Contudo, uma vez que a reabilitação do Centro Histórico de Tavira é um processo moroso, ainda se encontram algumas obras em curso.

Quadro 44 – Reabilitação do Centro Histórico de Tavira

Intervenções realizadas	
Espaço público	Procurou-se que o peão assumisse um papel central: <ul style="list-style-type: none"> - área envolvente ao Mercado da Ribeira; - zona da Vila-a-Dentro, assumindo carácter pedonal; - alargamento das zonas pedonais nas áreas comerciais e de serviços: Rua Estácio da Veiga, Travessa D. Brites e Rua Dr. António Cabreira; - requalificação e criação de acessos exclusivos e directos ao Castelo de Tavira: calçada dos Sete Cavaleiros e a escada lateral ao edifício Irene Rolo; - criação de uma única faixa de rodagem em eixos centrais no largo de Santa Ana e nas ruas da Liberdade e Tenente Couto;
Frente de Rio	<ul style="list-style-type: none"> - requalificação da Rua Dr. José Pires Padinha e da área envolvente ao futuro núcleo interpretativo do abastecimento de água na Rua Gonçalo Velho; - requalificação da Rua João Vaz Corte Real; - requalificação da Praça da República;
Vila-a-Dentro	<ul style="list-style-type: none"> - destinar esta área ao uso exclusivo ao peão e condicionar a circulação automóvel apenas para os residentes; - valorização das zonas envolventes aos edifícios de valor arquitectónico como a valorização do espaço do antigo solar dos Corte-Real e requalificação da zona envolvente ao Palácio da Galeria; - remodeladas as redes de infraestruturas em toda a zona, procedendo-se ao enterramento de todas as passagens aéreas de cablagens existentes e a um estudo luminotécnico das fachadas dos edifícios notáveis;
Área envolvente à	<ul style="list-style-type: none"> - projecto integrado de desenvolvimento turístico das Muralhas do Castelo desenvolve-se na zona a norte do casco urbano antigo de Tavira, fronteiro à Vila-a-Dentro - reorganização e

Vila-a-Dentro	reajustamento de alguns equipamentos existentes degradados, reconvertendo-os em áreas de lazer e estadia, áreas verdes; - valorização da calçada de Santa Maria como via de circulação automóvel de um sentido; - criação de uma bolsa de estacionamento arborizada; - beneficiação do campo de jogos; - infraestruturas de saneamento, iluminação, mobiliário urbano, informação e sinalética;
Equipamentos estruturantes	Equipamentos culturais: - Palácio da Galeria; - Ermida de santa Ana; Equipamentos turísticos: - Mercado da Ribeira; Pousada da ENATUR - Convento de Nossa Senhora da Graça; - Torre de Tavira – Câmara Escura; Equipamentos educacionais: - Arquivo histórico municipal; - Biblioteca Municipal Álvaro de Campos; - Centro de Ciência Viva e Centro de Educação Ambiental; Equipamentos administrativos - Edifício Irene Rolo e Casa André Pilarte;
Intervenções a realizar	
Equipamentos estruturantes	Nível turístico e habitacional - readaptação e reabilitação do antigo edifício do Orfeão a Pousada da Juventude; - recuperação e adaptação do Convento de Nossa Senhora da Piedade a condomínio privado habitacional; Nível cultural/educacional - adaptação da cave da Pensão Netos – Hotelaria e terreno do solar dos Corte-Real a Núcleo Museológico Fenício; - adaptação da antiga agência do banco nacional Ultramarino a Núcleo Museológico Islâmico; - reconversão do actual Cine-Teatro António Pinheiro e Auditório Municipal; - construção do Centro de Arte Contemporânea no terreno confinante ao Palácio da Galeria; - adaptação do edifício do Serviço Municipal de Higiene e Limpeza a Galeria Municipal; - recuperação e reabilitação do antigo reservatório de água e estação elevatória das águas, na Rua dos Pelames para instalação do Núcleo Interpretativo do Abastecimento de Água a Tavira; - Reabilitação da Ermida de São Sebastião a Núcleo Museológico de valorização do património artístico existente; - reabilitação e adaptação da Ermida de São Roque a Serviço de Arqueologia, Conservação e Restauro; Nível social - construção/ampliação do antigo Hospital da Misericórdia para Unidade de Apoio Integrado de Tavira; Recuperação e ampliação da Sede dos Escuteiros para instalação do Centro Paroquial;
Obras Particulares e apoio técnico	Os Serviços Municipalizados, e em especial a DPRU, prestam apoio a proprietários necessitam na formulação das respectivas pretensões, quer através de informações sobre as prescrições dos instrumentos de planeamento em vigor ou através de sugestões quanto à melhor adequação das soluções propostas com a envolvente;

Fonte: CMT, 2007a.

CAPÍTULO VI – QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES – A PERSPECTIVA DOS HABITANTES

A sustentabilidade urbana, provém de um modo de gestão urbana local sustentável, tendo sempre presentes os vectores do desenvolvimento sustentável, contribui para a qualidade de vida urbana, ou seja para o bem-estar dos cidadãos, uma vez que este está associado à sensação de bem-estar tanto ao nível físico como mental. A qualidade de vida nas cidades está intimamente associada a um modo de vida urbana sustentável, com comunidades locais também elas sustentáveis. Actualmente, verifica-se uma forte preocupação com a qualidade de vida nas cidades, sendo um dos objectivos principais em todas as iniciativas e políticas de planeamento e de gestão do território, em especial nas cidades.

De modo a avaliar as condições existentes nas cidades em estudo, foram realizados 100 inquéritos, 50 em cada cidade em estudo, onde foi tido em consideração as condições ambientais, as condições económicas, as condições materiais colectivas e a sociedade (Anexo 17), abrangendo simplesmente população adulta, ou seja, indivíduos com mais de 18 anos.

O inquérito foi lançado entre Julho e Setembro de 2007 na cidade de Tavira e em Setembro de 2007 na cidade de Aveiro. Há a destacar as inúmeras recusas de resposta ao questionário por parte dos habitantes de ambas as cidades e a distância entre as duas cidades em estudo que tornaram este processo de recolha de informação mais moroso.

VI.1 – Caracterização dos inquiridos

Dos 100 inquéritos realizados aleatoriamente, obtiveram-se 66% inquiridos do sexo feminino contra 34% do sexo masculino. Em ambas as cidades em estudo, os inquiridos são na sua maioria do sexo feminino com 72% e 66% respectivamente.

Da leitura do quadro seguinte pode concluir-se, em termos gerais, que em relação à estrutura etária, trata-se na sua maioria de jovens adultos, entre os 26-35 anos (33%), destacando-se no entanto outros dois grupos: os adultos entre os 46 e 55 anos (25%) e os adultos com idades compreendidas entre os 36 e 45 anos (21%).

Relativamente ao nível de instrução dos inquiridos, não varia muito entre as cidades em estudo. Dos inquiridos, 58% possuem o ensino básico e secundário e 41% de níveis de ensino superior, nomeadamente, 29 % de licenciados, 9% de bacharéis e 3% com mestrado. Os 1% dos inquiridos, pertencentes ao grupo etário dos 65 e mais anos, não possuem habitações literárias. O facto de se verificar uma percentagem significativa de inquiridos com habilitações superiores está intimamente relacionado com as idades dos mesmos que estão compreendidas entre os 26 e os 45 anos, sendo população relativamente jovem onde as habitações são mais elevadas.

Do total de inquiridos, 81% corresponde a população activa que exerce uma actividade profissional, dos quais somente 2% estavam desempregados, e 19% de população não activa, que inclui os reformados (3%) e estudantes (16%).

Quadro 45 - Caracterização dos inquiridos das cidades em estudo

		Cidades		Total Geral
		Aveiro %	Tavira %	%
Sexo	Masculino	28	34	34
	Feminino	72	66	66
Grupos etários	< 25 anos	20	6	13
	26-35 anos	26	40	33
	36-45 anos	22	20	21
	46-55 anos	30	20	25
	56-64 anos	2	12	7
	65 ou mais anos	0	2	1
Instrução	Analfabeto	0	2	1
	1º ciclo	6	4	5
	2º ciclo	0	12	6
	3º ciclo	10	16	13
	Secundário	42	26	34
	Bacharelato	10	8	9
	Licenciado	28	30	29
	Mestrado	4	2	3
Doutoramento	0	0	0	

Fonte: Inquérito aos habitantes das cidades em estudo - 2007

De acordo com a Classificação Nacional de Profissões (CNP - 1994) (Quadro 46), os inquiridos são sobretudo *peçoal dos serviços e vendedores* (ex. empregados de balcão, empregada comercial, auxiliares de educação...), licenciados, especialmente *especialistas das profissões intelectuais e científicas* (ex. engenheiros, professores ensino secundário, arquitectos, enfermeiros...), como *técnicos e profissionais de nível intermédio* (ex. professores ensino básico, contabilistas...).

Os níveis de instrução intermédios (ensino secundário) estão associados, na maioria das vezes, ao *peçoal administrativo e similares* como administrativos, funcionários judiciais, livreiros.

Com níveis mais baixos de instrução temos sobretudo os *operários, artífices e trabalhadores similares* como operários e oleiros.

Quadro 46 – Situação na profissão

Situação na profissão	Classificação Nacional de Profissões							Total Geral
	2	3	4	5	7	11	12	
Patrão				2				2
Trabalhador por conta própria				10			1	11
Trabalhador por conta outrem	29	6	7	22	3		1	68
Trabalhador independente		1						2
Trab. Familiar Não Remunerado								0
Não se aplica		1	1			16		17
Total Geral	29	8	8	34	3	16	2	100

Fonte: Inquérito aos habitantes das cidades em estudo - 2007

Legenda:

Classificação Nacional de Profissões, Versão 1994 (Nível 1)

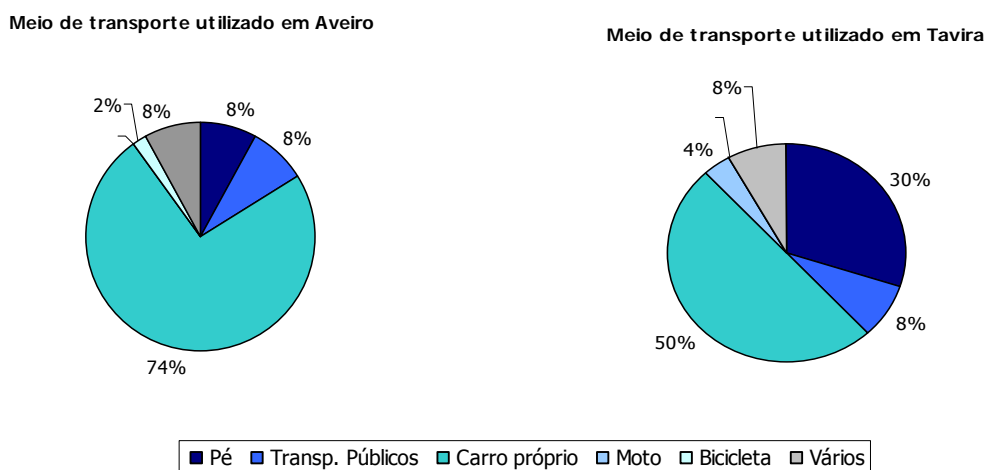
1. Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas
2. Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas
3. Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio
4. Pessoal Administrativo e Similares
5. Pessoal dos Serviços e Vendedores
6. Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas
7. Operários, Artífices e Trabalhadores Similares
8. Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem
9. Trabalhadores não Qualificados
10. Membros das Forças Armadas
11. Não se aplica (se o inquirido não é activo)
12. Não Respondeu

Quanto ao local de trabalho ou de estudo, mais de 90% dos inquiridos em ambas as cidades fazem-no na cidade onde vivem. O meio de transporte mais utilizado (Figura 26) em ambas as cidades em estudo é o carro próprio, verificando-se uma percentagem superior de utilização do mesmo em Aveiro com 74% em relação a Tavira com 50%. Este facto está plenamente enquadrado na realidade do país e a comprovar esta situação, o resultado de um inquérito divulgado pela Comissão Europeia que refere que o automóvel é o meio de transporte preferido dos portugueses (56,3%), acima da média comunitária de 51,4% (PEREIRA, 2007).

Em Aveiro, em segundo lugar de utilização encontra-se a deslocação a pé (8%), o transporte público - autocarro (8%) e a utilização de vários meios de transporte (8%). Em terceiro lugar, a bicicleta, o meio de transporte mais sustentável é somente utilizado por 2% dos inquiridos, sendo uma percentagem muito baixa, pelo facto de, em Aveiro existir o Projecto BUGA que faculta a utilização gratuita da bicicleta. Este facto é comprovado pela Comissão Europeia que assegura que *Portugal é dos países da União Europeia onde menos se utiliza a bicicleta como principal meio de transporte, com apenas 1% dos portugueses a pedalar no dia-a-dia* (PEREIRA, 2007). A bicicleta continua a não ser eleita como meio de transporte para as actividades diárias e sim para os momentos de lazer ou desporto.

Já em Tavira a deslocação a pé encontra-se em segundo lugar com 30%, seguida do transporte público – autocarro e de vários meios de transporte com 8%. Em quarto lugar encontra-se a utilização da moto com 4%. É de salientar que a percentagem de inquiridos que se desloca a a pé é superior em Tavira (30%) do que em Aveiro (8%). A justificação pretende-se com o facto da cidade de Tavira ser de menor dimensão, logo as distâncias a percorrer são menores, fomentando assim a deslocação a pé da população local.

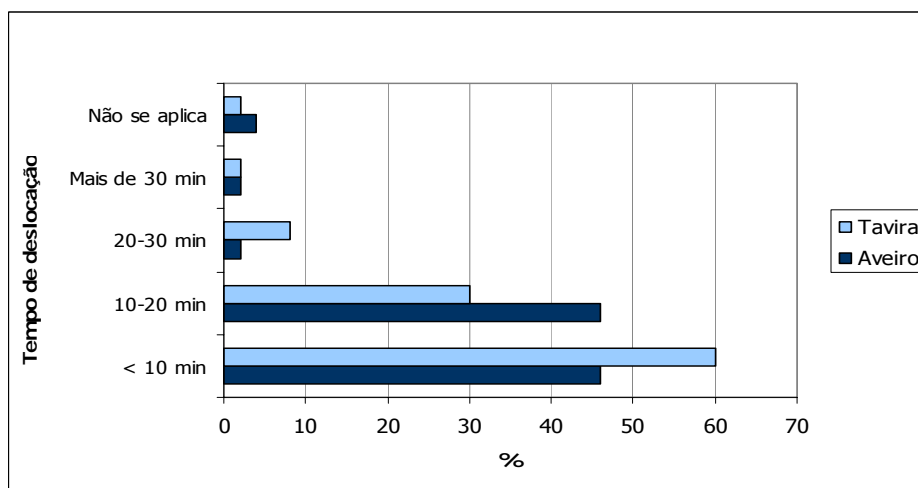
Figura 26 – Meios de transporte utilizados pelos inquiridos



Fonte: Inquérito aos habitantes das cidades em estudo – 2007

Segundo a figura 27, mais de metade dos inquiridos em Tavira (60%) demora menos de 10 minutos no tempo de deslocação de casa para o trabalho ou estudo. Já na cidade de Aveiro, a percentagem situa-se nos 45%. Segue-se aqueles que gastam entre 10 a 20 minutos nas suas deslocações e que representam 45% dos inquiridos em Aveiro e 30% em Tavira. Aqueles que perdem mais de 20 minutos em deslocações correspondem a 10% em Tavira e a 4% em Aveiro.

Figura 27 – Duração média do tempo de ida para o trabalho ou estudo



Fonte: Inquérito aos habitantes das cidades em estudo – 2007

De acordo com o quadro 47, ao confrontarmos o tempo de deslocação com o meio de deslocação, conclui-se que, a maior parte dos inquiridos que demoram até 20 minutos utilizam o carro próprio como meio de deslocação, destacando que 51% demoram menos de 10 minutos e 36% demoram entre 10 a 20 minutos. Estes 36% correspondem aos inquiridos que vivem nos arredores da cidade, perdendo mais tempo nas deslocações diárias. A grande maioria dos inquiridos que se deslocam a pé,

o tempo que demoram no percurso é inferior a 10 minutos. Em termos gerais, os inquiridos não perdem muito tempo nas deslocações e o carro próprio é o meio de deslocação mais utilizado.

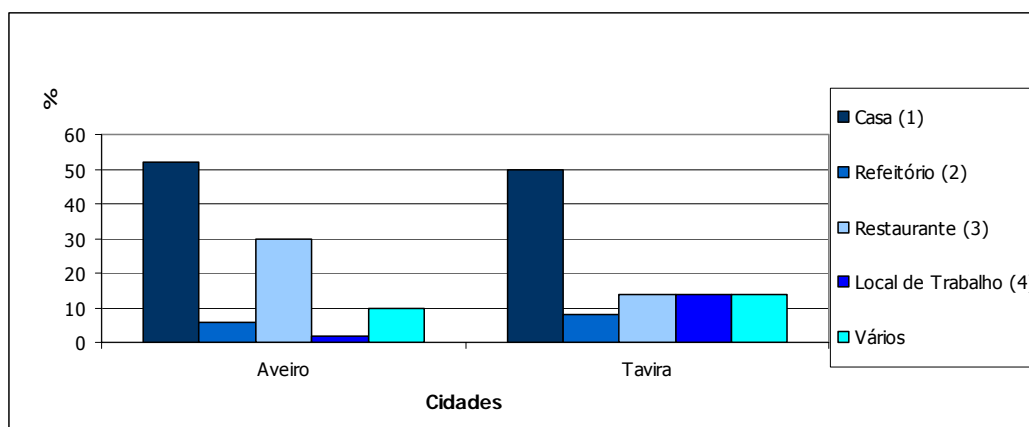
Quadro 47 – Tempo de deslocação e meio de deslocação

Tempo de deslocação	Meio de deslocação						Total Geral	
	Pé	Autocarro	Carro	Moto	Bicicleta	Vários	Nº	%
Menos de 10 min	10		34	2	1	4	51	51
10-20 min	4	4	25			3	36	36
20-30 min	1	4					5	5
Mais de 30 min	1		1				2	2
Não se aplica	2		3			1	6	6
Total Geral	18	8	63	2	1	8	100	100

Fonte: Inquérito aos habitantes das cidades em estudo – 2007

Aproximadamente 90% dos inquiridos trabalham na cidade ou no concelho onde residem, não é de surpreender que 50% da população inquirida em ambas as cidades almoce em casa (Figura 28). Este facto é de extrema importância para o bem-estar dos inquiridos. Para além de almoçarem em casa, os inquiridos de Aveiro almoçam em restaurantes (30%), tanto em casa como refeitório (10%), refeitório (6%) e no local de trabalho (2%) – trazem comida de casa. Já em Tavira, os inquiridos optam por almoçar como segunda opção, no restaurante e no local de trabalho com 14 %. Segue-se o refeitório com 8 %. Por vezes, os inquiridos optam por almoçar em vários locais, nunca tendo um sítio fixo para almoçar, e estes representam 14%.

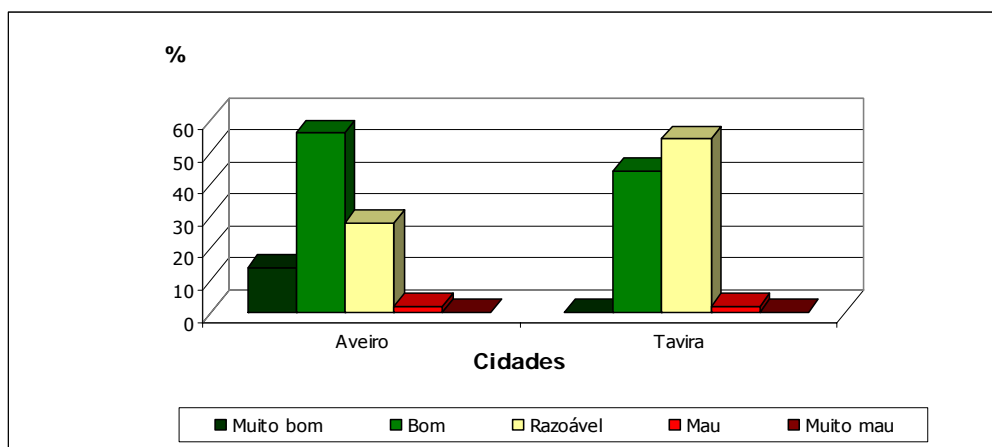
Figura 28 – Locais onde almoçam os inquiridos



Fonte: Inquérito aos habitantes das cidades em estudo – 2007

Um elemento fundamental para avaliar o bem-estar dos inquiridos passa pela análise do seu estado de saúde (Figura 29). Na cidade de Aveiro, 14% dos inquiridos considera muito bom, 56% considera-o bom, 28% razoável e 2% como mau. Relativamente a Tavira, 44% dos inquiridos considera bom o seu estado de saúde, 54% considera-o razoável e somente 2% mau. Em termos gerais o estado de saúde dos inquiridos em ambas as cidades é satisfatório, apresentando níveis mais elevados em Aveiro do que em Tavira.

Figura 29 – Estado de Saúde dos inquiridos



Fonte: Inquérito aos habitantes das cidades em estudo – 2007

VI.2 – Práticas culturais dos inquiridos

As práticas culturais estão associadas ao tempo livre resultante da actividade profissional. O quadro 48 apresenta algumas práticas culturais e a frequência por parte dos inquiridos. Das actividades legitimadas socialmente como culturais - teatro, exposições e museus, aproximadamente 50% dos inquiridos têm uma frequência muito fraca, pelo facto de só realizar estas actividades de vez em quando. Os outros 50% dos inquiridos responderam nunca. Excepção ao cinema, cerca de 30% dos inquiridos em Aveiro e 16% em Tavira têm por hábito ir uma ou duas vezes ao cinema por mês. A percentagem de inquiridos que nunca vai ao teatro situa-se aproximadamente nos 50%, um valor bastante elevado. Já a percentagem de inquiridos que assume nunca ir ao cinema é baixa, situando-se entre os 6% em Tavira e 14% em Aveiro. O número de idas a actos religiosos é a prática que apresenta uma maior assiduidade por parte dos inquiridos em ambas as cidades em estudo. Em Tavira cerca de 18% dos inquiridos tem o costume de praticar actos religiosos semanalmente e 42% fazem-no de vez em quando. Em Aveiro o valor desta prática semanal é inferior, ficando pelos 8%, no entanto cerca de 42% dos inquiridos fazem-no de vez em quando.

Relativamente à aquisição de jornais locais ou nacional, entre 20% a 36% dos inquiridos de ambas as cidades têm o hábito de comprar os jornais, uma ou duas vezes por semana e entre 20% a 46% fazem-no de vez em quando. Quanto às actividades desportivas os inquiridos de Aveiro assistem 26% semanalmente, 6% mensalmente e 32% de vez em quando. Já em Tavira, 10% fazem-no semanalmente, 14% mensalmente e 40% de vez em quando. Aproximadamente 30% dos inquiridos em ambas as cidades assume que nunca assiste a actividades desportivas.

Quanto a actividades de entretenimento, temos o número de idas a discotecas que cerca de 50% dos inquiridos tem por hábito ir de vez em quando, no entanto aproximadamente 10% vai uma a duas

vezes por vezes. Há a salientar que cerca de 35% dos inquiridos não frequenta estes espaços de divertimento nocturno.

Quadro 48 – Práticas culturais

Práticas culturais	Aveiro					Tavira				
	1	2	3 %	4	5	1	2	3 %	4	5
Teatro	0	0	42	54	4	0	6	40	46	8
Discoteca	0	10	50	38	2	2	8	42	36	12
Cinema	0	30	54	14	2	6	16	66	6	6
Religião	8	2	42	46	2	18	6	42	26	8
Exposição e museus	0	4	68	26	2	0	6	64	24	6
Jornal regional	36	10	20	34	0	22	8	36	30	4
Jornal nacional	28	8	46	18	0	26	8	34	26	6
Desporto	26	6	32	34	2	10	14	40	32	4

Fonte: Inquérito aos habitantes das cidades em estudo – 2007

Legenda:

1 - 1/2 semana 2 - 1/2 mês 3 - Algumas vezes 4 – Nunca 5 - Não responde

O quadro seguinte permite-nos obter uma análise às cidades onde os inquiridos praticam as suas actividades culturais. Relativamente às práticas culturais a maior parte delas são realizadas na cidade onde os inquiridos vivem, nomeadamente a religião, a aquisição de jornais, discoteca e o desporto. Em relação à prática do teatro e cinema, os inquiridos, principalmente os de Aveiro, fazem-no na cidade onde vivem, recorrendo também à cidade do Porto, pela diversidade da oferta cultural. Já os inquiridos de Tavira, em relação à prática do teatro e cinema, optam principalmente pela cidade de Faro, uma vez que esta possui uma maior oferta cultural e boas infraestruturas.

Quadro 49 – Locais onde os inquiridos praticam as actividades culturais

	Locais	1	2	3	4	5	Total Geral		Locais	1	2	3	4	5	Total Geral
		%								%					
Teatro	Aveiro			24			24	Religião	Aveiro	6		33			39
	Tavira		2	8			10		Tavira	13	2	20			35
	Faro		2	12			14		Faro		2				2
	Lisboa			4			4		NR	2	3	12		8	25
	Porto			6			6		Aveiro		3	20			23
	NR			16		12	28		Tavira		1	8			9
	TVR/FR/LSB		2	2			4		Região		3	17			20
	AVR/Porto			10			10		País			7			7
Discoteca	Aveiro		6	35			41	Exposições/Museus	Estrangeiro			3			3
	Tavira		2	10		2	14		País/Estrangeiro			7			7
	Faro			5			5		Região/LSB			4			4
	Albufeira			3			3		Região/Estrangeiro			1			1
	NR	2	3	11		10	26		NR			21		5	26
	TVR/FR/ALB		3	3			6		Aveiro	21	7	21			49
	AVR/Porto			5			5		Tavira	7	4	8			19
									NR	9	3	17		3	32
Cinema	Aveiro		16	27			43	Jornais	Aveiro	18	4	21			43
	Tavira		1	9			10		Tavira	7	6	6			19
	Faro	1	3	17			21		TVR/Faro			1			1
	AVR/Porto			2			2		TVR/Faro/LSB		3	1			4
	TVR/Faro		1	3			4		AVR/Porto	1					1
	ALB/Faro	2	1				3		AVR/CBR	1		1			2
	NR		3	9		4	16		NR	1	1	22		4	28
									Desporto						

Fonte: Inquérito aos habitantes das cidades em estudo – 2007

Legenda:

TVR – Tavira	FR – Faro	LSB – Lisboa	AVR – Aveiro	ALB – Albufeira	NR – Não Respondeu
1 – ½ vez(es) por semana	2 – ½ vez(es) por mês	3 – De vez em quando	4 – Nunca	5 – Não Respondeu	

VI.3 – Consumo, formas de ocupar o tempo livre e a aquisição de serviços

Neste estudo considerou-se que a vivência do dia-a-dia diz respeito a tudo aquilo que nós fazemos habitualmente. Assim, o quadro 50 apresenta as vivências do dia-a-dia dos inquiridos nas duas cidades. No dia-a-dia, como primeira opção os inquiridos de Aveiro optam por estar em casa com os familiares/amigos (56%), ficar em casa (34%) e outras actividades (4%). Já em Tavira os valores assemelham-se. Como segunda opção, os inquiridos de Aveiro optam por ficar em casa (32%), desporto (28%) e estar em casa com os familiares/amigos (14%). Os inquiridos de Tavira como segunda forma de ocupar o tempo livre optam por estar com amigos/familiares (32%), ficar em casa (26%) e praticar desporto (12%). A terceira forma de ocupação assenta em actividades realizadas fora de casa como ir ao centro comercial, café e praticar desporto. A primeira e segunda forma de ocupação do dia-a-dia correspondem a actividades do lar e estar com os familiares, no entanto a terceira já representa a ocupação do tempo livre em actividades de lazer. É de salientar a presença do

desporto como segunda e terceira opção dos inquiridos, relevando assim a importância desta actividade no bem-estar físico e emocional dos inquiridos.

Quadro 50 – Vivências do dia-a-dia

Dia-a-dia	Aveiro			Tavira		
	1º	2º %	3º	1º	2º %	3º
Fica em casa	34	32	10	30	26	12
Está com os familiares/amigos	56	14	0	48	32	2
Sozinho	0	2	4	2	2	10
Café	2	10	20	6	8	20
Centro Comercial	0	2	28	0	6	22
Desporto	0	28	12	6	12	14
Outras actividades	4	0	4	6	8	12
Não responde	4	12	22	2	6	8
Total Geral	100	100	100	100	100	100

Fonte: Inquérito aos habitantes das cidades em estudo - 2007

Como outras actividades do dia-a-dia dos inquiridos destacam-se o restauro de antiguidades, a jardinagem, o artesanato, o bordar e o passeio pela praia e de barco. Em termos desportivos, os inquiridos que praticam desporto elegem as seguintes modalidades: atletismo, marcha, aeróbica, ciclismo, ginástica, hidroginástica, futebol, voleibol, basquetebol, pesca, e por último, a caminhada.

Quanto aos locais de consumo alimentar e de higiene, é de referir que segundo o quadro 51 os inquiridos de Aveiro efectuem as suas compras principalmente no hipermercado (54%), em vários locais (26%), e por último, no supermercado (20%), no entanto, em Tavira os inquiridos optam pelo supermercado (52%), no hipermercado (22%) e em vários locais (22%). Os inquiridos de ambas as cidades compram o vestuário em lojas franqueadas (38%), em vários locais (36%) e no comércio tradicional (18%), destacando-se a escolha dos aveirenses para as lojas franqueadas (48%) e dos tavirenses para vários locais (44%). O facto dos inquiridos aveirenses adquirirem os bens de consumo nas grandes superfícies/centro comerciais está relacionado com a grande oferta comercial da cidade a este nível.

Relativamente às cidades onde os inquiridos efectuem as suas compras, os locais variam consoante o tipo de produto adquirido. Os produtos alimentares e de higiene são adquiridos na cidade onde vivem, no entanto os inquiridos de Tavira também recorrem significativamente a Faro, à procura de uma maior diversidade de produtos, e por último, Olhão e Espanha. A grande maioria dos inquiridos de Aveiro efectuem as compras de vestuário na cidade, no entanto, alguns deles também se deslocam ao Porto. Os inquiridos de Tavira adquirem o seu vestuário, fundamentalmente em Faro, onde existe uma maior diversidade de lojas franqueadas e em Albufeira, no entanto alguns também o fazem em Tavira, nas lojas de comércio tradicional.

Quanto à utilização de serviços relacionados com a saúde, cerca de 84% dos inquiridos em Aveiro fazem-no na sua cidade e apenas 8% vai ao Porto e os outros 8% vão tanto a Aveiro como a Coimbra. Em Tavira, 62% dos inquiridos procura médicos especialistas na cidade, 28% em Faro, 6%

em Faro e Lisboa e os restantes 4% fazem-no tanto em Tavira como em Faro. A cidade de Aveiro revela-se muito mais autónoma neste aspecto em relação a Tavira. Para este facto contribui o estatuto da cidade ser capital de distrito, a dimensão da cidade, o número de habitantes e não excluindo o próprio dinamismo da cidade em termos demográficos como económicos.

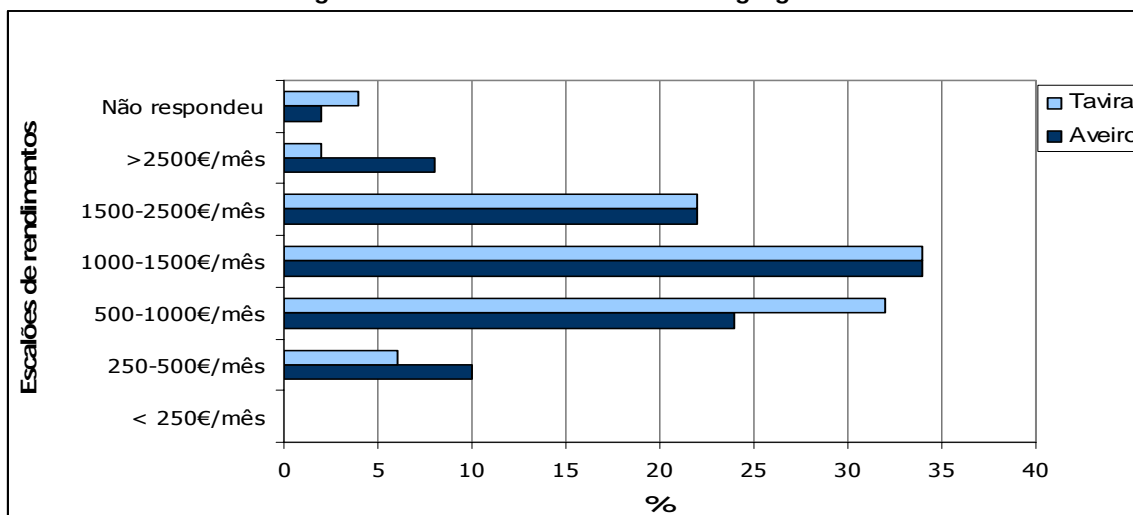
Quadro 51 – Hábitos de consumo

Locais de consumo		Aveiro	Tavira	Total Geral
		%		
Alimentação	Mercearia	0	4	2
	Supermercado	20	52	36
	Hipermercado	54	22	38
	Vários	26	22	24
	Total Geral	100	100	100
Higiene	Mercearia	0	2	1
	Supermercado	20	54	37
	Hipermercado	52	24	38
	Vários	28	20	24
	Total Geral	100	100	100
Vestuário	Comércio tradicional	20	16	18
	Lojas franquizadas	48	28	38
	Feira/mercado		2	1
	Hipermercados	4	8	6
	Venda por catálogo		2	1
	Vários	28	44	36
	Total Geral	100	100	100

Fonte: Inquérito aos habitantes das cidades em estudo - 2007

Em relação ao rendimento do agregado familiar dos inquiridos, é possível identificar que aproximadamente 34% do total de agregados familiares tem rendimentos entre os 1000 e 1500€/mês. Cerca de 8% dos agregados familiares tem rendimentos abaixo dos 500€ mensais. Com rendimentos superiores a 2500€/mês, destaca-se sobretudo a cidade de Aveiro, com uma percentagem mais elevada em relação a Tavira (Figura 30). Os rendimentos superiores estão associados a inquiridos com níveis de instrução mais elevados. Por outro lado, os rendimentos mais baixos associam-se aos agregados familiares que possuem níveis de instrução inferiores ao secundário.

Figura 30 – Rendimento mensal do agregado familiar



Fonte: Inquérito aos habitantes das cidades em estudo - 2007

VI. 4 – O estado das cidades na perspectiva dos seus habitantes

A qualidade de vida nas cidades está presente nos desejos e aspirações dos seus cidadãos e envolve as condições e modos de vida das pessoas que nelas habitam, trabalham e circulam. Neste sentido, procurou-se de algum modo avaliar o actual estado das cidades em estudo e as aspirações dos seus habitantes. Assim, foi pedido aos inquiridos que seleccionassem os aspectos que agradavam mais, os que desagradavam e aquilo que fazia falta à cidade.

A grande maioria dos inquiridos gosta da cidade onde vive, uma vez que se sentem bem em viver nela. Acham que ela proporciona o fundamental para a satisfação das suas necessidades. Somente 2% em Aveiro e 6% em Tavira estão insatisfeitos com a cidade onde vivem.

O quadro seguinte permite-nos obter uma análise aos aspectos que mais agradam aos inquiridos na cidade onde vivem. Quando questionados sobre os quatro aspectos que mais lhe agradam verificamos que os aspectos mais seleccionados pelos inquiridos em ambas as cidades são: localização geográfica das cidades (18%), características físicas do território (17%), qualidade do espaço físico (17%) e qualidade das vias e arruamentos (14%). Os factores naturais como o relevo, o clima, o solo e a localização geográfica são alguns dos que contribuem para a fixação de população nestas duas cidades. Ainda que os factores naturais sejam importantes, são os factores de ordem humana os que, na actualidade exercem uma maior influência na distribuição/fixação da população, nomeadamente a qualidade do espaço físico das cidades, como a sua arquitectura, habitação, a paisagem urbana e o património edificado contribuem para a qualidade de vida no espaço urbano, ou seja para o bem-estar dos cidadãos.

Quadro 52 – Aspectos que mais agradam nas cidades em estudo

Aspectos que agradam	Aveiro		Tavira		Total Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Características físicas do território	27	14	40	20	67	17
Localização geográfica	41	21	30	15	71	18
Qualidade do espaço físico	33	17	36	18	69	17
Qualidade das vias e arruamentos	27	14	28	14	55	14
Qualidade e quantidade dos espaços públicos	23	12	18	9	41	10
Preço da habitação	4	2	1	1	5	1
Diversidade na oferta cultural e de lazer	1	1	6	3	7	2
Dinamismo económico	9	5	2	1	11	3
Oferta de equipamentos/serviços associados à qualidade de vida	8	4	7	3	15	4
Segurança pública	26	13	22	11	48	12
Não respondeu	1	1	10	5	11	3
Total Geral	200	100	200	100	400	100

Fonte: Inquérito aos habitantes das cidades em estudo - 2007

Outro aspecto humano prende-se com a qualidade das vias e arruamentos, elemento fulcral para as deslocações pendulares, pelo facto de encurtarem as distâncias, facilitando assim a mobilidade de pessoas e de bens e o desenvolvimento das actividades económicas. Este aspecto é cada vez mais importante nas sociedades modernas, uma vez que a mobilidade populacional está intimamente associada ao progresso da sociedade.

Apesar da grande maioria dos inquiridos gostarem da cidade onde vivem, as cidades em questão continuam ainda com alguns aspectos negativos. Como é possível observar no quadro 53, tendo cada inquirido apontado quatro problemas são vários os problemas identificados. Assim, na cidade de Aveiro os quatro problemas mais identificados foram os seguintes: poluição atmosférica e sonora (12%), desemprego (11%), degradação do edificado no Centro Histórico (10%) e insuficiência/ineficácia dos transportes públicos (10%). Na cidade de Tavira os mais identificados foram os seguintes: falta de zonas verdes/caminhos pedonais (12%), desemprego (12%), pressão urbanística sobre os ecossistemas (9%), congestionamentos e problemas de trânsito (8%), insuficiência/ineficácia dos transportes públicos (8%). As cidades em estudo apresentam dois problemas em comum, o desemprego e a insuficiência/ineficácia dos transportes públicos.

Dos problemas identificados nas cidades, o desemprego é aquele que não está sob o domínio dos municípios, pelo facto, de estar dependente da conjuntura económica do país e, consequentemente, da região onde a cidade está inserida.

Quadro 53 – Aspectos que mais desagradam nas cidades

Problemas das cidades	Aveiro		Tavira		Total Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Saturação das infraestruturas físicas	8	4	8	4	16	4
Saturação das infraestruturas sociais	6	3	11	6	17	4
Insuficiência/ineficácia dos transportes públicos	19	10	15	8	34	9
Congestionamentos e problemas de trânsito	7	4	15	8	22	6
Degradação do edificado no Centro Histórico	19	10	13	7	32	8
Bairros clandestinos	0	0	0	0	0	0
Envelhecimento populacional	13	7	11	6	24	6
Deslocações pendulares	6	3	7	4	13	3
Desemprego	22	11	23	12	45	11
Insegurança dos cidadãos	4	2	2	1	6	2
Falta de zonas verdes/caminhos pedonais	18	9	23	12	41	10
Poluição atmosférica e sonora	23	12	2	1	25	6
Pressão urbanística sobre os ecossistemas	16	8	17	9	33	8
Descaracterização da cidade	13	7	14	7	27	7
Falta de infraestruturas básicas	9	5	2	1	11	3
Não respondeu	17	9	37	19	54	14
Total Geral	200	100	200	100	400	100

Fonte: Inquérito aos habitantes das cidades em estudo – 2007

Os problemas mais referidos pelos inquiridos já não dizem respeito às necessidades humanas básicas, ou seja, aspectos de natureza basicamente física e infraestrutural, como por exemplo, abastecimento de água, saneamento básico, habitação. Há a salientar que os inquiridos mais idosos, em ambas as cidades referiram a falta de infraestruturas básicas (3%) como um dos aspectos que lhes desagradava, pelo facto de sentirem a falta de casas de banho públicas por serem frequentadores assíduos de jardins e praças. Assim, as necessidades dos cidadãos voltam-se para questões menos materiais, as chamadas “questões imateriais”, estas mais ligadas ao ambiente, segurança, ao património cultural e ao bem-estar (SANTOS e MARTINS, 2002).

Relativamente aos 14% que não responderam, este facto não têm leitura por os inquiridos acharem que a cidade onde viviam não reunia quatro aspectos que lhes desagradavam, limitando-se a assinalarem duas ou três opções.

Quanto aos locais mais frequentados pelos inquiridos remetem-se, fundamentalmente para a área central da cidade. Regra geral, é para a área central da cidade, a mais importante, que convergem todas as principais artérias de circulação, onde se concentram as actividades que necessitam de maior centralidade, como por exemplo, o comércio e os serviços. Ao questionarmos os inquiridos sobre locais da cidade que tenham receio de frequentar, cerca de 56% dos inquiridos em Aveiro e 86% em Tavira não identificaram nenhum local. No entanto, na cidade de Aveiro 38% dos inquiridos têm receio de entrar no Bairro Santiago, caracterizado por ser um bairro social cujos habitantes, a sua maioria, são de etnia cigana. O Jardim/Praça do Rossio foi eleito por 6% dos inquiridos como um espaço público perigoso à noite. Em relação à cidade de Tavira, alguns dos inquiridos apontam o

espaço envolvente à Estação Rodoviária (8%), aos bares das Docas (6%) e à piscina municipal como áreas que poderão ser menos seguras mas somente durante a noite.

As cidades foram palcos de constantes mudanças nas últimas duas décadas, onde essas mudanças ocorrem com uma maior frequência em relação ao espaço envolvente. De modo, a inventariar as mudanças identificadas pelos inquiridos, temos o quadro seguinte que representa as mudanças ocorridas nas cidades de Aveiro e Tavira.

Quadro 54 – Mudanças ocorridas nas cidades em estudo

Mudanças ocorridas	Cidades		Total Geral	
	Aveiro	Tavira	Nº	%
Espaços públicos/Espaços verdes-Lazer	10	8	18	13
Requalificação do espaço público	3	3	6	4
Acessibilidades	10	15	25	18
Oferta de habitação	5	3	8	6
Oferta cultural	2	5	7	5
Desenvolvimento sector terciário	9	11	20	14
Infra-estruturas	21	25	46	32
Reabilitação do edificado do Centro Histórico		2	2	1
Melhor qualidade de vida	1	2	3	2
Não Respondeu		7	7	5
Total Geral	61	81	142	100

Fonte: Inquérito aos habitantes das cidades em estudo – 2007

De um modo geral, em ambas as cidades as mudanças ocorreram ao nível das infra-estruturas físicas (32%), das acessibilidades - arruamentos, sinalização e condicionamento de trânsito no centro da cidade (18%), do desenvolvimento do sector terciário (14%) e dos espaços públicos/espaços verdes (13%). A nível de infra-estruturas físicas é de destacar o reforço da rede de abastecimento de água, do saneamento básico, equipamentos desportivo e a criação de estacionamento pagos, entre outros. O desenvolvimento do sector terciário está patente em ambas as cidades em estudo, sendo de salientar Aveiro pela oferta educativa da Universidade de Aveiro e de todos os serviços relacionados com esta, a actividade industrial e o aumento da oferta comercial. Em Tavira destaca-se o aumento de capacidade hoteleira e dos serviços associados a esta actividade. Foram evidentes para os habitantes as melhorias ao nível dos espaços públicos e dos espaços verdes/lazer, através da criação de novos espaços ou através da recuperação dos existentes.

As mudanças ocorridas identificadas pelos inquiridos reflectem a implementação dos instrumentos de planeamento nas últimas duas décadas, tanto na cidade de Aveiro e Tavira. Assim, em Aveiro as mudanças ocorridas ao nível das acessibilidades e das infra-estruturas reflectem os projectos concretizados através do PDM (1995) e do PE (1997). Relativamente às mudanças nos espaços públicos/espaço verdes-lazer, estas reflectem as intervenções do Programa Polis desde 2001 até ao presente. Verificou-se um aumento do espaço público e do espaço verde associado ao lazer dos aveirenses. Em Tavira, as mudanças ocorridas identificadas pelos inquiridos assentam nas infra-estruturas, acessibilidades e no desenvolvimento do sector terciário. Estas mudanças reflectem as

estratégias dos instrumentos de planeamento do concelho, nomeadamente, o PDM (1997) e o Plano Estratégico (2003).

Apesar dos notórios progressos em ambas as cidades em estudo, estas na perspectiva dos seus habitantes ainda tem algumas carências (quadro 55). Na cidade de Aveiro referiram como primeira necessidade, a diversidade nas iniciativas culturais (18%), os espaços verdes (18%) e o estacionamento (16%). Em Tavira, os inquiridos como primeira opção escolheram dinamismo empresarial (32%), equipamentos de saúde (14%), espaços verdes (8%) e emprego na área dos serviços (8%). O estacionamento é a necessidade mais referida ao longo das três opções e em ambas as cidades. Este facto é evidente, uma vez que cerca de 50% dos inquiridos utiliza o carro próprio como meio de deslocação para o trabalho. Assim sendo, as cidades não conseguem satisfazer esta necessidade dos seus habitantes, que facilmente seria resolvida se estes optassem por utilizar os transportes públicos.

Os inquiridos de Tavira salientaram a qualidade nos serviços de saúde e nos equipamentos de saúde como essencial, uma vez que a cidade não tem hospital, tendo simplesmente o centro de saúde. Neste aspecto, Aveiro sai reforçada pelo facto de ser capital de distrito e ser beneficiada pelo número de equipamentos de saúde. Em relação à habitação a preços acessíveis, esta apresenta-se como uma das necessidades dos habitantes de Tavira. Pela localização de Tavira, na região mais turística do país, em especial na época balnear, a especulação imobiliária associada ao turismo balnear inflacionou muito o preço da habitação nesta cidade, o que veio dificultar a aquisição de habitação própria por parte dos habitantes locais.

Quadro 55 – As necessidades das cidades na perspectiva dos seus habitantes

Necessidades	Aveiro			Tavira		
	1º	% 2º	3º	1º	% 2º	3º
Dinamismo empresarial	10	0	4	32	6	4
Emprego na área dos serviços	6	6	0	2	0	0
Qualidade ambiental	2	2	8	0	4	0
Dinamismo da cidade	0	4	2	4	4	6
Equipamentos de saúde	0	4	0	14	8	10
Qualidade urbanística	0	4	2	4	2	0
Diversidade nas iniciativas culturais	18	12	8	4	2	6
Estacionamento	16	14	24	4	20	14
Segurança	0	0	2	0	0	0
Espaços verdes	18	4	6	8	4	12
Espaços de lazer	6	20	2	4	6	2
Serviços especializados de apoio à actividade	0	0	2	0	0	4
Emprego na área dos serviços	12	14	0	8	24	0
Vida social	0	0	0	2	4	8
Habitação a preços acessíveis	10	4	4	6	4	16
Infra-estruturas desportivas	2	4	20	0	2	0
Qualidade nos serviços de saúde	0	6	12	6	8	18
Não respondeu	0	2	4	2	2	0
Total Geral	100	100	100	100	100	100

Fonte: Inquérito aos habitantes das cidades em estudo – 2007

Em ambas as cidades em estudo, é perceptível que as estratégias dos instrumentos de planeamento e de outros programas ou iniciativas vão de encontro às necessidades identificadas pelos inquiridos. No entanto, ainda nem todas as estratégias foram concretizadas, algumas por questões burocráticas, outras por falta de recursos financiamento.

VI. 5 – A perspectiva da Administração Local face aos problemas definidos pelos inquiridos

Nem sempre a perspectiva dos inquiridos relativamente aos problemas e necessidades da cidade em que moram corresponde à noção que a administração local tem dos mesmos. Deste modo, após a análise dos inquiridos, foram questionados os responsáveis de alguns dos Departamentos das Câmaras respectivas sobre aqueles.

Nas cidades de Aveiro e Tavira, foram vários e distintos os problemas identificados pelos inquiridos. Se para os inquiridos em ambas as cidades foram referidos os problemas do desemprego, da falta de zonas verdes/caminhos pedonais, a insuficiência/ineficácia dos transportes públicos, a degradação do edificado no Centro Histórico e a pressão urbanística sobre os ecossistemas; as necessidades referidas foram diversidade nas iniciativas culturais, espaços verdes, estacionamento e emprego nas áreas de serviço. Por outro lado, enquanto que em Aveiro referiram ainda os problemas de poluição atmosférica e as necessidades de infra-estruturas desportivas; em Tavira foram referidos os problemas de descaracterização da cidade e a necessidade de dinamismo empresarial, equipamentos de saúde com qualidade e habitação a preços acessíveis.

Nos últimos anos, a cidade de Aveiro foi palco de profundas transformações que se reflectem não só na sua imagem e estrutura urbana mas também na vida da cidade e na sua relação com a região envolvente e com o país; e que contribuíram para melhorar a sua habitabilidade. No entanto, os inquiridos referem alguns problemas e as necessidades da cidade que ainda é necessário resolver.

A questão da degradação do edificado teve algum destaque no PDM e no PU do Programa Polis, onde também se destacaram as zonas verdes e caminhos pedonais. O PDM refere que o município tem grande interesse em recuperar o parque habitacional existente e que deverá ser equacionada a candidatura do município ao apoio do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD). Ainda neste âmbito, a Câmara apoia os munícipes na utilização dos benefícios do RECRIA ou PRID para a realização de obras no Centro Histórico.

Outros instrumentos de gestão do território vão de encontro com algumas das necessidades eleitas pelos inquiridos, no entanto ainda não foram resolvidos todos os problemas da cidade. Além disso, e segundo o Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território da Câmara Municipal de Aveiro, existem muitas dificuldades de acesso aos apoios dos programas de reabilitação urbana e

estes não funcionam bem; daí o município não ter beneficiado de nenhum apoio desses programas. Para além disso, é sempre necessário que a autarquia contribua com capital para estas reabilitações e esta encontra-se em dificuldades económicas, o que a impede de efectuar gastos de participações. No entanto, sempre que necessário, a autarquia tem recuperado edificado de valor arquitectónico, como é o caso de edifício de Arte Nova (Figura 46 - Anexo 18).

Em relação à necessidade da cidade em diversificar as iniciativas culturais, o mesmo Departamento desta Câmara refere que a autarquia tem vindo a fazer um esforço nesta matéria, no entanto a população local não adere a este tipo de iniciativas. Quanto à questão dos espaços verdes, o município tem vindo a criar mais espaços verdes e de lazer na cidade. A questão da falta de estacionamento tem vindo a ser solucionada com a criação de estacionamento subterrâneo junto dos espaços comerciais, sendo alguns deles gratuitos. Os habitantes exigem estacionamento mas de carácter gratuito no entanto este tende a terminar.

Quanto ao facto das iniciativas urbanas e/instrumentos de gestão do território contribuírem ou não para a melhoria da qualidade de vida na cidade, aquele departamento refere que tem havido uma tentativa por parte do mesmo de estabelecer regras na construção como por exemplo ao nível dos alinhamentos e na altura; no entanto não interferem nos usos. Tentam também reservar espaços para os equipamentos nas novas edificações mas é uma tarefa difícil, pelo facto dos construtores quererem todo o espaço para edificar por ser mais rentável. Actualmente, está a optar-se pela qualidade e não pela quantidade, o que quer dizer que não se vai aumentar os perímetros urbanos, apostando sim na reabilitação do edificado existente. Os edifícios mais recentes estão preparados para a mobilidade reduzida, para o ruído e para as perdas de energia.

Relativamente à participação pública, esta tem aumentando bastante nos últimos anos, significando isto que os aveirenses demonstram ser activos nesta matéria. No entanto, é de referir que o que os motiva são os interesses pessoais, porque consultam os instrumentos de ordenamento do território simplesmente para verificar se as suas propriedades se encontram ou não em zona verde. Com vista a uma cidade mais sustentável, existem projectos futuros nesse sentido, nomeadamente, os Corredores Ecológicos junto às ribeiras nas áreas envolventes ao centro da cidade, existe também a candidatura ao Programa Polis XXI, a regeneração da área urbana da Beira-mar e a promoção de zonas industriais.

Na cidade de Tavira, os problemas e necessidades designadas foram distintas das referidas pelos inquiridos em Aveiro; tal como o contraponto dado pelo Departamento responsável pelas políticas urbanas da Câmara Municipal de Tavira.

Uma das acções previstas no PDM era a promoção do emprego e a formação profissional, que contribui para a diversificação dos sectores de actividade e regularização das actividades ao longo do ano. No entanto, apesar dos esforços do município, através da escolarização e da formação profissional, os inquiridos referem o desemprego como um dos problemas da cidade; o que se entende tendo em conta que este condiciona a qualidade de vida dos cidadãos afectados e

consequentemente, poderá originar problemas sociais. Este está associado à frágil estabilidade económica da cidade, uma vez que as actividades económicas estão pouco diversificadas; daí a necessidade de se investir no sector industrial, diversificando-se assim as actividades e a oferta de emprego. Em relação a este aspecto, o município irá construir um Parque Industrial em Santa Margarida, de forma a impulsionar a implantação da indústria no concelho. Referem também, que a cidade necessita de um maior dinamismo empresarial e de emprego na área dos serviços.

A preocupação do município prende-se muito com aspectos mais materiais, tais como dotar a cidade com as infra-estruturas básicas. A este nível, a cidade necessita de equipamentos de saúde e estacionamento.

Face ao facto de 50% dos inquiridos utilizarem carro próprio nas deslocações, torna importante a criação de estacionamentos com condições, de modo a evitar o estacionamento desordenado. Tal como já foi referido, actualmente, o município está a criar mais parques de estacionamento e têm mais projectados para melhorar a mobilidade dos habitantes e dos visitantes de Tavira (Figura 21); como os previstos no Projecto de "Mobilidade Sustentável". Além disso a Câmara pretende qualificar o espaço da zona ribeirinha, construindo um parque de estacionamento e um jardim, afim de eliminar a desordem do estacionamento (Figura 20).

De modo a eliminar a carência ao nível de equipamentos de saúde, está prevista a construção de um hospital para a Cruz Vermelha. Ao nível da mobilidade, prevê-se adaptar a cidade aos deficientes com passeios rebaixados e sinalética apropriada.

Relativamente à insuficiência/ineficácia dos transportes públicos, está previsto no Projecto "Mobilidade Sustentável" a promoção de uma sistema de transportes públicos urbanos mais eficiente, tanto dentro da cidade como no acesso às praias. Contudo, actualmente o circuito dos transportes públicos é limitativo, levando a população local a usar o carro próprio como meio de deslocação (Figura 19).

Ao nível ambiental, não é muito patente a preocupação com as zonas verdes; mas um dos problemas e necessidades da cidade, salientados pelos inquiridos, prende-se com a falta de zonas verdes/caminhos pedonais. Contudo, a edilidade depara-se com o facto de que dentro da cidade não existe espaço livre para a criação de novos espaços verdes. Os espaços verdes dos novos loteamentos estão de acordo a legislação em vigor, no entanto, por estarem separados dá a sensação de não existirem. Está previsto um grande Jardim Público, cujo início de construção está previsto para breve e irá dotar a cidade de um espaço verde de qualidade e com uma dimensão considerável. Está previsto para as Quatro Águas, um projecto de arruamento com um percurso pedonal.

É também de salientar, a pressão urbanística sobre os ecossistemas como um dos problemas existentes na cidade, muito derivado da especulação imobiliária e da excessiva construção junto ao mar.

Em termos de conservação do património arquitectónico, é de salientar a reabilitação de muitos dos edifícios com valor arquitectónico, no entanto o processo de reabilitação não foi ainda suficiente.

Em relação à oferta de serviços qualificados ao nível cultural e artístico, individualizando a cidade no contexto local e regional, esta acção ainda não foi completamente conseguida, pelo facto de os inquiridos se queixarem de fraca diversidade nas iniciativas culturais da cidade.

Segundo a Directora do Departamento de Urbanismo, Dra. Estrela Amaro, muitas das acções previstas não foram já concretizadas devido à grande dificuldade está entre o município e as entidades do Estado que têm jurisdição dentro do município, em especial a do Instituto da Água. Além disso, considera que as iniciativas urbanas e/ instrumentos de gestão territorial não têm contribuindo para a melhoria da qualidade de vida na cidade de Tavira; pelo facto de existir legislação complexa que dificulta a análise e a concretização de muitos projectos. Além disso, identifica uma maior burocratização, acabando por a autarquia ser condicionada, em especial com as entidades que fazem a gestão da água e também por outras entidades. No entanto, a qualidade de vida é uma preocupação presente em todas as políticas e projectos de carácter municipal.

Quanto à participação cívica, os habitantes de Tavira mostram-se bastante interessados, uma vez que consultam os projectos e planos de índole municipal nas juntas de freguesias e exigem esclarecimentos. Neste sentido, considera boa a participação cívica.

Ao nível da reabilitação urbana do Centro Histórico o chefe da Divisão de Património e Reabilitação Urbana refere que a principal conquista que se obteve até agora foi envolver os proprietários no processo de reabilitação dos seus imóveis. Contudo, este processo ainda não possui grande dinamismo; tal devendo-se ao facto de não existir uma relação directa entre as intervenções e o imediato. Por exemplo, a "Vila-a-Dentro" é uma área mais turística (Pousada do Convento da Graça, Restaurante, Palácio da Galeria, Câmara Escura) e está a perder população residente, fundamentalmente constituída por idosos; pelo que a autarquia pretende dotar esta área de equipamentos com vista a um maior dinamismo. Mesmo quando os proprietários não têm interesse nos imóveis, a autarquia adquire-os e adapta-os para funções públicas.

A Câmara Municipal pretende candidatar o Centro Histórico de Tavira a Património Mundial da UNESCO, mas para tal é necessário reunir condições como um processo de reabilitação amadurecido, um processo de gestão mais integrado, trabalho concretizado e um certo marketing das obras já realizadas; sendo também necessário que haja um critério de conjunto entre o Centro Histórico e a área envolvente, numa vertente mais sustentável.

Segundo aquele mesmo responsável, a sustentabilidade da cidade de Tavira é pragmática, pois, para alguns cidadãos a cidade deveria continuar como aldeia e para outros não. No entanto, esta já apresenta a dimensão certa, equipamentos básicos em termos culturais e sociais e rigor urbanístico e ambiental, aspectos importantes para caminhar-se para uma cidade sustentável.

No seguimento da análise e da avaliação dos instrumentos de planeamento existentes nas cidades de Aveiro e Tavira, cabe agora analisar a perspectiva da população.

CAPÍTULO VII – AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS NAS CIDADES EM ESTUDO

Os instrumentos de política surgem como estratégias de resolução das debilidades das cidades que ameaçam a qualidade de vida dos seus habitantes e que colocam em causa a sustentabilidade da própria cidade. Neste sentido, parece fundamental desenvolver uma análise dos níveis de execução dos instrumentos de política urbana e /ou territorial, para de algum modo, avaliar o seu contributo para a sustentabilidade dos territórios. Contudo, temos consciência da dificuldade em medir os valores da qualidade de vida e da sustentabilidade, apesar de terem surgido indicadores para os medir nos seus vários domínios. Neste contexto, no presente trabalho, procurar-se-ão conciliar os resultados obtidos nos capítulos V e VI e que permitirão confrontar três dimensões desta análise: a realidade evolutiva, os instrumentos de planeamento e a respectiva perspectiva institucional e, em terceiro lugar, a perspectiva da população baseada nos resultados dos inquéritos à população sobre as mudanças ocorridas nas cidades.

O quadro seguinte apresenta uma síntese avaliativa sobre a sustentabilidade das políticas na cidade de Aveiro. Os projectos/acções concretizados ou a concretizar foram agrupadas por domínios para facilitar a sua análise.

Quadro 56 – Síntese avaliativa da sustentabilidade das políticas na cidade de Aveiro

REALIDADE EVOLUTIVA DA CIDADE E DO CONCELHO DE AVEIRO	PONTOS FRACOS	<ul style="list-style-type: none"> • Degradação do centro histórico; • Inexistência de infra-estruturas para eventos empresariais; • Carência de equipamentos saúde - melhoria das instalações existentes, construção da sede do Centro de Saúde de Aveiro e de novas unidades de saúde; • Carência de equipamentos culturais - proposta instalação do Museu da Ria na antiga loja, Museu Municipal, construção da biblioteca, instalação de várias salas de espectáculo e divulgação cultural na área do Côjo e operacionalização do Centro Cultural; • Carência de equipamentos desportivos - Novo Estádio do Beira-mar, instalações do Aero clube de Aveiro, apoio a associações desportivas existentes, construção de polidesportivos, obras de beneficiação nos campos de jogo existentes e construção de novas instalações; • Carência de infra-estruturas (rede viária, água e saneamento básico); • Carência de infra-estruturas escolares – melhoria da cobertura do Ensino Preparatório e Secundário, aproveitamento das antigas instalações das Tele-Escolas para o reforço de Escolas Primárias, de Jardins-de-Infância e de outros equipamentos; • Carência na habitação social e na reabilitação do edificado; • Urbanismo sem rigor;
	PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none"> • Universidade de Aveiro; • Concentração de equipamentos – Porto Marítimo de Aveiro, pólo de serviços, centro de decisão político-administrativa; • Diversidade paisagística natural e ambiental; • Dispõe de tecnologia e "know-how"; • População mais qualificada que a média regional; • Dinamismo demográfico; • Localização geográfica; • Região economicamente dinâmica;
INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO COM INCIDÊNCIA NA CIDADE	DOMÍNIOS DOS PROJECTOS/ACÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidades – urbanas, regionais e ao resto do país e a Espanha, construção de passeios, apoio a transportes públicos, reforço da sinalização;

	CONCRETIZADOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Habitação e urbanização - recuperação de algum edificado e um aumento significativo da construção de edificado; ▪ Desporto - Construção do novo Estádio do Beira-mar, apoio a associações desportivas existentes, construção de polidesportivos, obras de beneficiação nos campos de jogo existentes e construção de novas instalações; ▪ Cultura – Reabilitação do Teatro Aveirense, Centro Cultural; ▪ Educação - melhoria da cobertura do Ensino Preparatório e Secundário, reforço de Escolas Primárias, de Jardins-de-Infância e de outros equipamentos; ▪ Equipamentos empresariais – conclusão da Zona Industrial de Taboeira, criação de pequenas zonas industriais pelo concelho, equipamentos de ensino especializado e investigação, divulgação da produção local, centro de Formação Profissional e de Congressos na antiga Fábrica Jerónimo Pereira Campos, Parque de Feiras e Exposições; ▪ Turismo – dinamização da ria através da criação de percursos turísticos por barco, visitas às salinas, S. Jacinto foco de atracção turística em virtude da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, promoção de festividades locais e feiras ao longo do ano; ▪ Saúde - melhoria das instalações existentes, construção da sede do Centro de Saúde de Aveiro e de novas unidades de saúde; ▪ Espaço público - verde e de lazer;
	DOMÍNIOS DOS PROJECTOS/ACÇÕES NÃO CONCRETIZADOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acessibilidades - urbanas e regionais; ▪ Coesão e articulação empresarial - instalação do Aeroclube, instalação do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico em Mamodeiro, instalação do Mercado Abastecedor em Cacia, Centro de Negócios de Aveiro, Bolsa de terrenos para empresas, Pavilhão Multi-usos, Agência de Desenvolvimento Local; ▪ Cultura – instalação do Museu da Ria, Museu Municipal, construção da biblioteca, dinamização cultural da cidade; ▪ Habitação e urbanização – processo de requalificação urbana do centro histórico;
PERCEÇÃO DA POPULAÇÃO RELATIVAMENTE ÀS MUDANÇAS SENTIDAS NA CIDADE	ASPECTOS POSITIVOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaço público / espaços verdes-lazer; ▪ Acessibilidades; ▪ Desenvolvimento do sector terciário; ▪ Oferta de habitação; ▪ Infra-estruturas;
	ASPECTOS NEGATIVOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiência /ineficácia dos transportes públicos; ▪ Degradação do edificado no Centro Histórico; ▪ Envelhecimento populacional; ▪ Desemprego; ▪ Falta de zonas verdes/caminhos pedonais; ▪ Pressão urbanística; ▪ Descaracterização da cidade;

Da análise do quadro 56, conclui-se que a cidade de Aveiro apresentava, na década de noventa, ainda alguma carência ao nível de equipamentos, em especial culturais, desportivos, habitação e escolares. Para além destas debilidades, o Centro Histórico revela a degradação de alguma edificado e verificava-se uma falta de um urbanismo rigoroso. No entanto, a cidade apresentava alguns aspectos bastante favoráveis para o seu desenvolvimento, como a Universidade de Aveiro, a concentração de alguns equipamentos de nível superior, a concentração de tecnologia e "know-how" em domínios fundamentais como as tecnologias de informação, as comunicações e o desenvolvimento de energias alternativas, dinamismo demográfico, população qualificada e o próprio dinamismo económico (nomeadamente da base industrial e de serviços) da região.

Os instrumentos de planeamento de política urbana e/ou territorial incidiram sobre estas mesmas debilidades e souberam aproveitar os pontos fortes existentes e estabeleceram as estratégias de desenvolvimento da cidade de Aveiro. Desde a implementação dos instrumentos muitas acções foram desenvolvidas de modo a eliminar as fragilidades da cidade. O município deu prioridade à concretização de projectos vocacionados para a dotação do município ao nível de infra-estruturas

físicas e equipamentos nos seguintes domínios: acessibilidades, desporto, cultura, educação, turismo, espaço público, habitação e saúde. No entanto, os objectivos estratégicos dos instrumentos de planeamento, dando especial destaque para o Plano Estratégico, ainda não foram todos concretizados em alguns domínios como as acessibilidades, a coesão e articulação empresarial, a requalificação urbana e a cultura, por falta de recursos financeiros.

Quanto à perspectiva da população, esta está consciente das modificações ocorridas na cidade nas últimas duas décadas. Os inquiridos referiram, como aspectos positivos dessa mudança, uma parte significativa dos domínios concretizados, como as acessibilidades, o espaço público/espacos verdes-lazer, a oferta de habitação, as infra-estruturas e o desenvolvimento do sector terciário. A população, surgindo aqui como avaliadora da realidade evolutiva da cidade de Aveiro, acabou por salientar os aspectos mais importantes na sua perspectiva, tendo consciência que a cidade foi palco de profundas mudanças que contribuíram para a melhoria do seu bem-estar. No entanto, destacam ainda aspectos negativos sobre os quais as estratégias do município deverão incidir; caso da constatada ineficácia dos transportes públicos, o envelhecimento demográfico na cidade e o desemprego. É ainda de salientar, a exigência dos aveirenses pelas zonas verdes e caminhos pedonais, apesar da melhoria dos espaços verdes no âmbito do Programa Polis. Os restantes problemas apontados pela população estão inseridos nas estratégias que o município ainda não concretizou, demonstrando a prioridade na sua concretização.

Apesar de nem todos os projectos/acções terem sido concretizados, é de salientar os efeitos que a concretização dos projectos concluídos para a cidade, pelo facto de contribuírem para referenciar Aveiro como um espaço dinâmico, ambicioso e atractivo quer para os seus residentes, quer para o mundo empresarial, reforçando assim, a sua competitividade na rede urbana nacional. A concretização das estratégias, nos domínios anteriormente referidos, veio atribuir uma maior capacidade de apoio à actividade económica da região, reforçando a estrutura de infra-estruturas básicas, de equipamentos e de serviços. Atribuiu também, para uma maior consolidação e dinamização da vida desportiva, cultural e lúdica que proporciona melhores condições de vida à população, contribuindo assim, para a melhoria da qualidade urbana e para a sua coesão socio-urbanística da cidade.

As mudanças ocorridas na cidade, nas últimas duas décadas, deram um contributo para o desenvolvimento da cidade e, conseqüentemente, para uma melhoria do ambiente urbano e da qualidade de vida. Independentemente dos problemas/insuficiências existentes é de salientar que aproximadamente 98% dos inquiridos gosta da cidade de Aveiro.

Relativamente à avaliação dos instrumentos de política urbana na cidade de Tavira, o quadro seguinte surge-nos a síntese avaliativa sobre a sustentabilidade das políticas na cidade.

Quadro 56 – Síntese avaliativa da sustentabilidade das políticas em Tavira

REALIDADE EVOLUTIVA DA CIDADE E DO CONCELHO DE AVEIRO	PONTOS FRACOS	<ul style="list-style-type: none"> • Fraco dinamismo demográfico; • Inexistência de um estabelecimento de ensino superior; • Destino turístico pouco qualificado e indiferenciado; • Inexistência de infra-estruturas empresariais; • Reduzida actividade dos agentes económicos; • Mão-de-obra com insuficiência de qualificações; • Carência de equipamentos de saúde, culturais e desportivos; • Carência de infra-estruturas (escolares, rede viária, água e saneamento básico); • Pressão urbanística;
	PONTOS FORTES	<ul style="list-style-type: none"> • Localização geográfica; • Centro Histórico de Tavira; • Actividade turística em desenvolvimento; • Diversidade paisagística natural e ambiental;
INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO COM INCIDÊNCIA NA CIDADE	DOMÍNIOS DOS PROJECTOS/ACÇÕES CONCRETIZADOS	<ul style="list-style-type: none"> • Urbanismo e requalificação – requalificações no Centro Histórico (restauro do Palácio da Galeria, Praça da República); • Educação – geral e profissional; • Infra-estruturas físicas – água e saneamento básico, passeios, acessibilidades (urbanas e regionais); • Espaço público; • Desporto – piscina e polidesportivos; • Cultura – dinamização cultural; • Desenvolvimento do sector terciário;
	DOMÍNIOS DOS PROJECTOS/ACÇÕES NÃO CONCRETIZADOS	<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas empresariais – Parque Industrial em Santa Margarida, construção do Porto de Pesca de Tavira; • Infra-estruturas desportivas – construção do complexo desportivo integrado através da modernização do Estádio Municipal; • Saúde – construção de um hospital; • Infra-estruturas turísticas e de lazer – construção do Porto de Recreio, construção de dois campos de golfe na Cumeada, oferta hoteleira; • Infra-estruturas culturais – remodelação Cine Teatro/Auditório Municipal; • Infra-estruturas básicas – conclusão da substituição das condutas água e saneamento básico e construção da barragem do Alportel; • Educação – implementação de um estabelecimento de Ensino Superior; • Requalificações no Centro Histórico;
PERCEÇÃO DA POPULAÇÃO RELATIVAMENTE ÀS MUDANÇAS SENTIDAS NA CIDADE	ASPECTOS POSITIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidades; • Espaço público / espaços verdes-lazer; • Desenvolvimento do sector terciário; • Infra-estruturas; • Oferta cultural; • Requalificação do espaço público;
	ASPECTOS NEGATIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Saturação das infraestruturas sociais • Insuficiência /ineficácia dos transportes públicos; • Problemas de trânsito e congestionamentos; • Degradação do edificado no Centro Histórico; • Envelhecimento populacional; • Desemprego; • Falta de zonas verdes/caminhos pedonais; • Pressão urbanística sobre os ecossistemas; • Descaracterização da cidade;

Partindo da análise do quadro 56, verifica-se que a cidade de Tavira apresentava uma série de debilidades, tais como: o fraco dinamismo demográfico; a inexistência de equipamentos e de infra-estruturas básicas; mão-de-obra pouco qualificada; agentes económicos de dimensão reduzida e, por último, uma elevada pressão urbanística que desencadeia um aumento dos preços da habitação. Os instrumentos de planeamento incidiram sobre estas fragilidades e sobre os pontos fortes existentes, dos quais se destacam, a sua localização na Região do Algarve, a existência de um Centro Histórico associado a um tipo de turismo mais cultural, assim como ao potencial da actividade turística e à

diversidade paisagística natural e ambiental, elementos fundamentais no estabelecimento das estratégias de desenvolvimento da cidade de Tavira.

Os objectivos das estratégias consistiram em criar condições favoráveis à competitividade do concelho e da própria cidade, mobilizando a Autarquia, outros órgãos de poder central e, também, os agentes privados, com a finalidade de proporcionar mais atractivos para o desenvolvimento da cidade. As acções do município foram direccionadas para a dotação de infra-estruturas e equipamentos em domínios como a educação, as acessibilidades, o desporto, a cultura e a promoção do sector terciário. No entanto, até este momento nem todas as acções planeadas foram concretizadas como por exemplo o Porto de pesca de Tavira, o Porto de Recreio, o hospital, o Parque Industrial de Santa Margarida, a remodelação do Cine Teatro/Auditório Municipal, entre outros. Por vezes o município apresenta dificuldades na concretização de determinadas acções, pelo facto de algumas delas, em especial as vocacionadas para o domínio do turismo e lazer, implicar a concordância de várias entidades do Estado, como é o caso dos três primeiros exemplos de acções não concretizadas.

Tendo em consideração a terceira dimensão, dada pela percepção da população, as mudanças ocorridas trouxeram benefícios para a cidade e população em geral ao nível das acessibilidades, do espaço público/espaço verde-lazer, das infra-estruturas básicas, da oferta cultural e da requalificação do espaço público. Os inquiridos tinham consciência que as mudanças ocorridas contribuiriam para a melhoria do ambiente urbano da cidade de Tavira, e conseqüentemente, para o seu bem-estar pessoal. Apesar das mudanças, segundo os inquiridos, ainda existem muitos problemas por resolver, como a saturação das infra-estruturas sociais, a falta de transportes públicos, os problemas de trânsito que se verificam na cidade no período estival, a degradação do Centro Histórico, a falta de zonas verdes/caminhos pedonais, a crescente pressão urbanística, a descaracterização da cidade, o envelhecimento populacional e o desemprego. É um facto que os instrumentos de política já incidiram e incidem sobre estes aspectos, mas o retorno da aplicação das estratégias nem sempre é nítido a curto prazo.

Contudo, o município tem vindo a criar condições favoráveis à competitividade, tanto da cidade como do concelho, com vista a criar um conjunto de atractivos económicos de apoio à criação de empresas e empregos, seguindo o exemplo dos restantes concelhos do país. A concretização de muitas das estratégias veio reforçar a estrutura de infra-estruturas básicas, de equipamentos e de serviços na cidade de Tavira. Verificou-se também, uma maior dinamização da vida desportiva e cultural que propicia uma melhor habitabilidade na cidade, e conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida para a população local. É possível que a cidade de Tavira esteja longe de ser a cidade idealizada, no entanto, e de uma forma gradual, esta vai conseguindo ter as infra-estruturas e equipamentos fundamentais para uma melhor consolidação e dinamização da cidade. As concretizações efectuadas vieram, sem a menor dúvida, melhorar a qualidade de vida e criar condições para uma maior sustentabilidade da cidade a longo prazo.

Em termos gerais, podemos sintetizar que a implementação dos instrumentos de planeamento e de outros programas ou iniciativas de carácter urbano têm contribuído para profundas mudanças em ambas as cidades em estudo, muito embora, estas ainda apresentem alguns problemas que condicionam a sua sustentabilidade. No entanto, todas as mudanças ocorridas, nas últimas duas décadas, directamente e indirectamente, contribuíram para uma melhoria significativa do ambiente urbano nas cidades em estudo, e conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida para os seus residentes.

A evolução sentida mostra ainda que a sustentabilidade é um processo que não se concretiza de uma forma rápida, nem pode ser imposto pelo Estado. Por ser um processo longo e que cruza gerações, e ainda por estar dependente dos vários sectores da sociedade, implica mudanças profundas que se retratam em políticas, económicas, sociais e culturais e daí que, tanto a cidade de Aveiro como a de Tavira, continuam ainda nesse processo de rumo à sustentabilidade urbana.

REFLEXÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação procurou-se verificar em que medida é que as políticas urbanas têm contribuído para a sustentabilidade das cidades e para a qualidade de vida dos seus habitantes. A preocupação com a sustentabilidade tem vindo a assumir alguma importância, nas últimas duas décadas, tanto no contexto europeu como no nacional. A relevância desta temática a nível comunitário, ganha expressão com a apresentação da *Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade* (CE, 1994) que estabeleceu os princípios de sustentabilidade aplicados às cidades. Em Portugal, as primeiras preocupações com a qualidade do ambiente urbano remontam aos finais da década de oitenta, com o RECRUA e o Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD) que se destinavam à recuperação de áreas urbanas degradadas, incidindo na componente infraestrutural. Também em finais dos anos oitenta, com a preparação do Primeiro Plano de Desenvolvimento Regional, efectuou-se uma intensa actividade de planeamento, até então nunca vista em Portugal. Posteriormente, essa preocupação aumentou o que promoveu o aparecimento de orientações ou de políticas no âmbito da melhoria do ambiente urbano, que incidiam também na requalificação de áreas urbanas degradadas, mas que abrangiam outros aspectos que punham em causa a qualidade de vida e a sustentabilidade das cidades.

A demonstração da relevância da aplicação dos princípios da sustentabilidade às cidades dependia do desenvolvimento das três hipóteses colocadas em simultâneo, como ponto de partida deste trabalho. A primeira procurava compreender como evoluíram as políticas urbanas na Europa e em Portugal no sentido de verificar como estas foram incorporando o conceito de desenvolvimento sustentável e os princípios a este inerente. A segunda pretendia identificar a importância dos indicadores e dos sistemas de monitorização essenciais ao acompanhamento e avaliação dos processos de desenvolvimento sustentável. A terceira, estruturada em torno dos casos de estudo de Aveiro e Tavira, procurava conhecer os diferentes instrumentos aplicados nas cidades escolhidas e avaliar o efeito dos mesmos na melhoria do ambiente urbano e, conseqüentemente, na qualidade de vida das populações residentes nestas cidades.

Um dos aspectos que foi possível apurar no presente estudo prende-se com a importância que as cidades têm vindo a adquirir nas políticas de ordenamento e desenvolvimento territorial, tanto no contexto europeu como nacional. Esta valorização foi demonstrada pelo elevado número de políticas e iniciativas, centradas em torno do conceito de desenvolvimento sustentável e de cidade sustentável, que surgiram nas últimas décadas, de modo a solucionar os problemas com que as cidades se deparavam, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. As preocupações iniciais das políticas urbanas respondiam melhor ao pilar ambiental, no entanto, ao longo das duas últimas décadas, verificou-se uma mudança dos seus objectivos, o que traduz a evolução das próprias iniciativas urbanas. Durante este período em análise, as políticas/iniciativas urbanas foram-se diversificando,

dando maior relevância a uns pilares do que a outros consoante a sua natureza. Regra geral, as políticas tem incorporado os pilares do conceito (económico, social, ambiental e institucional), sendo de salientar que as políticas urbanas portuguesas tem seguido as tendências das criadas no âmbito da Comissão Europeia, tentando incorporar os vários objectivos definidos no âmbito dos quatro pilares do desenvolvimento sustentável. No entanto, é de salientar que as políticas nacionais ainda estão longe de conseguirem incorporar de forma clara essas orientações e objectivos comunitários. Verifica-se assim, a necessidade dos instrumentos de ordenamento e desenvolvimento territorial vigentes ou a implementar virem a incorporar as orientações mais recentes, de forma a melhor se concertarem com as políticas europeias.

Outro aspecto que se relaciona com a segunda hipótese é o aparecimento dos indicadores de desenvolvimento sustentável como ferramenta avaliativa da implementação dos objectivos das políticas ou iniciativas urbanas. Estes ganham maior destaque no seguimento das políticas da União Europeia aquando do estabelecimento de metas e no processo de avaliação e acompanhamento dos progressos do processo de sustentabilidade nas áreas urbanas. A utilização de indicadores tem ganho alguma relevância demonstrada pelo aparecimento de várias tipologias europeias de indicadores como os do Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano, os do Urban Audit, os da Agência Europeia do Ambiente e os do Eurostat. Também, no âmbito da avaliação da sustentabilidade urbana, temos de evidenciar um exemplo de um sistema de informação territorial no contexto europeu – a Infra-estrutura de Informação Espacial (INSPIRE), para efeitos de avaliação das políticas ambientais comunitárias, cujo projecto encontra-se na fase de elaboração, apresentando-se como uma mais valia para a questão avaliativa. Em Portugal, seguindo o exemplo da União Europeia, surgiram duas tipologias de indicadores de desenvolvimento sustentável, uma da Direcção Geral do Ambiente e a outra associada à avaliação da implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Os indicadores destas duas tipologias não são classificados como urbanos, no entanto não devem ser excluídos, pelo facto de também serem aplicados no espaço urbano. Para além dos indicadores está a ser desenvolvido pela DGOTDU, o Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT) que se destina a apoiar as práticas de gestão territorial e a sua avaliação.

Relativamente à terceira hipótese, os instrumentos de política urbana aplicados nas cidades de Aveiro e Tavira são, fundamentalmente, instrumentos de planeamento local como o Plano Director Municipal, o Plano Estratégico e os Planos de Pormenor. No caso da cidade de Aveiro, para além destes, foram aplicados outros como o Programa Polis e a iniciativa urbana – Projecto BUGA. Em Tavira, foi também aplicado o Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira, o Projecto de Mobilidade Sustentável e a iniciativa Agenda 21 Local que está em fase de elaboração. A análise dos objectivos destes instrumentos a sua concretização em acções, indicia que estas poderão contribuir para a melhoria na qualidade do ambiente urbano da cidade e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida das suas populações. Contudo, tal como foi possível verificar, apesar da existência de inúmeros instrumentos de política local ou até mesmo da administração central, não existe uma avaliação do que é efectuado sobre os mesmos. Relativamente à questão da avaliação do efeito dos

mesmos sobre a melhoria do ambiente urbano, a avaliação realizada consistiu no confronto da realidade inicial (pontos fortes e fracos) das cidades, com os projectos e acções previstos e realizados nos instrumentos concelhios e com a perspectiva da população sobre as mudanças ocorridas nas cidades. Foi avaliado o contributo das políticas para a sustentabilidade das cidades, respondendo assim, aquilo que se pretendia, saber se os instrumentos de planeamento estão a surtir o efeito pretendido, que consiste na melhoria do ambiente urbano e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida para os seus habitantes e para quem visita as cidades. Em suma, foi feita uma análise confrontado estes três elementos, com o intuito de avaliar a implementação dos instrumentos para um desenvolvimento urbano mais sustentado.

Apesar dos inúmeros instrumentos de política existentes não há ferramentas para avaliar e acompanhar o processo de implementação dos mesmos, quer a nível nacional quer local, e daí a necessidade de os municípios desenvolverem sistemas de informação que lhes permitam acompanhar os resultados das políticas. É de realçar que este sistema de informação poderá ser obtido através da articulação de esforços quer a nível regional quer nacional, salientando que parece estar a dar-se um passo significativo na criação do sistema de informação territorial associado à DGOTDU. Existem indícios a nível nacional de processos de avaliação de alguns instrumentos de política como o PNPOT que estará sujeito a uma avaliação regular partilhada pelo DGOTDU e o Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo. Para além do PNPOT, a implementação da ENDS está sujeita a um processo de acompanhamento, monitorização e avaliação. Também, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o período 2007-2013, os Programas Operacionais que o compõem, serão acompanhados por um processo de Avaliação Ambiental Estratégica. Esta avaliação dará cumprimento às disposições da Directiva Europeia 2001/42/CE, relativa aos efeitos de certos Programas financiados pelos Fundos Estruturais e Fundos de Coesão, indiciando mais uma vez um período de mudança.

No processo de comprovação das hipóteses, foram usados alguns indicadores sociais, económicos e ambientais na caracterização das cidades. Dentro do aspecto social foram usados indicadores que permitissem caracterizar vários domínios como a população, a saúde, meios de transporte, os níveis de educação, cultura e lazer. Em termos económicos foram analisados, o rendimento, o desemprego e o emprego por sector. Ao nível ambiental, considerou-se o padrão de viagens, o uso do solo, a água, a gestão de resíduos e de tratamento de águas residuais. Alguns destes indicadores foram utilizados no inquérito, enquanto outros foram retirados das estatísticas do INE, para assim proceder a sua análise na caracterização das cidades. Relativamente ao aspecto institucional, os representantes dos municípios salientaram que a participação pública tem vindo a aumentar gradualmente, em especial na consulta dos instrumentos de planeamento.

Como estudos de caso analisaram-se as cidades de Aveiro e de Tavira e em termos gerais as populações locais valorizam aspectos como a qualidade do espaço físico; a qualidade das ruas e arruamentos; a facilidade de deslocação; a qualidade/quantidade dos espaços públicos – jardins,

parques e praças; a segurança pública; o dinamismo económico/oferta de emprego e, por último, a diversidade na oferta cultural e de lazer.

Os planos/ou instrumentos de política urbana e/ ou territorial correspondem a uma faceta da sustentabilidade, inseridas no polir da governância/institucional. Relativamente ao aspecto institucional, ou seja, aos instrumentos de política, estes foram relativamente eficazes pelo facto de se terem verificado alterações significativas em ambas as cidades, o que contribuiu para a melhoria do ambiente urbano, no entanto, é de destacar que a cidade de Aveiro apresenta uma maior eficácia ao nível da implementação dos instrumentos. O pilar do desenvolvimento sustentável que apresenta um melhor desempenho corresponde ao ambiente, seguido do social. Os melhores desempenhos ocorreram ao nível da concretização de infra-estruturas básicas – água e saneamento básico, rede viária, desporto, espaço público/verde e cultura. É de salientar que os melhores desempenhos em matéria de sustentabilidade ocorrem quando resultam da política local. Ao nível da educação e da saúde nem sempre os desempenhos são os melhores, mas é importante referir que estes dois domínios estão também dependentes da administração central. No entanto, ao nível da saúde a cidade de Tavira apresenta uma maior carência e falta de qualidade a este nível, e na educação, pela inexistência de ensino superior na cidade, não respondendo assim a uma das aspiração da cidade. Em suma, os níveis de sustentabilidade das cidades, estão muito dependentes do papel das autarquias, mas não só, pois em domínios fulcrais para o bem-estar da população como a educação de níveis superiores e a saúde, é a administração central que detém um papel determinante na localização destes equipamentos, não dependendo, assim da qualidade dos planos ou das políticas de natureza local. É importante frisar que uma parte dos aspectos negativos que os habitantes atribuem às suas cidades em geral, prendem-se com aspectos que são comuns ao país, como por exemplo o desemprego, e não específicos da sua cidade e, como tal, não seriam facilmente resolúveis apenas com planos das cidades.

Aveiro é uma cidade que apresenta uma maior sustentabilidade em termos económicos, demográfico e socio-cultural em relação à cidade de Tavira. Esta apresenta um maior dinamismo nestes três domínios possibilitando assim, um certo grau de satisfação aos seus habitantes. Também tem apostado em dotar a cidade com infraestruturas que possibilitem o seu desenvolvimento. Por outro lado, Tavira para além das infraestruturas, apostou mais na requalificação do edificado do Centro Histórico, pelo seu valor histórico e patrimonial, o que poderá contribuir para diversificar a oferta turística da cidade relativamente à outras cidades algarvias. Devido à distribuição do tecido empresarial e habitacional de ambas as cidades, é possível que os seus habitantes se possam deslocar a pé nos movimentos casa - trabalho e mesmo irem a casa almoçar, sendo de salientar que esta situação é mais favorável na cidade de Tavira. Este facto, se incentivado e promovido, pode contribuir para a sustentabilidade destas cidades em variadas vertentes, nomeadamente para o ambiente e para a saúde dos seus habitantes.

Embora nos instrumentos de gestão e de ordenamento do território das cidades em causa, já seja evidente a preocupação com a sustentabilidade e com a qualidade de vida da população, o que se

verifica é que estes estão muito centrados em dotar as cidades com as infra-estruturas físicas que estas ainda não possuem, indispensáveis para posteriormente se poderem direccionar para outro tipo de acções direccionadas tanto para a actividade económica, como para a realização de eventos de índole cultural. Para além de ser evidente esta hierarquização das prioridades na implementação e desenvolvimento das políticas, as estratégias municipais expressas nos instrumentos estão também dependentes da evolução das competências das autarquias locais e da capacidade financeira que estas forem adquirindo, o que condiciona o seu nível de actuação. Apesar destas condicionantes, regra geral, os instrumentos acabam por dar resposta às carências das cidades em estudo.

Contudo, os dois casos de estudo demonstraram que a sustentabilidade não é algo que acontece bruscamente, nem pode ser uma imposição governamental, sendo sim um processo longo que atravessa gerações, e que implica mudanças culturais. Em todo este processo de defesa da sustentabilidade a educação desempenha um papel fundamental na construção da mudança, quer ao nível individual quer dos poderes públicos e privados, pois permite a formação dos cidadãos acerca dos problemas e riscos, que poderá mudar comportamentos ao nível individual como por exemplo a triagem dos resíduos, reutilização do lixo, melhor aproveitamento da água, reutilização dos materiais; a nível político, uma população exigente e mais informada pode condicionar as tomadas de decisão dos poderes políticos e económicos; e ao nível de mercado, os consumidores esclarecidos assumem a preservação do ambiente como um valor a ter em consideração na selecção dos produtos. Em suma, uma população instruída e mais informada é fundamental à interiorização do facto e que a sustentabilidade também deve ser construída a nível individual e no dia-a-dia.

O desenvolvimento sustentável revela-se como um modelo de desenvolvimento com possibilidades de garantir não só a qualidade de vida presente e futura nas nossas cidades, como o próprio crescimento económico. Contudo, este tipo de desenvolvimento implica mudanças profundas de carácter político, económico, social e cultural e estas mudanças só serão viáveis quando se conjugarem as acções individuais e colectivas incorporando as escalas local, regional, nacional e mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMBIENTE ITALIA RESEARCH INSTITUTE (2003) *European Common Indicators – Towards a Local Sustainability Profile*, Milano, May, in www.sustainable-cities.org/indicators.
- ALBERGARIA, Henrique (coord.) (2005); *Catálogo de Boas Práticas de Planeamento Urbano*, Coleção IERU, União Europeia, Fundo FERDER (INTERREG IIIB – SUDOE).
- ALVA, E. (1997) Cidades Sustentáveis, in <http://www.rc.unesp.br/igce/ceurb/cidades%20sustentaveis.htm> (Outubro de 2007)
- Aveiro Polis – Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro, S.A.; CMA (2001) *Plano Parcial de Urbanização para o Programa Polis Aveiro*, Centro de Estudos da F.A.U.P.
- AVELINO, José (1998) *O protagonismo territorial das cidades intermédias. O sistema urbano local de Santarém/Almeirim/Cartaxo*, FLUL.
- BAPTISTA A J (1995) Rede Urbana Nacional: Problemas, Dinâmicas, Perspectivas. SEALOT/MPAT, *Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e o Ordenamento do Território*, Lisboa, MPAT: 20-41.
- BARAN, Paul (1957) *The Political Economy of Growth*, Monthly Review Press, New York.
- BEGG, Iain (2002), *Urban Competitiveness – Policies for dynamic cities*, The policy press.
- BORREGO, Carlos (2007) *As conferências mundiais e os pilares do desenvolvimento sustentável*, Curso de verão “Desenvolvimento Sustentável: Estratégias para o Século XXI”, Universidade de Aveiro, Junho, in http://www.cursosdeverao.aurn.pt/paginas/DesenvolvimentoPrograma_CVerao_2007.pdf.
- BROTCHE, John e al. (1995), *Cities in competition – Productive and sustainable cities for the 21st century*, Longman Australia.
- BREMER, Ulisses (2001) Rumo às Cidades Sustentáveis.
- BREMER, Ulisses (2004) Por nossas cidades sustentáveis, in http://www.natbrasil.org.br/Docs/por_nossas_cidades_sustentaveis.pdf (Novembro de 2007).
- BRITO, Raquel (coord.) (1994) *Portugal, perfil geográfico*, Lisboa: Estampa.
- BRÜSEKE, Franz (1995) *O problema do desenvolvimento sustentável*, Cavalcanti, Clóvis (org) Desenvolvimento e natureza – estudos para uma sociedade sustentável, São Paulo: Cortez.
- BRUNDTLAND, Gro (1987) *Our Common Future*, Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento; in “*Desenvolvimento Rural: Desafio ou Utopia?*”, Coleção – Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, n.º 50, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1999; coordenadora Cavaco, C.;
- BUARQUE, C. (1994) *A revolução nas prioridades*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, in <http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe-online/det.asp?cod=42129&type=P>
- CABRAL, João (2004), *Inovação nas políticas urbanas – modelos de regulação e sistemas de governança*, Revista Geoinova, n.º 10, Revista do Departamento de geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa.
- CAETANO, João (2002), *Marketing dos locais*, Editores Universidade do Algarve e CIDER.
- CAMAGNI, R. (1999) «*El desarrollo urbano sostenible: razones y fundamentos de un programa de investigación*», Papeles de Economía.
- CMA (1995) *Plano Director Municipal de Aveiro – Relatório*, Aveiro.
- CMA (1997) *Projecto do Plano Estratégico da Cidade de Aveiro*, Aveiro.

- CMA (2002) *Plano de Pormenor da Baixa de Santo António – Relatório*, Aveiro.
- CMA (2004) *Plano de Pormenor do Centro - Relatório*, Aveiro.
- CMA (2007) *Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro* (em discussão pública de 17 de Setembro de 2007 a 19 de Outubro de 2007), Aveiro.
- CAMAGNI, Robert ; GIBELLI, Maria (org.) (1997), *Développement urbain durable – quatre métropoles européennes*, Éditions de l'aube.
- Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis (CECVS) (1994) *Carta das cidades europeias para a sustentabilidade*, Primeira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, Aalborg, Maio, in www.sustainable-cities.eu/.
- CMT, *Plano de Pormenor de Pêro Gil*, Tavira.
- CMT (1979) *Plano Geral de Urbanização de Tavira, Análise-Diagnóstico*, Tavira.
- CMT (1989) *Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira*, Tavira.
- CMT (1997) *Plano Director Municipal de Tavira*, Tavira.
- CMT (2003a) *Projecto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação no Concelho de Tavira*, Tavira.
- CMT (2003b) *Plano Estratégico de Tavira*, Tavira.
- CMT (2006) *Plano de Pormenor de Pêro Gil*, Tavira.
- CMT (2007a) *Tavira - vila antiga, cidade renovada*, Tavira.
- CMT (2007b) *Projecto Mobilidade Sustentável*, in [www.anmp.pt/anmp/div2006/mobisust/index .php](http://www.anmp.pt/anmp/div2006/mobisust/index.php) (31-10-2007).
- CAMPOS, Vítor (2007) *O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e a Gestão Territorial no Âmbito Local*, Revisão do PDM de Loures – Sustentabilidade Territorial, Jornadas de Reflexão Estratégica, Centro Cultural de Moscavide, Março.
- CONFERÊNCIA DAS CIDADES DO ARCO ATLÂNTICO (2002) *Propostas para uma estratégia de desenvolvimento da Conferência das Cidades do Arco Atlântico*, in http://www.arcat.org/Ressources/Documents/BE_Strategie_1_3_02_PT.pdf.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (CCE) (1990) *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento, Bruxelas.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (CCE) (1993a) *Em Direcção a um desenvolvimento sustentável: um Programa da Comunidade Europeia de política e acção em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável*, Luxemburgo: Jornal Oficial das Comunidades Europeias.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1993b) *Towards a Europe of Solidarity: Combating Social Exclusion*. Social Europe, sup. 4/93.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (CCE) (1999a), *EDEC: Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário*, Luxemburgo.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (CCE) (1999b), *Desenvolvimento Urbano Sustentável na União Europeia: um Quadro de Acção*, in <http://europa.eu.int>
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2001) *Desenvolvimento sustentável na Europa para um mundo melhor: Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável – Comunicação da Comissão*, Bruxelas, Maio.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (CCE) (2004) *Para uma estratégia temática sobre ambiente urbano*, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas.

- COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA (1994a) *Guide pour la Réalisation des Plans Stratégiques de Développement des Villes Moyennes*. Lisboa: Oficina de Arquitectura.
- COMISSÃO EUROPEIA (CE) (1994b), *Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade*, Dinamarca, Maio.
- COMISSÃO EUROPEIA (1996a) *Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção*. Lisboa, 2ª Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis.
- COMISSÃO EUROPEIA (1996b) *Cidades Europeias Sustentáveis - Relatório final*, Grupo de Peritos sobre Ambiente Urbano. Bruxelas: Comissão Europeia, Março.
- COMISSÃO EUROPEIA (1998) *Desenvolvimento Urbano Sustentável na União Europeia. Um Quadro de Acção*. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões. Bruxelas: Comissão Europeia.
- COMISSÃO EUROPEIA (CE) (2000a) *Para um perfil da sustentabilidade local – Indicadores comuns europeus*, Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano.
- COMISSÃO EUROPEIA (CE) (2000b), *Declaração de Hannover*, Hannover.
- COMISSÃO EUROPEIA (CE) (2001), *Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável*, Bruxelas.
- COMISSÃO EUROPEIA (CE) (2002) *Opções para um futuro mais verde – a União Europeia e o Ambiente*, Fevereiro, Bruxelas.
- COMISSÃO EUROPEIA (CE) (2003) *Pour des stratégies de développement durable des transports et de l'aménagement urbain – Guide pour les décideurs*, coord. por May, Institute for Transport Studies, University of Leeds, UK.
- COMISSÃO EUROPEIA (CE) (2004), *Os Compromissos de Aalborg*, Aalborg.
- COMISSÃO EUROPEIA (CE) *Sexto Programa de Acção Comunitária em matéria de Ambiente*, in http://www.eicpme.iapmei.pt/eicpme_art_03.php?actual=0&temaid=30&temasubid=199&id=21# (Maio de 2007).
- COMISSÃO EUROPEIA (CE) (2007) *Carta Leipzig sobre a sustentabilidade nas cidades europeias*, in <http://www.eukn.org/binaries/eukn/news/2007/5/leipzig-charter-final-draft-020507-en.pdf> (Junho 2007).
- COSTA, Frederico; AUGUSTO, Paulo (2003) *Pensar no Desenvolvimento a partir do Local: Novo Desafio para os Gestores Públicos*, Editora FGV, Rio de Janeiro, in http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_professor.asp?cd_pro=31.
- COUTADA, Ricardo; NOGUEIRA, Miguel (1998) *Competitividade e Promoção da Cidade – Manifestações Territoriais*, Revista Inforgeo, A Interdisciplinaridade na Geografia Portuguesa: Novos e Velhos Desafios, Vol. 12 e 13, Associação Portuguesa de Geógrafos.
- DATAR – QUATERNAIRE (1995) *Le Systeme Urbain du SW Europeén*. Rapport final, Paris, DATAR.
- DIRECÇÃO GERAL DO AMBIENTE (2000) *Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*, MAOT.
- DECLERIS, M. (2000) *The Law of Sustainable Development*, UE, DG Environment, in <http://europa.eu.int/comm/environment/law/sustlaw.pdf>.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA – I Série-A (1998), *Lei de Bases do Ordenamento do Território e de Urbanismo* (Lei nº 48/98).
- DIEGUES, António (1992) *Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas*, in São Paulo em perspectiva, Jan-Jun 1992, 6 (1-2).

- DGOTDU (1997) *Sistema Urbano Nacional. Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais*. VOL. I e II, elab. Por QUATERNAIRE, Lisboa, DGOTDU.
- DGOTDU (2002) *Sistema Urbano Nacional. Rede Complementar*. Coord. Teresa Sá Marques, Coleção Estudos 6., Lisboa, DGOTDU.
- DGOTDU (2002b) *Sistema Urbano Nacional. Síntese*. Coord. João Ferrão e Teresa Sá Marques, Coleção Estudos 7., Lisboa, DGOTDU.
- DGOTDU - MAOT (2006) *Programa Nacional Da Política De Ordenamento Do Território. Relatório*. Dezembro 2006, Lisboa.
- DGOTDU (2006) *Indicadores de sustentabilidade urbana - para quê ?*, in http://lisboaenova.org/pagina/images/stories/Formacao/2006/3_sessao_28_set/Virginia_almeida/Apresentacao_virginia_almeida_281006.pdf.
- DGOTDU (2007) *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) - Relatório, Anexo à Lei nº 58/58/27*, in <http://www.territorioportugal.pt/> (17 Set 2007).
- DIRECÇÃO GERAL DO AMBIENTE (2000) *Proposta para um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável*.
- DOMINGUES, João (2004) *De Roma a Roma*, IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Viver a Europa: Uma Constituição para os Europeus, in <http://www.ieei.pt/programas/post.php?id=19>.
- DOMINGUES AI (2006) *Cidade e Democracia. 30 anos de transformação urbana em Portugal*. Argumentation.
- DRUCKER, Peter (2002) *Sociedade Pós-Capitalista*, Actual Editora, Lisboa.
- EVERS, H.; NIJKAMP, P. (1990) – *Sustainability of urban systems*. Avebury-Gower, Aldershot.
- FERNADES E. e CACHINHO H. (1985) *Crescimento e estrutura urbana de Tavira, Estudos de Geografia Humana e Regional*, CEG, FLUL
- FERRÃO J, Brito Henriques E, Oliveira das Neves A (1994) *Repensar as cidades de média dimensão*. *Análise Social*, Vol. XXIX (5º): 1123-1147.
- FERRÃO J (1995) *Cidades Médias: superar a tirania da dimensão. As Cidades Médias e o Ordenamento do Território*, Org. MPAT, Coimbra, CCRC: 11-17.
- FERRÃO J (1995b) *Que Política para as Cidades de Média Dimensão? - Uma estratégia para uma nova condição*. Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e o Ordenamento do Território, Lisboa, MPAT: 219-232.
- FERREIRA, António (2005), *Gestão estratégica de cidades e regiões*, Fundação Calouste Gulbenkian.
- FIRMINO, Ana (2004), *A casa ecológica: inovação e desenvolvimento sustentável*, in *Revista Geoinova*, nº 10, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa.
- FERRÃO, João (2004) *A emergência de estratégias transnacionais de ordenamento do território na União Europeia: reimaginar o espaço europeu para criar novas formas de governança territorial?* EURE-Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales (Vol. XXX, N°89), pp. 43-61, Santiago de Chile, Maio, in www.portugal.gov.pt/.../Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Composicao/Perfil/JoaoManuelMachadoFerrao.htm.
- GASPAS J (1972) *Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- GASPAS J (1975) *Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental*. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, X(19): 107-152.

- GASPAR J (1980) *Urban growth trends in Portugal*. EPRU, Relatório N°17, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- GASPAR J (1984) *Urbanization, growth problems and policies*. In Williams A (ed) *Southern Europe Transformed*, Harper and Row, Londres.
- GASPAR J (1987) *Portugal. Os Próximos Vinte Anos. Ocupação e a Organização do Espaço. Retrospectiva e Tendências*. Vol.I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GASPAR J (1988) *Réseau Urbain et Régionalisation*. Annales de Géographie, 97 (541), Paris.
- GASPAR J (1990) *The new map of Portugal*. In Hebbert M, Hansen J C (ed.) *Unfamiliar Territory. The reshaping of European geography*, Avebury, Aldershot: 101-117.
- GASPAR J, et al (1989) *Portugal. Os Próximos Vinte Anos. Ocupação e a Organização do Espaço. Uma Prospectiva*. Vol. VI, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GASPAR J (1992) Portugal: nota breve sobre transformações e tendências. *Inforgeo*, 4: 63-69.
- GASPAR J, Jensen-Butler C (1992) *Social, economic and cultural transformation in the portuguese urban system*. *International Journal of Urban and Regional Research*, 16(3): 442-461.
- GASPAR J (1993) *As Regiões Portuguesas*. MPAT, Lisboa.
- GASPAR J (1993b) Reordenamento Urbano em Portugal. Actas do Seminário Internacional *Serviços e Desenvolvimento numa Região em Mudança*, Coimbra, C.C.R. Centro: 415-421.
- GASPAR J (1993c) Geografia e Ordenamento do Território. Dos Paradigmas aos Novos Mapas. *Colóquio/Ciências*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 13: 51-56.
- GASPAR J (1992/1993) - *Estudo de Análise e Prospectiva do Desenvolvimento Regional, RELATÓRIO DE SÍNTESE*, Coordenador Geral do estudo elaborado pelo CEDRU, para a Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional.
- GASPAR J (1996) *O novo ordenamento do território: geografia e valores. Dinamismos Sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*, IEG, Coimbra: 707-718.
- GASPAR J (1997) Comentário ao Painel "Dimensão e Função dos Centros. As Cidades Pequenas e as Cidades Intermédias". *A Política das Cidades*, Conselho Económico e Social, Lisboa: 105-108.
- GASPAR J, et al (1998) *Cidades Médias: Imagem, Quotidiano e Novas Urbanidades*. EPRU, Relatório N°47, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- GASPAR J, Brito Henriques E, Vale M (1998) *Economic restructuring, social re-composition and recent urban changes in Portugal*. *Geo Journal*, 46: 63-76.
- GASPAR J (1999) *Le Portugal: changements récents et place dans le Sud-Ouest de l`Europe*. *Sud-Ouest Européen*, 5: 61-74.
- GASPAR J (2000) *Cidades Médias e Cidades Intermédias. Novas Funções Territoriais e Novas Formas Urbanas em Portugal*. In Bellet C, Llop J (ed.) *Ciudades Intermedias. Urbanización y Sostenibilidad*, Ed. Milénio, Lleida: 125-140.
- GASPAR J (2000b) *Para além da Geografia*. *Arquitectura e Vida*. 6: 28-35.
- GASPAR J (2003) *Le Portugal: territoires en mutation*. *Géographie, Économie, Société*, 5: 119-138.
- GASPAR, J.; SIMÕES, J.; BARROSO, S.; (2005) *Reabilitação urbana – centros históricos, áreas de génese ilegal e realojamento, Geografia de Portugal – Planeamento e ordenamento do território*, Direcção Carlos Alberto Medeiros, Círculo de Leitores.
- GASPAR J (2006) *Evolução e Perspectivas do Desenvolvimento Territorial*. In Gaspar J, Simões J M (coord) *Geografia de Portugal. Planeamento e Ordenamento do Território*, Círculo de Leitores, Lisboa, Vol. 4: 16-28.

- GONÇALVES, J. M. (1995) «*Usos e abusos do urbanismo contemporâneo*», *Sociedade e Território* 21.
- HALL, Peter; PFEIFFER, Ulrich (2000), *Urban Future 21 – a global agenda for twenty-first century cities*, Spon Press.
- HENRIQUES, Eduardo (1994), *Vender a cidade, ou as lógicas e as estratégias do marketing urbano*, Revista Finisterra, XXIX, 58, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- HAUGHTON, Graham and HUNTER, Colin (1994) *Sustainable Cities*, Jessica Kingsley Publishers, Ltd.
- ICLEI, *The European Sustainable Cities and Towns Campaign*, in <http://www.iclei.org/index.php?id=1449>.
- INE, *Censos 2001*, Portugal.
- INE, *Censos 1991*, Portugal.
- INE, *Censos 1981*, Portugal.
- INE, DGOTDU (1999) *Indicadores urbanos do continente*, Série de Estudos n° 80.
- INE (2000) *Dinâmicas e padrões territoriais do continente português*, Edição 2000.
- INE (2001) *Atlas das Cidades de Portugal*, Vol. I e Vol. II.
- INE (2005) *Anuário Estatístico da Região Centro*, Portugal.
- INE (2005) *Anuário Estatístico do Algarve*, Portugal.
- INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2007) Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006, Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional in <http://www.qca.pt>.
- LAMAS, José (1991) *Os planos de urbanização de Tavira. 10 anos de trabalho do atelier*, Sociedade e Território, ano 5, n° 13.
- LAYRARGUES, Philippe (1997) *Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução de um conceito*; In: *Proposta*, 25 (71):5-10.
- LEDO, Andrés (1996) *Ciudad y desarrollo urbano*, Colección Espacios Sociedades, Editorial síntesis.
- Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei n.º 48/98 de 11-08-1998, in www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LN_18746_1_0001.htm).
- LOBO, Isabel Sousa (1995) *Planeamento Urbanístico e as Cidades Médias*, As Cidades Médias e o Ordenamento do Território, Org, MPAT-CCRC, Coimbra, pp. 105-111.
- LOBO, Isabel Sousa (1997) *Cidades Pequenas e Cidades Médias*, in Colóquio A Política das Cidades, Lisboa, CES, pp. 61-103.
- LYNCH, Kevin (1999) *A boa forma da cidade*. Edições 70.
- MARÇALO, Carlos (2007) *Estado é quem mais investe nos SIG*; in <http://www.semana.informatica.xl.pt/837/est/100.shtml>.
- MAOT (1999) *Programa Polis. Programa de requalificação urbana e valorização ambiental de cidades*, MAOT, in <http://www.dga.min-amb.pt/polis5/5.htm>
- MARQUES DA COSTA, Eduarda (1999), *Uma nota sobre as políticas das cidades em Portugal nos anos noventa*, Revista Inforgeo, 14, Lisboa, Edições Colibri.
- MARQUES DA COSTA E (2000) *Cidades Médias e Ordenamento do Território. O caso da Beira Interior*. Dissertação de doutoramento em Geografia (Planeamento Regional e Local) apresentada em 28 de Maio de 2001, à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

- MARQUES DA COSTA, Eduarda (2002) *As cidades médias - contributos para a sua definição*, in http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2002-74/74_05.pdf.
- MARQUES DA COSTA E, Marques da Costa N (2003) *Acessibilidades e configuração de bacias de emprego no território nacional*. Actas do X Encontro da APDR, Évora, 26 a 28 de Junho.
- MARQUES DA COSTA E, Marques da Costa N, Silva G (2003b) *Estratégias de povoamento e políticas de expansão dos aglomerados urbanos*. Comunicação apresentada na Conferência Ordenamento do Território e Revisão dos PDM - Painel: PDM's e o Ordenamento do Território, da Associação Nacional de Municípios Portugueses.
- MARQUES DA COSTA, Eduarda (2007) *As Cidades em Portugal nos últimos 20 anos – espaços de crescimento, espaços de vida*, in Ciclo de Conferências da Reitoria da Universidade de Lisboa Portugal: Vinte Anos de Integração Europeia, ed. Reitoria da Universidade de Lisboa.
- MARQUES DA COSTA, Eduarda (2007) *Modelos de organização do território português*. As várias visões de Jorge Gaspar, in geophilia. O sentir e os sentidos da Geografia. Homenagem a Jorge Gaspar, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 513-528.
- MARQUES T S (2004) *Portugal na Transição do Século. Retratos e Dinâmicas Territoriais*. Ed. Afrontamento, Feira, [R1]
- MATOS, F.; SALGUEIRO, T.; (2005) *Habitar nas cidades portuguesas*, Geografia de Portugal – Sociedade, paisagens e cidades, Direcção Carlos Alberto Medeiros, Círculo de Leitores.
- MEADOWS, Dennis et al. (1978) *Limites do Crescimento*, Editora Perspectiva, São Paulo.
- MELO, Alfredo (1999), *A sociologia das cidades*, Colecção Temas de Sociologia, Editorial Estampa, Lda.
- MENDES, Maria (1982), *A lógica das cidades*, Revista Finisterra, vol. XVII, nº 33.
- MEPAT (1999) *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, 2000-2006. Visão Prospectiva*. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - MEPAT.
- MEPAT-GAERE (1996) *Urbanização e Coesão Social em Portugal*. Elaborado por CEDRU, GAERE-MEPAT, Lisboa.
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2002) *Polis em números*, Programa Polis.
- MOREIRA BRAGA, Tânia (2006) *Sustentabilidade e condições de vida em áreas urbanas: medidas e determinantes em duas regiões metropolitanas brasileiras*, EURE-Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales; Pontificia Universidad Católica de Chile, Instituto de Investigación y Posgrado, in http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612006000200004&script=sci_arttext.
- OULLET, Michel (2002) – *Pou une nouvelle ville de Gatineau résolument tournée vers les transports durables et t une forme urbaine plus viable, Vivre en Ville*, Regroupement québécois pou le développement viable des agglomérations, in www.vivreenville.org.
- PACHECO, Elsa; (2005) *Mobilidade e transportes – Sociedade, paisagens e cidades*, *Geografia de Portugal*, Direcção Carlos Alberto Medeiros, Círculo de Leitores.
- PARQUE EXPO 98 (2002), *Gestão urbana – passado, presente e futuro*, Lisboa.
- PEREIRA, Margarida (2004), *As metamorfoses da cidade dispersa*, Revista Geoinova, nº 10, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa.
- PEREIRA, P. (2007) *Só um em cada 100 portugueses faz uso diário da bicicleta*, in <http://gaia.org.pt/node/2202> (Outubro 2007).
- PIMENTA, Regina; RODRIGUES, Aline (2007) *O sistema nacional de informação territorial e o portal do ordenamento do território e do urbanismo*, DGOTDU, Janeiro, Lisboa in <http://www.dgotdu.pt/ticot/apresenta%C3%A7%C3%A3o/Mesa%20Redonda%2011/dgotdu/semi%C3%A1rio%20L nec-TIC-25.01.07.pdf>.

- PINHO, Paulo (1997) *Dinâmicas de transformação e qualidade do ambiente urbano - o caso da área metropolitana do Porto*, in Estatísticas & estudos regionais, 14; INE-DRN. Porto.
- PINTO, P. (2001) *Um dever chamado futuro. Para a definição de um conceito estratégico português*. Lisboa: Oficina do Livro.
- POEIRA, Maria et al. (2001) *Ambiente Urbano em Portugal: projectos referência*, Lisboa, DGOTDU.
- PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João (2003) *Políticas urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*, Fundação Calouste Gulbenkian.
- PORTAS N et al (2003) *Políticas Urbanas, Tendências, Estratégias e Oportunidades*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2007) – *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015* (ENDS) (Documento aprovado pela RCM n.º109/2007, de 20 de Agosto), in <http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/pt/desenvolvimentosustentavel/indicadores-e-metas/lista.aspx> (Maio de 2007).
- Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (Despacho n.º 42/2003 (2ª. Série)) in, http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/dgotdu_site_invprg01.aspx?progid=10 (Julho 2007).
- QUEIRÓS, Margarida (2001) *O desafio ambiental – as políticas e a participação dos actores*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 109/2007, *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável* (ENDS 2015), in <http://www.desenvolvimentosustentavel.pt>.
- RIBEIRO, Orlando (1989) *Geografia de Portugal - o povo português*. Volume III.
- RIBEIRO, Orlando et al. (1991) *Geografia de Portugal*, Volume IV, Edições Sá da Costa.
- RIST, Gilbert (1996) *Le développement. Histoire d'une croyance occidentale*. Presses de Science Pó, Paris.
- ROSAS, Cátia (2005) Directiva-Quadro INSPIRE; in [http://www.confagri.pt/Ambiente/Areas Tematicas/DomTransversais/Documentos/doc78.htm](http://www.confagri.pt/Ambiente/AreasTematicas/DomTransversais/Documentos/doc78.htm).
- SACHS, Ignacy (1986) *Ecodesenvolvimento crescer sem destruir*, São Paulo: Vértice.
- SALGUEIRO, Teresa (1987) *Os Transportes no desenvolvimento das cidades portuguesas*, Centro de Estudos dos povos e culturas de expressão portuguesas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1999) *A cidade em Portugal - uma geografia urbana*. Edições Afrontamento, 3ª Edição.
- SANTOS, L.; MARTINS, I. (2002) *A qualidade de vida urbana – o caso da cidade do Porto*, Investigação – trabalhos em curso-n.º116, Faculdade de Economia - Universidade do Porto, in www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/wp116.pdf (Outubro 2007)
- SALVIANO, A. (2005) *Aquecimento da terra - um problema para a humanidade*, Sapiência – Informativo da Faperpi, in <http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia6/artigos.php>.
- SATTERTHWAITTE, David (1999) *The Links between Poverty and the Environment in Urban Areas of Africa, Asia and Latin America*; United Nations Development Programme (UNDP) and the European Commission (EC), New York, in Sage Journals Online, <http://ann.sagepub.com/cgi/content/refs/590/1/73> .
- SANTOS, Sofia (2003) *Política Urbana e Competitividade das Cidades - a protecção e valorização do património urbano em Lisboa*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SILVA, Fernando (2003) *Políticas Urbanas para uma mobilidade sustentável*, Revista Geoinova, n.º 7, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa.

- SILVA, Fernando (2004) *Políticas Urbanas para uma mobilidade sustentável: do diagnóstico às propostas*, Revista Geoinova, nº 10, Revista do Departamento de geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa.
 - SIMÕES, José Manuel (2002) *Gestão Urbana – passado, presente e futuro*; Parque Expo S.A.; Lisboa.
 - SOUZA, Nali (1999) *Desenvolvimento Económico*, Ed. São Paulo: Atlas.
 - SOUZA, Léa; RAMOS, Rui; SILVA, António; MENDES, José (2003) *Cidades Sustentáveis: um desafio comum para Brasil e Portugal*, III ENECS - Encontro Nacional Sobre Edificações E Comunidades Sustentáveis, in <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1355>.
 - TORRES, Vidal; GAMA, Carlos (2005) *V Congresso Internacional de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável*, IST – Universidade Técnica de Lisboa, Habana, in <http://cegeo.ist.utl.pt/html/investiga/etcds.pdf>.
 - UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP), *Report of the United Nations Conference on the Human Environment*, in <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97>
- EUROPEAN URBAN KNOWLEDGE NETWORK (2008), URBAN-NET issues First Call on Sustainable Urban Development, in http://www.eukn.org/eukn/news/2008/01/urbannet-first-call_1011.html
- VASCONCELOS, Lia (2001) *Participação Rumo à sustentabilidade – a experiência da AL21*, comunicação apresentada no VI Congresso Nacional de Engenharia do Ambiente, Lisboa, Novembro, in <http://www.wteamup.pt/docs/VICNEA2001.pdf>.
 - WIRTH, Ioli; BRYAN, Newton; MOMMA, Adriana; PAVIOTI, Cristiane; POMPEU, Maria; *Desenvolvimento Sustentável: histórico, conflitos e perspectivas*, in www.cori.rei.unicamp.br/iau/completos/desenvolvimento%20sustentavel%20%20historico%20%20conflitos%20e%20p.
 - WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (1987) *Our Common Future*, Oxford: Oxford University.

Sites consultados:

- www.un.org/ (Setembro de 2005)
- <http://ec.europa.eu/> (Setembro de 2005)
- <http://europa.eu.int/> (Setembro de 2005)
- www.ace.mmu.ac.uk/ (Setembro de 2005)
- www.iambiente.pt (Setembro de 2005)
- www.onuportugal.pt (Setembro de 2005)
- <http://www.anmp.pt/> (Setembro de 2005)
- <http://iisd1.iisd.ca/> (Setembro de 2005)
- www.sustainable-cities.org/ (Setembro de 2005)
- www.geota.pt/ (Setembro de 2005)
- www.diramb.gov.pt/ (Setembro de 2005)
- <http://ec.europa.eu/> (Setembro de 2005)
- <http://www.iclei.org/> (Setembro de 2005)
- www.ccr-norte.pt (Setembro de 2005)
- <http://sustainable-cities.eu/> (Março de 2006)
- www.iclei.org/ (Agosto de 2006)
- www.cubofrome.org/ (Agosto de 2006)
- www.ccdrc.pt (Janeiro de 2007)
- www.ccdr-alg.pt (Janeiro de 2007)
- <http://local.pt.eea.europa.eu> (Março de 2007)
- <http://civitas.dcea.fct.unl.pt> (Março de 2007)
- www.gsdi.org (Maio de 2007)
- <http://www.ieei.pt/> (Maio de 2007)
- <http://www.urbanaudit.org/> (Março de 2007)
- www.cm-aveiro.pt (Junho de 2007)
- www.cm-tavira.pt (Junho de 2007)
- <http://www.dgotdu.pt> (Setembro de 2007)
- www.territorioportugal.pt (Setembro de 2007)
- www.qca.pt (Setembro de 2007)
- www.inh.pt (Setembro de 2007)
- <http://www.portugal.gov.pt/> (Setembro de 2007)
- <http://www.inspire-geoportal.eu/> (Novembro de 2007)
- <http://snig.igeo.pt/inspire/> (Novembro de 2007)
- <http://www.ec-gis.org/inspire/> (Novembro de 2007)
- www.moveaveiro.pt (Outubro de 2007)
- www.qren.pt (Janeiro de 2008)
- www.rotadaluz.pt (Janeiro de 2008)
- www.pvot.qren.pt (Janeiro de 2008)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Princípios base do desenvolvimento sustentável	10
Figura 2 – Pilares do desenvolvimento sustentável	11
Figura 3 – Modelo de cidade sustentável	13
Figura 4 – Municípios portugueses que assinaram a Carta de Aalborg	17
Figura 5 – Triângulo de objectivos: para um desenvolvimento do território equilibrado e sustentável	24
Figura 6 - População Residente nas Cidades de Portugal Continental em 2001	40
Figura 7 – Tipologias de Áreas Urbanas, 2001.	42
Figura 8 - Configuração geral da Política de Cidades POLIS XXI	56
Figura 9 - A implementação da ENDS – Principais instrumentos	62
Figura 10 - O portal de ordenamento do território e urbanismo.	69
Figura 11 - Para que servirá o SNIT	69
Figura 12- Enquadramento das cidades no território nacional	73
Figura 13 – Limites da cidade de Aveiro no Concelho	73
Figura 14 – Limites da cidade de Tavira no Concelho	73
Figura 15 – Rede viária em Aveiro	74
Figura 16 – Rede viária em Tavira	74
Figura 17 - População residente empregada por CAE em 2001	80
Figura 18 – Projecto de desenvolvimento da cidade de Aveiro	90
Figura 19 – Loja da Buga	97
Figura 20 - Pistas cicláveis	97
Figura 21 – Bicicleta Buga	97
Figura 22 - Percursos turísticos BUGA definidos pelo posto de Turismo da Rota da Luz-Aveiro.	97
Figura 23 - Percurso dos Transportes Públicos em Tavira	104
Figura 24 – Parques de estacionamento na cidade de Tavira	105
Figura 25 – Área de intervenção no Centro Histórico ao nível da mobilidade	105
Figura 26 – Meios de transporte utilizados pelos inquiridos	115
Figura 27 – Duração média do tempo de ida para o trabalho ou estudo	115
Figura 28 – Locais onde almoçam os inquiridos	116
Figura 29 – Estado de Saúde dos inquiridos	117
Figura 30 – Rendimento mensal do agregado familiar	122
Figura 31 - Designação das Cidades Oficiais de Portugal Continental em 2002	180
Figura 32 – Área de intervenção do Programa Polis em Aveiro	186
Figura 33 - Planta da cidade de Tavira com a indicação das áreas de protecção (a mais recente).	189
Figura 34 – Planta de enquadramento - Plano de Pormenor Plano de Pormenor de Pêro Gil (CMT, 2006)	191
Figura 35 - Planta do Parque de Exposições de Tavira	193
Figura 36 – Urbanização no centro da cidade	198
Figura 37 – Centro Cultural e de Congressos de Aveiro	198
Figura 38 – Requalificação das margens do Canal do Côjo	198
Figura 39 – Mercado Manuel Firmino (antes)	198
Figura 40 – Mercado Manuel Firmino (depois)	198
Figura 41 – Mercado do Peixe	198
Figura 42 – Estacionamento/jardim junto ao Canal São Roque	199
Figura 43 – Ponte pedonal no Canal de São Roque	199
Figura 44 – Pontes pedonais no Canal do Côjo	199
Figura 45 – Edifício da antiga Capitania	199
Figura 46 – Edifício recuperado de Arte Nova	199
Figura 47 – Estádio Municipal de Aveiro	199
Figura 48 – Parque de Feiras e Exposições de Aveiro	199
Figura 49 e 50 – Praça da República (Antes)	200
Figura 51 – Praça da República (Depois)	200
Figura 52 – Pousada do Convento da Graça	200
Figura 53 – Palácio da Galeria	200
Figura 54 – Mercado da Ribeira (exterior)	200
Figura 55 – Mercado da Ribeira (interior)	200
Figura 56 – Biblioteca Municipal Álvaro de Campos	201
Figura 57 – Rua da Liberdade	201
Figura 58 – Futuro Parque de Estacionamento junto à Estação Rodoviária	201
Figura 59 – Parque de Exposições de Tavira	201
Figura 60, 61 e 62 – Exemplos de rampas na cidade de Tavira	201

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios da sustentabilidade urbana	15
Quadro 2 - Principais ameaças ao desenvolvimento sustentável	19
Quadro 3 – Síntese dos objectivos das iniciativas/políticas comunitárias	28
Quadro 4 - Primeira geração de indicadores comuns europeus "Para um perfil da sustentabilidade local"	32
Quadro 5 – Princípios do INSPIRE	35
Quadro 6 - Número de Centros Urbanos e Percentagem de População Residente em Centros Urbanos (lugares com mais de 10 000 habitantes) - Evolução 1960-2001.	38
Quadro 7 - População residente por classe de dimensão dos lugares, 1981 e 2001 (%)	39
Quadro 8 – Principais problemas das cidades portuguesas	43
Quadro 9 – Indicativo das necessidades de investimento do Programa Polis	51
Quadro 10 – Indicativo das fontes de financiamento do Programa Polis	52
Quadro 11 – Indicativo das disponibilidades financeiras (FEDER) na Medida 2.1 da I.O. Ambiente, para investimentos no âmbito do Programa Polis (milhões de euros)	52
Quadro 12 - Indicativo das disponibilidades financeiras (FEDER) no Eixo Prioritário 2 das I.O. Regionais, para investimentos no âmbito do Programa Polis (milhões de euros)	53
Quadro 13 - Indicativo das disponibilidades financeiras (FSE) no Eixo Prioritário 2 das I.O. Regionais, para investimentos no âmbito do Programa Polis (milhões de euros)	53
Quadro 14 - Indicativo dos níveis de comparticipação para as componentes do Programa Polis	54
Quadro 15 – Candidaturas às Acções Preparatórias	59
Quadro 16 – Iniciativas nacionais: Balanço dos seus objectivos e classificação segundo os vectores da sustentabilidade	63
Quadro 17 – As cidades nos concelhos em 2001	75
Quadro 18 – Indicadores Demográficos em 2005	76
Quadro 19 - População residente por município, segundo os grandes grupos etários e sexo em 31/12/2005	76
Quadro 20 – Indicadores de saúde por município, 2004	77
Quadro 21 – Cinema, Espectáculos ao vivo, Museus e galerias de arte por município, 2004	77
Quadro 22 - Despesas das câmaras municipais em actividades culturais e de desporto por município, 2004	78
Quadro 23 – Indicadores de cultura por município, 2004	78
Quadro 24 – Edifícios licenciados pelas câmaras municipais e edifícios concluídos por município em 2005	79
Quadro 25 – Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o nível de	79
Quadro 26 - Beneficiários de subsídios de desemprego, segundo o sexo e idade, por município, 2005	80
Quadro 27 – Indicadores do mercado de trabalho por município, 2003	81
Quadro 28 – Indicadores das empresas por município, 2004 e 2005	81
Quadro 29 – Indicadores de consumo de energia por município, 2004	82
Quadro 30 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento e estada média nos estabelecimentos em 31.7.2005 por município, 2005	82
Quadro 31 – Indicadores de ambiente por município, 2004	83
Quadro 32 – Ordenamento do Território por município, 2005	83
Quadro 33 - Matriz SWOT de Aveiro	84
Quadro 34 - Matriz SWOT de Tavira	86
Quadro 35 - Linhas estratégicas do Plano Estratégico da Cidade de Aveiro	91
Quadro 36 – Projectos/Acções do Plano Estratégico da Cidade de Aveiro	93
Quadro 37 – Intervenções do Programa Polis na cidade de Aveiro	95
Quadro 38 – Aspirações para a Cidade de Tavira (2003)	101
Quadro 39 – Vectores Estratégicos e objectivos do PET	102
Quadro 40 – Acções previstas para o município de Tavira	103
Quadro 41 – Objectivos do Projecto "Mobilidade Sustentável"	104
Quadro 42 – Quadro síntese de todas as acções previstas pelos diversos planos na cidade de Aveiro e a sua concretização	107
Quadro 43 – Quadro síntese de todas as acções previstas na cidade de Tavira e a sua concretização	109
Quadro 44 – Reabilitação do Centro Histórico de Tavira	110
Quadro 45 - Caracterização dos inquiridos das cidades em estudo	113
Quadro 46 – Situação na profissão	113
Quadro 47 – Tempo de deslocação e meio de deslocação	116
Quadro 48 – Práticas culturais	118
Quadro 49 – Locais onde os inquiridos praticam as actividades culturais	119
Quadro 50 – Vivências do dia-a-dia	120
Quadro 51 – Hábitos de consumo	121
Quadro 52 – Aspectos que mais agradam nas cidades em estudo	123
Quadro 53 – Aspectos que mais desagradam nas cidades	124
Quadro 54 – Mudanças ocorridas nas cidades em estudo	125
Quadro 55 – As necessidades das cidades na perspectiva dos seus habitantes	126
Quadro 56 – Síntese avaliativa da sustentabilidade das políticas na cidade de Aveiro	134

Quadro 57 – Listagem de participantes na Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis	157
Quadro 58 – Iniciativas comunitárias: Balanço dos seus objectivos e classificação segundo os vectores da sustentabilidade	162
Quadro 59 - Base de selecção dos indicadores (extracto da «lista de controlo»):	167
Quadro 60 - Lista de Indicadores Urbanos Audit (Domínio da qualidade de vida)	168
Quadro 61 – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - Eurostat	171
Quadro 62 – Indicadores Ambientais – Domínio ambiental da AEA	177
Quadro 63 – Indicadores Ambientais da DGA	181
Quadro 64 - Indicadores Económicos da DGA	182
Quadro 65 – Indicadores Institucionais da DGA	183
Quadro 66 – Indicadores Sociais da DGA	183
Quadro 67 – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável da ENDS	184

ACRÓNIMOS E SIMBOLOGIA

AIDA	Associação Industrial do Distrito de Aveiro
BUGA	Bicicleta de Utilização Gratuita
CMA	Câmara Municipal de Aveiro
CMT	Câmara Municipal de Tavira
CCE	Comissão das Comunidades Europeias
CE	Comissão Europeia
CIVITAS	Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis
CDS/ONU	Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
DGA	Direcção Geral do Ambiente
DGOTDU	Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
EDEC	Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
INE	Instituto Nacional de Estatística
INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
INH	Instituto Nacional de Habitação
INSPIRE	Infra-estrutura de Informação Espacial
ONU	Organização de Nações Unidas
PDM	Plano Director Municipal
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PE	Plano Estratégico
PER	Plano Especial de Realojamento
PIENDS	Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
PNDES	Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
PNPA	Plano Nacional da Política de Ambiente
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
Polis	Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades
PP	Plano de Pormenor
PRAUD	Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas
PROHABITA	Programa de Financiamento para Acesso à Habitação
PROSIURB	Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional
PU	Plano de Urbanização
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
RECRIA	Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Degradados
RECRIPH	Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de
REHABITA	Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SOLARH	Programa de Apoio Financeiro Especial
SNIT	Sistemas Nacional de Informação Territorial
SIT	Sistemas de Informação Territorial
SITMUN	Sistema de Informação Territorial Municipal
UE	União Europeia
UNCED	Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento
UNEP	Programa das nações Unidas para o Ambiente
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Anexos

ANEXO 1

Quadro 57 – Listagem de participantes na Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis

PAÍSES	ASSINANTES		PROVISÓRIO	TOTAL
Albania	Shkodra, Tirana,	2		0 2
Andorra	Escaldes-Engordany,	1		0 1
Armenia	Hrazdan	1		0 1
Australia	Shire of Yarra Ranges	1		1
Austria	Albeck, Deutsh-Griffen, Eisenkappel-Vellach, Feldkirchen in Kärnten, Frantschach-St. Gertraud, Fresach, Gmünd in Kärnten, Großsölk, Gurk, Innsbruck, Kappel am Krappfeld, Klagenfurt, Krumpendorf am Wörther See, Linz, Moosburg, Neuhaus, Obervellach, St. Georgen ob Judenburg, Stainz bei Straden, Steinbach an der Steyr, Trebesing, Weiz, Wien, Wörschach,	24	Bleiburg, Graz, Zell	3 27
Belgium	Anderlecht, Antwerpen, Ville de Bruxelles, Région de Bruxelles-Capitale, Charleroi, Etterbeek, Gent, Huy, Liège, Mons, Ottignies-Louvain-la-Neuve	11	Beersel	1 12
Bulgaria	Belene, Blagoevgrad, Botevgrad, Bourgas, Dobrich, Dryanovo, Etropole, Haskovo, Pleven, Plovdiv, Samokov, Sliven, Troyan, Varna, Veliko Turnovo	15	Cherven Bryag, Oriahovo, Zlatitsa,	3 18
Croatia	Bilje, Brod Moravice, Cabar, Cavle, Crikvenica, Delnice, Fuzine, Karlovac, Kastav, Koprivnica, Kostrena, Lokve, Lovran, Omisalj, Osijek, County of Osijek-Baranya, County of Primorsko-Goranska, Rijeka, Skrad, Sunja, Vrbovsko, Zagreb,	22		0 22
Cyprus	Lefkoşa(Nicosia), Limassol	2		0 2
Czech Republic	Hlucin, Vsetín	2		0 2
Denmark	Aalborg, Aarhus, Albertslund, Esbjerg, Herning, Høje-Tåstrup, København, Kolding, Storstrøms Amt, Vejle Amt, Vejle	11		0 11
Estonia	Haapsalu, Hääsemeeste, Narva, Pärnu, Tallinn, Tartu,	6	Kuressaare,	1 7
Finland	Espoo, Hämeelinnä, Hamina, Helsinki, Hyvinkää, Imatra, Itä-Uusimaa, Jakobstad, Järvenpää, Kaarina, Kemi, Kokkola, Kotka, Kouvola, Kuopio, Kuusamo, Lahti, Loppi, Muhos, Naantali, Nurmijärvi, Oulainen, Oulu, Pori, Rauma, Riihimäki, Tampere, Turku, Tuusula, Uusimaa Regional Council, Vantaa, Vihti,	32		0 32
France	Aix-en-Provence, Angers, Arcueil, Autun, Avignon, Calais, Chambéry, Châteauroux, Chécy, Comité Intercommunal de Jumelages et de Relations Internationales, Communauté d'Agglomération Rennes Métropole, Communauté d'Agglomération Sicoval Toulouse Sud-Est Dunkerque, Grenoble, Issy-les-Moulineaux, La Roche sur Yon, Langueux, Communauté Urbaine de Lille, Lille, Communauté Urbaine de Lyon, Marseille, Meylan, Montpellier, Montreuil, Nice, Orléans, Pamiers, Plaine Commune, Région Nord-Pas de Calais, Rennes, Roubaix, Saint Denis, Saint Jean de la Ruelle, Toulouse, Communauté Urbaine de Strasbourg, Valenciennes, Villeurbane, Wickerschwih, Viry-Chatillon	39	Avon, Seine Saint Denis	2 41
Germany	Aachen, Aichen, Stadt und Land Berlin, Bonn, Bremen, Bremerhaven, Chemnitz, Landkreis Dahme-Spreewald, Delmenhorst, Dörverden, Gemeindeverwaltungsverband Donauerschingen, Dresden, Düsseldorf, Emden, Emmendingen, Ennepetal, Ennigerloh, Erlangen, Flensburg, Freiberg, Freiburg, Fröndenberg, Gießen, Gladbeck, Hagen, Hamburg, Hamm, Hann. Münden, Hannover, Landkreis Harburg, Heidelberg, Herdecke, Herzogenrath, Husum, Jülich, Kiel, Lübben, Lübeck, Lüneburg, Mannheim, Möhnesee, München, Neubrandenburg, Neuruppin, Nonweiler, Nürnberg, Ober-Mörlen, Oranienburg, Plauen, Pleidelsheim, Porta Westfalica, Landkreis Potsdam-Mittelmark, Ratingen, Remscheid, Rheinberg, Landschaftsverband Rheinland, Rhein-Sieg-Kreis, Rosengarten, Saarbrücken, Schotten, Schwerin, Soest, Solingen, Sprockhövel, Stade, Straelen, Stralsund, Suhl, Samtgemeinde Wathlingen, Tornesch, Wedel, Wewer, Wiesbaden, Wismar, Wolfen, Wuppertal, Wörl, Yspertal	77	Ahrensburg, Landkreis Forchheim, Landkreis Hameln-Pyrmont, Reichelsheim, Rostock, Samtgemeinde Horneburg,	6 83
Greece	Acharnes, Agia Paraskevi, Agii, Agria, Alexandria, Almiros, Anargiri Anthidonos, Argalasti, Artemida, Athina (Athens), Axaia, Region of Crete, Exedoros, Feres, Georgioupolis, Giannitsa, Iolkos, Ithaca, Kalindion Lagada, Kalithea (Rodos), Kallindoion, Karla, Kato Klines Florinas, Keramidi, Kifissia, Koufalia, Larissa, Lavrion, Makrinitza, Milies, Olympos Karpathou, Perasma Florinas, Peristeri, Petaloudes, Portaria, Prespes, Pteleo, Rhodes, Sindos, Skotoussa Seron, Trikala, Volos, Xanthi, Coalition of 21 Municipalities in the Northern and Eastern Section of the Metropolitan Area of Athens, (Agia Paraskevi, Maroussi, Vrilissia, Galatsi, Heraklio, Kifissia, Lykovrisi, Melissa, Metamorphosi, Nea Erithraia, Nea Ionia, Neo Psychico, Papagos, Philothei, Pefki, Halandri, Holargos, Psychico, Ekali, Nea Penteli, Penteli)	64	Corfu, Korydallos, Lavreotiki, Livadia, Melissa,	5 69
Hungary	Aba, Monor Klein-Regionaler Gebietsentwicklungs Selbstverwaltung, Kecskemét, Nagykanizsa	4		0 4
Iceland	Reykjavik,	1		0 1
Ireland	Cork County Borough, Dún Laoghaire-Rathdown County Council, Kilkenny Borough Council	2	Dublin Corporation, Dublin Regional Authority, Fingal County Council	3 5
Israel	Jerusalem	1		0 1
Italy	Comuni: Acerra, Acı Castello, Acquapendente, Acquasparta, Adria, Agliana, Agugliano, Albano Laziale, Albenga, Albiate, Alessandria, Alessano, Alfonsine, Alghero, Altamura, Ancona, Andrano, Andreis, Andria, Anguillara Sabazia, Anticoli Corrado, Anzio, Aradeo, Arcola, Arenzano, Arese, Arezzo, Argenta, Ariccia, Arpino, Artogne, Arzachena, Arsoli, Ascoli Piceno, Asolo, Asti, Atella, Atessa, Atripalda, Augusta, Avellino, Bagno a Ripoli, Bagno di Romagna, Bagnolo del Salento, Bandito di Scarlino, Banzì, Barberino di Mugello, Barberino Val d'Elsa, Barcellona Pozzo di Gotto, Bareggio, Barga, Bari, Baricella, Barlassina, Barletta, Baronissi, Barrafranca, Barrali, Bassano del Grappa, Beinasco, Belluno, Bellusco, Belmonte Mezzagno, Belví, Berbenno, Bergoggi, Berzo Inferiore, Peschiera Borromeo, Biassono, Bibbona, Bienna, Bisignano, Bologna, Boltiere, Bolzano (Bózen), Bonate Sotto, Bonito, Bottanuco, Bova, Bovisio Masciago, Bracigliano, Brescia, Brindisi, Brunello, Bucine, Buscate, Busnago, Busto Garolfo, Buti, Cairo Montenotte, Caivano, Calci, Caltanissetta, Calderara di Reno, Calenzano, Carignano, Camigliano, Cammarata, Campi, Camposano (+ Roccarainola, Cimitile), Cantù, Capistrano, Bisenzio, Caneva, Canicattini Bagni, Canino, Canzano, Caorle, Capena, Capurso, Carate Brianza, Carbonia, Carducci, Carlentini, Carmagnola, Carovigno, Carpi, Carvico, Casarano, Casciana Terme, Casciano, Cascina, Casnate con Bernate, Casole d'Elsa, Casoria, Cassago Brianza, Cassina de' Pecchi, Castagneto, Castano Primo, Casteggio, Castel Gandolfo, Castelnuovo Del Garda, Castel San Giorgio, Castel San Pietro Terme, Castelfranco Emilia,	821	Comuni: Adelfia, Alatri, Alberobello, Altavilla Milicia, Bagnoregio, Bellaria Igea Marina, Bernate Ticino, Bolsena, Cartigliano, Chieri, Cinquefrondi, Colbordolo, Cortale, Forza d'Agrò, Furci Siculo, Gradara, Gratterti, Levate, Limina, Londa, Lumezzane, Mercogliano, Misilmeri, Monteciccardo, Montefiascone, Montelabbate, Ostuni, Pagliara, Palagiano, Pomigliano d'Arco, Quattro Castella, Roccalumera, San Martino Buon Albergo, San Vito dei Normanni, Sant'angelo	49 870

<p>Castellalto, Castellana Grotte, Castellarano, Castellina in Chianti, Castelnuovo ne' Monti, Castelnuovo Berardenga, Castiglione della Pescaia, Castiglion Fiorentino, Castiglione a Casauria, Castiglione del Lago, Castoreale, Castrovillari, Catania, Catanzaro, Cattolica, Cava dè Tirreni, Cecina, Cefalù, Ceglie Messapica, Cellamare di Bari, Celle Ligure, Cellino Attanasio, Cellino San Marco, Cerignola, Cermignano, Cernusco sul Naviglio, Cervia, Cesano Boscone, Cesano Maderno, Cesate, Cesena, Chioggia, Cineto Romano, Cinisello Balsamo, Cirimido, Cirò, Cirò Marina, Cislago, Cittaducale, Cittanova, Cividate Camuno, Civitavecchia, Civitella in Val di Chiana, Civitella San Paolo, Codigoro, Collagna, Colle di Val d'Elsa, Collesalvo, Collesalvo, Colleferro, Collegno, Collepasso, Collesalveti, Colonna, Comacchio, Comiso, Como, Comprensorio di Primiero, Condofuri, Conegliano, Conversano, Copparo, Corbetta, Corciano, Corsico, Correggio, Cosenza, Cossoine, Costa Volpino (+ <i>Castro, Lovere, Pisogne</i>), Crema, Cremona, Crucoli, Cuggiono, Cuglieri, Cupra Marittima, Cursi, Cutro, Cutrofiano, Dalmine, Darfo Boario Terme, Desenzano del Garda, Desio, Dicomano, Dolianova, Donori, Dueville, Elini, Empoli, Erba, Esine, Faenza, Fano, Ferrara, Fiano Romano, Ficarazzi, Filacciano, Filogaso, Filago, Filottrano, Firenze, Fiumedini, Fivizzano, Florida, Follonica, Fondachelli Fantina, Forlì, Formigine, Francavilla Angitola, Gabicce Mare, Gaggio Montano, Gaiole in Chianti, Gairo, Galbiate, Gela, Gallarate, Gangi, Garlasco, Gavorrano, Genazzano, Genova, Gianico, Giardinello, Gibellina, Giffoni Sei Casali, Ginosca, Gioia Tauro, Gioiosa Marea, Giuggianello, Gorle, Goro, Cormano, Gragnano Trebbiense, Granarolo dell'Emilia, Grosseto, Grottaferrata, Grottaglie, Grottamare, Grugliasco, Gubbio, Guidizzolo, Imola, Inarzo, Iseo (+ <i>Corte Franca, Provaglio di Iseo, Sulzano, Marone, Sale Marasino, Polaveno</i>), Isola delle Femmine, Isola di Capo Rizzuto, Itala, Ittiri, Jesi, Jesolo, L'Aquila, La Spezia, Laganò, Laigueglia, Laives (Leifers), Langhirano, Lanuvio, Lastra a Signa, Latiano, Latina, Lavello, Lecce, Lecco, Legnano, Leonforte, Letino, Lignano Sabbiadoro, Limbiate, Limido Comasco, Lipari, Lisciano Niccone, Lissone, Livorno, Loano, Locri, Lonate Pozzolo, Longare, Lucca, Lugo, Lurago Marinone, Macerata, Madone, Maierato, Magenta, Malalbergo, Manfredonia, Mantova, Mara, Maranello, Marcellinara, Marcon, Marino, Marsala, Martano, Martellago, Martina Franca, Masi Torello, Massafra, Massa Fiscaglia, Massa Martana, Matera, Mazara del Vallo, Mazzarino, Mazzarra' Sant'Andrea, Meda, Meduno, Mele, Melicucco, Melilli, Melissa, Melito di Napoli, Melito Porto Salvo, Menfi, Mentana, Mercato San Severino, Mesagne, Mezzago, Migliarino, Migliaro, Milazzo, Minerbio, Mirandola, Modena, Mogliano Veneto, Mola di Bari, Molfetta, Molinella, Molochio, Moniga del Garda, Monreale, Monselice, Montale, Montalto di Castro, Monte Santa Maria Tiberina, Montebelluna, Montecarlo, Montecastrilli, Montecatini Terme, Montecchio Maggiore, Montegrotto Terme, Monteiasi, Montemurlo, Montereale Valcellina, Monterosso Calabro, Montesano Salentino, Montesilvano, Montevago, Montevarchi, Morbegno, Morfasso, Morino, Morlupo, Mozzate, Mugnano del Cardinale, Mugnano di Napoli, Municipio XIII (Roma), Muro Lucano, Napoli, Nardò, Nardò, Nazzano, Ne, Nembro, Nichelino, Nizza di Sicilia, Nocera Inferiore, Noicattaro, Nosate, Novara, Novellara, Novi di Modena, Novi Ligure, Numana, Nusco, Oderzo, Olbia, Oppido Lucano, Orco Feglino, Oria, Orta di Atella, Osimo, Osio Sopra, Ostellato, Pabillonis, Pace Del Mela, Padova, Padria, Padru (+7 <i>altri comuni</i>), Padula, Pagani, Palazzo San Gervasio, Palermo, Palizzi, Palmariggi, Palmi, Parabiagio, Parabita, Parma, Partanna, Partinico, Pavia, Pergine Valdarno, Perinaldo, Perugia, Pesaro, Pescara, Pescate, Pesco Sannita, Petralia Sottana, Petrosino, Piacenza, Pian Camuno, Pianello Val Tidone, Piazza Armerina, Piedimonte Matese, Pietraperzia, Pieve Emanuele, Pinzano al Tagliamento, Piozzano, Pisa, Pistoia, Poggibonsi, Poirino, Polignano a Mare, Polia, Polistena, Pollina, Ponzano Romano, Portici, Porto Recanati, Porto Torres, Portomaggiore, Pozzallo, Pozzomaggiore, Pozzuoli, Prato, Preganziol, Presezzo, Presicce, Prestine, Quarrata, Quistello, Racalmuto, Radda in Chianti, Radicondoli, Ranica, Ravenna, Recanati, Recco, Reggio Calabria, Reggio Emilia, Reggiolo, Rezzato, Rho, Roghudi, Riano, Rignano Flaminio, Rimini, Riofreddo, Rionero in Vulture, Ripatransone, Rivoli, Robbiate, Rosciano, Rodi Milici, Roma, Rosarno, Rosignano Marittimo, Roviano, Rovigo, Rozzano, Ruffano, Russi, Rutigliano, Sabaudia, Sambuca di Sicilia, Sannicchia di Bari, San Benedetto del Tronto, San Biagio della Cima, San Casciano dei Bagni, San Casciano in Val di Pesa, San Donaci, San Donà di Piave, San Donato Milanese, San Ferdinando, San Gimignano, San Giorgio Morgeto, San Giovanni in Persiceto, San Giuliano Milanese, San Felice del Benaco, San Filippo Del Mela, San Giuliano Terme, San Giuseppe Vesuviano, San Marzano di San Giuseppe, San Michele al Tagliamento, San Michele di Ganzaria, San Michele Salentino, San Nicandro Garganico, San Pier Niceto, San Vitaliano, San Vittore Olona, Sanarica, Sanluri, Sannicandro di Bari, Santa Margherita di Belice, Santa Maria Nuova, Santa Marinella, Santa Sofia d'Epiro, Santa Teresa Gallura, Sant'Agata Li Battiati, Sant'Agata Militello, Sant'Arsenio, Sant'Oreste, Sardara, Sarmato, Sarsina, Sarule, Sarzana, Sassari, Sasso di Castalda, Sassuolo, Saviano, Savona, Scala, Scandicci, Scano di Montiferro, Scarlino, Sciarra, Scicli, Scisciano, Scorrano, Scorzè, Seci, Secugnago, Segrate, Seneghe, Senigallia, Sennariolo, Sequals, Serdiana, Serramanna, Sesto Fiorentino, Sesto San Giovanni, Sestri Levante, Seui, Seveso, Siena, Siracusa, Sirolo, Sogliano Cavour, Solarino, Soleminis, Solofra, Solza, Sona, Sondrio, Sorrento, Soverato, Sovizzo, Specchia, Sperlonga, Strongoli, Supersano, Suzzara, Taggia, Taormina, Taurisano, Tavagnacco, Tavarnelle Val di Pesa, Teggiano, Teramo, Terni, Terracina, Terranova da Sibari, Terelle, Tizzano Val Parma, Torchiarolo, Torino, Torre Annunziata, Torricella Sicura, Torrita Tiberina, Trapani, Travedona Monate, Travo, Tresnuraghes, Treviglio, Trevignano Romano, Trezzo sull'Adda, Trieste, Trivigno, Turbigo, Turi, Udine, Urbino, Vado Ligure, Valenzano, Valverde, Vanzaghelo, Varazze, Varedo, Varese, Vecchiano, Vedano Al Lambro, Velletri, Venaria Reale, Venosa, Ventotene, Vercelli, Verdellino, Verdello, Vernazza, Veroli, Verzino, Viadana, Viareggio, Vico Equense, Vicopisano, Vignola, Villapiana, Villasimius, Vimercate, Visciano (+ <i>Casamarcano</i>) Viterbo, Vito d'Asio, Vittorio Veneto, Voghiera, Zocca</p> <p>Comunità Montane: Comunità Montana dei Monti Lepini, Comunità Montana Del Montiferru, 5a Comunità Montana Val d'Arzino-Val Cosa-Val Tramontina, 15 Comunità Montana "Valle dei Liri", Comunità Montana "Alento Monte Stella", Comunità Montana "Alta Irpinia", Comunità Montana "Alta Tuscia Laziale", Comunità Montana "Aventino Medio Sangro", Comunità Montana "Basso Sinni", Comunità Montana "Calore Salernitano", Comunità Montana Colline Metallifere, Comunità Montana "Ingauna", Comunità Montana "Monte Mauro", Comunità Montana "Montedonico Tribucco", Comunità Montana "Monti del Trasimeno", Comunità Montana "Mugello", Comunità Montana "Penisola Amalfitana", Comunità Montana "Pinerolese Pedemontano", Comunità Montana "Val Sarmento", Comunità Montana "Versante Jonico", Comunità Montana Acquacheta, Comunità Montana Alta Valle Susa, Comunità Montana Alta Valmarecchia, Comunità Montana Argentea, Comunità Montana Argentina-Armea, Comunità Montana dei Monti Dauni Comunità Montana dei Monti Lattari, Meridionali, Comunità Montana del Baldo, Comunità Montana del Barigadu, Comunità Montana del Catria e Cesano, Comunità Montana del Cetona, Comunità Montana del Gemonese, Comunità Montana del Metauro Zona "E", Comunità Montana del Montefeltro-Zona B, Comunità Montana del Nuorese n°9, Comunità Montana del Pollino, Comunità Montana del Taburno, Comunità Montana del Volturno, Comunità Montana della Carnia, Comunità Montana della Lessinia, Comunità Montana della Riviera Spezzina, Comunità Montana della Valcuvia, Comunità Montana dell'Alto Jonio, Comunità Montana dell'Amerino "Croce di Serra", Comunità Montana dell'Appennino Forlivese, Comunità Montana delle Prealpi Trevigiane, Comunità Montana di Camerino, Comunità Montana Feltrina, Comunità Montana Presila Catanzarese, Comunità Montana Termino Cervialto,</p>	<p>in Lizzola, Santa Teresa di Riva, Settimo Torinese, Statte, Tavullia, Terlizzi, Termoli, Treviso, Vallinfreda, Venezia, Vivaro Romano</p> <p>Comunità: Comunità Montana Bassa Valle Susa e Val Cenischia, Comunità Montana della Murgia Tarantina, Comunità Montana Valle del Nera e Monte San Pancrazio Altri enti locali: Consorzio Volontario dei Comuni dell'Alto Salento,</p>
---	---

	Comunità Montana Valle del Santerno, Comunità Montana Valsesia, Comunità Montana Valtellina di Morbegno, Comunità Montana Valtellina di Tirano, Comunità Montana Zona Monti Picentini, Mountain Community of Lazio Region Parchi: Parco Adda Nord, Parco dei Nebrodi, Parco del Beigua, Parco del Monte Cucco, Parco dell'Etna, Parco di Colfiorito, Parco Fluviale del Po e dell'Orba, Parco Naturale del Conero, Parco Naturale del Sasso Simone e Simoncello, Parco Naturale dei Monti Aurunci, Parco Naturale e Riserva del Canavese, Parco Naturale Orsiera Rocciavère e Riserve degli Orridi di Chianocco e Foresto, Parco Naturale Regionale dell'Aveto, Parco Nazionale d'Abruzzo, Parco Nazionale dei Monti Sibillini, Parco Nazionale del Cilento e Vallo di Diano, Parco Nazionale del Cirleo, Parco Nazionale del Vesuvio, Parco Nazionale della Majella, Parco Nazionale dell'Asinara, Parco Nazionale dello Stelvio, Parco Nazionale Dolomiti Bellunesi, Parco Regionale Appia Antica, Parco Regionale dei Sassi di Roccamalatina, Parco Regionale del Delta del Po, Parco Regionale Gallipoli Cognato, Parco Regionale Migliarino San Rossore Massaciuccoli, Protetta Parco del Monte Subasio Province: Alessandria, Ancona, Arezzo, Benevento, Bergamo, Bologna, Brescia, Cagliari, Caserta, Chieti, Como, Cosenza, Cremona, Crotone, Enna, Ferrara, Firenze, Forlì-Cesena, Frosinone, Genova, Imperia, L'Aquila, Latina, Lecce, Livorno, Lucca, Mantova, Milano, Modena, Napoli, Novara, Nuoro, Palermo, Parma, Pavia, Perugia, Pesaro e Urbino, Pescara, Piacenza, Pisa, Prato, Ravenna, Reggio Emilia, Rimini, Roma, Rovigo, Salerno, Sassari, Siena, Siracusa, Teramo, Terni, Torino, Treviso, Varese, Venezia, Vercelli, Verona, Viterbo Regioni: Lazio, Liguria, Umbria, Sicilia, Siciliana Altri enti locali: Autorità di Ambito Territoriale Ottimale 4 Alto Valdarno, Circondario della Val di Cornia, Circondario Empolese Val d'Elsa, Comprensorio Bassa Valsugana e Tesino, Comunità Collinare Vigne e Vini, Consorzio di Bonifica Ugento e Li Foggi, Consorzio pubblico di igiene ambientale-Consorzio Est Milanese, Forum Agenda 21 Porto Torres, Società per lo sviluppo Magazzolo Platani-SMAP (13 comuni: Bivona, Alessandria della Rocca, Burgio, Cammarata, Casteltermini, Cianciana, Lucca Sicula, Palazzo Adriano, Sant'Angelo Muxaro, San Biagio Platani, San Giovanni Gemini, Santo Stefano Quisquina, Villafranca Sicula), Unione dei Comuni "Montedoro", Unione dei Comuni valle del Giovenzano				
Kosovo	Kamenica, Lipjan, Podujeva,	3		3	
Latvia	Association of Local Governments Bartava, Jēkabpils, Jūrmala, Rīga,	4	Tukums	1 5	
Lebanon	Jounieh, Zahleh,	2		0 2	
Lithuania	Alytus, Panevėžis, Rokiskis, Trakai, Visaginas, Vilnius	6		0 6	
Luxembourg	Roeser, Schifflange,	2		0 2	
Macedonia	Ohrid	1		1	
Moldova	Hoginesti, Lapusna, Rosietici, Satul Mîndrești, Soroca, Ungheni, Vălcinet	7	Chisinau	1 8	
Montenegro	Kotor, Herceg-Novi	2		0 2	
Morocco	Province de Beni-Mellal	1		0 1	
Netherlands	Amstelveen, Amsterdam, Boxtel, Breda, Breukelen, Den Haag, 's-Hertogenbosch, Rotterdam, Tilburg, Utrecht, Vught,	11	Dordrecht,	1 12	
Norway	Bergen, Frederikstad, Kristiansand, Lillehammer, Oslo, Stavanger, Tromsø, Trondheim,	8		0 8	
Poland	Byczyna, Elk, Gdansk, Gmina Rozprza, Nowa Sol, Syców,	6	Glowno	1 7	
Portugal	Abrantes, Alcobaça, Almada, Amadora, Câmara Municipal De Braganca, Cascais, Coimbra, Faro, Figueira da Foz, Gondomar, Guarda, LIPOR (Porto Region), Lisboa, Lousada, Nelas, Odivelas, Oeiras, Portimão, Póvoa de Varzim, Redondo, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Seixal, Trofa, Valongo, Vila Nova de Famalição, Gondomar	27	Aveiro,	1 28	
Romania	Baia Mare, Bucuresti Sector 5, Focșani, Galați, Giurgiu, Iasi, Ploiesti, Orastie, Ramnicu Valcea, Târgu Mures,	10		0 10	
Russia	Bronnizy (Moscow Region), Dubna, Izhevsk (Udmurt Republic), Kasli, Kirovo-Chepetsk, Korolev (Moscow Region), Kursk, Obninsk (Kaluga Region), Orel, Orsk (Orenburg Region), Perm, Pushkin, Rostov-na-Donu, Smolensk, Stavropol, Zlatoust (Chelyabinsk Region),	16	Dolgoprudny	1 17	
Slovak Republic	Banská Bystrica, Poprad, Spišská Nová Ves	3		0 3	
Slovenia	Duplek, Koper, Ljubljana, Maribor,	4		0 4	
Spain	Ciudades y Municipios: Abadiño, Abanilla, Abanto Zierbena, Abarán; Ablitas, Adamuz, Adeje, Ador, Ademuz, Agaete, Agost, A Gudiña, Aguilar de Campoo, Aguilar de la Frontera, Aguilas, Agüimes, Agullana, Aiguamurcia, Aín, Aizarnazabal, Alaior, Alaquas, Alaró, Albacete, Albaida, Albalchez de Mágina, Albatera, Albiztur, Alboloduy, Alboraya, Alcalá de Henares, Alcano, Alcantarilla, Alcázar, Alcobendas, Alcoi, Alcolea del Pinar, Alcubillas, Alcudia, Alcudia de Veo, Aldaia, Aldea de Fresno, Aldover, Aledo, Alegria-Dulantzi, Alfafar, Alfara de Carles, Alfara del Patriarca, Alfondeguilla, Alfoz de Lloredo, Algaida, Algemés, Algimia de Alfara, Alfoz de Lloredo, Algimia de Almonacid, Alginet, Alguaire, Alguazas, Algueña, Alhama de Murcia, Alicante, Alkiza, Allande, Almansa, Almássera, Almazora, Almedijar, Almedinilla, Almodóvar del Campo, Almoines, Almonacid de Zorita, Almonte, Almoradí, Alonsotegi, Alp, Alzagako, Amposta, Amurrio, Andilla, Andoain, Andujar, Anglesola, Ansoain, Antella, Arahál, Araitz, Arama, Aranda de Duero, Arantza, Aras de los Olmos, Arbúcies, Archeda, Areatza, Arenas de Iguña, Aretxabaleta, Arganza, Arenys de Munt, Areso, Aretxabaleta, Arévalo, Argelita, Argentona, Arnoia, Arnau, Aroche, Arona, Arrasate, Arratzu, Arredondo, Arrecife, Arroyomolinos, Artea, Arzua, Arucas, Asparrena, Aspe, Astigarraga, Astillero, Atxondo, Avinyó, Avinyonet de Puigventós, Ayódar, Ayora, Azkoitia, Azpeitia, Azuebar, Azuqueca de Henares, Badalona, Baena, Bailén, Baix Penedès, Balazote, Banyeres del Penedès, Barakaldo, Barañain, Barbera del Valles, Barcelona, Barcena de Cicero, Barcena de Pie de Concha, Barillas, Barlovento, Barrundia, Basaburua, Basauri, Baterno, Baztan, Beasain, Bedia, Bedmar-García, Begonte, Begur, Bell-Lloc d'Urgell, Bellpuig, Bellver de Cerdanya, Belmez, Bélmez de la Moraleda, Benalauría, Benamejí, Benavent de Segria, Benévites, Beniaribeig, Benicarlos, Benicàssim, Benidorm, Benifaio, Benifairo de la Valldigna, Benifallet, Benifato, Benissa, Benitachell, Benlloch, Bera, Berango, Bermeo, Berriozar, Berrizko, Betelu, Betera, Biar, Bidegoian, Bigastro, Bilbao, Biure, Blanca, Boadilla del Monte, Bocairent, Bolaños de Calatrava, Bolbaite, Boniches, Bonrepòs I Mirambell, Borox, Breña Baja, Briviesca, Buenavista del Norte, Bullas, Bujalance, Buñuel, Bunyola, Burgos, Burjassot, Busturia, Cabanas Raras, Cacabelos, Cadalso de los Vidrios, Cabezon de Liebana, Cabezon de la Sal, Cabra, Cadiz, Cadreita, Calafell, Calasparra, Caldes de Malavella, Caldes de Montbui, Callosa d'en Sarrià, Callús, Calonge, Calpe, Calvia, Calzada de Calatrava, Camarena, Camarles, Cambil-Arbuniel, Cambrils, Camaleño, Campanet, Campillo de Altobuey, Campillo de Arenas, Campoo de en Medio, Campoo de Yuso, Camponaraya, Camporrobles, Candelaria, Capdepera, Caravaca de la Cruz, Carbonero el Mayor, Carcabuey, Carcaixent, Cárcheles, Cardedeu, Cardeña, Cartagena, Cartes, Carracedelo, Casas de Juan Núñez, Casas-Ibáñez, Caspueñas, Castejón, Castellar del Riu, Castellar del Vallès, Castellbisbal, Castelldefels, Castellfollit de la Roca, Castelfort, Castelló de la Ribera, Castelló d'Empúries, Castelfort, Castellolí, Castellon de la Plana,	1022	Ciudades y Municipios: Agramunt, Alcalalí, Arganda del Rey, Argelaguer, Badia del Vallès, Balaguer, Banyeres de Mariola, Bràfim, Cassà de la Selva, Castellvi de Rosanes, Cercs, Colunga, Cornella del Terri, El Verger, Els Pallaresos, Fontanals de Cerdanya, Galdakao, La Fuliola, La Jonquera, La Riera de Gaià, Madremanya, Medellin, Montornès del Vallès, Navarres, Pau, Pedro Abad, Puigcerdà, Puiggròs, Ròtova, San Sebastian de los Reyes, Sant Feliu de Buixalleu, Sant Fruitós de Bages, Sant Gregori, Sant Joan de Vilatorrada, Sant Vicenç de Torelló, Tarrés, Torroella de Montgrí, Vidrà, Regiones: Consell Comarcal de la Garrotxa, Consell Comarcal de l'Alt Urgell, Mancomunidades: Mancomunidad del Interior Tierra del Vino, Mancomunitat de municipis de la Safor,	42	1064

Castell-Platja d'Aro, Castellsera, Castilblanco, Castro Caldelas, Castro Urdiales, Castuera, Catarroja, Caudete, Cazalla de la Sierra, Cehegin, Cenicientos, Cenizate, Cervelló, Cervera, Ceuti, Cheste, Chillarón del Rey, Chinchilla de Montearagón, Chóvar, Cieza, Cincorres, Cintruénigo, Cillorigo de Liebana, Ciutadella de Menorca, Coca, Cocentaina, Cofrentes, Colera, Colindres, Colmenar del Arroyo, Colmenarejo, Colomers, Comarca de Sobrarbe, Comillas, Concellos da Limia, Corbera, Corbera de Llobregat, Corçà, Córdoba, Corella, Cornellà de Llobregat, Cortes De Arenoso, Coslada, Creixell, Crespià, Cubas de La Sagra, Cubelles, Cudillero, Cullera, Culleredo, Cunit, Daimiel, Deltebre, Denia, Dolores, Doña Mencia, Donostia-San Sebastián, Dos Torres, Dozón, Dueñas, Durango, Ea, Écija, Eibar, Eivissa, Elantxobe, Elburgo, El Campello, El Carpio, El Catllar, El Morell, Elorrio, El Perelló, El Pla de Santa María, El Prat de D'Armentera, El Prat de Llobregat, El Puig, El Ripollès, El Rosario, El Toboso, El Vellón, El Vendrell, El Vilosell, El Viso, Elche, Elda, Encinas Reales, Erono, Errenteria, Errigoiti, Escalante, Escároz, Es Castell, Es Mercadal, Es Migjorn Gran, Eslda, Espadilla, Esparragos de Lares, Espiel, Esplugues de Llobregat, Esponella, Estella-Lizarra, Estivella, Etxalar, Etxebarri, Fabero, Falces, Fanzara, Felanitx, Ferreries, Ferman Nuñez Figaro-Montmany, Figueres, Figueroles, Finestrat, Figas, Flix, Fontcoberta, Forallac, Forcall, Fornells de la Selva, Fortuna, Forva, Fuente-Álamo, Fuente Alamo de Murcia, Fuentelespino de Haro, Fuente Obejuna, Fuentes de Ayodar, Fuente-Tójar, Funes, Gabiria, Galapagar, Gáldar, Galdaties, Gandia, Gato de Gorgos, Garai, Garganta de los Montes, Garriguella, Gaucín, Gautegiz Arteaga, Gavà, Gavarda, Genovés, Gernika-Lumo, Gestalgar, Getafe, Getaria, Getxo, Gijón, Girona, Godella, Goizueta, Gondomar, Gortitz, Granada, Granadilla De Abona, Granollers, Griñón, Guadix, Guadalcazar, Guardamar Del Segura, Guardiola de Berguedà, Güímar, Guimerà, Guriezo, Guitiriz, Haría, Helechosa de los Montes, Hellín, Herrerias, Higuera La Real, Higuera, Higuera, Higuera, Hinojosa del Duque, Hondón de las Nieves, Horcajuelo de la Sierra, Hornachuelos, Hoya Gonzalo, Huelma-Solera, Ibarrañgolev, Ibi, Idiazabac, Igantzi, Igorre, Igualada, Imotz, Ingenio, Iruraz-Gauna, Itsasondo, Ituren, Izurtza, Jafre, Jalance, Jaurrieta, Jávea, Jerez de la Frontera, Jesús, Jimena, Julià, Jumilla, Karrantza Harana, La Carlota, La Coruña, La Fatarella, La Font de la Figuera, La Font d'En Carros, La Garriga, La Garriga, La Granjuela, La Guardia de Jaén, La Hiruela, L'Alcora, Langreo, La Nou de Gaià, La Oliva, La Pobra de Benifassa, La Pobra de Claramunt, La Pobra de Montornès, La Pobra de Segur, La Pobra del Duc, La Pola de Gordón, La Rambla, La Riba, La Robla, Larraul, La Selva de Mar, La Sénia, La Seu d'Urgell, La Taha, La Torre de les Maçanes, La Unión, La Vall de Bianya, La Vall de Laguar, La Vall d'en Bas, La Vall d'Uixó, La Victoria, L'Alfas del Pi, L'Aldea, L'Alqueria de la Comtessa, L'Ametlla de Mar, L'Ametlla del Vallès, L'Ampolla, Lamason, Laguna de Duero, Lantz, L'Armentera, Larraun, Larva, Las Navas del Marques, Las Palmas de Gran Canaria, Las Torres de Cotillas, Leganés, Legazpi, Legorreta, Leitzia, L'Eliana, Lemoa, Lepe, Leon, Les Alqueries, L'Espluga de Francolí, L'Hospitalet de Llobregat, Lekunberri, Librilla, Liendo, Linyola, Lladó, Llagostera, Llaúri, Lleida, Llerena, Lliça de Vall, Llúria, Llivia, Lloret de Mar, Lluçà, Limpías, L'Olleria, Lorca, Lorqui, Los Blázquez, los Santos de Maimona, Los Llanos de Aridane, Lloseta, Lucena, Lurreta, Maceda, Madrid, Madrigalejo, Maials, Mairena del Aljarafe, Málaga, Maldà, Malgrat de Mar, Manacor, Mañaria, Manlleu, Manresa, Manzanares El Real, Maó, Marçà, Maria de la Salut, Marratxí, Martorell, Martorells, Massalfassar, Massanes, Matadepera, Mataró, Matet, Mazarrón, Medina del Campo, Medio Cudeyo, Mejorada del Campo, Meliana, Miajadas, Miguelturra, Millena, Miengo, Miño, Miraflores de la Sierra, Miramar, Miranda de Ebro, Mislata, Mocejón, Mogán, Moixent, Molina de Segura, Molins de Rei, Moncada, Moncofa, Monforte De Lemos, Monistrol de Monserrat, Monleras, Montalban de Cordoba, Montaverner, Montcada i Reixac, Monteagudo, Montejo de la Sierra, Montemayor, Montesquiú, Montilla, Montoliu de Lleida, Montoro, Montserrat, Mont-Ras, Mont-roig del Camp, Montuiri, Móra d'Ebre, Móra la Nova, Moratalla, Morella, Morga (Bizkaia), Mostoles, Motril, Moya, Mula, Mundaka, Munera, Mungia, Murcia, Muro del Alcoy, Mutxamel, Muxika, Nabarniz, Navacerrada, Navalvillar de Pela, Navarces, Navata, Noain, Noajelo-Hoya del Salobral, Noja, Nucia, Nules, Nuño-Gomez, Obejo, Ohanes, Ojós, Olesa de Montserrat, Oliva, Oliva de la Frontera, Olmeda de las Fuentes, Olot, Onda, Ontinyent, Orís, Ormaiztegui, Oronz, Ortuella, Ossa de Montiel, Otxandio, Padrón, Paiporta, Pájara, Palafrugell, Palamós, Palau de Plegamans, Palau-Sator, Palencia, Palma de Gandia, Palma de Mallorca, Palma del Rio, Pamplona, Palmera, Parets del Vallès, Pauils, Pavia, Pedraza, Pedralba, Pedregue, Pelayos de la Presa, Peñaranda de Bracamonte, Peñaroya-Pueblo Nuevo, Peñarubia, Pesaguero, Peralada, Peralta, Petra, Petrer, Picanya, Piedrahíta, Pielagos, Pineda de Gigüela, Pineda de Mar, Pinto, Pliego, Poio, Pollença, Ponferrada, Pontevedra, Porqueres, Porreres, Portbou, Portell de Morella, Portugaleta, Posadas (Córdoba), Potries, Pozuelo de Alarcón, Preixana, Premià de Dalt, Priarania del Bierro, Priego de Córdoba, Puçol, Puebla de Alcocer, Puebla Del Prior, Puebla de la Sierra, Puente Genil, Puente la Reina-Gares, Puerto de la Cruz, Puertollano, Puerto Lumbreras, Puigpelat, Puigpunyent, Puig-Reig, Puigverd d'Agramunt, Puigverd de Lleida, Punta Umbria, Puntagorda, Puntallana, Prádena del Rincón, Quart de Poblet, Quiroga, Rafol de Salem, Redondela, Renau, Requena, Reus, Ribadavia, Ribadeo, Ribaforada, Ribarroja del Turia, Ribesalbes, Ricote, Riofrío de Aliste, Rionansa, Ripoll, Riudarenes, Riudaura, Riudecanyes, Riudellots de la Selva, Riudoms, Robledo de Chavela, Rocafort, Roquetes, Roses, Rozas de Puerto Real, Rubi, Ruente, Rute, Sabadell, Sagunt(o), Salinas del Manzano, Sallent, Salou, Salt, am Millam, San Andres del Rey, San Andrés y Sauces, San Bartolomé de Tirajana, San Bartolomé, Sancedo, San Clemente, San Javier, San Juan de Aznalfarache, San Juan de la Rambla, San Lorenzo de El Escorial, San Miguel de Abona, San Nicolás de Tolentino, San Pedro del Pinatar, San Roque, San Sebastián de la Gomera, San Sebastián de Los Ballesteros, Santa Elena de Jamuz, San vicente de la Barquera, San Vicente del Raspeig, Sangüesa, Sant Adrià de Besòs, Sant Andreu de la Barca, Sant Aniol de Finestres, Sant Bartomeu del Grau, Sant Boi de Llobregat, Sant Carles de la Rapita, Sant Celoni, Sant Cugat del Vallès, Sant Feliu de Guixols, Sant Feliu de Pallerols, Sant Hilari Sacalm, Sant Jaume D'Enveja, Sant Joan d'Alacant, Sant Joan les Fonts, Sant Jordi Desvalls, Sant Julià de Ramis, Sant Just Desvern, Sant Llorenç des Cardassar, Sant Llorenç Savall, Sant Lluís, Sant Miquel de Campmajor, Sant Pau de Segúries, Sant Pere de Ribes, Sant Pere de Torelló, Sant Pere Pescador, Sant Sadurn d'Anoia, San Sadurnino, Santa Coloma de Farners, Santa Coloma de Gramenet, Santa Coloma de Queralt, Santa Cruz de la Palma, Santa Cruz de Tenerife, Santa Eugenia, Santa Eulàlia de Ronçana, Santa Lucía, Santa Margarida I Els Monjos, Santa María de Cayón, Santa Maria del Camí, Santa María de la Alameda, Santa Oliva, Santa Perpètua de Mogoda, Santa Pola, Santa Ursula, Santander, Santiago de Compostela, Santona, Santomera, Santurtzi, Sanxenxo, Sarrià de Ter, Sedaví, Segorbe, Sentmenat, Serinyà, Serra, Serranillos del Valle, Sestao, Sevilla, Silla, Sils, Sineu, Siruela, Sitges, Siurana d'Empordà, Soba, Sollana, Sóller, Solorzano, Sopolana, Sora, Sot de Chera, Soto del Real, Suances, Subirats, Suances, Sueca, Suera, Sùria, **Talamanca De Jarama**, Talarrubias, Talavera de la Reina, Tales, Tamurejo, Tarragona, Tàrraga, Tavernes de la Vallidigna, Tzacorte, Tegueste, Tegui, Tejada, Telde, Islas Tenerife, Terrassa, Teulada, Tías, Titaguas, Tivenys, Tobarra, Toga, Tolosa, Tomelloso, Tona, Tordesillas, Tornabou, Torrebaja, Torreblanca, Torrecampo, Torrechiva, Torredembarra, Torrejon de Velasco, Torres de Llobregat, Torelló, Torralba del Pinar, Torrelodones, Torrent, Torre-Pacheco, Torres, Torroella de Fluvià, Tortosa, Toses, Tossa de Mar, Totalán, Totana, Tous, Tremp, Tres Cantos, Treviso, Tudanca, Tudela, Tudela de Duero, Tulebras, Udias, Ulea, Ulldecona,

	<p>Ulldemolins, Ultzama, Utiel, Utrera, Vacarisses, Valdeaveruelo, Valdeganga, Valdegovia, Valdemanco, San Martín de Valdeiglesias, Valdepeñas, Valdes, Valdeprado del Río, Valderredible, Valencia, Valenzuela, Vall de Almonacid, Vallada, Valladolid, Vallat, Valle de Anué, Valle de Egües, Valle de Erro, Valle de Odieta, Valle de Trapaga, Valdeolea, Vallfogona de Balaguer, Vallirana, Vallmoll, Valsequillo, Valtierra, Valverde de El Hierro, Valverde de la Vera, Vandellòs i l'Hospitalet de l'Infant, Vega de Liebana, Vega de San Mateo, Vic, Vilabella, Viladecans, Viladecavalls, Vilademuls, Vilafant, Vilafranca de Bonamy, Vilanova de la Barca, Vilanova del Camí, Vilanova I La Geltru, Vila-Real, Vilarmayor, Vila-Rodona, Vila-Seca, Vilassar de Dalt, Villa de Arico, Villadecanes, Villa de Argoños, Villa de la Orotava, Villa de Mazo, Villa del Prado, Villa del Río, Villabona, Villafranca, Villafranca del Cid, Villagordo del Cabriel, Villaharta, Villalba, Villaluenga de la Sagra, Villamanrique de la Condesa, Villamanta, Villamantilla, Villamayor, Villamuriel de Cerrato, Villanueva de la Cañada, Villanueva de Perales, Villanueva de Algaidas, Villanueva del Arzobispo, Villanueva Del Duque, Villanueva del Rey, Villaralto, Villarrobledo, Villaviciosa de Córdoba, Villaviciosa de Odón, Vinalesa, Vinaròs, Vitoria-Gasteiz, Viveiro, Voto, Xaló, Xátiva, Xeraco, Xerta, Xirivella, Yaiza, Yecla, Zaldibar, Zaldibia, Zalla, Zamora, Zaragoza, Zarautz, Zarzalejo, Zegama, Zestoa, Zierbena, Zizur Mayor, Zubieta, Zuheros, Zumaia</p> <p>Mancomunidades: Mancomunidad Municipios Bierzo Central, Mancomunidad de la Canal de Navarrés (Valencia), Mancomunidad de Municipios Sostenible de Cantabria, Mancomunidad de la Vega Baja (Alicante), Mancomunidad de Montejurra (Navarra), Mancomunidad de Municipios Nansa, Mancomunidad de Municipios de Arribes del Duero, Mancomunidad de Municipios de las Medianias de Gran Canaria, Mancomunidad de Municipios del Salnés (Pontevedra), Mancomunidad de Municipios Espadan-Mijares (Castellón), Mancomunidad de Municipios Valle del Guadiato (Andalucía), Mancomunidad del Valle del Aragón (Navarra), Mancomunidad de Municipios de Vegas Altas, Mancomunidad Intermunicipal del Sureste de Gran Canaria, Mancomunidad Sierra del Rincón,</p> <p>Diputaciones: Albacete, Almería, Ávila, Badajoz, Barcelona, Córdoba, Girona, Huelva, Huesca, Jaén, Málaga, Palencia, Sevilla, Tarragona, Valencia, Zaragoza</p> <p>Regiones: Concello de Allariz, Concello de A Merca, Concello de Carballo, Duero's Riverside Region, Concello de Lugo, Concello de Moeche, Concello Vilariño de Conso, <i>Comunidad Foral de Navarra</i>, Consell Comarcal de la Selva, Consell Comarcal de l'Alt Camp, Consell Comarcal de l'Anoia, Consell Comarcal de La Segarra, Consell Comarcal del Baix Ebre, Consell Comarcal de l'Urgell, Consell Comarcal del Bages, Consell Comarcal del Baix Empordà, Consell Comarcal del Pla de l'Estany, Consell Comarcal del Segrià, Consell Insular de Mallorca,</p> <p>Otros: <i>Cabildo Insular de El Hierro, Red de Ciudades y Municipios sostenibles de Castilla la Mancha – Pacto Ciudad Habitable (Municipios y Diputaciones)</i>^{*)}</p>				
Sweden	Botkyrka, Eskilstuna, Gävle, Göteborg, Hällefors, Helsingborg, Hudiksvall, Jönköpings, Karlskoga, Klippan, Laholm, Linköping, Malmö, Nässjö, Nyköping, Sorsele, Stockholm, Timraa, Trollhättan, Ulricehamn, Växjö, Vellinge,	22	Skara	1	23
Switzerland	Genève, Lancy, Lausanne, Neuchâtel, Zürich	5	Vevey,	1	6
Turkey	Batman, Bingöl, Bursa <i>Metropolitan</i> , Diyarbakir, Hakari, Mardin (<i>Dikmen</i>), Siirt,	7	Çorum, Marmara Region,	2	9
Ukraine	Donetsk, Evpatoria, Myrhorod, Nikolaev, Nikopol, Odessa, Sebastopol, Sumy <i>Region</i> ,	8		0	8
United Kingdom	<p>Cities: Armagh, Belfast, Birmingham, Bradford, Cambridge, Chester, Deal Town, Derby, Derry, Lancaster, Leeds, Leicester, Liverpool, London, Manchester, Norwich, Nottingham, Oxford, Peterborough, Plymouth, Sheffield, Stoke-on-Trent, Worcester, York,</p> <p>Districts: Banbridge, Cannock Chase, East Hampshire, Frome, Gordon, North Kesteven, North Wiltshire, South Hams, Stratford-on-Avon, Tendring, West Somerset,</p> <p>Boroughs: Amber Valley, Antrim, Bedford, Bracknell Forest, Breckland, Calderdale, Chesterfield, Colchester, Crewe & Nantwich, Gedling, Great Yarmouth, Halton, Lisburn, Middlesbrough, Milton Keynes, Northampton, Poole, Preston, Reading, Reigate & Banstead, Tamworth, Vale Royal,</p> <p>London Boroughs: Barnet, Bexley, Camden, Croydon, Ealing, Harrow, Havering, Islington, Lambeth, Lewisham, Merton, Southwark, Sutton,</p> <p>Counties: Derbyshire, Devon, Dorset, Hertfordshire, Humberside, Lancashire, Norfolk, Northumberland, Oxfordshire, Shropshire, Staffordshire,</p> <p>Metropolitans: Bradford, Kirklees, Solihull, Wakefield, Wirral</p> <p>Unitary Authorities: Aberdeen, Bath & North East Somerset, Brighton & Hove, Bristol, Cardiff, Conwy, Dungannon & South Tyrone, Edinburgh, Fife, Medway, Midlothian, Renfrewshire, South Ayrshire, South Gloucestershire, Stirling, Thurrock, Wrexham,</p>	104	Boroughs: Bridgend, London Boroughs: Redbridge	2	106
Yugoslavia (FRY)	Smederevska Palanka	1		0	1
TOTAL:	ASSINANTES	2418	PARTICIPANTES PROVISÓRIOS	127	2 545

(*) Consortium of 138 local authorities that all committed themselves to the Aalborg Charter.

Fonte: <http://sustainable-cities.eu/The-Campaign-76-2-3-.html>

ANEXO 2

Quadro 58 – Iniciativas comunitárias: Balanço dos seus objectivos e classificação segundo os vectores da sustentabilidade

Ano	Iniciativas	Vectores de carácter:			
		Institucional	Económicos	Social	Ambiental
1992-1999	Quinto Programa de Acção em Matéria de Ambiente ("Em Direcção a um Desenvolvimento Sustentável")	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperar e partilhar de responsabilidades entre a UE, os Estados-membros, o mundo empresarial e o público; • Alargar a gama de instrumentos de política ambiental para passar a incluir, por exemplo, impostos e subsídios, bem como acordos voluntários; • Aplicar e cumprimento da legislação; • Cooperar internacionalmente no âmbito da Agenda 21 e do 5º Programa de Acção em Matéria de Ambiente; 	<ul style="list-style-type: none"> • Alterar os padrões de consumo e de produção; 		<ul style="list-style-type: none"> • Integrar os aspectos ambientais nos restantes domínios de actividade;
1994	Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade (Primeira Conferência sobre Cidades Sustentáveis)	Referida no ponto (I. 3.1)			
1994-2006	Iniciativa Comunitária URBAN URBAN I URBAN II	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a reabilitação das infra-estruturas; • Fomentar o desenvolvimento e o intercâmbio de conhecimentos sobre a revitalização e o desenvolvimento urbano sustentável; 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a criação de emprego; • Promover a melhoria da qualidade de vida das populações de centros urbanos ou de subúrbios em crise das grandes cidades, através da formulação e da aplicação de estratégias inovadoras de revitalização sócio-económica sustentável; 	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar o combate à exclusão social; 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover uma melhoria do ambiente;
1996	Relatório "Cidades Europeias Sustentáveis"	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão urbana sustentável no processo político (instrumentos orientados para as dimensões ecológica, social e económica); • Integração política para uma maior coerência em termos de política e de acção, evitando estratégias contraditórias; • Cooperação e 			<ul style="list-style-type: none"> • Reflexão ecossistémica da cidade (a manutenção, restabelecimento, a promoção e o encerramento de fluxos – energia, recursos naturais, a produção de resíduos – contribuem para o desenvolvimento sustentável;

		parceria entre diferentes níveis, organizações e interesses são essenciais nas acções em proveito da sustentabilidade;			
1996	“Da Carta à Acção” (Segunda Conferência sobre Cidades Sustentáveis)	<ul style="list-style-type: none"> • Adoptar a Carta das Cidades e Vilas Europeias em direcção à sustentabilidade, como forma de lançar o processo da Agenda Local 21; • Efectuar processos de consulta e parcerias com os diversos sectores da comunidade, promovendo a criação de sinergias através da cooperação; • Aplicar o princípio de negociação com o exterior; • Planear sistemático para passarmos da análise à acção; • Utilizar ferramentas avançadas para a gestão da sustentabilidade; • Estabelecer programas de sensibilização (cidadãos, grupos de interesse e representantes políticos, bem como das administrações locais relacionadas com a questão de desenvolvimento sustentável); • Formar alianças Norte-Sul e Ocidente-Oriente para o desenvolvimento sustentável; • Prosseguir a acção em articulação com a Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis; 	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar o desenvolvimento ambiental, social e económico no sentido da melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos; 		
1998	Desenvolvimento urbano sustentável na União Europeia: um Quadro de Acção CCE (Comissão das Comunidades Europeias)	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para uma boa administração urbana e responsabilização local; 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a prosperidade económica e o emprego nas cidades: - reforço do papel das cidades como centros económicos, de produtividade e emprego; - apoiar um 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a igualdade, inclusão social e regeneração das zonas urbanas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Proteger e melhorar o ambiente urbano;

			<p>sistema urbano equilibrado e policêntrico;</p> <ul style="list-style-type: none"> - promover uma economia urbana variada, flexível e competitiva, valorizando o capital humano, inovação, capacidade empresarial e desenvolvimento das PME; - apoiar o desenvolvimento do conhecimento e da experiência; 		
1999	EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um sistema de cidades policêntrico e equilibrado, bem como reforçar a parceria entre os espaços urbanos e rurais; 		<ul style="list-style-type: none"> • Garantir uma igualdade de acesso às infra-estruturas e ao conhecimento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e preservar o património natural e cultural, através de uma gestão prudente;
2000	Declaração de Hanover (Terceira Conferência sobre Cidades Sustentáveis)	<ul style="list-style-type: none"> • Impulsionar um processo de responsabilização partilhada na gestão urbana entre cidadãos, poder político, actores locais, ONG's, à sustentabilidade urbana; • Promover a paz como condição essencial para a sociedade sustentável; 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover actos sociais e ecologicamente mais eficientes para evitar o consumo desnecessário de recursos não renováveis por parte das actividades humanas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar uma maior justiça e equidade social, reduzir a pobreza e a exclusão social; 	
2001	Desenvolvimento sustentável na Europa para um mundo melhor: Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável. (Comunicação da Comissão) Proposta da Comissão ao Conselho Europeu de Gotemburgo CCE (Comissão das Comunidades Europeias)	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de acção num vasto leque de políticas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o sistema de transporte e do ordenamento do território; 	<ul style="list-style-type: none"> • Enfrentar as ameaças à saúde pública; 	<ul style="list-style-type: none"> • Limitar as mudanças climáticas e aumentar a utilização de energia limpa; • Gerir de forma mais responsável os recursos naturais;
2001-2010	Sexto Programa de Acção em Matéria de Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a reciclagem dos resíduos através do estabelecimento de metas e identificação de mercados; • Melhorar a qualidade de vida dos habitantes das cidades (planeamento urbano, mobilidade e gestão dos resíduos); 			<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a poluição atmosférica - as emissões de gases de efeito de estufa; • Gerir os recursos naturais, garantindo um consumo racional;

					<ul style="list-style-type: none"> • Proteger os solos (da erosão, da poluição, do desenvolvimento urbanístico); • Utilizar sustentavelmente os pesticidas (suprimir gradualmente a utilização dos pesticidas mais perigosos e controlar a utilização de outros); • Proteger o ambiente marinho (excesso de desenvolvimento, poluição e pesca intensiva) e o litoral; • Garantir o consumo racional de recursos renováveis e não renováveis;
2002-2006	URBACT	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a elaboração de um sistema transnacional de troca de experiências entre as cidades e parceiros beneficiários dos Programas URBAN I, URBAN II e Projectos Pilotos Urbanos; 			
2004	Os Compromissos de Aalborg (Quarta Conferência sobre Cidades Sustentáveis)	<ul style="list-style-type: none"> • Processos de decisão com uma democracia mais participativa (comunidade local, administração local, sectores da sociedade civil local); • Gestão local eficiente que comece no planeamento, passando pela implementação até à avaliação; • Reconhecer o papel estratégico do planeamento na abordagem das questões ambientais, sociais, económicas, culturais e de saúde; • Promover a saúde e o bem-estar dos cidadãos (aumentando o nível de conhecimento da população; planeamento urbano saudável; equidade no acesso à saúde); 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar condições para a economia local ser mais dinâmica e sustentável; 	<ul style="list-style-type: none"> • Equidade e justiça social (programas que reduzam a pobreza; acesso equitativo aos serviços públicos, educação, emprego, formação profissional, informação, actividades culturais; promover a inclusão social; aumentar a segurança; garantir habitação de qualidade); 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar responsabilidades para proteger, preservar e permitir o acesso equitativo aos bens comuns naturais; • Adoptar o uso eficiente dos recursos naturais e encorajar o consumo / produção sustentáveis; • Assegurar a mobilidade sustentável;

		<ul style="list-style-type: none"> Assumir responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável e protecção do clima; 			
2004	<p>Para uma estratégia temática sobre Ambiente Urbano</p> <p>(uma das 7 estratégias mencionadas no 6º programa de acção em Matéria de Ambiente)</p> <p>Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões CCE (Comissão das Comunidades Europeias)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma gestão urbana sustentável (reforçar com o objectivo de revitalizar a gestão ambiental nas cidades de maior dimensão; Promover o urbanismo sustentável (definir padrões e tipo de utilização dos solos em zona urbana); 		<ul style="list-style-type: none"> Construir habitação sustentável (maus métodos de construção podem ter impacto na saúde dos habitantes bem como no ambiente); 	<ul style="list-style-type: none"> Promover transportes urbanos sustentáveis (reduz o tráfego automóvel, a poluição atmosférica e o ruído);
2006	<p>A política de coesão e as cidades: contribuição das cidades e das aglomerações para o crescimento e o emprego nas regiões.</p> <p>Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu</p> <p>CCE (Comissão das Comunidades Europeias)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Promover a atractividade das cidades: transportes, acessibilidade e mobilidade; o acesso aos serviços e aos equipamentos; o ambiente natural e físico, e o sector cultural; Promover formas de governação eficazes; Promover o financiamento por parte dos privados para a renovação urbana; 	<ul style="list-style-type: none"> Criar mais emprego e melhor, através do aumento do nível de instrução e de formação; Atribuir apoio à inovação, ao espírito empresarial e à economia do conhecimento; 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir as disparidades intra-urbanas, promovendo a inclusão social, a igualdade de oportunidades e o reforço da segurança dos cidadãos; 	
2007	<p><i>Carta Leipzig sobre a Sustentabilidade nas Cidades Europeias</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> Criar e assegurar a qualidade dos espaços públicos; 	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer a economia local e a política de mercado de trabalho local; Modernizar as redes de infra-estruturas e melhorar a eficiência energética; Promover políticas de inovação e educação pro-activas; 	<ul style="list-style-type: none"> Promover políticas de educação e de instrução proactiva para crianças e jovens; Promover um sistema de transportes urbanos eficiente e a preço acessível; 	<ul style="list-style-type: none"> Perseguir estratégias de actualização do ambiente físico;

ANEXO 3

Quadro 59 - Base de selecção dos indicadores (extracto da «lista de controlo»):

*** - Base de selecção dos indicadores (extracto da «lista de controlo»):**

- 1 – Igualdade e inclusão social (acesso a todos a serviços básicos adequados e a bom preço, por exemplo, educação, emprego, energia, saúde, habitação, formação, transporte);
- 2 – Governo local/atribuição de poderes/democracia (participação de todos os sectores da comunidade local no planeamento local e nos processos de tomada de decisões);
- 3 – Relação local/global (satisfação das necessidades locais a nível local, da produção ao consumo e à eliminação, satisfação das necessidades que não é possível satisfazer localmente de forma mais sustentável);
- 4 – Economia local (adaptação das capacidades e necessidades locais à disponibilidade de postos de trabalho e outras facilidades, da forma que ameace o menos possível os recursos naturais e o ambiente);
- 5 – Protecção do ambiente (adopção de uma abordagem de ecossistema; redução ao mínimo da utilização dos recursos naturais e dos solos, da produção de resíduos e emissão de poluentes, aumentando a biodiversidade);
- 6 – Património cultural/qualidade do ambiente construído (protecção, preservação e reabilitação dos valores históricos, culturais e arquitectónicos, incluindo monumentos e eventos; reforço e salvaguarda do carácter atractivo e funcional dos espaços e edifícios).

Fonte: Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano, Comissão Europeia, 2000.

ANEXO 4

Quadro 60 - Lista de Indicadores Urbanos Audit (Domínio da qualidade de vida)

Aspectos	Domínios	Indicadores
Social	População	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População total com distribuição por sexo e idade (13 grupos etários); ▪ Alterações da população total (por sexo e idade); ▪ Percentagem da população com idade inferior a 16 anos e acima da idade da reforma – índice de dependência total;
	Nacionalidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proporção de nacionais na população total; ▪ Proporção de nacionais da U.E. na população total; ▪ Proporção de não-nacionais da U.E. na população total;
	Estrutura do agregado familiar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número total de agregados familiares; ▪ Tamanho médio do agregado familiar; ▪ Percentagem de agregados familiares com uma só pessoa; ▪ Percentagem de agregados familiares mono parentais; ▪ Percentagem de agregados familiares com um só pensionista;
	Mercado de trabalho e desemprego	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de desempregados; ▪ Taxa de desemprego; ▪ Percentagem de desempregados por sexos; ▪ Percentagem de desempregados que estão desempregados à mais de um ano; ▪ Percentagem de desempregados com menos de 25 anos; ▪ Rácio de desempregados sobre a população total; ▪ Taxa de Actividade (Masculino – Feminino – Total);
	Rendimento, disparidades e pobreza	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rendimento médio do agregado familiar e a média do rendimento por cada elemento; ▪ Rendimentos masculino/feminino. Rendimentos de trabalho a tempo inteiro/tempo parcial, média de rendimento e rendimento médio por cada um; ▪ Rácio dos rendimentos do primeiro ao quinto elemento do agregado; ▪ Percentagem dos agregados familiares que recebem menos de metade do rendimento médio nacional dos agregados familiares; ▪ Percentagem de agregados familiares sem carro; ▪ Número de agregados familiares dependentes da Segurança Social – de acordo com a definição nacional;
	Alojamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de sem abrigo; ▪ Número de sem abrigo em percentagem do total da população residente; ▪ Preço médio das casas relativamente ao rácio de rendimentos do agregado familiar; ▪ Renda semanal média da habitação social em percentagem dos rendimentos médios semanais; ▪ Percentagem de habitação sem as comodidades básicas; ▪ Área útil de habitação por pessoa por m²; ▪ Percentagem de agregados familiares que compraram ou possuem habitação própria; ▪ Percentagem de agregados familiares que são inquilinos de habitação social; ▪ Percentagem de agregados familiares que são inquilinos de habitação privada; ▪ Número de habitações convencionais; ▪ Percentagem de agregados familiares que vivem em vivendas; ▪ Percentagem de agregados familiares que vivem em apartamentos; ▪ Percentagem de agregados familiares que vivem nouro tipo de habitação;
	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Esperança de Vida à Nascimento para Homens/Mulheres; ▪ Taxa de Mortalidade Infantil: 0-1 ano de idade por 1000 nascimentos; ▪ Número de crianças nascidas com peso inferior a 2,5kg por 1000 nascimentos; ▪ Taxa de Mortalidade de indivíduos com menos de 65 anos de doenças cardíacas e respiratórias;
Crime	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Total de crimes registados por cada 1000 habitantes por ano; ▪ Crimes registados contra pessoas por cada 1000 habitantes por ano; ▪ Crimes registados contra propriedade comercial e residencial por cada 	

		<p>1000 habitantes por ano;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Crimes registados contra viaturas (incluindo roubo de viaturas);
	Níveis de Educação e Formação (provisão)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de creches (públicas e privadas) por 1000 habitantes; ▪ Percentagem de estudantes que não concluiu a escolaridade obrigatória; ▪ Percentagem de estudantes que completaram a escolaridade e atingiu o padrão mínimo de escolaridade; ▪ Percentagem de estudantes que completaram a escolaridade mas não atingiu o padrão mínimo de escolaridade; ▪ Percentagem de grupo etário (i.e. número total de alunos registados no último ano de escolaridade obrigatória no ano de referência) que continuam a sua educação/formação depois de abandonarem a escolaridade obrigatória; ▪ Número de vagas nas universidades e outros estabelecimentos de ensino que se encontram dentro dos limites acima especificados por 1000 habitantes residentes;
	Nível de Educação e Formação (stock)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Percentagem de população residente – masculina / feminina que completou o ciclo inferior ao ensino secundário; ▪ Percentagem de população residente – masculina / feminina que completou o ciclo superior ao ensino secundário; ▪ Percentagem de população residente – masculina / feminina que completou educação superior (primeira etapa) que não deu acesso à licenciatura; ▪ Percentagem de população residente – masculina / feminina que completou educação superior (primeira etapa) que deu acesso à licenciatura ou equivalente; ▪ Percentagem de população residente – masculina / feminina que completou educação superior (primeira etapa) que deu acesso a pós-graduações ou equivalente;
	Envolvimento Cívico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Percentagem de votantes recenseados nas eleições europeias, nacionais e locais. Por cada uma das três últimas europeias; por cada uma das três últimas eleições nacionais; por cada uma das três últimas eleições locais; ▪ Percentagem da população residente em idade de votar; ▪ Percentagem do eleitorado elegível recenseado; ▪ Percentagem de jovens (com menos de 25 anos) do eleitorado elegível que vote nas eleições locais; ▪ Percentagem de idosos (acima da idade da reforma) do eleitorado elegível que vote nas eleições locais; ▪ Percentagem de mulheres eleitas para órgãos locais; ▪ Despesa anual do Município por residente; ▪ Despesa anual do Município por residente em proporção do PIB per capita; ▪ Proporção de rendimentos do Município derivados de impostos locais, transferências da Administração Central, cobrança por serviços prestados e outras;
	Cultura e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de sessões e frequência anual por residente; ▪ Número de lugares nas salas de cinema; ▪ Número de concertos e frequência anual por residente; ▪ Número de teatros e frequência anual por residente; ▪ Número de museus e visitantes anuais por residente; ▪ Número de instalações desportivas e utilizadores anuais por residente; ▪ Número de bibliotecas públicas e total de livros requisitados por residente;
Económico	Emprego	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Emprego por sector – Masculino/Feminino, a tempo parcial / tempo inteiro por sector; ▪ Percentagem de mudança de emprego;
	Actividade Económica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PIB per capita a nível da cidade (se disponível) ou a nível regional; ▪ Número de empresas com sede na cidade em que estão cotadas na bolsa; ▪ Nível de registos de negócios na net (novos registos menos registos anulados por ano); ▪ Proporção de espaço de <i>net office</i> disponível; ▪ Número de estadas em alojamentos registados por ano; ▪ Número de passageiros aéreos;
	Qualidade do Ar e Ruído	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Smog no Inverno: número de dias em que o SO₂ excedeu 125ugm³ (tempo médio de 24 horas); ▪ Smog no Verão: número de dias em que o Ozono O₃ excedeu

Ambiental		<p>120ugm3 (tempo médio de 8 horas);</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de dias por ano em que as concentrações de NO2 excederam 200mg/m3 (tempo médio de 1 hora); ▪ Proporção de população exposta aos níveis de ruído exterior superior a 65 dB (tempo médio de 24 horas);
	Água	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de ocorrências (número total de testes anuais em todos os parâmetros da qualidade da água para beber) que exceda os valores inscritos relativos à qualidade de água para consumo humano; ▪ Consumo de água (m³/ano) por habitante; ▪ Percentagem de habitantes ligados à rede de fornecimento de água potável; ▪ Percentagem de habitantes ligados à rede de saneamento básico;
	Gestão de resíduos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quantidade de resíduos sólidos recolhidos (domésticos e comerciais) per capita por ano; ▪ Proporção de resíduos sólidos tratados em aterros sanitários, incinerados e reciclados;
	Uso do solo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaço verde de acesso público (m²/ per capita); ▪ Percentagem da população que está a 15 minutos de distância (a pé) de um espaço verde urbano; ▪ Percentagem de área urbana não urbanizada; ▪ Percentagem de área urbana sujeita a planeamento/medidas de conservação; ▪ Densidade populacional – população residente total por km²;
	Padrão de viagens	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Meio de deslocação para o trabalho (comboio, metro, autocarro, carro, bicicleta, a pé, eléctrico); ▪ Características das deslocações dos residentes (objectivo, distância e modo de deslocação); ▪ Número de carros registados dentro dos limites especificados por 1000 habitantes; ▪ Acidentes rodoviários que resulta em morte ou feridos graves por 1000 habitantes; ▪ Número médio de ocupantes por viatura com motor;
	Utilização de Energia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Total de energia utilizada por tipo de combustível (carro, petróleo, electricidade, gás natural, gásóleo) e por sector (transporte, indústria, doméstico, comercial (serviço)); ▪ Percentagem de consumo final de energia por diferentes sectores (transporte, indústria, doméstico, comercial); ▪ Consumo de electricidade per capita; ▪ Consumo de gasolina per capita; ▪ Emissão de CO2 per capita;
	Clima / Geografia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de dias de chuva por mês (média anual); ▪ Número médio de horas de insolação por dia (média anual);

Fonte: <http://www.urbanaudit.org/>

ANEXO 5

Quadro 61 – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - Eurostat

ASPECTOS	TEMAS	INDICADORES		
		Nível I	Nível II	Nível III
ECONÓMICO	Desenvolvimento Económico	Taxa de Crescimento do PIB per capita	<p><u>Investimento</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Total de investimento; • Investimento público; • Investimento nos negócios. <p><u>Competitividade</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Produtividade do trabalho por hora trabalhada; • Preço Internacional de Competitividade (taxa real de troca efectiva). <p><u>Emprego</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Taxa de emprego total 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de crescimento do PIB real; ▪ PIB per capita em PPS; ▪ PIB per capita regional em PPS; ▪ Gasto no consumo a preço constante; ▪ Rendimentos nacionais líquidos; ▪ Taxa de inflação; ▪ Poupanças nacionais ilíquidas; ▪ Poupança líquida. Sector privado. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento do custo da unidade de trabalho: economia total; ▪ Aumento do custo da unidade de trabalho: indústria; ▪ Aprendizagem ao longo da vida; ▪ Volume de negócios resultante da inovação, pelo sector económico; ▪ Gasto doméstico bruto em R&D; ▪ Gasto público em educação; <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento do emprego total; ▪ Taxa do emprego total, por género; ▪ Taxa de emprego total, por nível educacional mais elevado; ▪ Taxa de desemprego total, por género; ▪ Taxa de desemprego total, por grupo etário; ▪ Taxa de desemprego total, por nível educacional mais elevado; ▪ Taxa de desemprego regional.

	Transportes	Total de energia consumida pelos transportes	<u>Crescimento dos transportes</u> <ul style="list-style-type: none"> • Número de viaturas destinadas ao transporte interno de passageiros; • Número de viaturas destinadas ao transporte interno de carga. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divisão modal de transporte de passageiros; ▪ Divisão modal de transporte de carga; ▪ Volume de carga transportada; ▪ Consumo de energia pelos transportes, por modo.
	Padrões de produção e de consumo	Consumo de material doméstico	<u>Eco-eficiência</u> <ul style="list-style-type: none"> • Excesso de emissões de substâncias acidificantes, por sector; • Excesso de emissões de percursos de ozono, por sector; • Produção municipal de desperdício. <u>Padrões de consumo</u> <ul style="list-style-type: none"> • Consumo de electricidade por agregado familiar; <u>Agricultura</u> <ul style="list-style-type: none"> • Área protegida agri-ambiental; • Índice de densidade populacional. <u>Responsabilidade corporativa</u> <ul style="list-style-type: none"> • Empresas com sistema de gestão ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Componentes de consumo de material doméstico; ▪ Consumo de material doméstico por material; ▪ Tratamento municipal de desperdício, por tipo e método de tratamento. ▪ Número de elementos no agregado familiar; ▪ Tamanho do agregado familiar; ▪ Consumo de carne per capita. ▪ Excedente de nitrogénio; ▪ Área ocupada pela agricultura biológica; ▪ Prémios Eco-marca; ▪ Prémios Eco-marca por grupo de produto.
	Parceria global	Ajuda oficial ao desenvolvimento	<u>Globalização do comércio</u> <ul style="list-style-type: none"> • Importações da U.E. de países em desenvolvimento, total e de produtos agrícolas; • Suporte orçamental para a agricultura; • Vendas de produtos de marcas seleccionadas em comércio justo. <u>Financiamento para o desenvolvimento</u>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Importações da U.E. de países em desenvolvimento por grupo de rendimentos; ▪ Importações da U.E. de países em desenvolvimento por grupo de produtos. ▪ Financiamento total

			<p><u>sustentável</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ajuda bilateral oficial ao desenvolvimento por categoria. <p><u>Gestão dos recursos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Importações da U.E de materiais de países em desenvolvimento, por grupo de produtos. 	<p>da U.E. para países em desenvolvimento, por tipo;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ajuda oficial ao desenvolvimento e investimento estrangeiro directo em países em desenvolvimento, por grupo de rendimentos; ▪ Ajuda oficial ao desenvolvimento e investimento estrangeiro em países em desenvolvimento, por área geográfica; ▪ Porção de ajuda oficial ao desenvolvimento desfeita num total de compromissos oficiais; ▪ Ajuda oficial ao desenvolvimento per capita, em países doadores e receptores. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Emissões de CO₂ per capita na U.E. e países em desenvolvimento.
SOCIAL	Pobreza e exclusão social	Taxa de risco de pobreza transmitida socialmente	<p><u>Pobreza monetária</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Taxa de persistência do risco de pobreza <p><u>Acesso ao mercado de trabalho</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Taxa de desemprego a longo prazo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de risco de pobreza transmitida socialmente, por género; ▪ Taxa de risco de pobreza transmitida socialmente, por grupo etário; ▪ Taxa de risco de pobreza transmitida socialmente, pelo seio familiar; ▪ Intervalo relativo de risco de pobreza; ▪ Desigualdade na distribuição dos rendimentos. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diferença salarial por sexo; ▪ Taxa de desemprego prolongado; ▪ Pessoas que vivem numa família de desempregados, por grupo etário; ▪ Taxa de risco de pobreza transmitida socialmente pela actividade mais frequente.

			<p><u>Outros aspectos da exclusão social</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Abandono escolar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pessoas com baixo nível educacional, por grupo etário.
	Envelhecimento da sociedade	Taxa de dependência de idosos	<p><u>Adequação das pensões</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Taxa de rendimentos médios relativos <p><u>Mudanças demográficas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Esperança de vida aos 65 anos, por sexo <p><u>Estabilidade no financiamento público</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Dívida geral governamental bruta 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de risco de pobreza por pessoas com 65 e mais anos ▪ Taxa total de fertilidade; ▪ Migrações internas. ▪ Despesa em pensões; ▪ Taxa de emprego, por grupo etário; ▪ Média de idade de saída do mercado de trabalho, por sexo; ▪ Encargos com cuidados de idosos;
	Saúde Pública	Anos de vida saudável à nascença, por sexo	<p><u>Protecção da saúde humana e estilos de vida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de pessoas com excesso de peso; • Resistência a antibióticos. <p><u>Segurança e qualidade alimentar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Incidência de salmonelas. <p><u>Gestão de químicos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção de químicos tóxicos, por classe de toxicidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Anos de vida saudável aos 65 anos, por sexo; ▪ Encargos com a saúde; ▪ Taxa de incidência de cancro, por sexo; ▪ Taxa de incidência de cancro, por tipo; ▪ Taxa de mortes por suicídio, por sexo; ▪ Percentagem de fumadores activos, por sexo; ▪ Percentagem de fumadores activos da população entre os 15 – 24 anos; ▪ Acidentes graves no trabalho; ▪ - ▪ -

			<p><u>Riscos na saúde devido às condições ambientais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • População urbana exposta à poluição atmosférica por matéria de partículas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População urbana exposta à poluição atmosférica por proporção de ozono por núcleo familiar, considerando que sofrem de poluição e de ruído.
AMBIENTE	<p>Energia e mudanças climáticas</p>	<p>Total de emissões de gases de efeito de estufa;</p> <p>Aumento do consumo interno de energia, por combustível.</p>	<p><u>Mudança climática</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Emissões de gases de efeito de estufa <p><u>Energia</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Intensidade de energia na economia; • Consumo final de energia, por sector; • Aumento de produção de electricidade, por combustível usado em centrais eléctricas; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intensidade de CO₂ e consumo de energia. ▪ Porção de electricidade produzida por fontes de energia renovável dentro do crescimento do consumo de electricidade; ▪ Porção de fontes de energia principal no total de produção de electricidade de renováveis; ▪ Produção combinada de calor e energia; ▪ Intensidade de energia industrial; ▪ Porção de biocombustível no total do consumo nos transportes; ▪ Elevado nível de desperdício radioactivo; ▪ Gasto de combustível nuclear esperando venda permanente;
	<p>Gestão dos recursos naturais</p>	<p>Índice de população em área de cultivo;</p> <p>Peixe capturado para além do stock limite de segurança biológica.</p>	<p><u>Biodiversidade</u></p> <p><u>Ecossistemas marinhos</u></p> <p><u>Recursos de água potável</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquíferos <p><u>Uso do solo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Áreas urbanizadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Frota pesqueira. ▪ População com acesso ao saneamento básico. ▪ Árvores da floresta em perigo de defoliação.

INSTITUCIONAL	Boa governância	Nível de confiança dos cidadãos nas instituições da U. E.	<p><u>Coerência política</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Novos casos de transgressões levados a tribunal; • Casos de transgressões levados a tribunal, por área política. <p><u>Participação pública</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de eleitores nas eleições nacionais parlamentares. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Transposição do direito comunitário, por área política. ▪ Percentagem de votantes nas eleições europeias; ▪ Disponibilidade on-line de sites governamentais; ▪ Consulta de sites governamentais pelos cidadãos.
----------------------	------------------------	---	--	--

Fonte: Eurostat

ANEXO 6

Quadro 62 – Indicadores Ambientais – Domínio ambiental da AEA

TEMAS	INDICADORES
Ambiente Urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Ocupação do solo; • Causas dos desperdícios municipais; • Progresso na gestão de locais contaminados; • Qualidade da água potável; • Emissões de substâncias perigosas para a água de origem urbana; • Características espaciais urbanas e transportes; • Uso da água por sectores;
Transportes	<ul style="list-style-type: none"> • Procura de transportes de carga; • Ocupação do solo; • Procura de transportes de passageiros; • Uso de combustíveis limpos e alternativos; • Acesso a serviços de transporte; • Acessibilidade aos serviços básicos e supermercados por modo de transporte; • Acidentes e descargas ilegais de petróleo por navios no mar (2002); • Acidentes e descargas ilegais de petróleo por navios no mar (2001); • Acidentes de derrames de petróleo em áreas de embarque marítimo; • Idade média dos veículos da frota (2002); • Idade média dos veículos da frota (2001); • Capacidade das redes de infraestruturas dos transportes (2003); • Capacidade das redes de infraestruturas dos transportes (2002); • Capacidade das redes de infraestruturas dos transportes (2001); • Emissões por Km/passageiros e por km/tonelada (2001); • Eficiência energética no transporte de passageiros e carga (2002); • Eficiência energética no transporte de passageiros e carga (2001); • Custos nos transportes externos (2001); • Custos nos transportes externos (2002); • Transporte de carga (2001); • Procura de transporte de carga por modo e grupo de mercadorias; • Preços e taxas de combustíveis (2002); • Preços e taxas de combustíveis (2003); • Cooperação institucional no âmbito dos transportes e ambiente (2001); • Cooperação institucional no âmbito dos transportes e ambiente (2002); • Estratégias em ACs integradas entre transportes e ambiente (2002); • Investimentos em infraestruturas de transportes (2001); • Investimentos em infraestruturas de transportes (2002); • Ocupação do solo pelas infraestruturas dos transportes (2001); • Ocupação do solo pelas infraestruturas dos transportes (2002); • Transporte comercial de carga; • Sistemas de monitorização ambiental e transportes nacionais (2002); • Sistemas de monitorização ambiental e transportes nacionais (2001); • Número de estados-membros que implementaram estratégias de integração (2001); • Número de acidentes de viação do transporte de carga (2001); • Percentagem de ocupação dos veículos de passageiros (2001); • Percentagem de ocupação dos veículos de passageiros (2002); • Eficiência de energia total e emissões específicas por CO₂ por passageiro e transporte de carga; • Transporte de passageiros (2001); • Procura de transporte de passageiros (2002); • Procura de transporte de passageiros por modo e propósito; • Progresso em níveis de responsabilidade; • Progresso em níveis de estruturas e internacionalização de políticas. • Proporção de veículos da frota reunidos por certos valores de emissão (por modo); • Proporção de veículos da frota reunidos por certos valores de emissão de ruído e gases (2002); • Proporção de veículos da frota reunidos por certos valores de emissão de ruído e gases (2001);

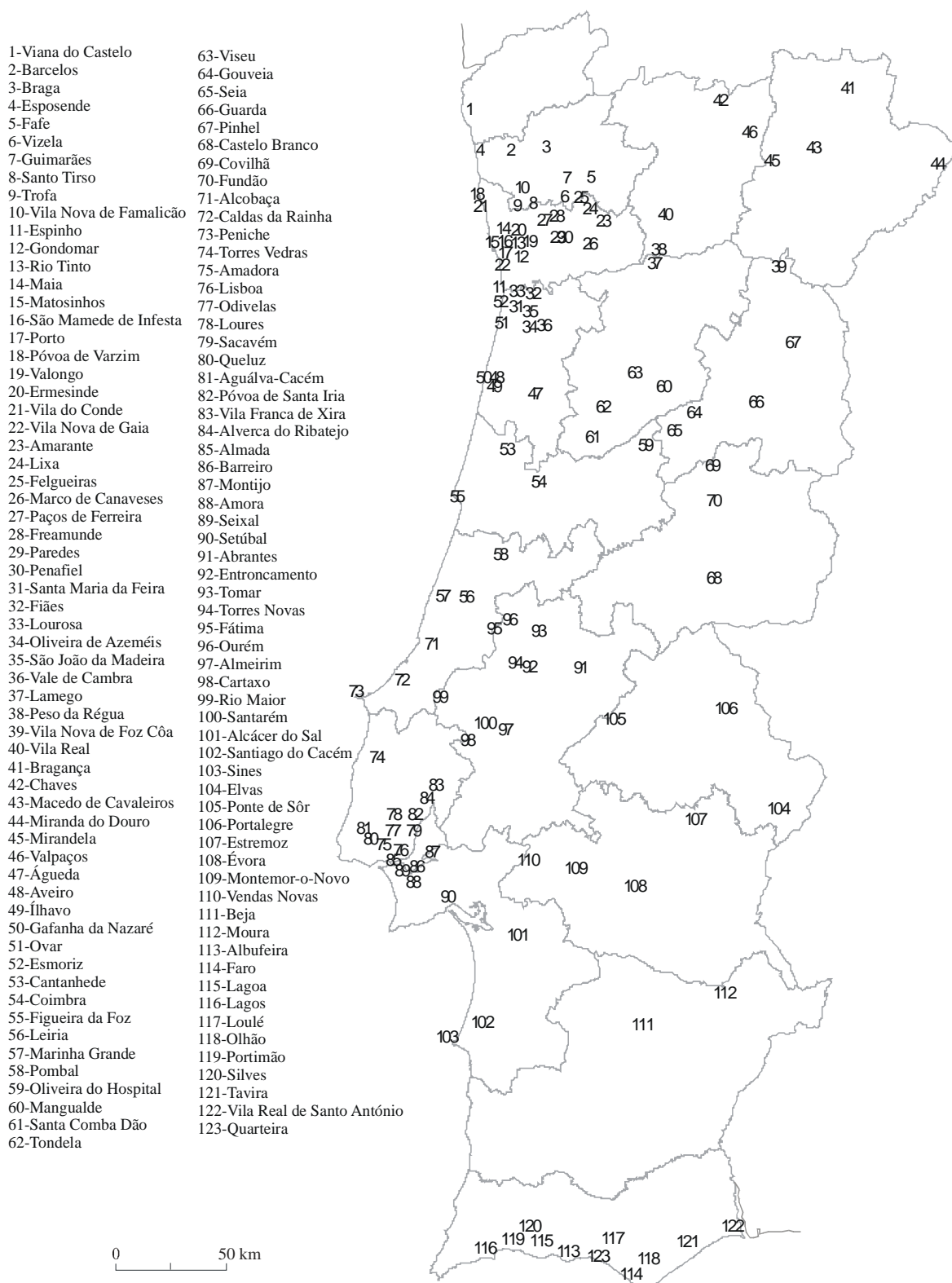
	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade de infraestruturas de transporte de determinadas áreas (2001); • Proximidade de infraestruturas de transporte de determinadas áreas (2002); • Mudanças reais no preço do transporte por modo (2002); • Mudanças reais no preço do transporte por modo (2001); • Acesso regional a supermercados; • Dimensão e composição dos veículos da frota; • Dimensão dos veículos da frota (2002); • Emissões específicas de poluentes do ar; • Ruído de tráfego: exposição e aborrecimento (2001); • Vítimas em acidentes de transporte (2003); • Vítimas em acidentes de transporte (2002); • Vítimas em acidentes de transporte (2001); • Consumo de energia pelos transportes (2001); • Combustíveis limpos e alternativos; • Combustíveis limpos e número de veículos a combustível alternativo (2002); • Combustíveis limpos e número de veículos a combustível alternativo (2001); • Características espaciais urbanas e transportes; • Desperdícios dos veículos nas ruas (2001); • Desperdícios dos veículos nas ruas (2002);
Água	<ul style="list-style-type: none"> • Tratamento de águas residuais (2004); • Tratamento de águas residuais (2003); • Tratamento de águas residuais (2001); • Índice de exploração de água (2004); • Índice de exploração de água (2003); • Preços da água; • Uso da água por sectores; • Eficiência no uso da água: desperdícios; • Uso da água em áreas urbanas;
Efeito de estufa	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de água municipal; • Qualidade da água para beber; • Emissões de substâncias perigosas para a água de origem urbana; • Consumo de energia por agregado familiar; • Categorias de gasto por agregado familiar; • Número e tamanho do agregado familiar; • Penetração de produtos biológicos (2001); • Tratamento de águas residuais urbanas;
Solo	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição dos ecossistemas à acidificação, eutrofização e ozono; • Ocupação do solo; • Progresso na gestão de locais contaminados; • Emissões de material orgânico; • Pesticidas em pântanos;
Mudança climática	<ul style="list-style-type: none"> • Concentrações na atmosfera de gases de efeito de estufa; • Consumo de energia final por sector; • Temperatura Global e Europeia; • Emissões de gases efeito de estufa e alterações; • Projecções das emissões de gases de efeito de estufa e alterações; • Electricidade renovável; • Consumo de energia renovável; • Consumo total de energia por combustível; • Intensidade total de energia; • Oscilações do Atlântico Norte; • Stock de bacalhau no Mar do Norte; • Emissões de gases de efeito de estufa pelos transportes por modo;
Qualidade do ar	<ul style="list-style-type: none"> • Percussões das emissões de ozono; • Ultrapassagem dos valores limite da qualidade do ar nas áreas urbanas; • Exposição dos ecossistemas à acidificação, eutrofização e ozono; • Consumo final de energia por sector; • Electricidade renovável; • Consumo de energia renovável; • Consumo total de energia por combustível; • Intensidade total de energia; • Emissões de partículas primárias (PM10) e secundárias (EEA18); • Emissões NH3 EEA31; • Emissões NMVOC EEA31;

	<ul style="list-style-type: none"> • Emissões NOx EEA31; • Emissões de SO2 EEA31; • Área do ecossistema prejudicada pela poluição atmosférica; • Precursões das emissões do ozono (2001); • Precursões das emissões do ozono (2003); • Emissões de partículas, U.E 15; • Emissões de substâncias acidificantes (2003); • Emissões de substâncias acidificantes (2001); • Ultrapassagem do valor limiar de ozono para a saúde humana na U.E. nas áreas urbanas; • Exposição a partículas finas acima do valor limiar da CE; • Emissões específicas de poluentes atmosféricos; • Contribuição dos transportes para a qualidade do ar; • Emissões de poluentes atmosféricos pelos transportes (Co, NH3, NOx, NMVOC, PM10, SOx) por modos;
Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo final de energia por sector; • Electricidade renovável; • Consumo de energia renovável; • Consumo total de energia por combustível; • Intensidade total de energia;
Ar	<ul style="list-style-type: none"> • Emissões de substâncias acidificantes; • Precursões das emissões de ozono; • Precursões das emissões de partículas primárias e secundárias; • Ultrapassagem dos valores limite de qualidade do ar em áreas urbanas; • Exposição dos ecossistemas à acidificação, eutrofização e ozono; • Consumo final de energia por sector; • Electricidade renovável; • Consumo de energia renovável; • Consumo total de energia por combustível; • Intensidade total de energia; • Emissões de partículas primárias (PM10) e secundárias (EEA18); • Emissões NH3 EEA31; • Emissões NMVOC EEA31; • Emissões NOx EEA31; • Emissões de SO2 EEA31; • Área do ecossistema prejudicada pela poluição atmosférica; • Precursões das emissões do ozono (2001); • Precursões das emissões do ozono (2003); • Emissões de partículas, U.E 15; • Emissões de substâncias acidificantes (2003); • Emissões de substâncias acidificantes (2001);

Fonte: AEA

ANEXO 7

Figura 31 - Designação das Cidades Oficiais de Portugal Continental em 2002



Fonte: DGOTDU, 2004.

ANEXO 8

Quadro 63 – Indicadores Ambientais da DGA

NOME		SECTOR
INDICADORES AMBIENTAIS	1 - Emissão de gases com efeito de estufa	Ar
	2 - Emissão de Óxidos de Enxofre (Sox)	
	3 - Emissão de Óxidos de Azoto (Nox)	
	4 - Emissão de Amónia (NH3)	
	5 - Emissão de compostos orgânicos voláteis (COV)	
	6 - Consumo de substâncias que destroem a camada de ozono	
	7 - Temperatura média do ar	
	8 - Qualidade do ar	
	9 - Investimento e despesa na redução da poluição atmosférica	
	10 - Crescimento populacional em zonas costeiras	Ambiente Marinho e Costeiro
	11 - Evolução da linha de costa	
	12 - Área construída	
	13 - Contaminação de origem difusa	
	14 - Descargas pontuais de efluentes sem tratamento	
	15 - Descargas acidentais de hidrocarbonetos	
	16 - Qualidade da água em zonas balneares	
	17 - Zonas balneares com bandeira azul	
	18 - Qualidade do sistema aquático em faixas costeiras, estuários, lagoas e rias	
	19 - "Stocks" pesqueiros	
	20 - "Stocks" pesqueiros abaixo dos limites biológicos de segurança	
	21 - Capturas pesqueiras	
	22 - Investimento e despesas na preservação ambiental e defesa de zonas costeiras	
	23 - Disponibilidades hídricas	Água Doce
	24 - Captação de água subterrânea e superficial	
	25 - Consumo de água	
	26 - População com acesso a água potável regularmente monitorizada	
	27 - Eficiência dos sistemas de abastecimento de água	
	28 - Qualidade das águas superficiais	
	29 - Qualidade das águas subterrâneas	
	30 - Qualidade da água para consumo humano	
	31 - Produção de águas residuais	
	32 - População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	
	33 - Eficiência dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	
	34 - Reutilização de águas residuais tratadas	
	35 - Densidade de redes hidrológicas	
	36 - Investimento e despesa na preservação ambiental de sistemas de água doce	
	37 - Uso do solo	Solos
	38 - Reserva Ecológica Nacional	
	39 - Área de solo agrícola irrigado	
	40 - Consumo/utilização de pesticidas agrícolas	
	41 - Consumo/utilização de fertilizantes agrícolas comerciais (NPK)	
	42 - Solo contaminado	
	43 - Área de solo afectado pela desertificação	
	44 - Investimento e despesas na preservação ambiental do solo	
	45 - Áreas protegidas	Conservação da Natureza
	46 - Áreas protegidas marinhas	
	47 - Áreas protegidas integradas em redes internacionais	
	48 - Graus de vigilância das áreas protegidas	
	49 - Áreas protegidas abrangidas por planos de ordenamento	
	50 - Utilização de áreas protegidas como locais de sensibilização e educação ambiental	
	51 - Espécies de fauna e flora ameaçadas	
	52 - Espécies de fauna e flora protegidas	
	53 - Manutenção de sistemas agrícolas e florestais com particular interesse para a conservação da natureza	
	54 - Área ardida em áreas protegidas e/ou sensíveis	
	55 - Investimento e despesa pública e privada na conservação da natureza	

INDICADORES AMBIENTAIS	56 - Tipo de coberto florestal	Floresta
	57 - Produção total de madeira	
	58 - Produção florestal de material não lenhoso	
	59 - Área florestal ardida	Floresta
	60 - Investimento e despesa na preservação ambiental da floresta	
	61 - Comercialização de produtos geneticamente modificados	Biotecnologia
	62 - Produção de resíduos	
	63 - Produção de resíduos por sector de actividade económica	
	64 - Produção e destino final de lamas em estações de tratamento de águas residuais	
	65 - Tratamento e destino final dos resíduos	
	66 - Valorização e reutilização por classe de resíduo	
	67 - Importação e exportação de resíduos	
	68 - Produção de energia a partir de resíduos	
	69 - Investimento e despesa na gestão de resíduos	
	70 - População afectada por ruído ambiente exterior	
71 - Medidas de minimização do ruído	Ruído	
72 - Investimento e despesa no controlo da poluição sonora		

Fonte: Direcção Geral do Ambiente, 2000

ANEXO 9

Quadro 64 - Indicadores Económicos da DGA

	NOME	SECTOR
INDICADORES ECONÓMICOS	1 – Produto Interno Bruto (PIB)	
	2 – Evolução do valor acrescentado bruto (VAB) por sectores	
	3 – Investimento e despesa nacional com a protecção e gestão do ambiente	
	4 – Importações e exportações	
	5 – Importações por tipo de bens	
	6 – Exportações por tipo de bens	
	7 – Assistência financeira ao desenvolvimento, prestada e recebida pelo país	
	8 – Dívida	
	9 – Investimento directo estrangeiro	
	10 – Consumo de energia	
	11 – Produção e consumo de energias renováveis	
	12 – Intensidade energética	
	13 – Intensidade energética da economia	
	14 – Evolução do preço dos diferentes tipos de combustível e da electricidade	
	15 – Idade média dos veículos	
	16 – Veículos em circulação	
	17 – Transporte de passageiros, por modo de transporte	
	18 – Intensidade de tráfego	
	19 – Carga transportada, por modo de transporte	
	20 – Estrutura da rede viária	
	21 – Preços reais dos vários modos de transporte de passageiros	
	22 – Acidentes rodoviários	
	23 – Produção agrícola	
	24 – Desafecção de áreas classificadas como RAN – Reserva Agrícola Nacional	
	25 – Intensidade turística	
	26 – Sazonalidade turística	
	27 – Turismo de espaço rural	
	28 – Capacidade de alojamento	
	29 – Produção Industrial	

Fonte: Direcção Geral do Ambiente, 2000

ANEXO 10

Quadro 65 – Indicadores Institucionais da DGA

NOME		SECTOR
INDICADORES INSTITUCIONAIS	1 – Contabilidade ambiental	Instituições
	2 – Emprego na área de ambiente	
	3 – Agendas 21 locais	
	4 – Titulares de diplomas universitários	
	5 – Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D)	
	6 – Implementação nacional dos acordos globais ratificados	
	7 – Acesso às redes globais de comunicação	
	8 – Consumo de jornais	
	9 – Sistemas de gestão ambiental/certificação de sistemas de gestão ambiental	

Fonte: Direcção Geral do Ambiente, 2000

ANEXO 11

Quadro 66 – Indicadores Sociais da DGA

NOME		SECTOR
INDICADORES SOCIAIS	Densidade Populacional	População
	Taxa de Natalidade	
	Taxa de Mortalidade Infantil	
	Taxa de Mortalidade Materna	
	Esperança Média de Vida	
	Crianças que são vacinadas contra as doenças infecciosas até perfazerem um ano de idade	Saúde
	Hospitais e centros de saúde	
	Médicos	
	Enfermeiros	
	Despesa total com a saúde	
	Taxa de Analfabetismo	Educação
	População que completou o ensino secundário	
	Despesa pública com a educação	Segurança Social
	Despesa pública total em protecção social	
	Beneficiários activos de todos os regimes e pensionistas	
	Estrutura do emprego por sectores	Emprego
	Taxa de Emprego	
	Bibliotecas públicas e utilizadores	Cultura
	Índice de criminalidade	Justiça
	Condenados em processos-crime com menos de 20 anos de idade	
Reclusos		
Queixas ou reclamações apresentadas por razões ambientais	Outros	

Fonte: Direcção Geral do Ambiente, 2000

ANEXO 12

Quadro 67 – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável da ENDS

Objectivos da ENDS	Prioridades	Indicadores
<p>1º - Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento"</p> <p>Pilares do DS: Crescimento económico, ambiente e coesão social</p>	<p>1 - Consolidação do ensino básico e expansão da educação e formação de nível secundário, garantindo a melhoria da qualificação de base;</p> <p>2 - Melhoria da qualidade e estímulo à mobilidade no ensino superior;</p> <p>3 - Aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico;</p> <p>4 - Dinamização da aprendizagem ao longo da vida aumentando os níveis habilitacionais e de qualificação;</p> <p>5 - Mobilização da sociedade para uma maior criatividade cultural e artística;</p>	<p>1 - Nº de crianças a frequentar o pré-escolar;</p> <p>2 - Nº de alunos do ensino do inglês no 1º ciclo do ensino básico;</p> <p>3 - Nº de alunos do ensino experimental de ciências no ensino básico e secundário;</p> <p>4 - Nº de professores de matemática do 1º ciclo do ensino básico com formação contínua e acompanhamento;</p> <p>5 - Saída precoce do sistema educativo;</p> <p>6 - Nº de jovens até aos 18 anos que frequentam o ensino ou formação profissional;</p> <p>7 - População com o ensino secundário (em % do grupo etário 20-24 anos);</p> <p>8 - Nº de jovens em cursos técnicos e profissionais de nível secundário;</p> <p>9 - Multiplicar o número de computadores nas escolas;</p> <p>10 - Nº de novos graduados em C&T;</p> <p>11 - Novos doutoramentos em C&E em per milagem da População entre os 25 e 34 anos;</p> <p>12 - Pessoal total (ETI) em I&D, por per milagem de população activa;</p> <p>13 - Número de Investigadores (ETI);</p> <p>14 - Publicações científicas em revistas referenciadas, segundo o ISI;</p> <p>15 - Aprendizagem ao Longo da Vida;</p> <p>16 - Nº de activos qualificados através de cursos de educação e formação ou reconhecimento, validação e certificação de competências;</p> <p>17 - Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências;</p> <p>18 - Estágios Profissionais;</p> <p>19 - Rede nacional na esfera das artes;</p> <p>20 - Despesa cultural.</p>
<p>2º - Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética</p> <p>Pilares do DS: Crescimento económico, ambiente e coesão social</p>	<p>1 - Um novo impulso à inovação empresarial;</p> <p>2 - Uma economia, competitiva à escala global, orientada para actividades de futuro e criadora de emprego;</p> <p>3 - Uma sociedade e uma economia preparadas para tirar partido das tecnologias da informação e comunicação;</p> <p>4 - Crescimento económico mais eficiente no uso de energia e recursos naturais e com menor impacto no ambiente, designadamente nas alterações climáticas.</p>	<p>1 - I&D empresarial;</p> <p>2 - Investimento público em I&D;</p> <p>3 - Investimento em capital de risco em percentagem do PIB;</p> <p>4 - Contrapartidas das grandes compras públicas;</p> <p>5 - Programa MIVE;</p> <p>6 - Fomento da cooperação empresarial;</p> <p>7 - Emprego nas indústrias de média e alta tecnologia em % do total do emprego;</p> <p>8 - Emprego nos serviços de alta tecnologia em % do total do emprego;</p> <p>9 - Valor acrescentado dos sectores de média e alta tecnologia na indústria;</p> <p>10 - Valor acrescentado dos serviços de alta tecnologia;</p> <p>11 - Criação de empresas em sectores de alta e média alta tecnologia em % do total de empresas criadas no período;</p> <p>12 - Nº de patentes requeridas ao European Patent Office (EPO) por milhão de habitantes;</p> <p>13 - Marcas comunitárias registadas por milhão de habitante;</p> <p>14 - Exportação de produtos de alta tecnologia em % das exportações totais;</p> <p>15 - Sistema de informação às empresas no âmbito do comércio;</p> <p>16 - Programa AGIIRE;</p> <p>17 - Utilizadores regulares da Internet;</p> <p>18 - Agregados familiares com acesso à Internet em banda larga;</p> <p>19 - Empregos do sector das TIC;</p> <p>20 - Percentagem de trabalhadores que utilizam computadores ligados à Internet no emprego;</p> <p>21 - Utilização de comércio electrónico de forma regular;</p> <p>22 - Emissões de gases de efeito de estufa (GEE);</p> <p>23 - Produção de electricidade, a partir de fontes de energia renovável (especialmente hídrica, eólica, fotovoltaica);</p> <p>24 - Intensidade Energética;</p> <p>25 - Redução do consumo final de energia relativamente à média dos últimos cinco anos (2001-2005);</p> <p>26 - Taxa de penetração de gás natural;</p> <p>27 - Emissões relativas às GIC;</p>

		<p>28 – Poluentes acidificantes e eutrofizantes; 29 – Utilização de instrumentos económico-financeiros, na vertente das alterações climáticas; 30 – Implementação de processos de licenciamento integrando a Prevenção e Controlo Integrados da Poluição; 31 – Cumprimento das metas de gestão associadas aos vários fluxos de resíduos; 32 – Estimular as iniciativas voluntárias conducentes à produção e consumo sustentáveis; 33 – Cadeias logísticas.</p>
<p>3º Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural</p> <p>Pilares do DS: Crescimento económico, ambiente e coesão social</p>	<p>1 - Combate às alterações climáticas; 2 - Gestão integrada da água e seu aproveitamento eficiente; 3 - Gestão integrada do ar; 4 - Actividades agrícolas e florestais desenvolvidas em base sustentável, compatibilizadas com a conservação da natureza e a valorização da paisagem; 5 - Conservação da natureza e da biodiversidade articulada com as políticas sectoriais e de combate à desertificação.</p>	<p>1 - Emissões de gases com efeito de estufa; 2 - Prevenir a deterioração do estado e assegurar a protecção, melhoramento e recuperação das massas de água com vista a alcançar o bom estado; 3 - Salvaguardar as origens de água para a produção de água para consumo humano, as águas balneares, as águas para a produção de espécies aquáticas com valor comercial e as zonas protegidas para conservação da natureza, em particular, de forma a assegurar o cumprimento das normas de qualidade da água estipulados na legislação pertinente; 4 - Sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais; 5 - Assegurar o cumprimento do Decreto-Lei n.º 243/2001, de 05 de Setembro, relativamente às águas para consumo humano; 6 - Eficiência de utilização da água; 7 - Qualidade do ar ambiente; 8 – Emissão para a atmosfera; 9 – Ozono no ar ambiente; 10 – Protecção, melhoramento e recuperação dos solos, especialmente dos solos com maior produtividade agrícola; 11 – Desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa; 12 – Expansão da área dedicada à agricultura biológica (%SAU); 13 – Sistemas agro-florestais com elevado interesse ambiental; 14 – Suster o declínio da biodiversidade; 15 – Índice de Aves Comuns; 16 – Áreas classificadas e seus valores naturais; 17 – Assegurar que todas as áreas protegidas e todos os sítios da Rede Natura 2000 tenham planos de ordenamento e gestão eficazes; 18 – Funcionalidade dos sistemas naturais e sua conectividade; 19 – Produção de resíduos; 20 – Reciclagem; 21 – Centros de logística inversa; 22 – Transposição para o direito interno das directivas Comunitárias de Ambiente.</p>
<p>4º - Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social</p> <p>Pilares do DS: Crescimento económico, ambiente e coesão social</p>	<p>1- Equidade, melhor prestação e sustentabilidade financeira dos sistemas de protecção social; 2 - Reforço da prevenção e reabilitação orientada para ganhos em saúde; 3 - Dinâmica de emprego que promova a qualidade de vida no trabalho e a integração social; 4 - Sociedade inclusiva que promova redes de solidariedade e comunidades dinâmicas.</p>	<p>1 – Aumentar a idade efectiva por reforma na velhice; 2 – Reduzir os níveis de pobreza nos grupos mais vulneráveis; 3 – Taxa de emprego das mulheres; 4 – Taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos; 5 – Participação dos DLD numa medida activa sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, emprego ou outra medida que promova a empregabilidade; 6 – Reconversão e inserção no mercado de trabalho de desempregados; 7 – Desenvolvimento de uma nova geração de programas específicos de emprego, dirigidos a grupos-alvo específicos; 8 – Actividade física - % de indivíduos que preencheu a maior parte do tempo livre com actividades sedentárias nos últimos 12 meses (15-24 anos; 35-44 anos; 55-64 anos; 65-74 anos); 9 – Álcool - % de indivíduos que consumiu álcool várias vezes por semana nos últimos 12 meses, grupos etários: 15-24 anos; 25-44anos e 45-64 anos; 10 – Tabaco - % de indivíduos que fuma diariamente, grupos etários (15-24 anos; 25-44anos e 45-64 anos;65-74 anos); 11 – % de indivíduos que referiu incapacidade de longa duração de grau 1 (45-64 anos); 12 – % de indivíduos que referiu incapacidade de longa duração de grau 1 (65-74 anos); 13 – Unidades residenciais para pessoas com deficiência; 14 – Promover um programa de qualificação e reinserção urbana de bairros críticos.</p>
<p>5º - Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização</p>	<p>1 - Melhor conectividade internacional do país; 2 - Acessibilidades que contribuam para coesão</p>	<p>1 – Rede nacional de infra-estruturas empresariais; 2 – Plano de Ordenamento Logístico do Território; 3 – Quota de mercado da ferrovia; 4 – Nº de programas de estruturação de redes regionais;</p>

<p>Equilibrada do Território</p> <p>Pilares do DS: Crescimento económico, ambiente e coesão social</p>	<p>territorial e para um modelo territorial mais policêntrico; 3 - Cidades atractivas, acessíveis e sustentáveis; 4 - Apoios reforçados a regiões com mais graves défices de desenvolvimento.</p>	<p>5 - Nº de redes temáticas para valorização de património e recursos comuns; 6 - Promover novos pólos regionais de competitividade; 7 - Nº de fogos urbanos reabilitados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto; 8 - PIB per capita das zonas rurais; 9 - VAB/UTA; 10 - VAB da agricultura, pecuária, caça e silvicultura.</p>
<p>6º - Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional</p> <p>Pilares do DS: Crescimento económico, ambiente e coesão social</p>	<p>1 - Fortalecimento da posição de Portugal no contexto da cooperação para o desenvolvimento internacional; 2 - Estruturação de uma rede de relações privilegiadas com a Europa; 3 - Reforço das relações com outras regiões inovadoras e dinâmicas do mundo; 4 - Fortalecimento dos laços entre os estados de língua portuguesa e reforço da sua intervenção internacional; 5 - Valorização das comunidades portuguesas.</p>	<p>1 - Ajuda Pública ao Desenvolvimento; 2 - Ajuda Pública ao Desenvolvimento; 3 - Operacionalizar da Resolução do Conselho de Ministros 196 de 22 de Dezembro de 2005, "Uma Visão Estratégica da Cooperação Portuguesa"; 4 - Concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; 5 - Sociedade Financeira para o Desenvolvimento; 6 - Garantir que a opinião pública portuguesa é conhecedora das temáticas internacionais da cooperação para o desenvolvimento; 7 - Presença em organismos e instituições internacionais; 8 - Assegurar que jovens portugueses tenham conhecimentos técnicos da cooperação portuguesa e dos países com os quais cooperamos; 9 - Mercado global para os produtos culturais em língua portuguesa; 10 - Espaços de interacção lusófona.</p>
<p>7º - Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada</p> <p>Pilares do DS: Crescimento económico, ambiente e coesão social</p>	<p>1 - Domínio de informação e reflexão estratégica; 2 - Reestruturação da administração; 3 - Reforma dos regimes da função pública; 4 - Modernização dos sistemas e processos, com uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação; 5 - Qualificação e valorização do serviço público; 6 - Modernização dos sistemas de educação e de formação profissional, saúde e justiça.</p>	<p>1 - Facturação electrónica; 2 - Disponibilização de serviços on-line que permitirá efectuar actos de registo através da Internet; 3 - Reavaliação das estruturas dos Ministérios; 4 - Assegurar a disponibilização on-line de todos os serviços públicos básicos; 5 - Desburocratização e desmaterialização do processo de licenciamento industrial; 6 - Emprego em I&D no Estado; 7 - Desmaterialização dos processos em tribunal; 8 - Marcação de consultas e exames de diagnóstico entre instituições de saúde por via electrónica; 9 - Nº de consultas e exames de diagnóstico entre instituições de saúde por via electrónica; 10 - Número de consultas marcadas por via electrónica; 11 - Número de camas de hospital de agudos por mil habitantes; 12 - Número de camas de unidade de média duração; 13 - Número de camas de unidade de longa duração; 14 - Número de camas de unidade de cuidados paliativos; 15 - Número médicos por mil habitantes; 16 - Despesa pública em saúde.</p>

Fonte: <http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/pt/desenvolvimentosustentavel/indicadores-e-metas/lista.aspx>

ANEXO 13

Figura 32 – Área de intervenção do Programa Polis em Aveiro

(IMAGEM DISPONÍVEL APENAS NA VERSÃO IMPRENSA)

ANEXO 14

Figura 33 - Planta da cidade de Tavira com a indicação das áreas de protecção (a mais recente).

(IMAGEM DISPONÍVEL APENAS NA VERSÃO IMPRENSA)

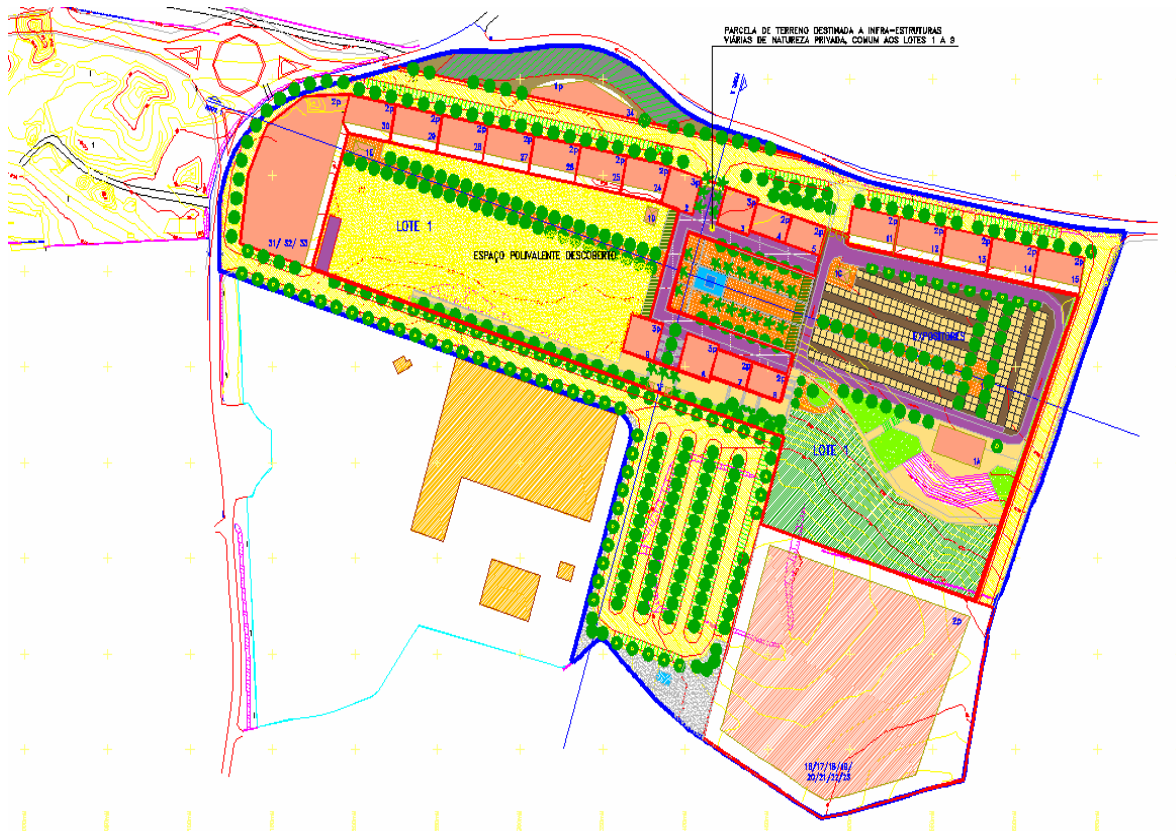
ANEXO 15

**Figura 34 – Planta de enquadramento - Plano de Pormenor Plano de Pormenor de Pêro Gil
(CMT, 2006)**

(IMAGEM DISPONÍVEL APENAS NA VERSÃO IMPRENSA)

ANEXO 16

Figura 35 - Planta do Parque de Exposições de Tavira



ANEXO 17 – MODELO DE INQUÉRITO



O CONTRIBUTO DAS POLÍTICAS URBANAS PARA A SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES.
OS CASOS DAS CIDADES DE AVEIRO E DE TAVIRA.

INQUÉRITO À POPULAÇÃO

Sandra Cristina Resende Conde, aluna do Mestrado em Geografia, Urbanização e Ordenamento do Território, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa vem por este meio solicitar o preenchimento do presente inquérito, cuja informação será fundamental para a realização da dissertação de mestrado “O contributo das políticas urbanas para a sustentabilidade das cidades. Os casos das cidades de Aveiro e de Tavira.” Com este inquérito pretende-se avaliar a qualidade de vida nas cidades na perspectiva dos seus habitantes. Desde já, agradeço a sua colaboração.

Nº INQUÉRITO: _____

CIDADE: _____

1 - CARACTERIZAÇÃO DO INQUERIDO

Sexo <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
Idade (Indique o valor) _____ anos
Grau de Instrução <input type="checkbox"/> 1º Ciclo <input type="checkbox"/> 2º Ciclo <input type="checkbox"/> 3º Ciclo <input type="checkbox"/> Secundário <input type="checkbox"/> Bacharelato <input type="checkbox"/> Licenciado <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutoramento
Situação socio-profissional principal <input type="checkbox"/> Activo com profissão <input type="checkbox"/> Estudante <input type="checkbox"/> Desempregado <1 ano <input type="checkbox"/> Desempregado >1 ano <input type="checkbox"/> Doméstica <input type="checkbox"/> Reformado <input type="checkbox"/> Outra (especifique) _____
Actividade principal (Indicar a profissão) _____
Situação na profissão <input type="checkbox"/> Patrão <input type="checkbox"/> Trabalhador por conta própria <input type="checkbox"/> Trabalhador por conta de outrem <input type="checkbox"/> Trabalhador independente <input type="checkbox"/> Trabalhador familiar não remunerado <input type="checkbox"/> Outra (especifique) _____
Local de trabalho/estudo <input type="checkbox"/> Cidade <input type="checkbox"/> Outro local (indique qual) _____
Meio de deslocação <input type="checkbox"/> Pé <input type="checkbox"/> Transportes públicos <input type="checkbox"/> Carro próprio <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Outro (Indique qual) _____
Onde almoça? <input type="checkbox"/> Casa <input type="checkbox"/> Cantina <input type="checkbox"/> Restaurante <input type="checkbox"/> Outra situação (especifique) _____
Tempo de deslocação <input type="checkbox"/> Menos de 10 min. <input type="checkbox"/> 10-20 min. <input type="checkbox"/> 20-30 min. <input type="checkbox"/> Mais de 30 min.
Duma maneira geral como considera o seu estado de saúde: <input type="checkbox"/> Muito Bom <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Mau <input type="checkbox"/> Muito Mau

2 - PRÁTICAS CULTURAIS (para cada alínea, assinale com uma cruz a opção escolhida)

Práticas culturais	1/2 vez(es) por semana	1/2 vez(es) por mês	De vez em quando	Nunca	Indique a(s) cidades onde o faz
Nº de idas ao teatro					
Nº de idas à discoteca					
Nº de idas ao cinema					
Nº de idas a actos religiosos					
Nº de visitas a exposições e museus					
Compra de jornal local ou regional					
Compra jornal nacional					
Assistir a actividades desportivas					

3 - DIA-A-DIA (escolha no máximo três opções e ordene da mais importante (1º) para a menos importante (3º)).

Práticas culturais	Fica em casa (indique o que faz)	Está com os familiares/ amigos (indique o que faz)	Sozinho	Café	Centro Comercial	Desporto (indique qual)	Outras actividades (indique quais)
Dia-a-dia							

4 - HÁBITOS DE CONSUMO

<p>a) Onde efectua as compras diárias de alimentação?</p> <p><input type="checkbox"/> mercearia/minimercado <input type="checkbox"/> Supermercado <input type="checkbox"/> Hipermercado <input type="checkbox"/> Outro (especifique)</p> <p>_____</p>
<p>b) Onde efectua as outras compras de artigos de higiene e limpeza?</p> <p><input type="checkbox"/> mercearia/minimercado <input type="checkbox"/> Supermercado <input type="checkbox"/> Hipermercado <input type="checkbox"/> Outro (especifique)</p> <p>_____</p>
<p>c) Onde compra o vestuário?</p> <p><input type="checkbox"/> Pequenas lojas de comércio tradicional <input type="checkbox"/> Lojas franqueadas <input type="checkbox"/> Feira <input type="checkbox"/> Hipermercados</p> <p><input type="checkbox"/> Outra (indique) _____</p>
<p>d) Onde vai ao médico especialista?</p> <p><input type="checkbox"/> Cidade <input type="checkbox"/> Outro local (indique qual) _____</p>

5 - ESCALÕES DE RENDIMENTO MENSAL DO AGREGADO FAMILIAR (assinale com uma cruz a opção)

< 250 €/mês	<input type="checkbox"/>	1000-1500 €/mês	<input type="checkbox"/>
250-500€/mês	<input type="checkbox"/>	1500-2500€/mês	<input type="checkbox"/>
500-1000€/mês	<input type="checkbox"/>	> 2500€/mês	<input type="checkbox"/>

6 - COESÃO TERRITORIAL E VIVÊNCIA DA CIDADE

a) Gosta da cidade onde vive? Sim Não

b) Aspectos que mais lhe agradam na cidade onde vive? (Assinale quatro)

- Características físicas do território (relevo, solo, clima);
- A sua localização geográfica;
- Qualidade do espaço físico das cidades (da sua arquitectura, habitação, património edificado e do que vais sendo construído);
- Qualidade das suas vias e arruamentos e facilidade de deslocação pendulares (casa/trabalho e trabalho/casa);
- Qualidade e quantidade dos espaços públicos (jardins, parques e praças);
- O preço da habitação;
- Diversidade na oferta cultural e de lazer;
- Dinamismo económico e diversidade na oferta de emprego;
- Oferta de equipamentos e serviços associados à qualidade de vida (saúde, justiça, segurança social, cultura, educação, desporto, etc.);
- Segurança pública (ausência de "ghetos", integração de minorias, etc);

c) Aspectos que mais lhe desagradam/problemas da cidade onde trabalha? (Assinale quatro)

- Saturação das infra-estruturas físicas (as redes de distribuição de água e energia, de saneamento, recolha de resíduos sólidos (lixo);
- Saturação das infra-estruturas sociais (os tribunais, as escolas, as finanças, os centros de saúde ou os hospitais);
- Insuficiência e ineficácia dos transportes públicos;
- Congestionamentos e problemas de trânsito;
- Degradação de muitos dos edifícios nas áreas mais antigas da cidade;
- Bairros clandestinos (ausência de infra-estruturas básicas e arruamentos pavimentados);
- Envelhecimento da população que origina problemas sociais de abandono e de solidão;
- Deslocações pendulares (casa/trabalho) originam stress, doenças do sistema nervoso, fadiga, irritação, despesa e a preocupação com o cumprimento dos horários (emprego, infantários, escolas,...);
- Desemprego;
- Criminalidade e insegurança dos cidadãos;
- Falta de zonas verdes e de caminhos pedonais;
- Poluição atmosférica e sonora;
- Pressão urbanística sobre os ecossistemas (zonas verdes);
- Descaracterização da cidade derivada à excessiva e não planeada construção urbanística;

d) Quais os locais da cidade que frequenta mais? (Indique os nomes das praças, cafés, ruas, lugares, etc.)

e) Existem locais da cidade que tenha receio de frequentar? Se sim, indique quais.

f) O que mudou para melhor na cidade nos últimos anos?

g) O que faz falta à cidade? (Escolha apenas três opções e ordene por grau de importância)

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> Dinamismo empresarial | <input type="checkbox"/> Emprego na área dos serviços | <input type="checkbox"/> Qualidade ambiental |
| <input type="checkbox"/> Dinamismo da cidade | <input type="checkbox"/> Equipamentos de saúde | <input type="checkbox"/> Qualidade urbanística |
| <input type="checkbox"/> Diversidade nas iniciativas culturais | <input type="checkbox"/> Estacionamento | <input type="checkbox"/> Segurança |
| <input type="checkbox"/> Espaços verdes | <input type="checkbox"/> Habitação a preços acessíveis | <input type="checkbox"/> Serviços especializados de apoio à actividade económica |
| <input type="checkbox"/> Espaços de lazer | <input type="checkbox"/> Infra-estruturas desportivas | <input type="checkbox"/> Vida social |
| <input type="checkbox"/> Emprego | | |

Muito obrigada pela sua colaboração!

Sandra Conde

ANEXO 18

Obras realizadas na Cidade de Aveiro



Figura 36 – Urbanização no centro da cidade
Fonte: Autora



Figura 37 – Centro Cultural e de Congressos de Aveiro
Fonte: Autora



Figura 38 – Requalificação das margens do Canal do Côjo
Fonte: Autora



Figura 39 – Mercado Manuel Firmino (antes)
Fonte: Autora



Figura 40 – Mercado Manuel Firmino (depois)
Fonte: Autora



Figura 41 – Mercado do Peixe
Fonte: Autora



Figura 42 – Estacionamento/jardim junto ao Canal São Roque
Fonte: Autora



Figura 43 – Ponte pedonal no Canal de São Roque
Fonte: Autora



Figura 44 – Pontes pedonais no Canal do Côjo
Fonte: Autora



Figura 45 – Edifício da antiga Capitania
Fonte: Autora



Figura 46 – Edifício recuperado de Arte Nova
Fonte: Autora



Figura 47 – Estádio Municipal de Aveiro
Fonte: <http://www.wikipedia.org>



Figura 48 – Parque de Feiras e Exposições de Aveiro
Fonte: Autora

ANEXO 19

Obras realizadas na Cidade de Tavira



Figura 49 e 50 – Praça da República (Antes)
Fonte: CMT, 2007



Figura 51 – Praça da República (Depois)
Fonte: CMT, 2007



Figura 52 – Pousada do Convento da Graça
Fonte: Autora



Figura 53 – Palácio da Galeria
Fonte: Autora



Figura 54 – Mercado da Ribeira (exterior)
Fonte: Autora



Figura 55 – Mercado da Ribeira (interior)
Fonte: Autora



Figura 56 – Biblioteca Municipal Álvaro de Campos
Fonte: Autora



Figura 57 – Rua da Liberdade
Fonte: Autora



Figura 58 – Futuro Parque de Estacionamento junto à Estação Rodoviária
Fonte: Autora



Figura 59 – Parque de Exposições de Tavira
Fonte: Autora



Figura 60, 61 e 62 – Exemplos de rampas na cidade de Tavira
Fonte: CMT, 2007